Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário 0011335-78.2019.5.15.0043

PARA ACESSAR O SUMÁRIO, CLIQUE AQUI

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 11/09/2019
Valor da causa: R$ 76.951,65

Partes:
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
ADVOGADO: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA
ADVOGADO: LEONARDO CAMARGO JUNIOR
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE
RÉU: ANTONIO CARLOS DURANTE
RÉU: JOICE CRISTINA RODRIGUES 46165996884
PERITO: FRANCISCO JOSE STRAZZACAPPA SANTUCCI
PERITO: KLEBER BURATIERO

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS-SP

RODRIGO GONÇALVES REFUDINI, brasileiro, desempregado, solteiro, maior, capaz, portador do RGnº 5.647.972-7, titular do CPFnº 450.330.158-69, residente e domiciliado na rua Vicente Maldonete dos Santos, 56ª, Berlim, em Jaguariuna - SP, por seus advogados que esta subscrevem, com procuração anexada, endereço profissional à Rua Padre Alexandrino do Rego Barros, nº 27, Vila Santo Antonio, Pedreira/SP, CEP 13.920-000, endereço eletrônico para recebimento de publicações danigmvillalva @gmail.com, onde receberão intimações, vêm à presença de Vossa Excelência, propor a presente

RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

em face de JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME, estabelecimento classificado Vidraçaria, inscrita no CNPJ sob nº 07.587.268/0001-90, estabelecida na Rua Oswaldo Tonini, 48, Nova Jaguariuna, CEP :13820-000, pelos seguintes fatos expostos:

1. DOS FATOS

Principais dados:

Admissão: 01/07/2012

Interrupção do contrato: 01/08/2019

Salario : R$ 2.200,00

-

1.1 DO CONTRATO DE TRABALHO E QUEBRA DE CONTRATO

O reclamante foi admitido em 01/07/2012 e, quando foi pedida sua CTPS para formalizar o registro, e ficou até 01/08/2019, onde por culpa do empregador não pode mais continuar seu trabalho, visto haver varias irregularidades quanto ao contrato de trabalho, por parte da reclamada, ainda tendo a reclamada noticiado que "fecharia seu negocio" que cada um buscasse seu direito.

- €€€€€€€€ contratado como vidraceiro, onde teria o registro de R$ 1512,60 reais e receberia na realidade R$ 2.200,00 reais, ou seja, R$ 687,40 por fora;

- €€€€€€€€ Não paga insalubridade, mesmo o reclamante manusear diariamente cola de sapateiro (cascolac), querosene, silicone, e não oferecer EPI algum, inclusive utiliza esses produtos em contato com a pele, já que para aderir ao material utiliza os dedos nem pincel;ruidos, tendo em vista manuseio de serra circular, maquita, lixadeira, o tudo também é sem EPI;

- €€€€€€€€ Não teve reajuste salarial;

- €€€€€€€€ Sobe em andaime e nunca teve material de segurança;

- €€€€€€€€ Quando se machuca, conforme foto de cicatrizes e ferimentos , mesmo com atestado tem de trabalhar;

- €€€€€€€€ O tratamento com ele e demais funcionários é péssimo, chama de burro, vagabundo, manda embora em um dia e no outro chama de volta;

- €€€€€€€€ Tem 2 férias vencidas tanto no pagamento, quanto tirou das mesmas apenas duas semanas de descanso devido as férias coletivas de final de ano.

Sempre cumpriu com suas funções de forma correta, conforme seu empregador o orientava.

Saliente-se que o reclamante é pessoa extremamente simples, porém, tem ciência de que houve prejuízo quanto aos direitos trabalhistas, não obstante, não tendo outra forma, está pleiteando judicialmente.

Ressalte-se, que a reclamada irá abrir outro negocio, no endereço: Rua: Otavio Antoniacci, 89, Jardim Pinheiros - Jaguariuna - SP, conforme fotos anexas.

1.2 DA RESCISÃO INDIRETA

O Artigo abaixo da CLT prevê a rescisão do contrato de trabalho, em alguns casos, dando a oportunidade do empregado ter assegurado seus direitos como se demitido fosse sem justa causa, veja-se:

"Art. 483 - O empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando:

a) forem exigidos serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes, ou alheios ao contrato;

b) for tratado pelo empregador ou por seus superiores hierárquicos com rigor excessivo;

c) correr perigo manifesto de mal considerável;

d) não cumprir o empregador as obrigações do contrato;

e) praticar o empregador ou seus prepostos, contra ele ou pessoas de sua família, ato lesivo da honra e boa fama;

f) o empregador ou seus prepostos ofenderem-no fisicamente, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

g) o empregador reduzir o seu trabalho, sendo este por peça ou tarefa, de forma a afetar sensivelmente a importância dos salários."

No caso em tela restou comprovado o direito a rescisão indireta com o pagamento de todas as verbas rescisórias e indenizatórias, visto a reclamada deixar de cumprir com suas obrigações, lesando de diversas maneiras o reclamante, conforme elencado no item do contrato de trabalho.

1.3 - DAS VERBAS RESCISÓRIAS TRABALHISTAS Acolhida a rescisão indireta, o reclamante faz jus a receber as verbas rescisórias e trabalhistas do mesmo modo que receberia em caso de dispensa imotivada.

"Neste sentido, anote-se recente julgado do E. TRT da 15º Região:

RESCISÃO INDIRETA DO CONTRATO DE TRABALHO. A rescisão indireta é uma das formas de dissolução do contrato de trabalho em virtude da justa causa praticada pelo empregador, nos termos artigo 483 da CLT, e, por consequência, o pagamento de todas as verbas rescisórias requeridas na exordial. Deste modo, nos exatos termos preconizados pelos artigos 818, da CLT, e333, I, do CPC, cabe à reclamada a prova da existência de fato modificativo, impeditivo ou extintivo do direito pleiteado pelo recorrente [...](TRT-15 - RO: 57753 SP 057753/2012, Relator: EDER SIVERS, Data de Publicação: 27/07/2012)"

O Artigo 477 da CLT, transcrito abaixo, prevê a rescisão do contrato de trabalho, em alguns casos, dando a oportunidade do empregado ter assegurado seus direitos se demitido sem justa causa, veja-se:

"Art. 477 - É assegurado a todo empregado, não existindo prazo estipulado para a terminação do respectivo contrato, e quando não haja ele dado motivo para cessação das relações de trabalho, o direto de haver do empregador uma indenização, paga na base da maior remuneração que tenha percebido na mesma empresa. (Redação dada pela Lei nº 5.584, de 26.6.1970)

§ 1º - O pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão, do contrato de trabalho, firmado por empregado com mais de 1 (um) ano de serviço, só será válido quando feito com a assistência do respectivo Sindicato ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho e Previdência Social. (Redação dada pela Lei nº 5.584, de 26.6.1970)

§ 2º - O instrumento de rescisão ou recibo de quitação, qualquer que seja a causa ou forma de dissolução do contrato, deve ter especificada a natureza de cada parcela paga ao empregado e discriminado o seu valor, sendo válida a quitação, apenas, relativamente às mesmas parcelas.

§ 3º - Quando não existir na localidade nenhum4 dos órgãos previstos neste artigo, a assistência será prestada pelo Represente do Ministério Público ou, onde houver, pelo Defensor Público e, na falta ou impedimento deste, pelo Juiz de Paz. (Redação dada pela Lei nº 5.584, de 26.6.1970)

§ 4º - O pagamento a que fizer jus o empregado será efetuado no ato da homologação da rescisão do contrato de trabalho, em dinheiro ou em cheque visado, conforme acordem as partes, salvo se o empregado for analfabeto, quando o pagamento somente poderá ser feito em dinheiro. (Redação dada pela Lei nº 5.584, de 26.6.1970)

§ 5º - Qualquer compensação no pagamento de que trata o parágrafo anterior não poderá exceder o equivalente a um mês de remuneração do empregado. (Redação dada pela Lei nº 5.584, de 26.6.1970)

§ 6º - O pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverá ser efetuado nos seguintes prazos: (Incluído pela Lei nº 7.855, de 24.10.1989)

a) até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato; ou (Incluído pela Lei nº 7.855, de 24.10.1989)

b) até o décimo dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento. (Incluído pela Lei nº 7.855, de 24.10.1989)

§ 7º - O ato da assistência na rescisão contratual (§§ 1º e 2º) será sem ônus para o trabalhador e empregador. (Incluído pela Lei nº 7.855, de 24.10.1989)

§ 8º - A inobservância do disposto no §6º deste artigo sujeitará o infrator à multa de 160 BTN, por trabalhador, bem assim ao pagamento da multa a favor do empregado, em valor equivalente ao seu salário, devidamente corrigido pelo índice de variação do BTN, salvo quando, comprovadamente, o trabalhador der causa à mora. (Incluído pela Lei nº 7.855, de 24.10.1989)

§ 9º (vetado). (Incluído pela Lei nº 7.855, de 24.10.1989)".

2. DO CONTRATO DE BENS DADO COMO PARTE DE PAGAMENTO

A reclamada deu como parte de pagamento aos 6 funcionarios, bens moveis, conforme abaixo relacionados e contrato anexo, cabe salientar que a parte que cabe ao reclamante em tela, refere-se ao valor de R$ 4.132,50 (quatro mil, cento e trinta e dois reais e cinquenta centavos), que deverá ser abatido na faze de liquidação.

- €€€€€€€€ AUTOMOVEL ESTRADA, PLACA HBW 3528, ANO 2005 - R$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS);
- €€€€€€€€ FIAT UNO, PLACA CGV 3095, ANO 1997 - R$ 3.800,00 (TRÊS MIL E OITOCENTOS REAIS);
- €€€€€€€€ CAVALETE PARA VIDROS - R$500,00 (QUINHENTOS REAIS);
- € € € € € € € € CONJUNTO DE MESA//ARMARIO// CADEIRAS (4) - R$ 1.500,00 (MIL E QUINHENTOS REAIS);
- €€€€€€€€ FURADEIRA G - R$380,00 (TREZENTOS E OITENTA REAIS);
- €€€€€€€€ SERRA G - R$1.100,00 (MIL E CEM REAIS);
- €€€€€€€€ LIXADEIRA - R$ 450,00 DA FURADEIRA E R$ 450,00 DO CONSERTO DESTA FERRAMENTA, TOTALIZANDO NESTE ITEM R$ 900,00 (NOVECENTOS REAIS);
- €€€€€€€€ ESCADA M - R$50,00 (CINQUENTA REAIS);
- €€€€€€€€ ESCADA P - R$ 20,00 (VINTE REAIS);
- €€€€€€€€ BOMBA SILICONE - R$ 10,00 (DEZ REAIS);
- €€€€€€€€ EXTENÇÃO ELETRICA R$50,00 (CINQUENTA REAIS);

- MASSA - R$ 50,00 (CINQUENTA REAIS);
- BOTÃO DE ESPELHO - R$ 45,00 (QUARENTA E CINCO REAIS);
- 10 CHAPAS DE VIDROS - R$ 1.400,00 (MIL E QUATROCENTOS REAIS).

3. DO DANO MORAL E DA OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR

O reclamante antes de pedir a tutela jurisdicional, tentou de todas as formas com que a reclamada integrasse o salario por fora no salario de registro, que fossem dados EPI´s, já que machucados com cortes fundos conforme fotos, sempre aconteciam, sofre assedio moral, xingamentos como burro, inútil e palavras de baixo calão, não tem recolhimento de fgts e nem inss.

Diante dos requisitos da obrigação de indenizar presentes no caso em tela, diga-se, o ato ensejador do dano causado pela reclamada no que diz respeito a saúde psíquica, a falta de pagamentos e recolhimentos , ainda tratamento sem urbanidade, dano moral experimentado pelo reclamante e o nexo de causalidade entre a conduta e o dano, e com fundamento nos artigos 186 e 927 do CCB e no artigo 5º, inciso V, da CF/88, deverá a reclamada ser condenada a reparar o dano moral e material, causado a reclamante.

4 - DA INSALUBRIDADE

A Portaria nº3214/78 do MTE, registra na NR-15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES no item 15.1, que são consideradas atividades ou operações insalubres as que se desenvolvem acima dos limites de tolerância previstos nos anexos nºs 1, 2, 3, 5, 11 e 12.

A vidraçaria envolve, basicamente, serviços que usa-se diversos solventes, cola de sapateiro (cascolac), querosene, silicone, ainda ruído pelo tipo de maquinário utilizado como lixadeira, furadeira etc. Este tipo de serviço pode gerar os seguintes riscos:

* Químicos: fumos metálicos, gases e vapores;

* Físicos: calor, radiações não-ionizantes, ruído acima de 85 db.

Se não controladas, geram adicional de insalubridade (20% sobre o salário mínimo, ou sobre o salário base da categoria, caso exista negociação coletiva do trabalho que ampare).

Ressalte-se que jamais fora utilizados quaisquer tipo de EPI que minimizasse o impacto dos elementos insalubre, jamais houve quaisquer tipos de treinamento.

5 - DOS PEDIDOS

Pelo exposto, requer sejam **JULGADOS TOTALMENTE PROCEDENTES** os pedidos abaixo formulados, a saber:

a) Sejam as Reclamadas notificadas e advertidas de que a inércia trará as sanções do artigo 844 da CLT;

b) Seja a Reclamada condenada ao pagamento das seguintes **VERBAS TRABALHISTAS E RESCISÓRIAS** do Reclamante, **INCLUINDO VERBAS INDENIZATÓRIAS**, tudo corrigido conforme salario correto, ou seja R$ 2.200,00, com juros e correção monetária (mais diferenças calculadas no valor correto do salário), ressalte-se que os valores já estão corretos respeitando a prescrição quinquenal , veja a data do calculo:

Dados para o cálculo:

Data de admissão:	01/08/2014
Data de demissão:	01/08/2019
Último salário:	2.640,00
Motivo da rescisão:	Dispensa sem justa causa

Descrição das verbas	Valor	FGTS
Saldo de salário:	88	7,04
Aviso prévio indenizado:	4.488,00	359,04
13º salário sobre aviso:	374	29,92
Férias salário sobre aviso:	374	

1/3 férias salário sobre aviso:	124,67	
13º salário de 01/01/2019 a 01/08/2019 (7 /12 avos)	1.540,00	123,2
Férias de 01/08/2017 a 31/07/2018 (12/12 avos)	5.280,00	
1/3 férias de 01/08/2017 a 31/07/2018	1.760,00	
Férias de 01/08/2018 a 31/07/2019 (12/12 avos)	2.640,00	
1/3 férias de 01/08/2018 a 31/07/2019	880	
Total	**17.548,67**	**519,2**
Estimativa do FGTS não depositado (sobre salários)		17.952,00
Multa 40% sobre FGTS		7.388,48
Total	**17.548,67**	**25.859,68**
Deduções		
INSS (88,00 X 8,00 %)	-7,04	
INSS 13º salário (1.540,00 X 8,00 %)	-123,2	

IRRF (2.370,43 X 7,50% - 142,80)	-34,98
Total deduções	**-165,22**
Resumo geral	
Verbas rescisórias	17.548,67
FGTS + multa 40%	**25.859,68**
Deduções	-165,22
Total líquido	**43.408,35**

c) Seja reconhecido a insalubridade diante das substancias e produtos utilizados diariamente sem uso algum de EPI, o valor está em 20% insalubridade media, poderá ser majorada para o grau máximo de 40%, portanto o valor poderá aumentar R$ 9.265,00

f) Sejam as Reclamadas condenadas ao pagamento de honorários advocatícios a 15% (vinte por cento), assim como ao pagamento das custas processuais;

g) Requer a incidência de juros e correção monetária na forma da lei;

h) Sejam as Reclamadas compelidas a regularizar o registro na CTPS; bem como recolher todas as verbas previdenciárias e FGTS + 40%, no valor correto do salario de R$ 2200,00 + incidência da periculosidade R$660,00 e insalubridade 20% R$ 440,00 totalizando o salario de (R$ 3.300,00) mensal;

i) Incidência reflexiva dos adicionais sob todas as verbas de direito, aviso prévio, depósitos do FGTS, multa de 40%, férias e seu terço constitucional, 13º salário, DSR, e todas as demais, que Vossa Excelência entender devidas, à apurar;

i) Seja a reclamada compelida a indeniza por danos morais, de forma justa , conforme relatado no item pertinente, no valor de R$ 5.280,00

Todos os cálculos apresentados se tratam de estimativas para fins de distribuição, baseados na última remuneração da Reclamante, sem a inclusão de reflexos, devendo ser apurados em regular liquidação de sentença, e acrescidos de juros e correção monetária, até a data do efetivo pagamento;

k) Sejam as reclamadas condenadas ao pagamento da multa do artigo 477 da CLT R$ 2.200,00;

l) Sejam as reclamadas condenadas ao pagamento da multa do artigo 467 da CLT. R$ 21.000,00

6 - DAS PROVAS

Requer provar o alegado com os documentos que instruem o presente, depoimento pessoal do representante legal da reclamada, oitiva de testemunhas e documentos novos.

7 DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

Requer o reclamante os benefícios da justiça gratuita por não ter condições de arcar com as custas processuais e honorários, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família. Declaração de carência anexada.

Dá-se à causa o valor de R$ 76.951,65 (setenta e seis mil novecentos e cinquenta e um reais e sessenta e cinco centavos) para efeito do rito.

Nestes termos, pede deferimento.

Pedreira, 13 de agosto de 2019.

DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA

OAB/SP 346.474

DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA
OAB/SP 346.474

LEONARDO CAMARGO JUNIOR
OAB/SP 378.805

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS-SP

RODRIGO GONÇALVES REFUDINI, brasileiro, desempregado, solteiro, maior, capaz, portador do RGnº 5.647.972-7, titular do CPFnº 450.330.158-69, residente e domiciliado na rua Vicente Maldonete dos Santos, 56ª, Berlim, em Jaguariuna – SP, por seus advogados que esta subscrevem, com procuração anexada, endereço profissional à Rua Padre Alexandrino do Rego Barros, nº 27, Vila Santo Antonio, Pedreira/SP, CEP 13.920-000, endereço eletrônico para recebimento de publicações danigmvillalva@gmail.com, onde receberão intimações, vêm à presença de Vossa Excelência, propor a presente

RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

em face de JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME, estabelecimento classificado Vidraçaria, inscrita no CNPJ sob nº 07.587.268/0001-90, estabelecida na Rua Oswaldo Tonini, 48, Nova Jaguariuna, CEP :13820-000, pelos seguintes fatos expostos:

1. DOS FATOS

Principais dados:

Admissão: 01/07/2012

Interrupção do contrato: 01/08/2019

Salario : R$ 2.200,00

1.1 DO CONTRATO DE TRABALHO E QUEBRA DE CONTRATO

RT completa 090819 rodrigo okok

O reclamante foi admitido em 01/07/2012 e, quando foi pedida sua CTPS para formalizar o registro, e ficou até 01/08/2019, onde por culpa do empregador não pode mais continuar seu trabalho, visto haver varias irregularidades quanto ao contrato de trabalho, por parte da reclamada, ainda tendo a reclamada noticiado que "fecharia seu negocio" que cada um buscasse seu direito.

- contratado como vidraceiro, onde teria o registro de R$ 1512,60 reais e receberia na realidade R$ 2.200,00 reais, ou seja, R$ 687,40 por fora;
- Não paga insalubridade, mesmo o reclamante manusear diariamente cola de sapateiro (cascolac), querosene, silicone, e não oferecer EPI algum, inclusive utiliza esses produtos em contato com a pele, já que para aderir ao material utiliza os dedos nem pincel;ruidos, tendo em vista manuseio de serra circular, maquita, lixadeira, o tudo também é sem EPI;
- Não teve reajuste salarial;
- Sobe em andaime e nunca teve material de segurança;
- Quando se machuca, conforme foto de cicatrizes e ferimentos , mesmo com atestado tem de trabalhar;
- O tratamento com ele e demais funcionários é péssimo, chama de burro, vagabundo, manda embora em um dia e no outro chama de volta;
- Tem 2 férias vencidas tanto no pagamento, quanto tirou das mesmas apenas duas semanas de descanso devido as férias coletivas de final de ano.

Sempre cumpriu com suas funções de forma correta, conforme seu empregador o orientava.

Saliente-se que o reclamante é pessoa extremamente simples, porém, tem ciência de que houve prejuízo quanto aos direitos trabalhistas, não obstante, não tendo outra forma, está pleiteando judicialmente.

Ressalte-se, que a reclamada irá abrir outro negocio, no endereço: Rua: Otavio Antoniacci, 89, Jardim Pinheiros – Jaguariuna – SP, conforme fotos anexas.

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA - 11/09/2019 16:17:27 - 34dc812
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19091116160377300000115484552
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. 34dc812 - Pág. 2
Número do documento: 19091116160377300000115484552

1.2 DA RESCISÃO INDIRETA

O Artigo abaixo da CLT prevê a rescisão do contrato de trabalho, em alguns casos, dando a oportunidade do empregado ter assegurado seus direitos como se demitido fosse sem justa causa, veja-se:

"Art. 483 - O empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando:

a) forem exigidos serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes, ou alheios ao contrato;

b) for tratado pelo empregador ou por seus superiores hierárquicos com rigor excessivo;

c) correr perigo manifesto de mal considerável;

d) não cumprir o empregador as obrigações do contrato;

e) praticar o empregador ou seus prepostos, contra ele ou pessoas de sua família, ato lesivo da honra e boa fama;

f) o empregador ou seus prepostos ofenderem-no fisicamente, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

g) o empregador reduzir o seu trabalho, sendo este por peça ou tarefa, de forma a afetar sensivelmente a importância dos salários."

No caso em tela restou comprovado o direito a rescisão indireta com o pagamento de todas as verbas rescisórias e indenizatórias, visto a reclamada deixar de cumprir com suas obrigações, lesando de diversas maneiras o reclamante, conforme elencado no item do contrato de trabalho.

1.3 - DAS VERBAS RESCISÓRIAS TRABALHISTAS

Acolhida a rescisão indireta, o reclamante faz jus a receber as verbas rescisórias e trabalhistas do mesmo modo que receberia em caso de dispensa imotivada.

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA - 11/09/2019 16:17:27 - 34dc812
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19091116160377300000115484552
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. 34dc812 - Pág. 3
Número do documento: 19091116160377300000115484552

"Neste sentido, anote-se recente julgado do E. TRT da 15º Região:

RESCISÃO INDIRETA DO CONTRATO DE TRABALHO. A rescisão indireta é uma das formas de dissolução do contrato de trabalho em virtude da justa causa praticada pelo empregador, nos termos artigo 483 da CLT, e, por consequência, o pagamento de todas as verbas rescisórias requeridas na exordial. Deste modo, nos exatos termos preconizados pelos artigos 818, da CLT, e333, I, do CPC, cabe à reclamada a prova da existência de fato modificativo, impeditivo ou extintivo do direito pleiteado pelo recorrente [...](TRT-15 - RO: 57753 SP 057753/2012, Relator: EDER SIVERS, Data de Publicação: 27/07/2012)"

O Artigo 477 da CLT, transcrito abaixo, prevê a rescisão do contrato de trabalho, em alguns casos, dando a oportunidade do empregado ter assegurado seus direitos se demitido sem justa causa, veja-se:

"Art. 477 - É assegurado a todo empregado, não existindo prazo estipulado para a terminação do respectivo contrato, e quando não haja ele dado motivo para cessação das relações de trabalho, o direto de haver do empregador uma indenização, paga na base da maior remuneração que tenha percebido na mesma empresa. (Redação dada pela Lei nº 5.584, de 26.6.1970)

§ 1º - O pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão, do contrato de trabalho, firmado por empregado com mais de 1 (um) ano de serviço, só será válido quando feito com a assistência do respectivo Sindicato ou perante a

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA - 11/09/2019 16:17:27 - 34dc812
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19091116160377300000115484552
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. 34dc812 - Pág. 4
Número do documento: 19091116160377300000115484552

autoridade do Ministério do Trabalho e Previdência Social. (Redação dada pela Lei nº 5.584, de 26.6.1970)

§ 2º - O instrumento de rescisão ou recibo de quitação, qualquer que seja a causa ou forma de dissolução do contrato, deve ter especificada a natureza de cada parcela paga ao empregado e discriminado o seu valor, sendo válida a quitação, apenas, relativamente às mesmas parcelas.

§ 3º - Quando não existir na localidade nenhum4 dos órgãos previstos neste artigo, a assistência será prestada pelo Represente do Ministério Público ou, onde houver, pelo Defensor Público e, na falta ou impedimento deste, pelo Juiz de Paz. (Redação dada pela Lei nº 5.584, de 26.6.1970)

§ 4º - O pagamento a que fizer jus o empregado será efetuado no ato da homologação da rescisão do contrato de trabalho, em dinheiro ou em cheque visado, conforme acordem as partes, salvo se o empregado for analfabeto, quando o pagamento somente poderá ser feito em dinheiro. (Redação dada pela Lei nº 5.584, de 26.6.1970)

§ 5º - Qualquer compensação no pagamento de que trata o parágrafo anterior não poderá exceder o equivalente a um mês de remuneração do empregado. (Redação dada pela Lei nº 5.584, de 26.6.1970)

§ 6º - O pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverá ser efetuado nos seguintes prazos: (Incluído pela Lei nº 7.855, de 24.10.1989)

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA - 11/09/2019 16:17:27 - 34dc812
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19091116160377300000115484552
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. 34dc812 - Pág. 5
Número do documento: 19091116160377300000115484552

a) até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato; ou (Incluído pela Lei nº 7.855, de 24.10.1989)

b) até o décimo dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento. (Incluído pela Lei nº 7.855, de 24.10.1989)

§ 7º - O ato da assistência na rescisão contratual (§§ 1º e 2º) será sem ônus para o trabalhador e empregador. (Incluído pela Lei nº 7.855, de 24.10.1989)

§ 8º - A inobservância do disposto no §6º deste artigo sujeitará o infrator à multa de 160 BTN, por trabalhador, bem assim ao pagamento da multa a favor do empregado, em valor equivalente ao seu salário, devidamente corrigido pelo índice de variação do BTN, salvo quando, comprovadamente, o trabalhador der causa à mora. (Incluído pela Lei nº 7.855, de 24.10.1989)

§ 9º (vetado). (Incluído pela Lei nº 7.855, de 24.10.1989)".

2. DO CONTRATO DE BENS DADO COMO PARTE DE PAGAMENTO

A reclamada deu como parte de pagamento aos 6 funcionarios, bens moveis, conforme abaixo relacionados e contrato anexo, cabe salientar que a parte que cabe ao reclamante em tela, refere-se ao valor de R$ 4.132,50 (quatro mil, cento e trinta e dois reais e cinquenta centavos), que deverá ser abatido na faze de liquidação.

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA - 11/09/2019 16:17:27 - 34dc812
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19091116160377300000115484552
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. 34dc812 - Pág. 6
Número do documento: 19091116160377300000115484552

- AUTOMOVEL ESTRADA, PLACA HBW 3528, ANO 2005 – R$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS);
- FIAT UNO, PLACA CGV 3095, ANO 1997 – R$ 3.800,00 (TRÊS MIL E OITOCENTOS REAIS);
- CAVALETE PARA VIDROS – R$500,00 (QUINHENTOS REAIS);
- CONJUNTO DE MESA//ARMARIO// CADEIRAS (4) – R$ 1.500,00 (MIL E QUINHENTOS REAIS);
- FURADEIRA G – R$380,00 (TREZENTOS E OITENTA REAIS);
- SERRA G – R$1.100,00 (MIL E CEM REAIS);
- LIXADEIRA – R$ 450,00 DA FURADEIRA E R$ 450,00 DO CONSERTO DESTA FERRAMENTA, TOTALIZANDO NESTE ITEM R$ 900,00 (NOVECENTOS REAIS);
- ESCADA M – R$50,00 (CINQUENTA REAIS);
- ESCADA P – R$ 20,00 (VINTE REAIS);
- BOMBA SILICONE – R$ 10,00 (DEZ REAIS);
- EXTENÇÃO ELETRICA R$50,00 (CINQUENTA REAIS);
- MASSA – R$ 50,00 (CINQUENTA REAIS);
- BOTÃO DE ESPELHO – R$ 45,00 (QUARENTA E CINCO REAIS);
- 10 CHAPAS DE VIDROS – R$ 1.400,00 (MIL E QUATROCENTOS REAIS).

3. DO DANO MORAL E DA OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR

O reclamante antes de pedir a tutela jurisdicional, tentou de todas as formas com que a reclamada integrasse o salario por fora no salario de registro, que fossem dados EPI´s, já que machucados com cortes fundos conforme fotos, sempre aconteciam, sofre assedio moral, xingamentos como burro, inútil e palavras de baixo calão, não tem recolhimento de fgts e nem inss.

Diante dos requisitos da obrigação de indenizar presentes no caso em tela, diga-se, o ato ensejador do dano causado pela reclamada no que diz respeito a saúde psíquica, a falta de pagamentos e recolhimentos , ainda tratamento sem urbanidade, dano moral experimentado pelo reclamante e o nexo de causalidade entre a conduta e o dano, e com fundamento nos artigos 186 e 927 do

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA - 11/09/2019 16:17:27 - 34dc812
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19091116160377300000115484552
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. 34dc812 - Pág. 7
Número do documento: 19091116160377300000115484552

CCB e no artigo 5º, inciso V, da CF/88, deverá a reclamada ser condenada a reparar o dano moral e material, causado a reclamante.

4 - DA INSALUBRIDADE

A Portaria nº3214/78 do MTE, registra na NR-15 – ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES no item 15.1, que são consideradas atividades ou operações insalubres as que se desenvolvem acima dos limites de tolerância previstos nos anexos nºs 1, 2, 3, 5, 11 e 12.

A vidraçaria envolve, basicamente, serviços que usa-se diversos solventes, cola de sapateiro (cascolac), querosene, silicone, ainda ruído pelo tipo de maquinário utilizado como lixadeira, furadeira etc. Este tipo de serviço pode gerar os seguintes riscos:

- Químicos: fumos metálicos, gases e vapores;
- Físicos: calor, radiações não-ionizantes, ruído acima de 85 db.

Se não controladas, geram adicional de insalubridade (20% sobre o salário mínimo, ou sobre o salário base da categoria, caso exista negociação coletiva do trabalho que ampare).

Ressalte-se que jamais fora utilizados quaisquer tipo de EPI que minimizasse o impacto dos elementos insalubre, jamais houve quaisquer tipos de treinamento.

5 - DOS PEDIDOS

Pelo exposto, requer sejam **JULGADOS TOTALMENTE PROCEDENTES** os pedidos abaixo formulados, a saber:

a) Sejam as Reclamadas notificadas e advertidas de que a inércia trará as sanções do artigo 844 da CLT;

b) Seja a Reclamada condenada ao pagamento das seguintes **VERBAS TRABALHISTAS E RESCISÓRIAS** do Reclamante, **INCLUINDO VERBAS INDENIZATÓRIAS**, tudo corrigido conforme salario correto, ou seja R$ 2.200,00, com juros e correção monetária (mais diferenças calculadas no valor correto do salário), ressalte-se que os valores já estão corretos respeitando a prescrição quinquenal , veja a data do calculo:

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA - 11/09/2019 16:17:27 - 34dc812
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19091116160377300000115484552
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. 34dc812 - Pág. 8
Número do documento: 19091116160377300000115484552

VILLALVA E CAMARGO ADVOCACIA

Dados para o cálculo:

Data de admissão:	01/08/2014
Data de demissão:	01/08/2019
Último salário:	2.640,00
Motivo da rescisão:	Dispensa sem justa causa

Descrição das verbas	Valor	FGTS
Saldo de salário:	88	7,04
Aviso prévio indenizado:	4.488,00	359,04
13º salário sobre aviso:	374	29,92
Férias salário sobre aviso:	374	
1/3 férias salário sobre aviso:	124,67	
13º salário de 01/01/2019 a 01/08/2019 (7/12 avos)	1.540,00	123,2
Férias de 01/08/2017 a 31/07/2018 (12/12 avos)	5.280,00	
1/3 férias de 01/08/2017 a 31/07/2018	1.760,00	
Férias de 01/08/2018 a 31/07/2019 (12/12 avos)	2.640,00	

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA - 11/09/2019 16:17:27 - 34dc812
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19091116160377300000115484552
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. 34dc812 - Pág. 9
Número do documento: 19091116160377300000115484552

1/3 férias de 01/08/2018 a 31/07/2019	880	
Total	**17.548,67**	**519,2**
Estimativa do FGTS não depositado (sobre salários)		17.952,00
Multa 40% sobre FGTS		7.388,48
Total	**17.548,67**	**25.859,68**
Deduções		
INSS (88,00 X 8,00 %)	-7,04	
INSS 13º salário (1.540,00 X 8,00 %)	-123,2	
IRRF (2.370,43 X 7,50% - 142,80)	-34,98	
Total deduções	**-165,22**	
Resumo geral		
Verbas rescisórias	17.548,67	
FGTS + multa 40%	**25.859,68**	
Deduções	-165,22	
Total líquido	**43.408,35**	

c) Seja reconhecido a insalubridade diante das substancias e produtos utilizados diariamente sem uso algum de EPI, o valor está em 20% insalubridade media, poderá ser majorada para o grau máximo de 40%, portanto o valor poderá aumentar R$ 9.265,00

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA - 11/09/2019 16:17:27 - 34dc812
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19091116160377300000115484552
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. 34dc812 - Pág. 10
Número do documento: 19091116160377300000115484552

f) Sejam as Reclamadas condenadas ao pagamento de honorários advocatícios a 15% (vinte por cento), assim como ao pagamento das custas processuais;

g) Requer a incidência de juros e correção monetária na forma da lei;

h) Sejam as Reclamadas compelidas a regularizar o registro na CTPS; bem como recolher todas as verbas previdenciárias e FGTS + 40%, no valor correto do salario de R$ 2200,00 + incidência da periculosidade R$660,00 e insalubridade 20% R$ 440,00 totalizando o salario de (R$ 3.300,00) mensal;

i) Incidência reflexiva dos adicionais sob todas as verbas de direito, aviso prévio, depósitos do FGTS, multa de 40%, férias e seu terço constitucional, 13º salário, DSR, e todas as demais, que Vossa Excelência entender devidas, à apurar;

i) Seja a reclamada compelida a indeniza por danos morais, de forma justa , conforme relatado no item pertinente, no valor de R$ 5.280,00

Todos os cálculos apresentados se tratam de estimativas para fins de distribuição, baseados na última remuneração da Reclamante, sem a inclusão de reflexos, devendo ser apurados em regular liquidação de sentença, e acrescidos de juros e correção monetária, até a data do efetivo pagamento;

k) Sejam as reclamadas condenadas ao pagamento da multa do artigo 477 da CLT R$ 2.200,00;

l) Sejam as reclamadas condenadas ao pagamento da multa do artigo 467 da CLT. R$ 21.000,00

6 - DAS PROVAS

Requer provar o alegado com os documentos que instruem o presente, depoimento pessoal do representante legal da reclamada, oitiva de testemunhas e documentos novos.

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA - 11/09/2019 16:17:27 - 34dc812
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19091116160377300000115484552
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. 34dc812 - Pág. 11
Número do documento: 19091116160377300000115484552

7 DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

Requer o reclamante os benefícios da justiça gratuita por não ter condições de arcar com as custas processuais e honorários, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família. Declaração de carência anexada.

Dá-se à causa o valor de R$ 76.951,65 (setenta e seis mil novecentos e cinquenta e um reais e sessenta e cinco centavos) para efeito do rito.

Nestes termos, pede deferimento.

Pedreira, 13 de agosto de 2019.

DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA
OAB/SP 346.474

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA - 11/09/2019 16:17:27 - 34dc812
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19091116160377300000115484552
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. 34dc812 - Pág. 12
Número do documento: 19091116160377300000115484552

DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA
OAB/SP 346.474

LEONARDO CAMARGO JUNIOR
OAB/SP 378.805

RODRIGO GONÇALVES REFUDINI, brasileiro, desempregado, solteiro, maior, capaz, portador do RGnº 5.647.972-7, titular do CPFnº 450.330.158-69, residente e domiciliado na rua Vicente Maldonete dos Santos, 56ª, Berlim, em Jaguariuna – SP, OUTORGADOS: : DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA, brasileira, casada, portadora da CI-RGnº30.453.205-8 e do CPF nº196.068.278-44, inscrita na OAB/SP sob nº346.474, e LEONARDO CAMARGO JUNIOR, brasileiro, casado, advogado, ambos com escritório na Rua Padre Alexandrino do Rego Barros, nº 27, Vila Santo Antonio, na cidade de Pedreira/SP, CEP 13920-000, telefone (19)3893-2528, email: danigmvillalva@gmail.com

PODERES: por este instrumento particular de procuração, constituo meus bastantes procuradores os outorgados, concedendo-lhes os poderes da cláusula *ad judicia et extra*, para o foro em geral, e especialmente para: PROPOR RECLAMAÇÃO TRABALHISTA, podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, em qualquer instância, perante quaisquer repartições públicas, federais, estaduais, municipais, autarquias, inclusive cartório de registro de imóveis, assinar termo, substabelecer com ou sem reserva de poderes, e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga aos Advogados acima descritos, os poderes para: **receber documentos diversos, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso. (Em conformidade com a norma do art. 105 do NCPC15).**

Pedreira, 13 de agosto de 2019

Rodrigo Gonçalves Refudini

DECLARAÇÃO

DECLARANTE:

RODRIGO GONÇALVES REFUDINI, brasileiro, desempregado, solteiro, maior, capaz, portador do RGnº 5.647.972-7, titular do CPFnº 450.330.158-69, residente e domiciliado na rua Vicente Maldonete dos Santos, 56ª, Berlim, em Jaguariuna – SP.

DECLARAÇÃO:

Declara para todos os fins de direito, que, não detenho condições de suportar as custas e despesas processuais, sem prejuízo do sustento próprio e da família.

REQUERIMENTO:

Ante o exposto, requer a concessão dos benefícios da Justiça Gratuita, nos termos da Lei nº 1.060/50, alterada pela Lei nº 7.510/86, e artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal, sob as penas da lei.

Termos em que,
Pede deferimento.

Pedreira, 13 de agosto de 2019

Rodrigo Gonçalves Refudini

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA - 11/09/2019 16:17:27 - ff7960e
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19091116161162800000115484578
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. ff7960e - Pág. 1
Número do documento: 19091116161162800000115484578

obrigado a usá-los, para prevenir acidentes e evitar as doenças profissionais.

Mostre ao seu novo companheiro os perigos que o cercam no trabalho.

Cada acidente é uma lição que deve ser apreciada, para evitar maiores desgraças.

Todo o acidente tem uma causa que é preciso ser pesquisada, para evitar a sua repetição.

Se você for acidentado, procure logo o socorro médico adequado. Não deixe que "entendidos" e "curiosos" concorram para o agravamento de sua lesão.

Se você não é eletricista, não se meta a fazer serviços de eletricidade.

Procure o socorro médico imediato, se você for vítima de um acidente, amanhã será tarde demais.

As máquinas não respeitam ninguém; mas você deve respeitá-las.

Atenda as recomendações dos membros da CIPA e de seus mestres e chefes.

Conheça sempre as regras de segurança da seção onde você trabalha. Conversa e discussão no trabalho predispõem a acidentes pela desatenção.

Leia e reflita sempre os ensinamentos contidos nos cartazes e avisos sobre prevenção de acidentes.

Os anéis, pulseiras, gravatas e mangas compridas não fazem parte do seu uniforme de trabalho.

Mantenha sempre as guardas protetoras das máquinas nos devidos lugares.

Pare a máquina quando tiver que consertá-la ou lubrificá-la.

Habitue-se a trabalhar protegido contra os acidentes. Use equipamentos de proteção adequados a seu serviço.

Conheça o manejo dos extintores e demais dispositivos de combate ao fogo existentes em seu local de trabalho. Você pode ter necessidade de usá-los algum dia.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número 42454 Série 00375 SP



Rodrigo Gonçalves Belvedini
ASSINATURA DO PORTADOR

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA - 11/09/2019 16:17:27 - ae4b587
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19091116161744100000115484594
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. ae4b587 - Pág. 1
Número do documento: 19091116161744100000115484594



QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome Rodrigo Gonçalves Refundini

Loc. Nasc. Pedreira Est. SP Data 10/06/96

Filiação Vanderlei Refundini e Marcia Regina Gonçalves

Doc. Nº Cert. nasc nº 7696 fls 146v° Lv° A47 RC de Jaguariúna SP

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em ...../...../..... Doc. Ident. Nº .....

Exp. em ...../...../..... Estado .....

Obs.: .....

Data Emissão 27/01/2012 SRTE .....

ROZELI FRANCISCA DE GODOY

Assinatura do Funcionário Matrícula 1528

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 15ª REGIÃO
Convênio PJe
Jaguariúna

ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE

(Com relação a nome, est. civil e data na

Nome .....

Doc. .....

Nome .....

Doc. .....

Nome .....

Doc. .....

Est. Civil .....

Doc. .....

Est. Civil .....

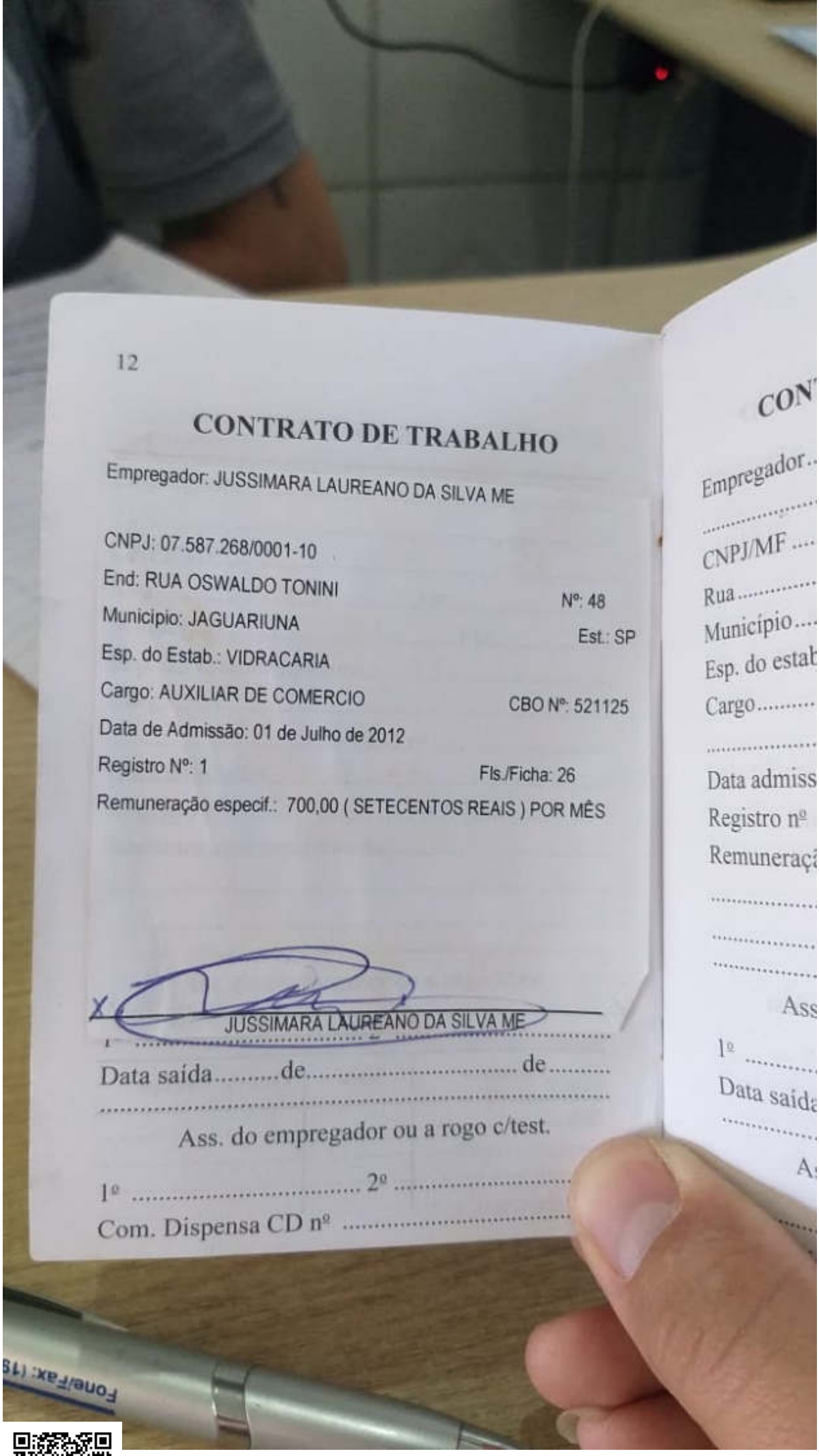
Doc. .....

Nascimento .....

Doc. .....

Doc. .....

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA - 11/09/2019 16:17:27 - ae4b587
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19091116161744100000115484594
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. ae4b587 - Pág. 2
Número do documento: 19091116161744100000115484594



12

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador: JUSSIMARA LAUREANO DA SILVA ME

CNPJ: 07.587.268/0001-10

End: RUA OSWALDO TONINI Nº: 48

Municipio: JAGUARIUNA Est.: SP

Esp. do Estab.: VIDRACARIA

Cargo: AUXILIAR DE COMERCIO CBO Nº: 521125

Data de Admissão: 01 de Julho de 2012

Registro Nº: 1 Fls./Ficha: 26

Remuneração especif.: 700,00 (SETECENTOS REAIS) POR MÊS

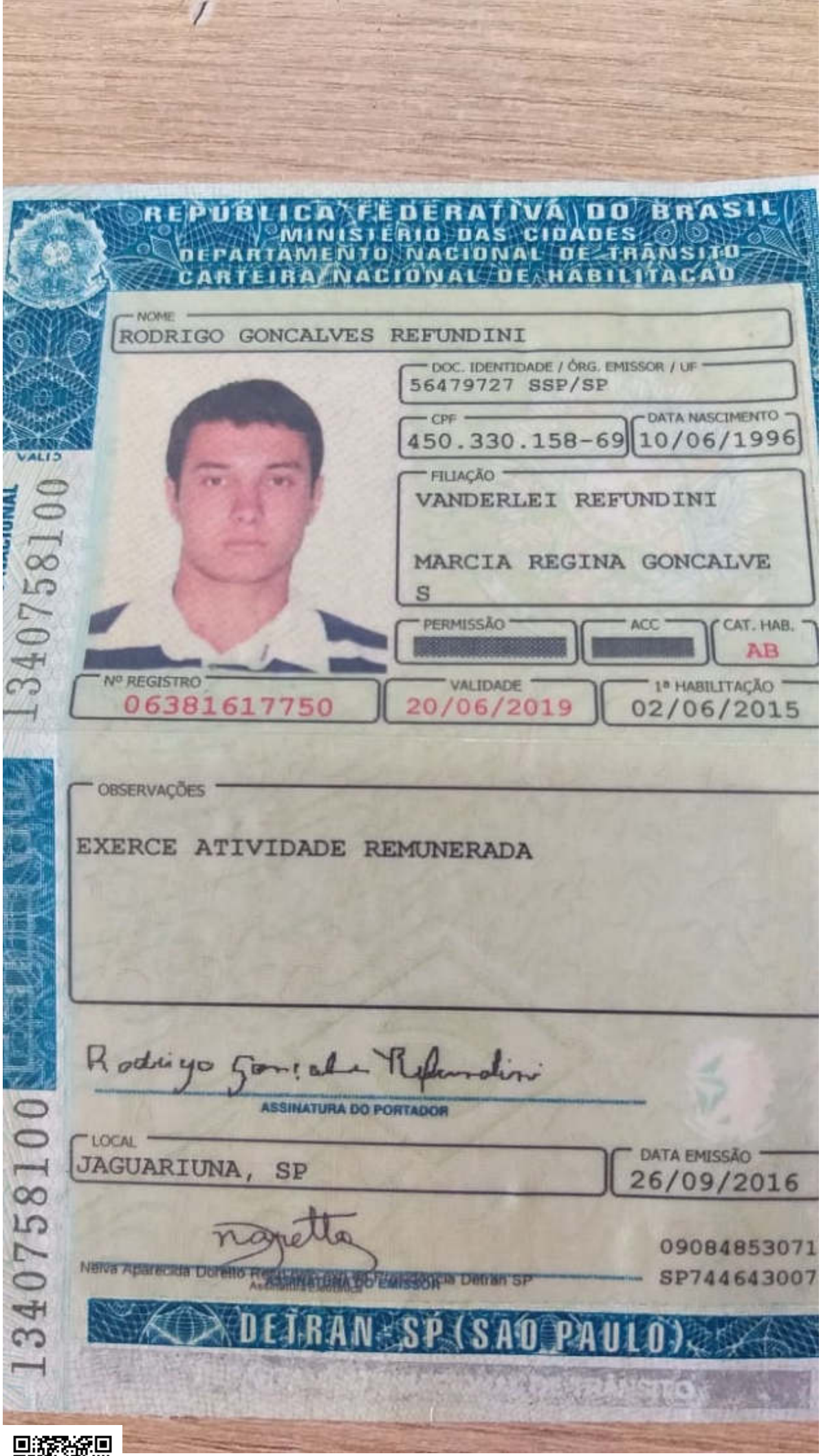
X JUSSIMARA LAUREANO DA SILVA ME

Data saída.....de.....de.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Com. Dispensa CD nº .....



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
RODRIGO GONCALVES REFUNDINI

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
56479727 SSP/SP

CPF
450.330.158-69

DATA NASCIMENTO
10/06/1996

FILIAÇÃO
VANDERLEI REFUNDINI
MARCIA REGINA GONCALVE
S

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
06381617750

VALIDADE
20/06/2019

1ª HABILITAÇÃO
02/06/2015

OBSERVAÇÕES
EXERCE ATIVIDADE REMUNERADA

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
JAGUARIUNA, SP

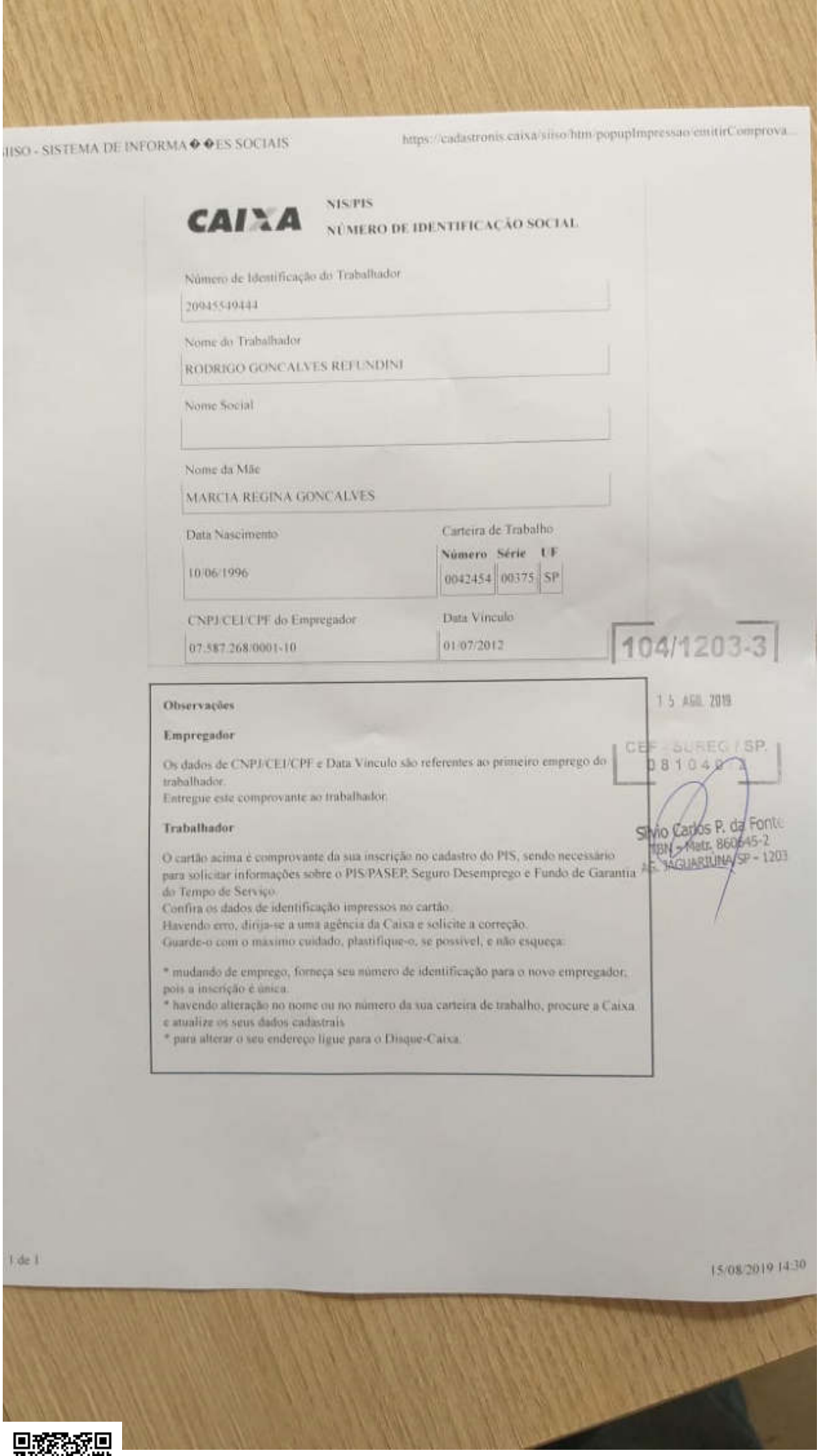
DATA EMISSÃO
26/09/2016

09084853071
SP744643007

DETRAN - SP (SÃO PAULO)

13407581000

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA - 11/09/2019 16:17:27 - e654862
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19091116162579600000115484616
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. e654862 - Pág. 1
Número do documento: 19091116162579600000115484616



...ISO - SISTEMA DE INFORMA��ES SOCIAIS https://cadastronis.caixa/siso/htm/popupImpressao/emitirComprova...

CAIXA

NIS/PIS

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO SOCIAL

Número de Identificação do Trabalhador
20945549444

Nome do Trabalhador
RODRIGO GONCALVES REFUNDINI

Nome Social

Nome da Mãe
MARCIA REGINA GONCALVES

Data Nascimento	Carteira de Trabalho		
	Número	Série	UF
10/06/1996	0042454	00375	SP

CNPJ/CEI/CPF do Empregador	Data Vinculo
07.587.268/0001-10	01/07/2012

104/1203-3

15 AGO 2019

CEF - SUREG / SP
0810482

Sílvio Carlos P. da Fonte
MBN - Matr. 860645-2
AG. AGUARIUNA/SP - 1203

Observações

Empregador

Os dados de CNPJ/CEI/CPF e Data Vinculo são referentes ao primeiro emprego do trabalhador.
Entregue este comprovante ao trabalhador.

Trabalhador

O cartão acima é comprovante da sua inscrição no cadastro do PIS, sendo necessário para solicitar informações sobre o PIS/PASEP, Seguro Desemprego e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
Confira os dados de identificação impressos no cartão.
Havendo erro, dirija-se a uma agência da Caixa e solicite a correção.
Guarde-o com o máximo cuidado, plastifique-o, se possível, e não esqueça:

* mudando de emprego, forneça seu número de identificação para o novo empregador, pois a inscrição é única.
* havendo alteração no nome ou no número da sua carteira de trabalho, procure a Caixa e atualize os seus dados cadastrais.
* para alterar o seu endereço ligue para o Disque-Caixa.

1 de 1

15/08/2019 14:30

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA - 11/09/2019 16:17:27 - 4d5863c
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19091116163107200000115484628
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. 4d5863c - Pág. 1
Número do documento: 19091116163107200000115484628

JUSSIMARA SILVA DURANTE ME
RUA OSVALDO TONINI 46
07.587.268/0001-10

Demonstrativo de Pagamento de Salário

JAGUARIUNA - SP
JUNHO/2019

Código | Nome do Funcionário | CBO | Emp. | Local | Depto. | Setor | Seção | Função
25 RODRIGO GONCALVES REFUNDINI | 716305 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | ADTO
VIDRACEIRO IV | ADMISSAO: 01/07/2012

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
20	ADIANTAMENTO CREDITO	40,00	201,68	

Salário Base: 1.512,60
Sal. Contr. INSS: 0,00
Base Calc. FGTS: 0,00
F.G.T.S do Mês: 0,00
Total de Vencimentos: 201,68
Valor Líquido
Total de Descontos: 0,00
Base Calc. IRRF: 0,00
Falta SRF: 0,00
201,68

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

20/09/19
DATA

ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA - 11/09/2019 16:17:28 - 6e975a5
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19091116163982500000115484663
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. 6e975a5 - Pág. 1
Número do documento: 19091116163982500000115484663








Leo
Cola de contato
VENDA PROIBIDA PARA MENORES DE 18 ANOS
2,8 kg



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 15ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Campinas
Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123
tel: (19) 32327997 - e.mail: saj.3vt.campinas@trt15.jus.br

PROCESSO: 0011335-78.2019.5.15.0043
CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

DECISÃO PJe-JT

Reconheço a dependência em face do processo **0011159-02.2019.5.15.0043**, que foi **extinto sem resolução do mérito**, uma vez que a presente ação reitera pedido formulado naquela demanda, nos termos do art. 286, II, do Código de Processo Civil.

CAMPINAS, 11 de Setembro de 2019.

ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA

Juiz(a) do Trabalho

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS-SP

RODRIGO GONÇALVES REFUDINI, já qualificado nos autos em epigrafe, po r seus advogados, vêm à presença de Vossa Excelência, apresentar emenda a inicial determinando os valores, e anexando o contrato citado na inicial, conforme segue:

DOS PEDIDOS

a) Seja a Reclamada condenada ao pagamento das seguintes **VERBAS TRABALHISTAS E RESCISÓRIAS** do Reclamante, **INCLUINDO VERBAS INDENIZATÓRIAS**, tudo corrigido conforme salario correto, ou seja R$ 2.200,00, com juros e correção monetária (mais diferenças calculadas no valor correto do salário), ressalte-se que os valores já estão corretos respeitando a prescrição quinquenal , veja a data do calculo:

Dados para o cálculo:

Data de admissão:	01/08/2014
Data de demissão:	01/08/2019
Último salário:	2.640,00
Motivo da rescisão:	Dispensa sem justa causa

Descrição das verbas	Valor	FGTS
Saldo de salário:	88	7,04
Aviso prévio indenizado:	4.488,00	359,04
13º salário sobre aviso:	374	29,92
Férias salário sobre aviso:	374	
1/3 férias salário sobre aviso:	124,67	
13º salário de 01/01/2019 a 01/08/2019 (7/12 avos)	1.540,00	123,2
Férias de 01/08/2017 a 31/07/2018 (12/12 avos)	5.280,00	
1/3 férias de 01/08/2017 a 31/07/2018	1.760,00	
Férias de 01/08/2018 a 31/07/2019 (12/12 avos)	2.640,00	
1/3 férias de 01/08/2018 a 31/07/2019	880	
Total	**17.548,67**	**519,2**
Estimativa do FGTS não depositado (sobre salários)		17.952,00

Multa 40% sobre FGTS		7.388,48
Total	**17.548,67**	**25.859,68**
Deduções		
INSS (88,00 X 8,00 %)	-7,04	
INSS 13º salário (1.540,00 X 8,00 %)	-123,2	
IRRF (2.370,43 X 7,50% - 142,80)	-34,98	
Total deduções	**-165,22**	
Resumo geral		
Verbas rescisórias	17.548,67	
FGTS + multa 40%	**25.859,68**	
Deduções	-165,22	
Total líquido	**43.408,35**	

b) Seja reconhecido a insalubridade diante das substancias e produtos utilizados diariamente sem uso algum de EPI, o valor está em 20% insalubridade media, poderá ser majorada para o grau máximo de 40%, portanto o valor poderá aumentar R$ 9.265,00

c) Sejam as Reclamadas condenadas ao pagamento de honorários advocatícios a 15% (vinte por cento) R$ 11.543, 00

d) Seja a reclamada compelida a indeniza por danos morais, de forma justa , conforme relatado no item pertinente, no valor de R$ 5.280,00

e) Sejam as reclamadas condenadas ao pagamento da multa do artigo 477 da CLT R$ 2.200,00;

f) Sejam as reclamadas condenadas ao pagamento da multa do artigo 467 da CLT. R$ 21.000,00

Todos os cálculos apresentados se tratam de estimativas para fins de distribuição, baseados na última remuneração da Reclamante, sem a inclusão de reflexos, devendo ser apurados em regular liquidação de sentença, e acrescidos de juros e correção monetária, até a data do efetivo pagamento;

Nestes termos, pede deferimento.

Pedreira, 11 de setembro de 2019.

DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA

OAB/SP 346.474

DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA
OAB/SP 346.474

LEONARDO CAMARGO JUNIOR
OAB/SP 378.805

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ENTREGA DE BENS MÓVEIS PARA ABATIMENTO DE DIVIDA TRABALHISTA

(VALOR DO CONTRATO R$ 24.795,00 (VINTE E QUATRO MIL SETECENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS)

Pelo presente instrumento particular de compromisso de um lado **BRUNO AUGUSTO GONÇALVES REFUNDINI**, brasileiro, desempregado, solteiro, maior, capaz, portador do RGNº 43.212.266-7, titular do CPFnº 449.993.918-64, residente e domiciliado na Rua Vicenti Maldonete dos Santos, nº56A, em Jaguariuna – SP; **LEANDRO GONÇALVES CAMARGO,** brasileiro, desempregado, casado, portador do RGnº 48.110.461-6, titular do CPF nº 389.821.178-90, residente e domiciliado na Estrada Judite dos Santos Pinto nº 421, bloco 7, apto 12, Cruzeiro do Sul, Jaguariuna – SP; **JOSÉ DONIZETE DURANTE,** brasileiro, desempregado, casado, portador do RGnº 12.550.225, e titular do CPFnº 016.156.038-59, Residente e domiciliado na rua Francisco Correia Viana , 48, bairro Boa Vista, em Jaguariuna – SP; **JOSÉ ROBERTO FERREIRA DE ARRUDA,** brasileiro, casado, desempregado, residente e domiciliado na rua Bruna Laurita Mazoti de Almeida, nº 262, bairro Florianopolis, em Jaguariuna – SP ; **RODRIGO GONÇALVES REFUDINI,** brasileiro, desempregado, solteiro, maior, capaz, portador do RGnº 5.647.972-7, titular do CPfnº 450.330.158-69, residente e domiciliado na rua Vicente Maldonete dos Santos, 56ª, Berlim, em Jaguariuna – SP; **TIAGO FERNANDO MOREIRA DA SILVA,** brasileiro, casado, desempregado, portador do RGnº 50.030.857-3, titular do CPFnº 403.910.138-31, residente e domiciliado na rua Salles, 123, fundos, Nova Jaguariuna, em Jaguariuna – SP ora chamados **EMPREGADOS** e do outro lado **JUSSMARA LAUREANO DA SILVA ME,** inscrita no CNPJ nº 07.587.268/0001-10, com sede na Rua Oswaldo Tonini, 48, em Jaguariuna – SP, na pessoa de seu representante legal **ANTONIO CARLOS DURANTE** ora

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA - 12/09/2019 11:10:34 - 45e2e6d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19091116485888400000115490856
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. 45e2e6d - Pág. 1
Número do documento: 19091116485888400000115490856

chamado **EMPREGADOR**, tem, entre si, como justo e contratado o que se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETIVO DO CONTRATO

Este tem por objetivo estipular como parte de pagamento referente a dividas trabalhistas, os objetos, ou bens moveis abaixo elencados, de acordo com o valor também acordado e ratificado pelo contrato.
Ressalte-se que o restante da divida trabalhista, será colocada no processo movido pelos empregados, já qualificados neste contrato, ocasião essa que será determinada a forma de pagamento das verbas rescisórias e indenizatórias através de sentença judicial ou em acordo homologado pelo juiz.
Entretanto, o valor total do contrato será dividido entre os empregados, abatendo a divida do empregador de forma igualitária com todos eles.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS OBJETOS

O EMPREGADOR entrega aos EMPREGADOS como forma de parte de pagamento das verbas trabalhistas (indenizatórias e rescisórias) pelo termino de relação de trabalho os seguintes bens moveis, pelo preço certo e ajustado abaixo:

- AUTOMOVEL ESTRADA, ANO 2005 – R$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS);
- FIAT UNO, ANO 1997 – R$ 3.800,00 (TRÊS MIL E OITOCENTOS REAIS);
- CAVALETE PARA VIDROS – R$500,00 (QUINHENTOS REAIS);
- CONJUNTO DE MESA//ARMARIO// CADEIRAS (4) – R$ 1.500,00 (MIL E QUINHENTOS REAIS);
- FURADEIRA G – R$380,00 (TREZENTOS E OITENTA REAIS);
- SERRA G – R$1.100,00 (MIL E CEM REAIS);

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA - 12/09/2019 11:10:34 - 45e2e6d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19091116485888400000115490856
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. 45e2e6d - Pág. 2
Número do documento: 19091116485888400000115490856

- LIXADEIRA – R$ 450,00 DA FURADEIRA E R$ 450,00 DO CONSERTO DESTA FERRAMENTA, TOTALIZANDO NESTE ITEM R$ 900,00 (NOVECENTOS REAIS);
- ESCADA M – R$50,00 (CINQUENTA REAIS);
- ESCADA P – R$ 20,00 (VINTE REAIS);
- BOMBA SILICONE – R$ 10,00 (DEZ REAIS);
- EXTENÇÃO ELETRICA R$50,00 (CINQUENTA REAIS);
- MASSA – R$ 50,00 (CINQUENTA REAIS);
- BOTÃO DE ESPELHO – R$ 45,00 (QUARENTA E CINCO REAIS);
- 10 CHAPAS DE VIDROS – R$ 1.400,00 (MIL E QUATROCENTOS REAIS).

R$	15.000,00
R$	3.800,00
R$	500,00
R$	1.500,00
R$	380,00
R$	1.100,00
R$	900,00
R$	50,00
R$	20,00
R$	50,00
R$	50,00
R$	45,00
R$	1.400,00
R$	**24.795,00**

CLÁUSULA TERCEIRA – ÔNUS E/OU SINISTRO

Ocorrendo a multa, sinistros, penhora, quaisquer tipos de gravames, documentos com licenciamento e ipva atrasados, até a data de 01/08/2019, dos carros elencados na clausula segunda, estará por única e exclusiva responsabilidade do EMPREGADOR, e no caso de penhora e bloqueio dos veículos constantes da mesma clausula, anteriores também a data de 01/08/2019, o EMPREGADOR se obriga a dar bens no valor equivalente ou pagamento em pecúnia, com referencia os valores deste contrato, ainda, será responsável por todas despesas que os EMPREGADOS tiverem de dispor para

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA - 12/09/2019 11:10:34 - 45e2e6d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19091116485888400000115490856
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. 45e2e6d - Pág. 3
Número do documento: 19091116485888400000115490856

realizar a cobrança extrajudicial e judicial, realizado diretamente pelo seu departamento de cobrança ou por terceiros que prestem este serviço.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DOS EMPREGADOS

Os EMPREGADOS , por sua vez se comprometem em abater o valor referente aos bens moveis por eles recebido e rateado, nas verbas trabalhistas que faltam ser pagas, advindas desta relação de trabalho de forma justa.

CLAUSULA QUINTA – DIVISÃO DE BENS E VALORES ENTRE OS EMPREGADOS

O valor total dos bens que é de R$ 24.795,00 (VINTE E QUATRO MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS) será divido pelos seis empregados de forma igualitárias, ou seja, cada um terá como pagamento em forma de bens o valor de R$ 4.132,50 (QUATRO MIL CENTO E TRINTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS) , que será abatido do valor das verbas trabalhistas de cada funcionário, ou seja, de forma individual.
Dando desta forma quitação apenas no valor recebido, salientando que não quita toda divida trabalhista.

CLÁUSULA SEXTA – FORO

As partes elegem o foro desta cidade Jaguariuna – SP, para dirimir as questões oriundas deste contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem as partes, EMPREGADOR e EMPREGADOS, em pleno acordo, em tudo quanto se encontra disposto neste instrumento particular, assinam-

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA - 12/09/2019 11:10:34 - 45e2e6d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19091116485888400000115490856
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. 45e2e6d - Pág. 4
Número do documento: 19091116485888400000115490856

no na presença das duas testemunhas abaixo, em 3 vias de igual teor e forma, destinando-se uma via para cada contratante.

Jaguariuna – SP, 01 de agosto de 2019.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Empregados

_____

Empregador

Testemunha

Testemunha

Daniela de Godoi Moreira Villalva

OAB/SP 346.474 SSP/SP

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA - 12/09/2019 11:10:34 - 45e2e6d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19091116485888400000115490856
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. 45e2e6d - Pág. 5
Número do documento: 19091116485888400000115490856

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

D E S P A C H O

gab/aa

Designo audiência una para o dia 11/02/2020 às 13:00.

As partes deverão comparecer para depoimentos pessoais, sob pena de confissão (Súmula 74 do C. TST).

Havendo pedido expresso de perícia técnica ou médica, não haverá a oitiva de partes e testemunhas em audiência, mas exclusivamente deliberações acerca do pedido pericial.

Intimem-se as partes com as cominações de praxe.

Em 12 de Setembro de 2019.

Juiz(íza) do Trabalho

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

D E S P A C H O

gab/aa

Designo audiência una para o dia 11/02/2020 às 13:00.

As partes deverão comparecer para depoimentos pessoais, sob pena de confissão (Súmula 74 do C. TST).

Havendo pedido expresso de perícia técnica ou médica, não haverá a oitiva de partes e testemunhas em audiência, mas exclusivamente deliberações acerca do pedido pericial.

Intimem-se as partes com as cominações de praxe.

Em 12 de Setembro de 2019.

Juiz(íza) do Trabalho

ÃO AOS CORREIOS:
NCONTRADO O DESTINATÁRIO, DEVOLVER
HS., CONF. PAR. ÚNICO ART. 774 DA CLT.

Carta
9912353797-DR/SI
TRT 15ª Regiã
CORREIOS

Poder Judiciário Federal
Justiça do Trabalho - TRT 15ª Região

3ª Vara do Trabalho de Campinas
Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123
(19) 32327997 - saj.3vt.campinas@trt15.jus.br

Postado em: 22/10/2019

DESTINATÁRIO:

JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

Rua Oswaldo Tonini, 48, Nova Jaguariuna, CEP :13820-000

PROCESSO: 0011335-78.2019.5.15.0043

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME CNPJ: 07.587.268/0001-10

NOTIFICAÇÃO JUDICIAL EM PROCESSO ELETRÔNICO (PJe)

Fica V. Sa. notificado para comparecer à audiência que se realizará no dia **11/02/2020 13:00 h**, na sala de audiências da **3ª Vara do Trabalho de Campinas**, situada à Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123. A petição inicial e documentos poderão ser acessados apenas em meio eletrônico, mediante consulta ao seguinte endereço na internet: **http://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam**, digitando no campo "número do documento" o(s) número(s) descrito(s) como chave(s) de acesso, abaixo identificado(s):

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Despacho	Despacho	19091212433875600000115544977
		19091116485888400000 1

Contrato	Contrato	15490856
emenda a inicial	Manifestação	190911164750654000001 15490790
Decisão de prevenção	Decisão	190911230735042000001 15513583
Fotografia	Fotografia	190911161700169000001 15484732
Fotografia	Fotografia	190911161657260000001 15484721
Fotografia	Fotografia	190911161653202000001 15484705
Fotografia	Fotografia	190911161643688000001 15484678
Contracheque/Recibo de Salário	Contracheque/Recibo de Salário	190911161639825000001 15484663
Extrato de FGTS	Extrato de FGTS	190911161631072000001 15484628
cnh	Documento Diverso	190911161625796000001 15484616
Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)	Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)	190911161617441000001 15484594
Declaração de Hipossuficiência	Declaração de Hipossuficiência	190911161611628000001 15484578
Procuração	Procuração	190911161609145000001 15484570
rt	Documento Diverso	190911161603773000001 15484552
Petição Inicial	Petição Inicial	190911161144192000001 15483758

Caso V. S.ª não consiga consultá-los via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso a eles ou receber orientações.

PARA VISUALIZAÇÃO, UTILIZAR O NAVEGADOR MOZILLA FIREFOX

A audiência será UNA, nos termos da CLT.

A defesa e os documentos deverão ser apresentados dentro do Processo Judicial Eletrônico (PJe), acessado com assinatura digital, até o horário da abertura da audiência, nos termos da Lei 11.419 /2006, da Resolução 136/2014 do CSJT e do Provimento GP-VPJ-CR Nº 4/2013 do TRT da 15ª Região.

Caso a antecedência não seja observada, a defesa poderá ser apresentada oralmente em audiência, nos termos do artigo 847 da CLT.

Se V. S.ª não possuir equipamento para conversão ou escaneamento de documentos em formato PDF, deverá comparecer à Unidade Judiciária para proceder à adequação dos documentos por meio dos equipamentos disponíveis na Central de Atendimento.

Na audiência referida lhe é facultado fazer-se substituir por um preposto (empregado) que tenha conhecimento direto dos fatos, bem como fazer-se acompanhar por advogado(a), sendo que o não comparecimento à audiência poderá acarretar sérios prejuízos, presumindo-se aceitos como verdadeiros

todos os fatos alegados pelo autor e constantes da petição inicial, nos termos do Art. 844 da CLT, esclarecendo, por fim que em se tratando de pessoa jurídica, deverá apresentar com a defesa a cópia atual do estatuto constitutivo (contrato social) de forma eletrônica.

Não será aceita contestação ou qualquer outro tipo de petição relativa a esse processo eletrônico que sejam encaminhadas por intermédio de e-Doc, protocolo integrado ou outros meios disponíveis no TRT da 15ª Região.

Salvo tratar-se de situação que efetivamente exija a adoção do procedimento, RECOMENDA-SE NÃO UTILIZAR

A OPÇÃO "SIGILO" QUANDO DA JUNTADA DA CONTESTAÇÃO E DOCUMENTOS.

CAMPINAS , 21 de Outubro de 2019 .

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

Certifico a devolução da notificação Id 2180a80 - enviada à/ao reclamada/ **JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME**, via Correios, com a informação: mudou-se.

CAMPINAS/SP, 13 de novembro de 2019.

WILLIAM ELDE SILVERIO
Assessor

ÃO AOS CORREIOS:
NCONTRADO O DESTINATÁRIO, DEVOLVER
HS., CONF. PAR. ÚNICO ART. 774 DA CLT.

Carta
9912353797-DR/S
TRT 15ª Regiã
CORREIOS

Poder Judiciário Federal
Justiça do Trabalho - TRT 15ª Região

3 Vara do Trabalho de Campinas

Avenida Jos de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123

(19) 32327997 - saj.3vt.campinas@trt15.jus.br

Postado em: 26/11/2019

DESTINAT RIO: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME na pessoa do s cio JUSSIMARA SILVA DURANTE

RUA BRUNA LAURITA MASOTI DE ALMEIDA, 262, JD FLORIANOPOLIS, JAGUARIUNA/SP, CEP: 13910-268

PROCESSO: 0011335-78.2019.5.15.0043

CLASSE: A O TRABALHISTA - RITO ORDIN RIO (985)

AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME CNPJ: 07.587.268/0001-10

NOTIFICA O JUDICIAL EM PROCESSO ELETR NICO (PJe)

Fica V. Sa. notificado para comparecer audi ncia que se realizar no dia **11/02/2020 13:00 h**, na sala de audi ncias da **3 Vara do Trabalho de Campinas**, situada Avenida Jos de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123. A peti o inicial e documentos poder o ser acessados apenas em meio eletr nico, mediante consulta ao seguinte endere o na internet: **http://pje.trt15.jus.br /primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam**, digitando no campo "n mero do documento" o(s) n mero(s) descrito(s) como chave(s) de acesso, abaixo identificado(s):

Documentos associados ao processo

T tulo	Tipo	Chave de acesso**
Notifica o Devolvida JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME	Certid o	19111312122950100000119709547
		19102108253629700000

Notifica o	Notifica o	0118128738
Intima o	Intima o	1910210825362040000 0118128737
Despacho	Despacho	1909121243387560000 0115544977
Contrato	Contrato	1909116485888400000 0115490856
emenda a inicial	Manifesta o	1909116475065400000 0115490790
Decis o de preven o	Decis o	1909123073504200000 0115513583
Fotografia	Fotografia	1909116170016900000 0115484732
Fotografia	Fotografia	1909116165726000000 0115484721
Fotografia	Fotografia	1909116165320200000 0115484705
Fotografia	Fotografia	1909116164368800000 0115484678
Contracheque/Recibo de Sal rio	Contracheque/Recibo de Sal rio	1909116163982500000 0115484663
Extrato de FGTS	Extrato de FGTS	1909116163107200000 0115484628
cnh	Documento Diverso	1909116162579600000 0115484616
Carteira de Trabalho e Previd ncia Social (CTPS)	Carteira de Trabalho e Previd ncia Social (CTPS)	1909116161744100000 0115484594
Declara o de Hipossufici ncia	Declara o de Hipossufici ncia	1909116161162800000 0115484578
Procura o	Procura o	1909116160914500000 0115484570
rt	Documento Diverso	1909116160377300000 0115484552
Peti o Inicial	Peti o Inicial	1909116114419200000 0115483758

Caso V. S. n o consiga consult -los via internet, dever comparecer Unidade Judici ria (endere o acima indicado) para ter acesso a eles ou receber orienta es.

PARA VISUALIZA O, UTILIZAR O NAVEGADOR MOZILLA FIREFOX

A audi ncia ser UNA, nos termos da CLT.

A defesa e os documentos dever o ser apresentados dentro do Processo Judicial Eletr nico (PJe), acessado com assinatura digital, at o hor rio da abertura da audi ncia, nos termos da Lei 11.419 /2006, da Resolu o 136/2014 do CSJT e do Provimento GP-VPJ-CR N 4/2013 do TRT da 15 Regi o.

Caso a anteced ncia n o seja observada, a defesa poder ser apresentada oralmente em audi ncia, nos termos do artigo 847 da CLT.

Se V. S. n o possuir equipamento para convers o ou escaneamento de documentos em formato PDF, dever comparecer Unidade Judici ria para proceder adequa o dos documentos por meio dos equipamentos dispon veis na Central de Atendimento.

Na audi ncia referida lhe facultado fazer-se substituir por um preposto (empregado) que tenha conhecimento direto dos fatos, bem como fazer-se acompanhar por advogado(a), sendo que o n o comparecimento audi ncia poder acarretar s rios preju zos, presumindo-se aceitos como verdadeiros todos os fatos alegados pelo autor e constantes da peti o inicial, nos termos do Art. 844 da CLT, esclarecendo, por fim que em se tratando de pessoa jur dica, dever apresentar com a defesa a c pia atual do estatuto constitutivo (contrato social) de forma eletr nica.

N o ser aceita contesta o ou qualquer outro tipo de peti o relativa a esse processo eletr nico que sejam encaminhadas por interm dio de e-Doc, protocolo integrado ou outros meios dispon veis no TRT da 15 Regi o.

Salvo tratar-se de situa o que efetivamente exija a ado o do procedimento, RECOMENDA-SE N O UTILIZAR

A OP O "SIGILO" QUANDO DA JUNTADA DA CONTESTA O E DOCUMENTOS.

CAMPINAS , 21 de Novembro de 2019 .

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS-SP

PROCESSO Nº 0011335-78.2019.5.15.0043

RODRIGO GONCALVES REFUNDINI, por seus advogados que esta subscrevem, com procuração anexada, , vêm à presença de Vossa Excelência, informar que sobre os veículos constantes no contrato, instrumento particular que disciplina parcialmente uma parte de pagamento das verbas trabalhista, o qual foi assinado em agosto de 2019, estão todos bloqueados pelos processo cível nº 1000207-40.2018.8.26.0298 na Comarca de Jaguariúna - SP , o qual foi incluído dia 04/10/2019.

- €€€€€€€€ AUTOMOVEL ESTRADA, PLACA HBW 3528, ANO 2005;
- €€€€€€€€ FIAT UNO, PLACA CGV 3095, ANO 1997;

Ainda, como não bastasse, o reclamado, abriu outra vidraçaria em Jaguariuna - SP , conforme pagina de facebook, segue abaixo endereço:

Rua Bruna Laurita Massoti de Almeida 232, Jd Florianopolis - Jaguariuna - SP.

Aproveita-se a oportunidade e anexa o laudo pericial de outro funcionário que também move ação em face do reclamado, saliente-se que ambos tinham a mesma função.

Pedreira, 10 de fevereiro de 2020.

DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA

OAB/SP 346.474

DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA
OAB/SP 346.474

LEONARDO CAMARGO JUNIOR
OAB/SP 378.805

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS-SP

PROCESSO Nº 0011335-78.2019.5.15.0043

RODRIGO GONCALVES REFUNDINI, por seus advogados que esta subscrevem, com procuração anexada, , vêm à presença de Vossa Excelência, informar que sobre os veículos constantes no contrato, instrumento particular que disciplina parcialmente uma parte de pagamento das verbas trabalhista, o qual foi assinado em agosto de 2019, estão todos bloqueados pelos processo cível nº 1000207-40.2018.8.26.0298 na Comarca de Jaguariúna – SP , o qual foi incluído dia 04/10/2019.

- AUTOMOVEL ESTRADA, PLACA HBW 3528, ANO 2005;
- FIAT UNO, PLACA CGV 3095, ANO 1997;

Ainda, como não bastasse, o reclamado, abriu outra vidraçaria em Jaguariuna – SP , conforme pagina de facebook, segue abaixo endereço:

Rua Bruna Laurita Massoti de Almeida 232, Jd Florianopolis – Jaguariuna – SP.

Aproveita-se a oportunidade e anexa o laudo pericial de outro funcionário que também move ação em face do reclamado, saliente-se que ambos tinham a mesma função.

Pedreira, 10 de fevereiro de 2020.

DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA
OAB/SP 346.474

peticao intermediaria1ro

DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA
OAB/SP 346.474

LEONARDO CAMARGO JUNIOR
OAB/SP 378.805

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ENTREGA DE BENS MÓVEIS PARA ABATIMENTO DE DIVIDA TRABALHISTA (VALOR DO CONTRATO R$ 24.795,00 (VINTE E QUATRO MIL SETECENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS)

Pelo presente instrumento particular de compromisso de um lado **BRUNO AUGUSTO GONÇALVES REFUNDINI**, brasileiro, desempregado, solteiro, maior, capaz, portador do RGNº 43.212.266-7, titular do CPFnº 449.993.918-64, residente e domiciliado na Rua Vicenti Maldonete dos Santos, nº56A, em Jaguariuna – SP; **LEANDRO GONÇALVES CAMARGO,** brasileiro, desempregado, casado, portador do RGnº 48.110.461-6, titular do CPF nº 389.821.178-90, residente e domiciliado na Estrada Judite dos Santos Pinto nº 421, bloco 7, apto 12, Cruzeiro do Sul, Jaguariuna – SP; **JOSÉ DONIZETE DURANTE,** brasileiro, desempregado, casado, portador do RGnº 12.550.225, e titular do CPFnº 016.156.038-59, Residente e domiciliado na rua Francisco Correia Viana , 48, bairro Boa Vista, em Jaguariuna – SP; **JOSÉ ROBERTO FERREIRA DE ARRUDA,** brasileiro, casado, desempregado, residente e domiciliado na rua Bruna Laurita Mazoti de Almeida, nº 262, bairro Florianopolis, em Jaguariuna – SP ; **RODRIGO GONÇALVES REFUDINI,** brasileiro, desempregado, solteiro, maior, capaz, portador do RGnº 5.647.972-7, titular do CPfnº 450.330.158-69, residente e domiciliado na rua Vicente Maldonete dos Santos, 56ª, Berlim, em Jaguariuna – SP; **TIAGO FERNANDO MOREIRA DA SILVA,** brasileiro, casado, desempregado, portador do RGnº 50.030.857-3, titular do CPFnº 403.910.138-31, residente e domiciliado na rua Salles, 123, fundos, Nova Jaguariuna, em Jaguariuna – SP ora chamados **EMPREGADOS** e do outro lado **JUSSMARA LAUREANO DA SILVA ME,** inscrita no CNPJ nº 07.587.268/0001-10, com sede na Rua Oswaldo Tonini, 48, em Jaguariuna – SP, na pessoa de seu representante legal **ANTONIO CARLOS DURANTE** ora

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA - 10/02/2020 20:46:53 - d7a50ec
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20021020460485500000124129032
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. d7a50ec - Pág. 1
Número do documento: 20021020460485500000124129032

chamado **EMPREGADOR**, tem, entre si, como justo e contratado o que se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETIVO DO CONTRATO

Este tem por objetivo estipular como parte de pagamento referente a dividas trabalhistas, os objetos, ou bens moveis abaixo elencados, de acordo com o valor também acordado e ratificado pelo contrato.

Ressalte-se que o restante da divida trabalhista, será colocada no processo movido pelos empregados, já qualificados neste contrato, ocasião essa que será determinada a forma de pagamento das verbas rescisórias e indenizatórias através de sentença judicial ou em acordo homologado pelo juiz.

Entretanto, o valor total do contrato será dividido entre os empregados, abatendo a divida do empregador de forma igualitária com todos eles.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS OBJETOS

O EMPREGADOR entrega aos EMPREGADOS como forma de parte de pagamento das verbas trabalhistas (indenizatórias e rescisórias) pelo termino de relação de trabalho os seguintes bens moveis, pelo preço certo e ajustado abaixo:

- AUTOMOVEL ESTRADA, ANO 2005 – R$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS);
- FIAT UNO, ANO 1997 – R$ 3.800,00 (TRÊS MIL E OITOCENTOS REAIS);
- CAVALETE PARA VIDROS – R$500,00 (QUINHENTOS REAIS);
- CONJUNTO DE MESA//ARMARIO// CADEIRAS (4) – R$ 1.500,00 (MIL E QUINHENTOS REAIS);
- FURADEIRA G – R$380,00 (TREZENTOS E OITENTA REAIS);
- SERRA G – R$1.100,00 (MIL E CEM REAIS);

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA - 10/02/2020 20:46:53 - d7a50ec
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20021020460485500000124129032
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. d7a50ec - Pág. 2
Número do documento: 20021020460485500000124129032

- LIXADEIRA – R$ 450,00 DA FURADEIRA E R$ 450,00 DO CONSERTO DESTA FERRAMENTA, TOTALIZANDO NESTE ITEM R$ 900,00 (NOVECENTOS REAIS);
- ESCADA M – R$50,00 (CINQUENTA REAIS);
- ESCADA P – R$ 20,00 (VINTE REAIS);
- BOMBA SILICONE – R$ 10,00 (DEZ REAIS);
- EXTENÇÃO ELETRICA R$50,00 (CINQUENTA REAIS);
- MASSA – R$ 50,00 (CINQUENTA REAIS);
- BOTÃO DE ESPELHO – R$ 45,00 (QUARENTA E CINCO REAIS);
- 10 CHAPAS DE VIDROS – R$ 1.400,00 (MIL E QUATROCENTOS REAIS).

R$	15.000,00
R$	3.800,00
R$	500,00
R$	1.500,00
R$	380,00
R$	1.100,00
R$	900,00
R$	50,00
R$	20,00
R$	50,00
R$	50,00
R$	45,00
R$	1.400,00
R$	**24.795,00**

CLÁUSULA TERCEIRA – ÔNUS E/OU SINISTRO

Ocorrendo a multa, sinistros, penhora, quaisquer tipos de gravames, documentos com licenciamento e ipva atrasados, até a data de 01/08/2019, dos carros elencados na clausula segunda, estará por única e exclusiva responsabilidade do EMPREGADOR, e no caso de penhora e bloqueio dos veiculos constantes da mesma clausula, anteriores também a data de 01/08/2019, o EMPREGADOR se obriga a dar bens no valor equivalente ou pagamento em pecúnia, com referencia os valores deste contrato, ainda, será responsável por todas despesas que os EMPREGADOS tiverem de dispor para

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA - 10/02/2020 20:46:53 - d7a50ec
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20021020460485500000124129032
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. d7a50ec - Pág. 3
Número do documento: 20021020460485500000124129032

realizar a cobrança extrajudicial e judicial, realizado diretamente pelo seu departamento de cobrança ou por terceiros que prestem este serviço.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DOS EMPREGADOS

Os EMPREGADOS , por sua vez se comprometem em abater o valor referente aos bens moveis por eles recebido e rateado, nas verbas trabalhistas que faltam ser pagas, advindas desta relação de trabalho de forma justa.

CLAUSULA QUINTA – DIVISÃO DE BENS E VALORES ENTRE OS EMPREGADOS

O valor total dos bens que é de R$ 24.795,00 (VINTE E QUATRO MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS) será divido pelos seis empregados de forma igualitárias, ou seja, cada um terá como pagamento em forma de bens o valor de R$ 4.132,50 (QUATRO MIL CENTO E TRINTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS) , que será abatido do valor das verbas trabalhistas de cada funcionário, ou seja, de forma individual.
Dando desta forma quitação apenas no valor recebido, salientando que não quita toda divida trabalhista.

CLÁUSULA SEXTA – FORO

As partes elegem o foro desta cidade Jaguariuna – SP, para dirimir as questões oriundas deste contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem as partes, EMPREGADOR e EMPREGADOS, em pleno acordo, em tudo quanto se encontra disposto neste instrumento particular, assinam-

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA - 10/02/2020 20:46:53 - d7a50ec
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20021020460485500000124129032
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. d7a50ec - Pág. 4
Número do documento: 20021020460485500000124129032

no na presença das duas testemunhas abaixo, em 3 vias de igual teor e forma, destinando-se uma via para cada contratante.

Jaguariuna – SP, 01 de agosto de 2019.

José Dougeta Durante
Rodrigo Gonçalves Refundini
José Roberto Ferreira de Amorim
Bruno A. S. Refundini
Leandro Gonçalves Camargo
Luiz Fernando Moreira da Silva

Empregados

ANTONIO CARLOS DURANTE

Empregador

Testemunha

Testemunha

Daniela de Godoi Moreira Villalva
OAB/SP 346.474 SSP/SP

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA - 10/02/2020 20:46:53 - d7a50ec
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20021020460485500000124129032
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. d7a50ec - Pág. 5
Número do documento: 20021020460485500000124129032

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA - 10/02/2020 20:46:53 - 70ee355
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20021020462334300000124129043
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 20021020462334300000124129043

António Durante

Agora mesmo •

Bom dia pessoal
A VIDRAÇARIA DURANTE esta reabrindo hoje em novo endereço, Rua Bruna Laurita massoti de Almeida 232 Florianópolis.
Podem ligar pra pedir seu orçamento sem compromisso temos o telefone fixo 39375221 também podem me ligar 974134833 ou mandar mensagem no watts.
Todo recomeço é difícil por isso conto com a ajuda de todos, clientes novos e antigos.
Muito obrigado Boa semana pra todos fiquem com DEUS 🙏🙏🙏



ID. 70ee355 - Pág. 1

Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
Processo Judicial Eletrônico - 1º Grau

O documento a seguir foi juntado aos autos do processo de número 0011136-86.2019.5.15.0130 em 28/01/2020 23:07:02 - 357a6c9 e assinado eletronicamente por:

- CEDRIC KOBERLE

Consulte este documento em:
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
usando o código **20012823064951500000123266855**

Documento assinado pelo Shodo

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA - 10/02/2020 20:46:54 - cefdc70
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20021020463724600000124129049
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. cefdc70 - Pág. 1
Número do documento: 20021020463724600000124129049

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA DÉCIMA PRIMEIRA VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS – ESTADO DE SÃO PAULO

Processo nº: **0011136-86.2019.5.15.0130**
Reclamante: **BRUNO AUGUSTO GONCALVES REFUNDINI**
Reclamada: **JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME**

CEDRIC KÖBERLE, engenheiro de produção e de segurança do trabalho, inscrito no CREA sob o nº: 5061299179-SP, tendo sido designado por Vossa Excelência para atuar como perito técnico nos autos do processo em epígrafe, vem respeitosamente apresentar o laudo pericial anexo, para sua juntada aos autos do processo em questão, estimadas as despesas do trabalho efetuado em R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), ou solicita a critério de Vossa Excelência seu arbitramento.

Permanecendo à disposição de Vossa Excelência para quaisquer outras informações que repute necessárias.

Nestes termos, pede deferimento.

Campinas, 04 de janeiro de 2020.

CEDRIC KÖBERLE
Eng.º de Segurança do Trabalho
CREA 5061299179-SP

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA - 10/02/2020 20:46:54 - cefdc70
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20021020463724600000124129049
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. cefdc70 - Pág. 2
Número do documento: 20021020463724600000124129049

LAUDO TÉCNICO PERICIAL

SUMÁRIO

1) Objetivos da perícia;
2) Considerações preliminares;
3) Atividades exercidas pelo reclamante;
4) Local de trabalho;
5) Instrumentos utilizados no levantamento;
6) Metodologia do levantamento técnico;
7) Levantamento, exame das condições e ambiente de trabalho;
8) Equipamentos de proteção individual – EPIs;
9) Conclusão;
10) Quesitos do reclamante;
11) Quesitos da reclamada;
12) Bibliografia;
13) Valor dos honorários, e;
14) Encerramento.

1. OBJETIVOS DA PERÍCIA

O objetivo da perícia ora realizada é definir se existiam, nas atividades desempenhadas pelo reclamante, condições que possam ser caracterizadas como insalubres de acordo com a Lei nº 6.514 de 22 de dezembro de 1977 e Portaria 3.214, de 08 de junho de 1978 e se tal for confirmado, determinar qual o grau de insalubridade.

2. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Para realizar a perícia a qual fui designado conforme determinado na ata de audiência dos autos e para bem poder avaliar os elementos referentes ao trabalho efetuado pelo reclamante, foi realizada a vistoria nas dependências da reclamada, *Jussimara Silva*

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA - 10/02/2020 20:46:54 - cefdc70
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20021020463724600000124129049
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. cefdc70 - Pág. 3
Número do documento: 20021020463724600000124129049

Durante – ME, localizada na Rua Oswaldo Tonini, nº: 48, Nova Jaguariúna – Jaguariúna/SP, em 16/12/2019.

Pela parte reclamante estiveram presentes na entrevista e acompanharam o perito durante a vistoria, prestando as informações necessárias à elaboração do laudo pericial:

Sr. Bruno Augusto Gonçalves Refundini	Reclamante
Sr.ª Daniela de Godoy Moreira Villalva	Patrono

Pela parte reclamada, ninguém compareceu.

Na entrevista preliminar e eventual visita aos locais e instalações onde o reclamante trabalhou para a reclamada, são efetuados os levantamentos dos riscos potenciais que geram condições insalubres ao trabalhador, de acordo com a NR-15, da Lei 6.514/77, aprovada pela Portaria 3.214/78, a qual trata das atividades e operações insalubres, sendo estes: ruído, iluminação, calor, agentes químicos, radiações ionizantes, radiações não ionizantes, vibração, frio, umidade, poeiras minerais e agentes biológicos, bem como é observada a legislação vigente sobre insalubridade.

3. ATIVIDADES EXERCIDAS PELO RECLAMANTE

O reclamante foi admitido em 01/10/2016 para exercer o cargo de *Auxiliar de Comércio* e trabalhar no setor *Comercial*. O reclamante rescindiu o contrato de trabalho em 01/08/2019 e tinha as seguintes atribuições:

- Atender clientes;
- Receber numerários;
- Cortar e lixar peças de vidro;
- Orçar vendas;
- Montar pedidos de compra e reposição de peças.

3.1. Descrição das etapas do processo operacional:

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA - 10/02/2020 20:46:54 - cefdc70
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20021020463724600000124129049
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. cefdc70 - Pág. 4
Número do documento: 20021020463724600000124129049

O reclamante cumpria as seguintes jornadas de trabalho:

- Das 07h30min às 17h15min, com horas extras.

Fruía intervalo de alimentação 5/10min.

Comparecia uniformizado na reclamada, registrava início de jornada, assumia o posto de trabalho e iniciava agendamento de atividades e distribuição dos serviços aos demais funcionários.

Utilizava como ferramentas de trabalho: diamante, serra circular, furadeira, lixadeira, espátula, entre outras.

Trabalhava em equipe formada por até 06 (seis) funcionários.

4. LOCAL DE TRABALHO

O reclamante foi contratado pela reclamada, *Jussimara Silva Durante – ME*, CNPJ: 07.587.268/0001-10; Código CNAE principal: 47.43-1-00; Ramo de Atividade: Comércio varejista de vidros; Grau de Risco: 02 (dois); localizada na Rua Osvaldo Tonini, nº: 48, Nova Jaguariúna – Jaguariúna/SP.

A reclamada era uma vidraçaria e encerrou suas atividades.

5. INSTRUMENTOS UTILIZADOS NO LEVANTAMENTO

Havia ao dispor do perito no momento da perícia, um Dosímetro de Ruído Digital Portátil; Fabricante Instrutherm; Modelo DOS 500 e um Termômetro de Globo Digital Portátil, Fabricante Instrutherm, Modelo: TGD-200.

6. METODOLOGIA DO LEVANTAMENTO TÉCNICO

6.1. Pressão sonora

Baseou-se nos Anexos 1 e 2 da NR-15, os quais tratam dos limites de tolerância para ruído contínuo ou intermitente.

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA - 10/02/2020 20:46:54 - cefdc70
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20021020463724600000124129049
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. cefdc70 - Pág. 5
Número do documento: 20021020463724600000124129049

Atividades ou operações que exponham o trabalhador a níveis de ruído contínuo ou intermitente superiores aos limites de tolerância fixados no quadro constante do Anexo 1 e no item 6 do mesmo anexo, caracterizam a insalubridade.

METODOLOGIA

Para o levantamento das medidas do nível de pressão acústica é utilizado um dosímetro de ruído afixado à cintura do trabalhador, com microfone do aparelho é posicionado na lapela.

O aparelho utilizado nesta avaliação é o Dosímetro de Ruído Digital Portátil c/ marcador de tempo Real e função Data-Logger, Fabricante Instrutherm; Modelo DOS-500, Nº de série: 13110701011745. O aparelho é ajustado de acordo com as instruções do fabricante: (a) circuito de ponderação – "A"; b) circuito de resposta – "lenta – slow"); c) critério de referência – 85 dBA; d) nível limiar de detecção – 80 dBA; e) faixa de medição mínima – 80 a 115 dBA; f) incremento de duplicação de dose – q = 5; g) indicação da ocorrência de níveis superiores a 115 dBA.

6.2. Exposição ao calor

Baseou-se na NR-15, em seu Anexo 3, que trata dos limites de tolerância para exposição ao calor, em regime de trabalho intermitente com períodos de descanso no próprio local da prestação de serviço, ou em outro local (local de descanso).

METODOLOGIA

A exposição ao calor é avaliada através do "Índice de Bulbo Úmido – Termômetro de Globo" (IBUTG), definida pela equação para ambientes internos ou externos sem carga solar, ou pela equação para ambientes externos com carga solar.

O aparelho utilizado nesta avaliação é o Termômetro de Globo Digital Portátil, Fabricante Instrutherm; Modelo TGD-200, Nº de série: 09071600530161.

Os limites de tolerância para exposição ao calor constam no Anexo 3 da NR-15.

6.3. Iluminamento

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA - 10/02/2020 20:46:54 - cefdc70
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20021020463724600000124129049
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. cefdc70 - Pág. 6
Número do documento: 20021020463724600000124129049

Conforme a Portaria nº 3.751, de 23/11/1990, o Anexo 4 da NR-15 foi revogado a partir de 27/02/1991, inclusive deixando, a partir desta data, de ser um problema de insalubridade, e passando a ser um problema de ergonomia. Sendo assim, o nível de iluminamento não será analisado.

6.4. Radiação ionizante

Baseou-se no Anexo 5 da NR-15, que trata dos limites de tolerância a serem considerados. Nas atividades ou operações onde o trabalhador fica exposto a radiações ionizantes, os limites de tolerância são os constantes da Resolução – CNEN – 06/73, 12/88 e 9/88, Normas Básicas de Proteção Radiológica.

6.5. Radiação não ionizante

Baseou-se no Anexo 7 da NR-15, que explicita quais são as radiações não ionizantes, sendo elas as micro-ondas, ultravioletas e laser. As operações ou atividades que exponham os trabalhadores às radiações não ionizantes, sem a proteção adequada, serão consideradas insalubres, em decorrência de laudo de inspeção, realizada no local de trabalho.

As atividades ou operações que exponham os trabalhadores às radiações da luz negra (ultravioleta na faixa de – 400 – 230 nanômetros), não serão consideradas insalubres.

6.6. Vibração

Baseou-se no Anexo 8 da NR-15, que trata das atividades e operações que exponham os trabalhadores, sem a proteção adequada, às vibrações localizadas ou de corpo inteiro, as quais serão caracterizadas como insalubres, através de perícia realizada no local de trabalho.

METODOLOGIA

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA - 10/02/2020 20:46:54 - cefdc70
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20021020463724600000124129049
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. cefdc70 - Pág. 7
Número do documento: 20021020463724600000124129049

A perícia visa à comprovação ou não da exposição, tomados por base os limites de tolerância definidos pela Organização Internacional para a Normalização – ISO, em suas normas.

6.7. Frio

Baseou-se no Anexo 9 da NR-15, que trata das atividades ou operações executadas no interior de câmaras frigoríficas, ou em locais que apresentem condições similares, que exponham os trabalhadores ao frio, sem a proteção adequada, as quais serão consideradas insalubres, através de laudo de inspeção realizada no local de trabalho.

METODOLOGIA

A produtividade humana depende da integridade funcional do cérebro e das mãos do homem. Em ambientes frios, deve-se conservar o calor do corpo, para manter a temperatura do cérebro ao redor de 37,0º C, assegurando a adequada irrigação do sangue às extremidades.

Algumas medidas de proteção ao trabalhador contra o frio intenso devem ser tomadas, tais como aclimatação, regime de trabalho, exames médicos, vestimentas adequadas e treinamento. O trabalhador não pode permanecer por longos períodos de tempo em ambientes com frio intenso.

6.8. Umidade

Baseou-se no Anexo 10 da NR-15, que trata das atividades ou operações executadas em locais alagados ou encharcadas, com umidades excessivas, capazes de produzir danos à saúde dos trabalhadores, as quais serão caracterizadas como insalubres, através de perícia realizada no local de trabalho.

6.9. Agente químico

Baseou-se nos Anexos 11 e 13 da NR-15, que tratam dos agentes químicos, cuja insalubridade é caracterizada por limite de tolerância e inspeção no local de trabalho,

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA - 10/02/2020 20:46:54 - cefdc70
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20021020463724600000124129049
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. cefdc70 - Pág. 8
Número do documento: 20021020463724600000124129049

com levantamento quantitativo, ou por atividades ou operações envolvendo agentes químicos, consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho, com levantamento qualitativo.

METODOLOGIA

Levantamento quantitativo: executar medição com Bomba Accuro, Tubos Reagentes DRÄGER, nas atividades ou operações nas quais os trabalhadores ficam expostos a agentes químicos. A caracterização da insalubridade ocorrerá quando forem ultrapassados os limites de tolerância, constantes do Quadro 1 do Anexo 11 da NR-15.

No levantamento qualitativo, a caracterização da insalubridade ocorrerá, em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho, para a realização das atividades e operações, envolvendo agentes químicos, constantes do Anexo 13 da NR-15.

6.10. Poeira mineral

Baseou-se no Anexo 12 da NR-15, que se aplica a todas e quaisquer atividades, nas quais os trabalhadores estão expostos ao asbesto e à sílica livre cristalizada no exercício do trabalho.

METODOLOGIA

Entende-se por exposição ao asbesto, a exposição no trabalho às fibras de asbesto respiráveis, ou poeira de asbesto em suspensão no ar, originada pelo asbesto ou por minerais, materiais ou produtos que contenham o asbesto.

O limite de tolerância, para fibras respiráveis de asbesto crisólita, é de 2,0 f/cm³.

A avaliação ambiental, realizada pelo método do filtro de membrana, faz-se utilizando aumentos de 400 a 500X, com iluminação de contraste de fase.

O asbesto ou amianto é um material fibroso utilizado em vários produtos que tem a propriedade de isolante térmico. É um material altamente tóxico, sendo absorvido pelas vias respiratórias nos locais onde haja concentração de partículas. Estas provocam a doença pulmonar denominada *asbestose*, que é irreversível.

A sílica livre cristalizada, também denominada quartzo, é um dos componentes da areia, sendo encontrada em grandes quantidades de matérias-primas e

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA - 10/02/2020 20:46:54 - cefdc70
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20021020463724600000124129049
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. cefdc70 - Pág. 9
Número do documento: 20021020463724600000124129049

em produtos utilizados na indústria. As atividades que produzem muito pó contendo sílica livre cristalizada são prejudiciais, pois a absorção da sílica livre cristalizada provoca doença profissional pulmonar denominada *silicose*, que é irreversível.

A insalubridade devido ao asbesto e a sílica livre cristalizada é caracterizada quando a concentração no ambiente ultrapassa os limites de tolerância indicados no Anexo 12.

6.11. Agente biológico

Baseou-se no Anexo 14 da NR-15, que apresenta a relação de atividades que envolvem agentes biológicos, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa.

7. LEVANTAMENTO E EXAMES DAS CONDIÇÕES E AMBIENTE DE TRABALHO

Pleito do reclamante:

> *"A vidraçaria envolve, basicamente, serviços que usa-se diversos solventes, cola de sapateiro (cascolac), querosene, silicone, ainda ruído pelo tipo de maquinário utilizado como lixadeira, furadeira etc. Este tipo de serviço pode gerar os seguintes riscos:*
>
> ** Químicos: fumos metálicos, gases e vapores;*
>
> ** Físicos: calor, radiações não-ionizantes, ruído acima de 85 db.*
>
> *..."*

No exame documental e avaliação ambiental das funções e atividades do reclamante, foi registrado:

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA - 10/02/2020 20:46:54 - cefdc70
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20021020463724600000124129049
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. cefdc70 - Pág. 10
Número do documento: 20021020463724600000124129049

7.1. Pressão sonora

O reclamante pleiteia adicional de insalubridade por exposição a ruído.

Ruído é agente físico avaliado quantitativamente.

A reclamada encerrou suas atividades.

Não foram apresentadas quantificações de ruído à época dos fatos.

Prejudicada avaliação de insalubridade por exposição a ruído.

7.2. Exposição ao calor

O reclamante pleiteia adicional de insalubridade por exposição a calor.

Calor é agente físico avaliado quantitativamente.

A reclamada encerrou suas atividades.

Não foram apresentadas quantificações de calor à época dos fatos.

Prejudicada avaliação de insalubridade por exposição a calor.

7.3. Iluminamento

Este agente não é mais considerado insalubre.

7.4. Radiação ionizante

O reclamante não trabalhou exposto a radiação ionizante.

7.5. Radiação não ionizante

O reclamante pleiteia adicional de insalubridade por exposição à radiação não ionizante.

Até onde foi possível constatar, não havia presença de fontes emissoras de radiação não ionizante nas atividades do reclamante.

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA - 10/02/2020 20:46:54 - cefdc70
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20021020463724600000124129049
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. cefdc70 - Pág. 11
Número do documento: 20021020463724600000124129049

O reclamante não trabalhou exposto a radiação não ionizante.

7.6. Vibração

O reclamante não se trabalhou exposto a vibração.

7.7. Frio

O reclamante não trabalhou exposto ao frio.

7.8. Umidade

O reclamante não trabalhou exposto a umidade.

7.9. Agente químico

O reclamante pleiteia adicional de insalubridade por exposição a agentes químicos.

Conforme esclareceu, empregava diariamente cola de contato e querosene durante o processo de fabricação de espelhos e molduras, corte de vidros e aplicação de massa de calafetação.

Declarou ainda que o contato era realizado sem o uso de luvas ou respiradores.

Dispõe a NR-15 em seu Anexo 13:

> *"ANEXO N.º 13*
>
> *AGENTES QUÍMICOS*
>
> *1. Relação das atividades e operações envolvendo agentes químicos, consideradas, insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho. Excluam-se cesta relação as*

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA - 10/02/2020 20:46:54 - cefdc70
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20021020463724600000124129049
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. cefdc70 - Pág. 12
Número do documento: 20021020463724600000124129049

> *atividades ou operações com os agentes químicos constantes dos Anexos 11 e 12.*
>
> *...*
>
> *HIDROCARBONETOS E OUTROS COMPOSTOS DE CARBONO*
>
> *Insalubridade de grau máximo*
>
> *...*
>
> *Manipulação de alcatrão, breu, betume, antraceno, **óleos minerais**, óleo queimado, parafina ou outras substâncias cancerígenas afins.*
>
> *...”* (sem destaques no original)

Querosene é um óleo mineral.

Segundo estabelece a NR-15, em seu Anexo 13, atividades ou operações que expõem o trabalhador ao contato com óleos minerais deve ser realizado com o uso de técnica de proteção individual (EPI) que neutralize o contato cutâneo.

O reclamante não recebeu EPIs aprovados para neutralização do agente nocivo.

Caracterizada insalubridade nas atividades do reclamante decorrente do contato habitual com óleo mineral sem a utilização de técnica de proteção individual competente para neutralização do agente nocivo.

7.10. Poeira mineral

O reclamante não trabalhou exposto a poeira mineral.

7.11. Agente biológico

O reclamante não trabalhou exposto a agente biológico.

8. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA - 10/02/2020 20:46:54 - cefdc70
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20021020463724600000124129049
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. cefdc70 - Pág. 13
Número do documento: 20021020463724600000124129049

A prova do fornecimento de EPIs é obrigatoriamente documental, por exigência expressa do dispositivo 6.6.1.h da NR 6.

O registro de fornecimento deve obrigatoriamente conter o Certificado de Aprovação – CA de cada EPI entregue, sendo que a sua indefinição inviabiliza a verificação da eficácia do EPI, sendo assim impossível afirmar se o EPI tem ou não o condão de neutralizar ou atenuar o agente de risco.

A reclamada não apresentou protocolos de entrega de EPIs.

O reclamante recebeu uniforme composto por camiseta.

9. CONCLUSÃO

Do anteriormente exposto no presente laudo pericial, concluímos:

9.1. Quanto à insalubridade

De acordo com as Portarias, Decretos e a NR-15, da Portaria 3.214 de 08 de julho de 1978, Lei 6.514/77, o reclamante BRUNO AUGUSTO GONCALVES REFUNDINI **trabalhou** em condição insalubre de grau máximo (40%) durante o contrato de trabalho, caracterizado pelo contato habitual com óleo mineral desprovido de EPI aprovado para proteção contra o agente nocivo.

10. QUESITOS DO RECLAMANTE

Não apresentou quesitos nos termos determinados nos Autos (ID: 88e9377).

11. QUESITOS DA RECLAMADA

Não apresentou quesitos nos termos determinados nos Autos (ID: 88e9377).

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA - 10/02/2020 20:46:54 - cefdc70
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20021020463724600000124129049
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. cefdc70 - Pág. 14
Número do documento: 20021020463724600000124129049

12. BIBLIOGRAFIA

- Manuais de Legislação Atlas. Segurança e Medicina do Trabalho, 59ª edição, 2006.
- JULIANO, Rui – Manual de Perícias, 3ª edição, 2007.
- MORAES, Giovani Araújo; Bucharles, Luciano Elias. Fundamentos para Realização de Perícias Trabalhistas, Ambientais e Acidentárias, 1ª edição, 2008.
- PORTARIA Nº 137, de 01 de agosto de 2000.
- FUNDACENTRO. As Doenças dos Trabalhadores. SP, 1985
- NHO 01, Avaliação da Exposição Ocupacional ao Ruído, FUNDACENTRO, 2001
- NHO 06 - Norma de Higiene Ocupacional Avaliação da Exposição Ocupacional ao Calor.
- SALIBA, Tuffi Messias – Insalubridade e periculosidade: aspectos técnicos e práticos / Tuffi Messias Saliba, Márcia Angelim Chaves Corrêa. – 9ª Ed. – São Paulo: LTr, 2009.
- CORRÊA, Márcia Angelim Chaves – Manual prático de avaliação e controle de gases e vapores: PPRA / Márcia Angelim Chaves Corrêa, Tuffi Messias Saliba. – 3ª Ed. – São Paulo: LTr, 2009.
- Vieira, Sebastião Ivone – O perito judicial: aspectos legais e técnicos – 2ª Ed. – São Paulo: LTr, 2010.
- Malta, Cynthia Guimarães Tostes – Vade mecum legal do perito de insalubridade e periculosidade – 1ª Ed. – São Paulo: LTr, 2000.
- Dangerous Goods Regulation – IATA, 49ª edição, 2008.

13. VALOR DOS HONORÁRIOS

Após ter cumprido a tarefa que lhe foi confiada, vem o Perito requerer, com a devida cautela e respeito, o arbitramento de seus honorários periciais definitivos. O cálculo está embasado nas horas efetivamente empregadas para a execução deste trabalho técnico.

Todos os gastos com traslados, pesquisas, análises e estudos, manutenção e calibração dos instrumentos, etc., foram prontamente suportados para atingir o objetivo da tarefa confiada.

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA - 10/02/2020 20:46:54 - cefdc70
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20021020463724600000124129049
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. cefdc70 - Pág. 15
Número do documento: 20021020463724600000124129049

Honorários definitivos: R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), ou solicita a critério de Vossa Excelência, seu arbitramento.

14. ENCERRAMENTO

O presente laudo contém 15 (quinze) folhas, digitadas, transmitidas e protocoladas de forma eletrônica, através do sistema PJe. Acompanha(m) 01 (um) anexo(s) conforme relação.

RELAÇÃO DE ANEXOS

Anexo I – Relatório fotográfico.

Campinas, 04 de janeiro de 2020.

CEDRIC KÖBERLE
Eng.º de Produção e Segurança do Trabalho
CREA 5061299179-SP

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA - 10/02/2020 20:46:54 - cefdc70
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20021020463724600000124129049
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. cefdc70 - Pág. 16
Número do documento: 20021020463724600000124129049

Anexo I
Relatório fotográfico

Fachada da reclamada:





Assinado eletronicamente por: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA - 10/02/2020 20:46:54 - cefdc70
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20021020463724600000124129049
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. cefdc70 - Pág. 17
Número do documento: 20021020463724600000124129049

3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

TERMO DE AUDIÊNCIA RELATIVO AO PROCESSO 0011335-78.2019.5.15.0043

Em 11 de fevereiro de 2020, na sala de sessões da 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS /SP, sob a direção da Exmo(a). Juíza ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA, realizou-se audiência relativa a Ação Trabalhista - Rito Ordinário número 0011335-78.2019.5.15.0043 ajuizada por RODRIGO GONCALVES REFUNDINI em face de JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME.

Às 13h03min, aberta a audiência, foram, de ordem da Exmo(a). Juíza do Trabalho, apregoadas as partes.

Presente o reclamante, acompanhado do(a) advogado(a), Dr(a). DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA, OAB nº 346474/SP.

Ausente o reclamado e seu advogado.

Considerando que a primeira reclamada não apresentou defesa e não compareceu em audiência e que sua notificação foi feita por carta simples, bem como que a CLT determina a notificação do réu por carta registrada e que toda construção doutrinária e jurisprudencial sobre a presunção de notificação tem como base a realização desta por AR, entendo não ser possível declarar a revelia da reclamada antes que seja notificada na forma prevista em lei.

Para realização de nova audiência **UNA** designa-se a data de 16/06/2020**, às 13h10min, sendo a reclamada intimada por carta registrada no endereço fornecido pelo reclamante:** Rua Bruna Laurita Massoti de Almeida 232, Jd Florianopolis - Jaguariuna - SP.

Cientes os presentes.

Audiência encerrada às 13h24min.

ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA

Juíza do Trabalho

Ata redigida por Andrea Barbosa Gomide, Secretário(a) de Audiência.

ÃO AOS CORREIOS:
NCONTRADO O DESTINATÁRIO, DEVOLVER
HS., CONF. PAR. ÚNICO ART. 774 DA CLT.

Carta
9912353797-DR/SI
TRT 15ª Regiã
CORREIOS

Poder Judiciário Federal
Justiça do Trabalho - TRT 15ª Região

3ª Vara do Trabalho de Campinas

Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123

(19) 32327997 - saj.3vt.campinas@trt15.jus.br

Postado em:18/02/2020 Registrado postal: JT679277871BR

DESTINATÁRIO:

JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME
13910-268 - RUA BRUNA LAURITA MASOTI DE ALMEIDA , 232 - PARQUE FLORIANOPOLIS - JAGUARIUNA - SÃO PAULO

PROCESSO: 0011335-78.2019.5.15.0043

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME CNPJ: 07.587.268/0001-10

NOTIFICAÇÃO JUDICIAL EM PROCESSO ELETRÔNICO (PJe)

Fica V. Sa. notificado para comparecer à audiência que se realizará no dia **16/06/2020 13:10 h**, na sala de audiências da **3ª Vara do Trabalho de Campinas**, situada à Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123. A petição inicial e documentos poderão ser acessados apenas em meio eletrônico, mediante consulta ao seguinte endereço na internet: **http://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam**, digitando no campo "número do documento" o(s) número(s) descrito(s) como chave(s) de acesso, abaixo identificado(s):

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Ata da Audiência	Ata da Audiência	20021113325883700000124173952
		20021020463724600000

Prova Emprestada	Prova Emprestada	0124129049
Documento Diverso	Documento Diverso	20021020462334300000124129043
Contrato	Contrato	20021020460485500000124129032
Documento Diverso	Documento Diverso	20021020455265400000124129029
peticao intermediaria fatos novos	Manifestação	20021020433722600000124128994
Notificação	Notificação	19112114284675000000120182716
Notificação Devolvida JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME	Certidão	19111312122950100000119709547
Notificação	Notificação	19102108253629700000118128738
Intimação	Intimação	19102108253620400000118128737
Despacho	Despacho	19091212433875600000115544977
Contrato	Contrato	19091116485888400000115490856
emenda a inicial	Manifestação	19091116475065400000115490790
Decisão de prevenção	Decisão	19091123073504200000115513583
Fotografia	Fotografia	19091116170016900000115484732
Fotografia	Fotografia	19091116165726000000115484721
Fotografia	Fotografia	19091116165320200000115484705
Fotografia	Fotografia	19091116164368800000115484678
Contracheque/Recibo de Salário	Contracheque/Recibo de Salário	19091116163982500000115484663
Extrato de FGTS	Extrato de FGTS	19091116163107200000115484628
cnh	Documento Diverso	19091116162579600000115484616
Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)	Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)	19091116161744100000115484594
Declaração de Hipossuficiência	Declaração de Hipossuficiência	19091116161162800000115484578
Procuração	Procuração	19091116160914500000115484570
rt	Documento Diverso	19091116160377300000115484552
Petição Inicial	Petição Inicial	19091116114419200000115483758

Caso V. S.ª não consiga consultá-los via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso a eles ou receber orientações.

PARA VISUALIZAÇÃO, UTILIZAR O NAVEGADOR MOZILLA FIREFOX

A audiência será UNA, nos termos da CLT.

A defesa e os documentos deverão ser apresentados dentro do Processo Judicial Eletrônico (PJe), acessado com assinatura digital, até o horário da abertura da audiência, nos termos da Lei 11.419 /2006, da Resolução 136/2014 do CSJT e do Provimento GP-VPJ-CR Nº 4/2013 do TRT da 15ª Região.

Caso a antecedência não seja observada, a defesa poderá ser apresentada oralmente em audiência, nos termos do artigo 847 da CLT.

Se V. S.ª não possuir equipamento para conversão ou escaneamento de documentos em formato PDF, deverá comparecer à Unidade Judiciária para proceder à adequação dos documentos por meio dos equipamentos disponíveis na Central de Atendimento.

Na audiência referida lhe é facultado fazer-se substituir por um preposto (empregado) que tenha conhecimento direto dos fatos, bem como fazer-se acompanhar por advogado(a), sendo que o não comparecimento à audiência poderá acarretar sérios prejuízos, presumindo-se aceitos como verdadeiros todos os fatos alegados pelo autor e constantes da petição inicial, nos termos do Art. 844 da CLT, esclarecendo, por fim que em se tratando de pessoa jurídica, deverá apresentar com a defesa a cópia atual do estatuto constitutivo (contrato social) de forma eletrônica.

Não será aceita contestação ou qualquer outro tipo de petição relativa a esse processo eletrônico que sejam encaminhadas por intermédio de e-Doc, protocolo integrado ou outros meios disponíveis no TRT da 15ª Região.

Salvo tratar-se de situação que efetivamente exija a adoção do procedimento, RECOMENDA-
SE NÃO UTILIZAR

A OPÇÃO "SIGILO" QUANDO DA JUNTADA DA CONTESTAÇÃO E DOCUMENTOS.

CAMPINAS , 13 de Fevereiro de 2020 .

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

Notificação DEVOLVIDA jussimara em anexo.

CAMPINAS/SP, 11 de março de 2020.

WILLIAM ELDE SILVERIO
Assessor

Correios

AR AVISO DE RECEBIMENTO

UNIDADE DE POSTAGEM:

MP ☐

REMETENTE: Nome ou Razão Social do Remetente:

3º VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

Endereço para Devolução: AV: JOSE DE SOUZA CAMPOS

Nº 422 CAMBUI

Cidade: CAMPINAS UF: SP

CEP: 13092-123

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ____/____/____ ____:____h

2ª ____/____/____ ____:____h

3ª ____/____/____ ____:____h

ETIQUETA

MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO

[1] Mudou-se [5] Recusado

[2] Endereço Insuficiente [6] Não Procurado

[3] Não Existe o Número [7] Ausente

[4] Desconhecido [8] Falecido

[9] Outros

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

CDD JAGUARIUNA 21 FEV 2020 JAGUARIUNA-SP

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

DESTINATÁRIO: Nome ou Razão Social do Destinatário do Objeto:

JUSSIMARA SILVA DURANTE ME

Endereço: RUA BRUNA LAURITA MASOTI DE ALMEIDA 2,32 PQ FLORIA-

Cidade: JAGUARIUNA UF: SP

País: BRASIL CEP: 13910-268

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

0011335-78.2019.5.15.0043 JT 679.27787 1 BR

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

COLE AQUI

COLE AQUI

Corte aqui

PJe

Assinado eletronicamente por: WILLIAM ELDE SILVERIO - Juntado em: 11/03/2020 17:04:31 - d61916f
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/20031117042330300000126122695?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 20031117042330300000126122695

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

LEONARDO CAMARGO JUNIOR, devidamente inscrito na OAB /SP 378.805, brasileiro, casado, advogado, com escritório profissional na Avenida Dr. Silvio de Aguiar Maya, nº 396, Centro, na cidade de Pedreira/SP, CEP 13.920-000, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência requerer que me seja concedida a regular habilitação no **PROCESSO nº ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043**, que move o Sr. **RODRIGO GONÇALVES REFUNDINI** em face de **JUSSI MARA SILVA DURANTE – ME**, para exercer os poderes constantes do mandato já devidamente juntado nesses autos.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Pedreira, 26 de março de 2020.

LEONARDO CAMARGO JUNIOR

OAB/SP 378.805

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: **0011335-78.2019.5.15.0043** - Ação Trabalhista - Rito Ordinário
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

DESPACHO

Retire-se o feito de pauta. Nos termos artigo 6o do 11/GCGJT, de 23/04/2020 e do artigo 335 do CPC, intime-se a ré para apresentação de defesa no prazo de 15 dias, sob de revelia, e o autor para apresentação de réplica no prazo subsequente de 15 dias.

Decorridos os prazos acima, diante da impossibilidade de realização das perícia pela proibição de realização de atos processuais presenciais, fica o processo o suspenso até que seja possível a designação da perícia por despacho, quando então será concedido prazo para quesitos e indicação de assistente.

Após realização da perícia, as partes deverão ser intimadas para, no prazo comum de 5 dias, em petição própria, informarem se desejam ou não a produção de prova oral, devendo especificar o objeto da prova, sob pena de preclusão, entendendo-se o silêncio como concordância da parte. Caso não desejem produzir prova oral podem no mesmo prazo apresentar razões finais devendo o processo ser posteriormente concluso para julgamento.

Em caso de real possibilidade de conciliação as partes podem a qualquer momento peticionar em conjunto solicitando a intervenção do juízo que providenciará a inclusão do processo em pauta para audiência virtual de conciliação. Nesta hipótese deverão as partes informar email ou número de telefone celular de todos que participarão da audiência.

CAMPINAS/SP, 29 de maio de 2020.

ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA
Juiz(íza) do Trabalho

ASASF

Assinado eletronicamente por: ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA - Juntado em: 01/06/2020 13:14:49 - 87a7112
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A. REGIAO:03773524000103
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/20052922052175800000129882772?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 20052922052175800000129882772

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS/SP - CEP: 13092-123

INTIMAÇÃO

Fica Vossa Senhoria intimada para tomar ciência do seguinte documento:

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: **0011335-78.2019.5.15.0043** - Ação Trabalhista - Rito Ordinário
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

DESPACHO

Retire-se o feito de pauta. Nos termos artigo 6o do 11/GCGJT, de 23/04/2020 e do artigo 335 do CPC, intime-se a ré para apresentação de defesa no prazo de 15 dias, sob de revelia, e o autor para apresentação de réplica no prazo subsequente de 15 dias.

Decorridos os prazos acima, diante da impossibilidade de realização das perícia pela proibição de realização de atos processuais presenciais, fica o processo o suspenso até que seja possível a designação da perícia por despacho, quando então será concedido prazo para quesitos e indicação de assistente.

Após realização da perícia, as partes deverão ser intimadas para, no prazo comum de 5 dias, em petição própria, informarem se desejam ou não a produção de prova oral, devendo especificar o objeto da prova, sob pena de preclusão, entendendo-se o silêncio como concordância da parte. Caso não desejem produzir prova oral podem no mesmo prazo apresentar razões finais devendo o processo ser posteriormente concluso para julgamento.

Em caso de real possibilidade de conciliação as partes podem a qualquer momento peticionar em conjunto solicitando a intervenção do juízo que providenciará a inclusão do processo em pauta para audiência virtual de conciliação. Nesta hipótese deverão as partes informar email ou número de telefone celular de todos que participarão da audiência.

CAMPINAS/SP, 29 de maio de 2020.

PJe Assinado eletronicamente por: ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA - Juntado em: 01/06/2020 13:15:59 - 07555f9

ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA
Juiz(íza) do Trabalho

ASASF

Assinado eletronicamente por: ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA - Juntado em: 01/06/2020 13:15:59 - 07555f9
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A. REGIAO:03773524000103
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/20060113143257800000129935429?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 20060113143257800000129935429

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: **0011335-78.2019.5.15.0043** - Ação Trabalhista - Rito Ordinário
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

Carta
9912353797/2014-DR/SPI/SP
TRT 15ª Região
Correios

Remetente: 3ª Vara do Trabalho de Campinas
Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS/SP - CEP: 13092-123

Destinatário: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME
Endereço: RUA BRUNA LAURITA MASOTI DE ALMEIDA , 232, PARQUE FLORIANOPOLIS, JAGUARIUNA/SP - CEP: 13910-268

NOTIFICAÇÃO JUDICIAL

Registro Postal: JT679282465BR
Data de Postagem: 23/07/2020

Processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ATOrd
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

Fica V. Sa. notificado do despacho Id 87a7112.

A petição inicial e documentos poderão ser acessados apenas em meio eletrônico, mediante consulta ao seguinte endereço na internet: **http://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam**, digitando no campo "número do documento" o(s) número (s) descrito(s) como chave(s) de acesso, abaixo identificado(s):

Descrição	Tipo de documento	Chave de acesso**
		200601131432578000

Intimação	Intimação	00129935429
Despacho	Despacho	200529220521758000 00129882772
Solicitação de habilitação	Solicitação de Habilitação	200326205326353000 00126980096
Notificação DEVOLVIDA jussimara	Documento Diverso	200311170423303000 00126122695
Notificação DEVOLVIDA jussimara	Certidão	200311170403018000 00126122645
Notificação	Notificação	200213161638440000 00124415406
Ata da Audiência	Ata da Audiência	200211133258837000 00124173952
peticao intermediaria fatos novos	Manifestação	200210204337226000 00124128994
Documento Diverso	Documento Diverso	200210204552654000 00124129029
Contrato	Contrato	200210204604855000 00124129032
Documento Diverso	Documento Diverso	200210204623343000 00124129043
Prova Emprestada	Prova Emprestada	200210204637246000 00124129049
Notificação	Notificação	191121142846750000 00120182716
Notificação Devolvida JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME	Certidão	191113121229501000 00119709547
Notificação	Notificação	191021082536297000 00118128738
Intimação	Intimação	191021082536204000 00118128737
		190912124338756000

Despacho	Despacho	00115544977
emenda a inicial	Manifestação	190911164750654000 00115490790
Contrato	Contrato	190911164858884000 00115490856
Decisão de prevenção	Decisão	190911230735042000 00115513583
Petição Inicial	Petição Inicial	190911161144192000 00115483758
rt	Documento Diverso	190911161603773000 00115484552
Procuração	Procuração	190911161609145000 00115484570
Declaração de Hipossuficiência	Declaração de Hipossuficiência	190911161611628000 00115484578
Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)	Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)	190911161617441000 00115484594
cnh	Documento Diverso	190911161625796000 00115484616
Extrato de FGTS	Extrato de FGTS	190911161631072000 00115484628
Contracheque/Recibo de Salário	Contracheque/Recibo de Salário	190911161639825000 00115484663
Fotografia	Fotografia	190911161643688000 00115484678
Fotografia	Fotografia	190911161653202000 00115484705
Fotografia	Fotografia	190911161657260000 00115484721
Fotografia	Fotografia	190911161700169000 00115484732

CAMPINAS/SP, 22 de julho de 2020.

ANA SILVIA DE AGUIRRE SOUZA FONSECA
Secretário de Audiência

Assinado eletronicamente por: ANA SILVIA DE AGUIRRE SOUZA FONSECA - Juntado em: 22/07/2020 21:33:09 - a5aa2e9
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/20072221330399300000133531946?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 20072221330399300000133531946

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS/SP - CEP: 13092-123

Destinatário: FRANCISCO JOSE STRAZZACAPPA SANTUCCI

Fica V.Sa intimado para tomar ciência que foi designado como perito, devendo entregar o laudo pericial e esclarecimentos até o dia 09/12/2020.

CAMPINAS/SP, 20 de agosto de 2020.

ANA SILVIA DE AGUIRRE SOUZA FONSECA
Secretário de Audiência

Assinado eletronicamente por: ANA SILVIA DE AGUIRRE SOUZA FONSECA - Juntado em: 20/08/2020 01:51:59 - df2d869
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/20082001515540800000135380108?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 20082001515540800000135380108

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: **0011335-78.2019.5.15.0043** - Ação Trabalhista - Rito Ordinário
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

DESPACHO

Deferida prova pericial de insalubridade e/ou periculosidade.

Nomeado(a) como perito(a) o(a) Sr(a). **FRANCISCO JOSE STRAZZACAPPA SANTUCCI**, que deverá apresentar laudo em 30 dias úteis, a contar de 05/10/2020.

Intime-se o(a) Sr(a). Perito(a).

Para apresentação de quesitos e indicação de assistente técnico terão as partes o prazo comum de 5 dias, a contar da intimação do presente despacho.

Do laudo pericial as partes poderão se manifestar no prazo comum de 5 dias, a partir de 18/11/2020.

O Perito deverá se manifestar em até 10 dias a partir de 25/11/2020.

Contato do Sr. Perito: e-mail: francisco.santucci@gmail.com/ telefone: (19) 9-8199-0687 e 19- 2121-0509.

As partes deverão apresentar seus quesitos e indicar assistentes técnicos, em formato PDF, DIRETAMENTE AO PERITO JUDICIAL NOMEADO, VIA E-MAIL, no endereço: francisco.santucci@gmail.com, no prazo concedido para tanto acima.

O Juízo autoriza a entrega de PPRA(s) e PCMSO(s) diretamente ao Sr. Perito.

As partes ficam cientes da designação da perícia para o dia 05/10/2020 às 10h:00min., a ser realizada na própria reclamada.

As partes se comprometem a avisar diretamente os seus respectivos assistentes técnicos da data e horário da realização da perícia, dispensando sua intimação por este Juízo.

PJe Assinado eletronicamente por: ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA - Juntado em: 20/08/2020 12:55:25 - 14a15c0

Ficam as partes e advogados autorizados a acompanhar a perícia, respeitado o sigilo profissional.

O(A) reclamante fica advertido(a) de que a sua ausência injustificada implicará na preclusão do relato de fatos para produção da prova, não sendo viável a designação de outra perícia, podendo inclusive ocorrer a preclusão da prova a critério do juiz, devendo então arcar com o valor dispendido pela reclamada a título de honorários prévios, em reversão.

As partes devem informar seus e-mails e telefones para contato do Sr. Perito:

(exemplo)

E-mail e telefone do patrono do reclamante: e-mail/ telefone

E-mail e telefone do patrono da 1ª reclamada: e-mail / telefone.

E-mail e telefone do patrono da 2ª reclamada: e-mail/ telefone

No caso de perícias realizadas no aeroporto de Viracopos:

O perito e as partes deverão enviar e-mail com cópia desta ata para liberacoesdeacesso@viracopos.com / credenciamento@viracopos.com no mínimo 15 dias de antecedência da data da perícia para credenciamento e liberação. As partes deverão encontrar-se com o perito no Balcão de Informações do Desembarque Nacional.

Conforme as novas diretrizes da Polícia Federal, para ter acesso às dependências restritas do aeroporto. os participantes da perícia, incluindo o Sr. Perito Judicial, devem emitir o protocolo SISCAER(Sistema de Controle de Aeroporto) através do link www.pf.gov.br/serviços-pf/aeroportos/credenciamento-aeroportuario. Tendo em vista a responsabilidade civil e criminal por transmitir informações pessoais à Polícia Federal, o protocolo deve ser preenchido pessoalmente pelo credenciado e deve conter foto atualizada e assinatura.

As partes confirmam os dados informados ao perito, sendo de sua responsabilidade qualquer posterior alteração.

Excepcionalmente, se houver alteração na data da perícia, o perito deverá comunicar diretamente às partes.

PJe Assinado eletronicamente por: ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA - Juntado em: 20/08/2020 12:55:25 - 14a15c0

Eventual alteração de patrono ou e-mail das partes deverá ser informada diretamente ao Sr. Perito.

Sugere-se que a primeira reclamada quite os honorários prévios, no prazo de 10 dias, devendo efetuar o depósito da quantia de R$ 1000,00 diretamente na conta-corrente do Sr. Perito, cujos dados devem ser solicitados ao mesmo, pelo e-mail francisco.santucci@gmail.com.

Fica a reclamante ciente de que de acordo com a nova legislação processual, vigente desde o dia 11/11/2017, a sucumbência no objeto da perícia implica no pagamento dos honorários periciais ainda que a parte seja beneficiária da justiça gratuita.

O perito deverá disponibilizar o laudo por e-mail diretamente aos advogados das partes, nos endereços por eles acima informados, sendo que eventuais impugnações serão apresentadas pelos litigantes também por e-mail(formato PDF), endereçadas ao próprio perito, sempre respeitando os prazos acima estipulados, sob pena de preclusão.

Fica o perito judicial investido das prerrogativas insculpidas no artigo 429 do CPC, sendo qualquer tentativa das partes de impedir a sua livre atuação interpretada como litigância de má-fé (artigo 17, IV, V e VI do CPC), sendo aplicadas multa processual e indenizações cabíveis, conforme artigo 18, caput e parágrafo 2º daquele mesmo diploma legal.

Findas estas etapas, o perito apresentará a este juízo o seu laudo, além das eventuais impugnações das partes e seus esclarecimentos, devendo inclusive atentar para os termos do artigo 425 do Código de Processo Civil.

Após, designar audiência de instrução para o 1º horário.

Cientes as partes de que os prazos válidos são os constantes no presente despacho.

Intimem-se.

CAMPINAS/SP, 20 de agosto de 2020.

ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA
Juiz(íza) do Trabalho

ASASF

Assinado eletronicamente por: ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA - Juntado em: 20/08/2020 12:55:25 - 14a15c0
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A. REGIAO:03773524000103
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/20082001481329500000135380099?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 20082001481329500000135380099

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS/SP - CEP: 13092-123

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 14a15c0 proferido nos autos.

DESPACHO

Deferida prova pericial de insalubridade e/ou periculosidade.

Nomeado(a) como perito(a) o(a) Sr(a). **FRANCISCO JOSE STRAZZACAPPA SANTUCCI**, que deverá apresentar laudo em 30 dias úteis, a contar de 05/10/2020.

Intime-se o(a) Sr(a). Perito(a).

Para apresentação de quesitos e indicação de assistente técnico terão as partes o prazo comum de 5 dias, a contar da intimação do presente despacho.

Do laudo pericial as partes poderão se manifestar no prazo comum de 5 dias, a partir de 18/11/2020.

O Perito deverá se manifestar em até 10 dias a partir de 25/11/2020.

Contato do Sr. Perito: e-mail: francisco.santucci@gmail.com/ telefone: (19) 9-8199-0687 e 19- 2121-0509.

As partes deverão apresentar seus quesitos e indicar assistentes técnicos, em formato PDF, DIRETAMENTE AO PERITO JUDICIAL NOMEADO, VIA E-MAIL, no endereço: francisco.santucci@gmail.com, no prazo concedido para tanto acima.

O Juízo autoriza a entrega de PPRA(s) e PCMSO(s) diretamente ao Sr. Perito.

As partes ficam cientes da designação da perícia para o dia 05/10/2020 às 10h:00min., a ser realizada na própria reclamada.

As partes se comprometem a avisar diretamente os seus respectivos assistentes técnicos da data e horário da realização da perícia, dispensando sua intimação por este Juízo.

PJe Assinado eletronicamente por: ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA - Juntado em: 20/08/2020 12:56:25 - de50770

Ficam as partes e advogados autorizados a acompanhar a perícia, respeitado o sigilo profissional.

O(A) reclamante fica advertido(a) de que a sua ausência injustificada implicará na preclusão do relato de fatos para produção da prova, não sendo viável a designação de outra perícia, podendo inclusive ocorrer a preclusão da prova a critério do juiz, devendo então arcar com o valor dispendido pela reclamada a título de honorários prévios, em reversão.

As partes devem informar seus e-mails e telefones para contato do Sr. Perito:

(exemplo)

E-mail e telefone do patrono do reclamante: e-mail/ telefone

E-mail e telefone do patrono da 1ª reclamada: e-mail / telefone.

E-mail e telefone do patrono da 2ª reclamada: e-mail/ telefone

No caso de perícias realizadas no aeroporto de Viracopos:

O perito e as partes deverão enviar e-mail com cópia desta ata para liberacoesdeacesso@viracopos.com / credenciamento@viracopos.com no mínimo 15 dias de antecedência da data da perícia para credenciamento e liberação. As partes deverão encontrar-se com o perito no Balcão de Informações do Desembarque Nacional.

Conforme as novas diretrizes da Polícia Federal, para ter acesso às dependências restritas do aeroporto. os participantes da perícia, incluindo o Sr. Perito Judicial, devem emitir o protocolo SISCAER(Sistema de Controle de Aeroporto) através do link www.pf.gov.br/serviços-pf/aeroportos/credenciamento-aeroportuario. Tendo em vista a responsabilidade civil e criminal por transmitir informações pessoais à Polícia Federal, o protocolo deve ser preenchido pessoalmente pelo credenciado e deve conter foto atualizada e assinatura.

As partes confirmam os dados informados ao perito, sendo de sua responsabilidade qualquer posterior alteração.

Excepcionalmente, se houver alteração na data da perícia, o perito deverá comunicar diretamente às partes.

Eventual alteração de patrono ou e-mail das partes deverá ser informada diretamente ao Sr. Perito.

PJe Assinado eletronicamente por: ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA - Juntado em: 20/08/2020 12:56:25 - de50770

Sugere-se que a primeira reclamada quite os honorários prévios, no prazo de 10 dias, devendo efetuar o depósito da quantia de R$ 1000,00 diretamente na conta-corrente do Sr. Perito, cujos dados devem ser solicitados ao mesmo, pelo e-mail francisco.santucci@gmail.com.

Fica a reclamante ciente de que de acordo com a nova legislação processual, vigente desde o dia 11/11/2017, a sucumbência no objeto da perícia implica no pagamento dos honorários periciais ainda que a parte seja beneficiária da justiça gratuita.

O perito deverá disponibilizar o laudo por e-mail diretamente aos advogados das partes, nos endereços por eles acima informados, sendo que eventuais impugnações serão apresentadas pelos litigantes também por e-mail(formato PDF), endereçadas ao próprio perito, sempre respeitando os prazos acima estipulados, sob pena de preclusão.

Fica o perito judicial investido das prerrogativas insculpidas no artigo 429 do CPC, sendo qualquer tentativa das partes de impedir a sua livre atuação interpretada como litigância de má-fé (artigo 17, IV, V e VI do CPC), sendo aplicadas multa processual e indenizações cabíveis, conforme artigo 18, caput e parágrafo 2º daquele mesmo diploma legal.

Findas estas etapas, o perito apresentará a este juízo o seu laudo, além das eventuais impugnações das partes e seus esclarecimentos, devendo inclusive atentar para os termos do artigo 425 do Código de Processo Civil.

Após, designar audiência de instrução para o 1º horário.

Cientes as partes de que os prazos válidos são os constantes no presente despacho.

Intimem-se.

CAMPINAS/SP, 20 de agosto de 2020.

ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA
Juiz(íza) do Trabalho

ASASF

Assinado eletronicamente por: ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA - Juntado em: 20/08/2020 12:56:25 - de50770
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A. REGIAO:03773524000103
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/20082012552306700000135412744?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 20082012552306700000135412744

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: **0011335-78.2019.5.15.0043** - Ação Trabalhista - Rito Ordinário
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

JT 679 282 465 BR



Postagem	Objeto saiu para entrega ao destinatário	Entregue
23/07/2020	28/07/2020	28/07/2020

28/07/2020 13:33 JAGUARIUNA / SP	**Objeto entregue ao destinatário**
28/07/2020 09:37 JAGUARIUNA / SP	**Objeto saiu para entrega ao destinatário**
23/07/2020 13:44 CAMPINAS / SP	**Objeto postado**

CAMPINAS/SP, 11 de novembro de 2020.

JANAINA CAMARGO FUZETTI
Diretor de Secretaria

Assinado eletronicamente por: JANAINA CAMARGO FUZETTI - Juntado em: 11/11/2020 12:29:41 - 9c98fb6
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/20111112293720300000140956608?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 20111112293720300000140956608

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: **0011335-78.2019.5.15.0043** - Ação Trabalhista - Rito Ordinário
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME



Remetente: 3ª Vara do Trabalho de Campinas
Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS/SP - CEP: 13092-123

Destinatário: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME
Endereço: RUA BRUNA LAURITA MASOTI DE ALMEIDA , 232, PARQUE FLORIANOPOLIS, JAGUARIUNA/SP - CEP: 13910-268

NOTIFICAÇÃO JUDICIAL

Registro Postal: JT 67928337 8 BR
Data de Postagem: 18 11 2020

Processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ATOrd
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

Fica V. Sa. notificado para: **Id 14a15c0 - Despacho.**

A petição inicial e documentos poderão ser acessados apenas em meio eletrônico, mediante consulta ao seguinte endereço na internet: **http://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam**, digitando no campo "número do documento" o(s) número (s) descrito(s) como chave(s) de acesso, abaixo identificado(s):

Descrição	Tipo de documento	Chave de acesso**

Notificação entregue	Certidão	201111122937203000 00140956608
Intimação	Intimação	200820125523067000 00135412744
Despacho	Despacho	200820014813295000 00135380099
Intimação	Intimação	200820015155408000 00135380108
Intimação	Intimação	200722213303993000 00133531946
Intimação	Intimação	200601131432578000 00129935429
Despacho	Despacho	200529220521758000 00129882772
Solicitação de habilitação	Solicitação de Habilitação	200326205326353000 00126980096
Notificação DEVOLVIDA jussimara	Documento Diverso	200311170423303000 00126122695
Notificação DEVOLVIDA jussimara	Certidão	200311170403018000 00126122645
Notificação	Notificação	200213161638440000 00124415406
Ata da Audiência	Ata da Audiência	200211133258837000 00124173952
peticao intermediaria fatos novos	Manifestação	200210204337226000 00124128994
Documento Diverso	Documento Diverso	200210204552654000 00124129029
Contrato	Contrato	200210204604855000 00124129032
Documento Diverso	Documento Diverso	200210204623343000 00124129043

Prova Emprestada	Prova Emprestada	200210204637246000 00124129049
Notificação	Notificação	191121142846750000 00120182716
Notificação Devolvida JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME	Certidão	191113121229501000 00119709547
Notificação	Notificação	191021082536297000 00118128738
Intimação	Intimação	191021082536204000 00118128737
Despacho	Despacho	190912124338756000 00115544977
emenda a inicial	Manifestação	190911164750654000 00115490790
Contrato	Contrato	190911164858884000 00115490856
Decisão de prevenção	Decisão	190911230735042000 00115513583
Petição Inicial	Petição Inicial	190911161144192000 00115483758
rt	Documento Diverso	190911161603773000 00115484552
Procuração	Procuração	190911161609145000 00115484570
Declaração de Hipossuficiência	Declaração de Hipossuficiência	190911161611628000 00115484578
Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)	Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)	190911161617441000 00115484594
cnh	Documento Diverso	190911161625796000 00115484616
Extrato de FGTS	Extrato de FGTS	190911161631072000 00115484628

Contracheque/Recibo de Salário	Contracheque/Recibo de Salário	190911161639825000 00115484663
Fotografia	Fotografia	190911161643688000 00115484678
Fotografia	Fotografia	190911161653202000 00115484705
Fotografia	Fotografia	190911161657260000 00115484721
Fotografia	Fotografia	190911161700169000 00115484732

CAMPINAS/SP, 11 de novembro de 2020.

WILLIAM ELDE SILVERIO
Servidor

Assinado eletronicamente por: WILLIAM ELDE SILVERIO - Juntado em: 11/11/2020 15:04:04 - c1d15c9
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/20111115035759600000140977933?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 20111115035759600000140977933

Francisco José Strazzacappa Santucci
Engenheiro de Segurança do Trabalho
Fone: (19) 9-8199-0687
francisco.santucci@gmail.com

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUÍZ (A) DA 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS – SP

Processo: **n. 0011335-78.2019.5.15.0043**
Reclamante: **Rodrigo Gonçalves Refundini**
Reclamada: **Jussimara Silva Durante - ME**

FRANCISCO JOSÉ STRAZZACAPPA SANTUCCI, Engenheiro de Segurança do Trabalho, legalmente habilitado pelo CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, sob o nº 5060788403, honrosamente nomeado Perito do Juízo nos autos do processo supra, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência para:

1. Apresentar Laudo Pericial;

2. Requerer os honorários prévios periciais pelo Provimento

3. Sugerir a fixação dos honorários periciais em R$4.830,00 (quatro mil oitocentos e trinta reais), devidamente atualizados até a data do efetivo pagamento e justificados pelas despesas decorrentes da elaboração do Laudo Pericial ou solicita, a critério de Vossa Excelência, seu arbitramento.

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO JOSE STRAZZACAPPA SANTUCCI - Juntado em: 28/11/2020 09:41:07 - edd2038

Francisco José Strazzacappa Santucci
Engenheiro de Segurança do Trabalho
Fone: (19) 9-8199-0687
francisco.santucci@gmail.com

LAUDO PERICIAL

Processo: **n. 0011335-78.2019.5.15.0043**
Reclamante: **Rodrigo Gonçalves Refundini**
Reclamada: **Jussimara Silva Durante - ME**

PRELIMINAR

O Reclamante, **Rodrigo Gonçalves Refundini,** move ação contra **Jussimara Silva Durante - ME**, alegando existir no desempenho de suas atividades como **Auxiliar de Comércio/Vidraceiro,** condições de insalubridade e ou periculosidade, não percebendo os respectivos adicionais, prescritos na Lei 6.514 de 22/02/1977 em suas Normas Regulamentadoras 15 (NR–15) e 16 (NR-16) da Portaria n. 3.214 do Ministério do Trabalho e Emprego.

Período Contratual: de 01/07/2012 a “a ser apurado”

Período Imprescrito: de 11/09/2014 a “a ser apurado”

1- VISTORIA TÉCNICA

Endereço: Rua Oswaldo Tonini, 48 - Jaguariúna-SP

Data e Horário: 05/10/2020 às 10:00h.

(A vidraçaria não se localizava no endereço vistoriado)

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO JOSE STRAZZACAPPA SANTUCCI - Juntado em: 28/11/2020 09:41:07 - edd2038

Francisco José Strazzacappa Santucci
Engenheiro de Segurança do Trabalho
Fone: (19) 9-8199-0687
francisco.santucci@gmail.com

A vistoria foi acompanhada e informada por:

- Sr. Rodrigo Gonçalves Refundini – Reclamante
- Sra. Daniela de Godoi Moreira Villalva – Advogada do Reclamante
- Sr. Leonardo Camargo Junior – Advogado do Reclamante

2- CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE TRABALHO

A reclamada era uma vidraçaria em Jaguariúna, atendendo clientes comerciais e residenciais.

Fabricava artigos sob medida como espelhos, box para banheiros, vitrôs. Utilizava vidro comum e temperado

3- REGISTRO FOTOGRÁFICO



Foto 1 – Gráfica existente no local onde funcionava a vidraçaria

4- ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

O reclamante como Auxiliar de Comércio/Vidraceiro, relatou que suas atividades eram realizadas predominantemente nos clientes, cerca de 90% de sua jornada.

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO JOSE STRAZZACAPPA SANTUCCI - Juntado em: 28/11/2020 09:41:07 - edd2038

Francisco José Strazzacappa Santucci
Engenheiro de Segurança do Trabalho
Fone: (19) 9-8199-0687
francisco.santucci@gmail.com

A jornada de trabalho informada era das 7:30h às 17:20h, de segunda à sexta-feira, com possíveis horas extras.

Realizava a montagem de janelas, boxes, portas, espelhos

Utilizava diariamente furadeiras de impacto/normal, ferramentas manuais e querosene para a massa de vidraceiro e para limpeza e cola de contato.

5- EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI), COLETIVO (EPC) e DOCUMENTOS TÉCNICOS

Segundo a NR-6 da Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego temos as responsabilidades do empregador, transcritas abaixo:

> ***6.6 Responsabilidades do empregador.***
>
> ***6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI:***
>
> *a) adquirir o adequado ao risco de cada atividade;*
>
> *b) exigir seu uso;*
>
> ***c) fornecer ao trabalhador somente o aprovado pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho;***
>
> *d) orientar e treinar o trabalhador sobre o uso adequado, guarda e conservação;*
>
> *e) substituir imediatamente, quando danificado ou extraviado;*
>
> *f) responsabilizar-se pela higienização e manutenção periódica; e,*
>
> *g) comunicar ao MTE qualquer irregularidade observada.*
>
> ***h) registrar o seu fornecimento ao trabalhador, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico.***

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO JOSE STRAZZACAPPA SANTUCCI - Juntado em: 28/11/2020 09:41:07 - edd2038

Francisco José Strazzacappa Santucci
Engenheiro de Segurança do Trabalho
Fone: (19) 9-8199-0687
francisco.santucci@gmail.com

A mesma norma também faz referência às responsabilidades do empregado, transcritas abaixo:

6.7 Responsabilidades do trabalhador

6.7.1 Cabe ao empregado quanto ao EPI:

a) usar, utilizando-o apenas para a finalidade a que se destina;

b) responsabilizar-se pela guarda e conservação;

c) comunicar ao empregador qualquer alteração que o torne impróprio para uso; e,

d) cumprir as determinações do empregador sobre o uso adequado.

As Reclamadas não apresentaram qualquer evidência de fornecimento de EPIs ao reclamante, não cumprindo com o que determina a NR-06 em seu Item 6.6.1, alíneas “c” e “h”:

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI:

c) fornecer ao trabalhador somente o aprovado pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho;

h) registrar o seu fornecimento ao trabalhador, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico.

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO JOSE STRAZZACAPPA SANTUCCI - Juntado em: 28/11/2020 09:41:07 - edd2038

Francisco José Strazzacappa Santucci
Engenheiro de Segurança do Trabalho
Fone: (19) 9-8199-0687
francisco.santucci@gmail.com

6- LEVANTAMENTOS/RESULTADOS TÉCNICOS

6.1 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES – DISPOSITIVOS LEGAIS-NR-15

Os métodos utilizados e a interpretação dos resultados estão fundamentados nos dispositivos legais vigentes, discriminados nos anexos da NR-15 da Portaria 3.214/78, respeitando-se as especificações técnicas e legais que diz:

> *NR - 15.1 - São consideradas atividades ou operações insalubres as que se desenvolvem:*
>
> *NR - 15.1.1 - Acima dos limites de tolerância previstos nos anexos nº. 1, 2, 3, 5,11 e 12;*
>
> *NR - 15.1.3 - Nas atividades mencionadas nos Anexos 6, 13 e 14;*
>
> *NR - 15.1.4 - Comprovadas através de laudo de inspeção do local de trabalho, constantes dos anexos 7, 8, 9 e 10.*
>
> *NR - 15.1.5 - Entende-se por "Limites de Tolerâncias", para os fins desta Norma, a concentração ou intensidade máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará danos à saúde do trabalhador, durante a sua vida laboral.*

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO JOSE STRAZZACAPPA SANTUCCI - Juntado em: 28/11/2020 09:41:07 - edd2038

Francisco José Strazzacappa Santucci
Engenheiro de Segurança do Trabalho
Fone: (19) 9-8199-0687
francisco.santucci@gmail.com

6.1.1 - RUÍDO (NR 15 - ANEXOS Nº 1 e 2)

Conforme informado, o local estava descaracterizado, não foi possível realizar as medições ambientais.

Desta forma, de acordo com Art. 473 do CPC, foram utilizados todos os meios possíveis para obtenção de subsídios para elaboração e conclusão do presente laudo:

> **Art. 473**
> (...)
>
> § 3º Para o desempenho de sua função, o perito e os assistentes técnicos podem valer-se de todos os meios necessários, ouvindo testemunhas, obtendo informações, solicitando documentos que estejam em poder da parte, de terceiros ou em repartições públicas, bem como instruir o laudo com planilhas, mapas, plantas, desenhos, fotografias ou outros elementos necessários ao esclarecimento do objeto da perícia.

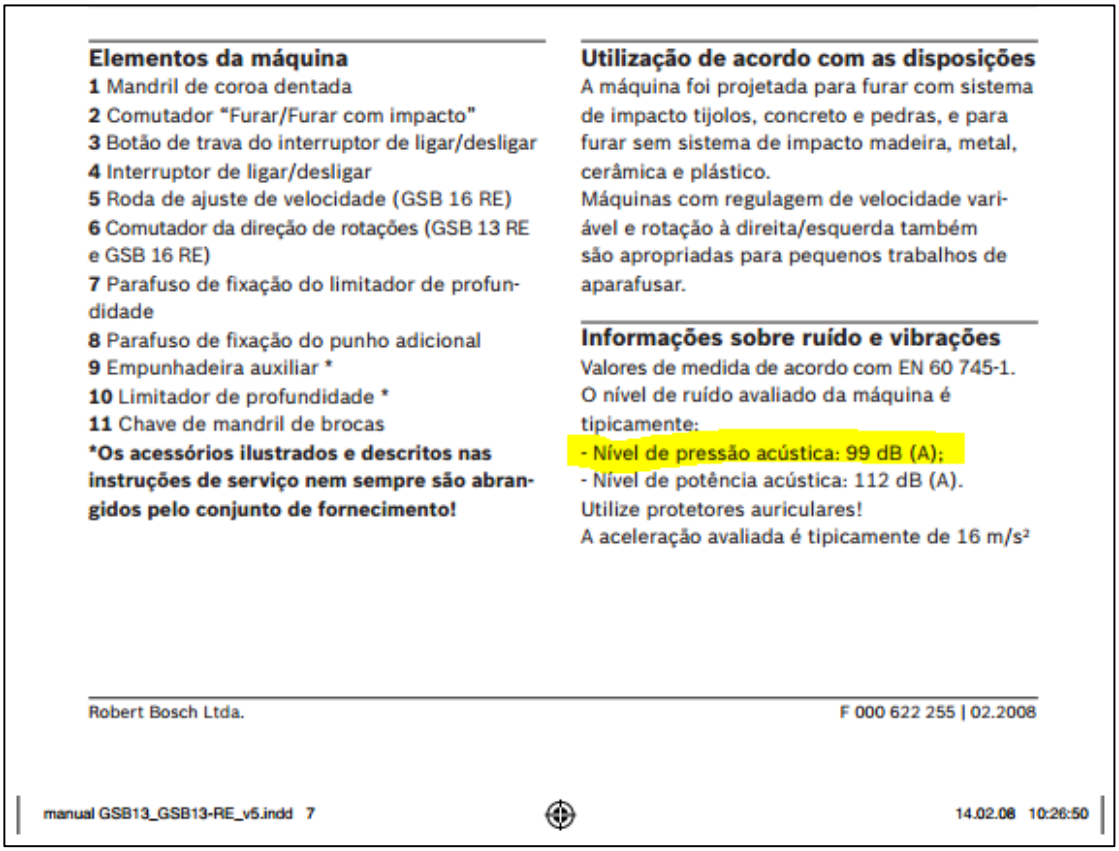
Durante a vistoria técnica, foi informado que o reclamante utilizava furadeira de impacto para a realização de furos para a sustentação dos produtos.

A reclamada não apresentou PPRA, ou LTCAT ou PPP do reclamante. Por este motivo, foi utilizado o manual técnico de uma furadeira de impacto, da marca Bosch, da menor potência possível, para que verificar a pressão sonora durante a operação de furação.

Abaixo, segue a página do manual técnico.

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO JOSE STRAZZACAPPA SANTUCCI - Juntado em: 28/11/2020 09:41:07 - edd2038

Francisco José Strazzacappa Santucci
Engenheiro de Segurança do Trabalho
Fone: (19) 9-8199-0687
francisco.santucci@gmail.com



Elementos da máquina

1 Mandril de coroa dentada
2 Comutador "Furar/Furar com impacto"
3 Botão de trava do interruptor de ligar/desligar
4 Interruptor de ligar/desligar
5 Roda de ajuste de velocidade (GSB 16 RE)
6 Comutador da direção de rotações (GSB 13 RE e GSB 16 RE)
7 Parafuso de fixação do limitador de profundidade
8 Parafuso de fixação do punho adicional
9 Empunhadeira auxiliar *
10 Limitador de profundidade *
11 Chave de mandril de brocas
***Os acessórios ilustrados e descritos nas instruções de serviço nem sempre são abrangidos pelo conjunto de fornecimento!**

Utilização de acordo com as disposições

A máquina foi projetada para furar com sistema de impacto tijolos, concreto e pedras, e para furar sem sistema de impacto madeira, metal, cerâmica e plástico.
Máquinas com regulagem de velocidade variável e rotação à direita/esquerda também são apropriadas para pequenos trabalhos de aparafusar.

Informações sobre ruído e vibrações

Valores de medida de acordo com EN 60 745-1.
O nível de ruído avaliado da máquina é tipicamente:
- Nível de pressão acústica: 99 dB (A);
- Nível de potência acústica: 112 dB (A).
Utilize protetores auriculares!
A aceleração avaliada é tipicamente de 16 m/s²

Robert Bosch Ltda. F 000 622 255 | 02.2008

manual GSB13_GSB13-RE_v5.indd 7 14.02.08 10:26:50

(Link: http://www.colombo.com.br/produtos/121927/121927.pdf)

Conforme observa-se, o nível de ruído é de 99 dB.

A tabela abaixo, transcrita do Anexo 1 da NR-15, nos mostra os Limites de Tolerância para ruído contínuo ou intermitente.

LIMITES DE TOLERÂNCIA PARA RUÍDO CONTÍNUO OU INTERMITENTE

NÍVEL DE RUÍDO DB (A)	MÁXIMA EXPOSIÇÃO DIÁRIA PERMISSÍVEL
85	8 horas
86	7 horas
87	6 horas
88	5 horas
89	4 horas e 30 minutos
90	4 horas
91	3 horas e 30 minutos
92	3 horas
93	2 horas e 40 minutos
94	2 horas e 15 minutos
95	2 horas
96	1 hora e 45 minutos

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO JOSE STRAZZACAPPA SANTUCCI - Juntado em: 28/11/2020 09:41:07 - edd2038

Francisco José Strazzacappa Santucci
Engenheiro de Segurança do Trabalho
Fone: (19) 9-8199-0687
francisco.santucci@gmail.com

98	1 hora e 15 minutos
100	**1 hora**
102	45 minutos
104	35 minutos
105	30 minutos
106	25 minutos
108	20 minutos
110	15 minutos
112	10 minutos
114	8 minutos
115	7 minutos

De acordo com a tabela acima, para uma jornada de 8h, o tempo máximo de exposição ao ruído é de **85 dB**.

O valor encontrado, **de 99 dB** está acima do Limite de Tolerância.

Não foi evidenciado fornecimento de proteção sonora ao reclamante e admitindo-se que este utilizava o equipamento durante sua jornada de trabalho por mais de 1 hora, a exposição ao ruído é Insalubre.

Pelo exposto, caracteriza-se a condição insalubre, grau médio 20%, pelo agente nas atividades do reclamante.

6.1.2 - EXPOSIÇÃO A CALOR (NR 15 – ANEXO Nº 3)

Não foi verificada a presença deste tipo de agente no ambiente de trabalho do reclamante.

6.1.3 - ILUMINAÇÃO (NR 15 – ANEXO 4)

Revogado pela Portaria 3.751, de 23/11/1990.

6.1.4 - RADIAÇÕES IONIZANTES (NR 15 – ANEXO 5)

Não foi verificada a presença deste tipo de agente no ambiente de trabalho do reclamante.

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO JOSE STRAZZACAPPA SANTUCCI - Juntado em: 28/11/2020 09:41:07 - edd2038

Francisco José Strazzacappa Santucci
Engenheiro de Segurança do Trabalho
Fone: (19) 9-8199-0687
francisco.santucci@gmail.com

6.1.5 - CONDIÇÕES HIPERBÁRICAS (NR 15 – ANEXO 6)

Não foi verificada a presença deste tipo de agente no ambiente de trabalho do reclamante.

6.1.6 - RADIAÇÕES NÃO-IONIZANTES (NR 15 – ANEXO 7)

Não foi verificada a presença deste tipo de agente no ambiente de trabalho do reclamante.

6.1.7 - VIBRAÇÕES (NR 15 – ANEXO 8)

Não foi verificada a presença deste tipo de agente no ambiente de trabalho do reclamante.

6.1.8 - FRIO (NR 15 – ANEXO 9)

Não foi verificada a presença deste tipo de agente no ambiente de trabalho do reclamante.

6.1.9 - RISCOS QUIMICOS (NR 15 – ANEXOS 11 e 13)

Anexo 11 (Aspectos Quantitativos)

O Anexo nº11 da NR-15 da Portaria nº 3.214/78, estabelece como **insalubridade de grau médio para a exposição acima do Limite normativo para o Tolueno.**

As colas de contato possuem este componente em suas formulações.

A concentração ambiental do tolueno depende de análise laboratorial, não apresentada pela Reclamada.

Desta forma a análise Quantitativa restou prejudicada.

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO JOSE STRAZZACAPPA SANTUCCI - Juntado em: 28/11/2020 09:41:07 - edd2038

Francisco José Strazzacappa Santucci
Engenheiro de Segurança do Trabalho
Fone: (19) 9-8199-0687
francisco.santucci@gmail.com

Anexo 13 (Aspectos Qualitativos)

O Anexo nº13 da NR-15 da Portaria nº 3.214/78, estabelece como **insalubridade de grau médio os seguintes casos:**

- **Emprego de produtos contendo hidrocarbonetos aromáticos como solventes ou em limpeza de peças.**

O reclamante utilizava querosene na limpeza de peças e na preparação da massa de vidraceiro. O querosene é uma mistura de hidrocarbonetos alifáticos e aromáticos.

As Reclamadas não apresentaram evidência de fornecimento de EPIs ao reclamante, como luvas impermeáveis e/ou creme protetivo

Pelo exposto, caracteriza-se a condição insalubre, grau médio, 20%, pelo agente nas atividades do reclamante.

6.1.10 - POEIRAS MINERAIS (NR 15 - ANEXO 12)
Não foi verificada a presença deste tipo de agente no ambiente de trabalho do reclamante.

6.1.11 - AGENTES BIOLÓGICOS (NR 15 – ANEXO 14)
Não foi verificada a presença deste tipo de agente no ambiente de trabalho do reclamante.

6.1.12 - UMIDADE (NR 15 – ANEXO 10)
Não foi verificada a presença deste tipo de agente no ambiente de trabalho do reclamante.

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO JOSE STRAZZACAPPA SANTUCCI - Juntado em: 28/11/2020 09:41:07 - edd2038

Francisco José Strazzacappa Santucci
Engenheiro de Segurança do Trabalho
Fone: (19) 9-8199-0687
francisco.santucci@gmail.com

6.2- NR-16 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS

Pela legislação vigente, **são seis** as hipóteses de enquadramento de periculosidade aos trabalhadores em geral:

"Atividades e Operações Perigosas" Portaria N.º 3.214/78 do Ministério do Trabalho (NR-16)	
NR-16 - ANEXO 1	**Atividades e Operações Perigosas com Explosivos**
NR-16 - ANEXO 2	**Atividades e Operações Perigosas com Inflamáveis**
NR-16 - ANEXO 3	**Atividades e operações perigosas com exposição a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial. Anexo incluído pela Portaria do MTE n^0 1.885, 02/12/2013.**
NR-16 - ANEXO 4	**Atividades e Operações Perigosas com Energia Elétrica. Anexo incluído pela Portaria do MTE nº 1.078 de 16.07.2014**
DECRETO n0 93.412/86	**Trabalho no Setor de Energia Elétrica**
NR-16 – ANEXO *	**Atividades e Operações Perigosas com Radiações ionizantes ou substâncias Radioativas. Anexo incluído pela Portaria GM n. 518/2003**
NR-16 – ANEXO 5	**Atividades em Motocicletas. Inclusão dada pela Portaria MTE 1.565/2014**

6.2.1- NR-16 ANEXO 1 – ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS COM EXPLOSIVOS

Não foram identificadas atividades ou operações perigosas com explosivos

6.2.2 - NR-16 ANEXO 2 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS COM INFLAMÁVEIS

Os métodos utilizados, bem como a interpretação dos resultados, fundamentaram-se nos dispositivos legais vigentes discriminados nos anexos da

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO JOSE STRAZZACAPPA SANTUCCI - Juntado em: 28/11/2020 09:41:07 - edd2038

Francisco José Strazzacappa Santucci
Engenheiro de Segurança do Trabalho
Fone: (19) 9-8199-0687
francisco.santucci@gmail.com

NR-16 da Portaria 3.214/78, respeitando-se as especificações técnicas e legais que diz:

> *NR-16 item 1 - São consideradas atividades e operações perigosas as constantes dos Anexos números 1 e 2 desta Norma Regulamentadora-NR.*
>
> *NR-16 item 2 - O exercício de trabalho em condições de periculosidade assegura ao trabalhador a percepção de adicional de 30% (trinta por cento), incidente sobre o salário, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participação nos lucros da empresa.*
>
> *De acordo com o anexo 2, item 1 da NR-16, são consideradas Atividades e Operações Perigosas com Inflamáveis as realizadas em:*

	ATIVIDADES	*ADICIONAL DE 30%*
a)	*Na produção, transporte, processamento e armazenamento de gás liquefeito.*	*Na produção, transporte, processamento e armazenamento de gás liquefeito.*
b)	*No transporte e armazenagem de inflamáveis líquidos e gasosos liquefeitos e de vasilhames vazios não desgaseificados ou decantados.*	*Todos os trabalhadores da área de operação.*
c)	*Nos postos de reabastecimento de aeronaves*	*Todos os trabalhadores nessas atividades ou que operam na área de risco.*
d)	Nos locais de carregamento de navios-tanques, vagões-tanques e caminhões-tanques e enchimento de vasilhames, com inflamáveis líquidos ou gasosos liquefeitos.	Todos os trabalhadores nessas atividades ou que operam na área de risco.
e)	*Nos locais de descarga de navios-tanques, vagões-tanques e caminhões-tanques com inflamáveis líquidos ou gasosos liquefeitos ou de vasilhames vazios não-desgaseificados ou decantados.*	*Todos os trabalhadores nessas atividades ou que operam na área de risco.*
f)	*Nos serviços de operações e manutenção de navios-tanque, vagões-tanques, caminhões-tanques, bombas e*	*Todos os trabalhadores nessas atividades ou que operam na área de risco.*

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO JOSE STRAZZACAPPA SANTUCCI - Juntado em: 28/11/2020 09:41:07 - edd2038

Francisco José Strazzacappa Santucci
Engenheiro de Segurança do Trabalho
Fone: (19) 9-8199-0687
francisco.santucci@gmail.com

	vasilhames, com inflamáveis líquidos ou gasosos liquefeitos, ou vazios não-desgaseificados ou decantados.	
g)	*Nas operações de desgaseificação, decantação e reparos de vasilhames não-desgaseificados ou decantados.*	*Todos os trabalhadores nessas atividades ou que operam na área de risco.*
h)	*Nas operações de testes de aparelhos de consumo do gás e seus equipamentos.*	*Todos os trabalhadores da área de operação.*
i)	*No transporte de inflamáveis líquidos e gasosos liquefeitos em caminhão-tanque.*	*Motoristas e ajudantes.*
j)	*No transporte de vasilhames (em caminhão de carga), contendo inflamável líquido, em quantidade total igual ou superior a 200 litros, quando não observado o disposto nos subitens 4.1 e 4.2 deste Anexo. (Alterado pela Portaria GM n.º 545, de 10 de julho de 2000)*	*Motoristas e ajudantes.*
l)	*No transporte de vasilhames (em carreta ou caminhão de carga), contendo inflamável gasosos e líquido, em quantidade total igual ou superior a 135 quilos.*	*Motoristas e ajudantes.*
m)	Nas operação em postos de serviço e bombas de abastecimento de inflamáveis líquidos.	Operador de bomba e trabalhadores que operam na área de risco

De acordo com o Anexo 2, item 3 da NR 16 são consideradas áreas de risco:

	ATIVIDADE	ÁREA DE RISCO
a)	Poços de petróleo em produção de gás	círculo com raio de 30 metros, no mínimo, com centro na boca do poço.
b)	Unidade de processamento das refinarias	Faixa de 30 metros de largura, no mínimo, contornando a área de operação.

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO JOSE STRAZZACAPPA SANTUCCI - Juntado em: 28/11/2020 09:41:07 - edd2038

Francisco José Strazzacappa Santucci
Engenheiro de Segurança do Trabalho
Fone: (19) 9-8199-0687
francisco.santucci@gmail.com

c)	Outros locais de refinaria onde se realizam operações com inflamáveis em estado de volatilização ou possibilidade de volatilização decorrente de falha ou defeito dos sistemas de segurança e fechamento das válvulas.	Faixa de 15 metros de largura, no mínimo, contornando a área de operação.
d)	Tanques de inflamáveis líquidos.	Toda a bacia de segurança.
e)	Tanques elevados de inflamáveis gasosos	Círculo com raio de 3 metros com centro nos pontos de vazamento eventual (válvula registros, dispositivos de medição por escapamento, gaxetas).
f)	Carga e descarga de inflamáveis líquidos contidos em navios, chatas e batelões	Afastamento de 15 metros da beira do cais, durante a operação, com extensão correspondente ao comprimento da embarcação.
g)	Abastecimento de aeronaves.	Toda área de operação.
h)	Enchimento de vagões –tanques e caminhões –tanques com inflamáveis líquidos.	Círculo com raio de 15 metros com centro nas bocas de enchimento dos tanques.
i)	Enchimento de vagões-tanques e caminhões-tanques inflamáveis gasosos liquefeitos.	Círculo com 7,5 metros centro nos pontos de vazamento eventual (válvula e registros).
j)	Enchimento de vasilhames com inflamáveis gasosos liquefeitos.	Círculos com raio de 15 metros com centro nos bicos de enchimentos.
l)	Enchimento de vasilhames com inflamáveis líquidos, em locais abertos.	Círculo com raio de 7,5 metros com centro nos bicos de enchimento.
m)	Enchimento de vasilhames com inflamáveis líquidos, em recinto fechado.	Toda a área interna do recinto.
n)	Manutenção de viaturas-tanques, bombas e vasilhames que continham inflamável líquido.	Local de operação, acrescido de faixa de 7,5 metros de largura em torno dos seus pontos externos.
o)	Desgaseificação, decantação e reparos de vasilhames não desgaseificados ou decantados, utilizados no transporte de inflamáveis.	Local da operação, acrescido de faixa de 7,5 metros de largura em torno dos seus pontos externos.

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO JOSE STRAZZACAPPA SANTUCCI - Juntado em: 28/11/2020 09:41:07 - edd2038

Francisco José Strazzacappa Santucci
Engenheiro de Segurança do Trabalho
Fone: (19) 9-8199-0687
francisco.santucci@gmail.com

p)	Testes em aparelhos de consumo de gás e seus equipamentos.	Local da operação, acrescido de faixa de 7,5 metros de largura em torno dos seus pontos extremos.
q)	Abastecimento de inflamáveis.	Toda a área de operação, abrangendo, no mínimo, círculo com raio de 7,5 metros com centro no ponto de abastecimento e o círculo com raio de 7,5 metros com centro na bomba de abastecimento da viatura e faixa de 7,5 metros de largura para ambos os lados da máquina.
r)	Armazenamento de vasilhames que contenham inflamáveis líquidos ou vazios não desgaseificados ou decantados, em locais abertos.	Faixa de 3 metros de largura em torno dos seus pontos externos.
s)	Armazenamento de vasilhames que contenham inflamáveis líquidos ou vazios não desgaseificados, ou decantados, em recinto fechado.	Toda a área interna do recinto.
t)	Carga e descarga de vasilhames contendo inflamáveis líquidos ou vasilhames vazios não desgaseificados ou decantados, transportados pôr navios, chatas ou batelões.	Afastamento de 3 metros da beira do cais, durante a operação, com extensão correspondente ao comprimento da embarcação.

Durante os trabalhos periciais, o reclamante relatou que laborava cerca de 90% de sua jornada externamente, e que levava consigo um pote com o querosene e em alguns casos, uma lata de 5L, não cheia.

Pelo informado, o reclamante não laborou em locais de armazenando de inflamáveis, como também não realizava atividades em áreas consideradas de risco, não caracterizando a Periculosidade.

6.2.3 – NR-16 ANEXO 3 - EXPOSIÇÃO A ROUBOS OU OUTRAS ESPÉCIES DE VIOLÊNCIA FÍSICA NAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PESSOAL OU PATRIMONIAL

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO JOSE STRAZZACAPPA SANTUCCI - Juntado em: 28/11/2020 09:41:07 - edd2038

Francisco José Strazzacappa Santucci
Engenheiro de Segurança do Trabalho
Fone: (19) 9-8199-0687
francisco.santucci@gmail.com

Não foram identificadas atividades ou operações perigosas com exposição a roubos e outras espécies de violência.

6.2.4- NR-16 ANEXO 4 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS COM ENERGIA ELÉTRICA. Anexo incluído pela Portaria do MTE nº 1.078 de 16.07.2014

Não foram identificadas atividades ou operações perigosas com energia elétrica

6.2.5 - NR-16- ANEXO * - ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS COM RADIAÇÕES IONIZANTES OU SUBSTÂNCIAS RADIOATIVAS

Não foram identificadas atividades ou operações perigosas com radiações ionizantes ou substâncias radioativas

6.2.6- NR-16 -ANEXO 5 - ATIVIDADES PERIGOSAS EM MOTOCICLETA

Não foram identificadas atividades ou operações perigosas com motocicleta.

7- CONCLUSÕES

INSALUBRIDADE

Com base nas informações obtidas, bem como após a análise criteriosa das atividades desenvolvidas pelo reclamante, **conclui-se lhe ser atribuível a percepção do adicional de insalubridade em grau médio (20%)** nos termos dos Anexos 1 e 13 da NR-15, da Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego.

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO JOSE STRAZZACAPPA SANTUCCI - Juntado em: 28/11/2020 09:41:07 - edd2038

Francisco José Strazzacappa Santucci
Engenheiro de Segurança do Trabalho
Fone: (19) 9-8199-0687
francisco.santucci@gmail.com

PERICULOSIDADE:

Com base nas informações obtidas, bem como após a análise criteriosa das atividades desenvolvidas pelo reclamante, e com base nos resultados obtidos do levantamento técnico, **conclui-se não lhe ser atribuível à percepção do adicional de periculosidade,** nos termos da NR-16, da Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego.

8- QUESITOS RECLAMANTE

(Não apresentados)

9- QUESITOS RECLAMADA

(Não apresentados)

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO JOSE STRAZZACAPPA SANTUCCI - Juntado em: 28/11/2020 09:41:07 - edd2038

Francisco José Strazzacappa Santucci
Engenheiro de Segurança do Trabalho
Fone: (19) 9-8199-0687
francisco.santucci@gmail.com

10- ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a considerar, dá-se por encerrado o presente trabalho em Laudo Pericial, composto por 19 (dezenove) folhas de texto digitalizadas, transmitidas e protocolizadas de forma eletrônica, através do sistema PJ-e.

O signatário coloca-se ao inteiro dispor de Vossa Excelência para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Termos em que, reiterando os protestos de elevada estima e consideração, pede e espera deferimento.

Campinas, 22 de outubro de 2020

Francisco José Strazzacappa Santucci
Engenheiro de Segurança do Trabalho
CREA 5060788403

Assinado eletronicamente por: FRANCISCO JOSE STRAZZACAPPA SANTUCCI - Juntado em: 28/11/2020 09:41:07 - edd2038
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/20112809410635400000142114317?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 20112809410635400000142114317

Francisco José Strazzacappa Santucci
Engenheiro de Segurança do Trabalho
Fone: (19) 9-8199-0687
francisco.santucci@gmail.com

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUÍZ (A) DA 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS – SP

Processo: **n. 0011335-78.2019.5.15.0043**
Reclamante: **Rodrigo Gonçalves Refundini**
Reclamada: **Jussimara Silva Durante - ME**

FRANCISCO JOSÉ STRAZZACAPPA SANTUCCI, Engenheiro de Segurança do Trabalho, legalmente habilitado pelo CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, sob o nº 5060788403, nos termos da Lei nº 5.194 de 24 de dezembro de 1966, honrosamente nomeado Perito do Juízo nos autos do processo supra, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência para:

1**. <u>Responder as impugnações apresentadas referentes ao Laudo Pericial;</u>**

Termos em que pede deferimento

Francisco José S. Santucci
Engenheiro de Segurança do Trabalho
CREA 5060788403

PJe Assinado eletronicamente por: FRANCISCO JOSE STRAZZACAPPA SANTUCCI - Juntado em: 28/11/2020 09:41:58 - 39577a6

Francisco José Strazzacappa Santucci
Engenheiro de Segurança do Trabalho
Fone: (19) 9-8199-0687
francisco.santucci@gmail.com

PARTE DO RECLAMANTE

Não houve Manifestação

PARTE DA RECLAMADA

Não houve Manifestação

ENCERRAMENTO

Pelo exposto, **ratifica-se** em todos os termos o Laudo Técnico Pericial apresentado.

Nada mais havendo a considerar, dá-se por encerrado o presente trabalho, composto por 2 (duas) folhas de texto digitalizadas, e transmitidas pelo sistema PJE.

O signatário coloca-se ao inteiro dispor de Vossa Excelência para novos esclarecimentos que se fizerem necessários.

Termos em que, reiterando os protestos de elevada estima e consideração,

Pede e espera deferimento.

Campinas, 28 de novembro de 2.020

Francisco José Strazzacappa Santucci
Engenheiro de Segurança do Trabalho
CREA 5060788403

Assinado eletronicamente por: FRANCISCO JOSE STRAZZACAPPA SANTUCCI - Juntado em: 28/11/2020 09:41:58 - 39577a6
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/20112809415792200000142114324?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 20112809415792200000142114324

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: **0011335-78.2019.5.15.0043** - Ação Trabalhista - Rito Ordinário
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

DESPACHO

Os trabalhos periciais já foram concluídos, dê-se ciência às partes da juntada do laudo, bem como das respostas acerca das impugnações encaminhadas por email, nos termos estabelecidos pelo Juízo.

Concedo o prazo comum de 5 dias para que as partes especifiquem as provas que pretendem produzir, sua pertinência e finalidade, sob pena de preclusão. O silêncio será entendido como concordância com o encerramento da instrução processual.

Transcorridos os prazos, tornem os autos conclusos para julgamento conforme o estado do processo, para prolação de decisão de saneamento ou para inclusão do feito em pauta para audiência de instrução.

As partes poderão requerer a qualquer momento a inclusão do feito em pauta para audiência de CONCILIAÇÃO.

CAMPINAS/SP, 30 de novembro de 2020.

ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA
Juiz(íza) do Trabalho

JCF

Assinado eletronicamente por: ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA - Juntado em: 30/11/2020 13:12:07 - 0c19c8c
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A REGIAO:03773524000103
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/20113010445057800000142146469?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 20113010445057800000142146469

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS/SP - CEP: 13092-123

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 0c19c8c proferido nos autos.

DESPACHO

Os trabalhos periciais já foram concluídos, dê-se ciência às partes da juntada do laudo, bem como das respostas acerca das impugnações encaminhadas por email, nos termos estabelecidos pelo Juízo.

Concedo o prazo comum de 5 dias para que as partes especifiquem as provas que pretendem produzir, sua pertinência e finalidade, sob pena de preclusão. O silêncio será entendido como concordância com o encerramento da instrução processual.

Transcorridos os prazos, tornem os autos conclusos para julgamento conforme o estado do processo, para prolação de decisão de saneamento ou para inclusão do feito em pauta para audiência de instrução.

As partes poderão requerer a qualquer momento a inclusão do feito em pauta para audiência de CONCILIAÇÃO.

CAMPINAS/SP, 30 de novembro de 2020.

ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA
Juiz(íza) do Trabalho

JCF

Assinado eletronicamente por: ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA - Juntado em: 30/11/2020 13:13:08 - 4bf7422
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A REGIAO:03773524000103
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/20113013120043000000142165913?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 20113013120043000000142165913

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: **0011335-78.2019.5.15.0043** - Ação Trabalhista - Rito Ordinário
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

Carta
9912353797/2014-DR/SPI/SP
TRT 15ª Região
Correios

Remetente: 3ª Vara do Trabalho de Campinas
Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS/SP - CEP: 13092-123

Destinatário: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME
Endereço: RUA BRUNA LAURITA MASOTI DE ALMEIDA , 232, PARQUE FLORIANOPOLIS, JAGUARIUNA/SP - CEP: 13910-268

NOTIFICAÇÃO JUDICIAL

Registro Postal: JT 67927726 7 BR
Data de Postagem:17 02 2021

Processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ATOrd
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

Fica V. Sa. notificado para:Id 0c19c8c - Despacho.

A petição inicial e documentos poderão ser acessados apenas em meio eletrônico, mediante consulta ao seguinte endereço na internet:

PJe Assinado eletronicamente por: WILLIAM ELDE SILVERIO - Juntado em: 11/02/2021 16:57:07 - 7501afd

http://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam, digitando no campo "número do documento" o(s) número (s) descrito(s) como chave(s) de acesso, abaixo identificado(s):

Descrição	Tipo de documento	Chave de acesso**
Intimação	Intimação	20113013120043000000142165913
Despacho	Despacho	20113010445057800000142146469
Esclarecimentos ao Laudo de Insalubridade e Periculosidade	Apresentação de Esclarecimentos ao Laudo Pericial	20112809415792200000142114324
Laudo de Insalubridade e Periculosidade	Apresentação de Laudo Pericial	20112809410635400000142114317
Intimação	Intimação	20111115035759600000140977933
Notificação entregue	Certidão	20111112293720300000140956608
Intimação	Intimação	20082012552306700000135412744
Despacho	Despacho	20082001481329500000135380099
Intimação	Intimação	20082001515540800000135380108
Intimação	Intimação	20072221330399300000133531946
Intimação	Intimação	20060113143257800000129935429
Despacho	Despacho	20052922052175800000129882772
Solicitação de habilitação	Solicitação de Habilitação	20032620532635300000126980096
Notificação DEVOLVIDA jussimara	Documento Diverso	20031117042330300000126122695
		20031117040301800

Notificação DEVOLVIDA jussimara	Certidão	0000126122645
Notificação	Notificação	20021316163844000000124415406
Ata da Audiência	Ata da Audiência	20021113325883700000124173952
peticao intermediaria fatos novos	Manifestação	20021020433722600000124128994
Documento Diverso	Documento Diverso	20021020455265400000124129029
Contrato	Contrato	20021020460485500000124129032
Documento Diverso	Documento Diverso	20021020462334300000124129043
Prova Emprestada	Prova Emprestada	20021020463724600000124129049
Notificação	Notificação	19112114284675000000120182716
Notificação Devolvida JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME	Certidão	19111312122950100000119709547
Notificação	Notificação	19102108253629700000118128738
Intimação	Intimação	19102108253620400000118128737
Despacho	Despacho	19091212433875600000115544977
emenda a inicial	Manifestação	19091116475065400000115490790
Contrato	Contrato	19091116485888400000115490856
Decisão de prevenção	Decisão	19091123073504200000115513583
Petição Inicial	Petição Inicial	19091116114419200000115483758
rt	Documento Diverso	19091116160377300000115484552

Procuração	Procuração	1909111616091450000115484570
Declaração de Hipossuficiência	Declaração de Hipossuficiência	1909111616116280000115484578
Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)	Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)	1909111616174410000115484594
cnh	Documento Diverso	1909111616257960000115484616
Extrato de FGTS	Extrato de FGTS	1909111616310720000115484628
Contracheque/Recibo de Salário	Contracheque/Recibo de Salário	1909111616398250000115484663
Fotografia	Fotografia	1909111616436880000115484678
Fotografia	Fotografia	1909111616532020000115484705
Fotografia	Fotografia	1909111616572600000115484721
Fotografia	Fotografia	1909111617001690000115484732

CAMPINAS/SP, 11 de fevereiro de 2021.

WILLIAM ELDE SILVERIO
Servidor

Assinado eletronicamente por: WILLIAM ELDE SILVERIO - Juntado em: 11/02/2021 16:57:07 - 7501afd
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21021116570374500000145517607?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 21021116570374500000145517607

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: **0011335-78.2019.5.15.0043** - Ação Trabalhista - Rito Ordinário
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

JT 679 277 267 BR



Postagem	Objeto saiu para entrega ao destinatário	Entregue
24/02/2021	02/03/2021	02/03/2021

02/03/2021 15:07 JAGUARIUNA / SP	**Objeto entregue ao destinatário**
02/03/2021 09:24 JAGUARIUNA / SP	**Objeto saiu para entrega ao destinatário**
24/02/2021 21:02 INDAIATUBA / SP	**Objeto postado após o horário limite da unidade** Sujeito a encaminhamento no próximo dia útil

Todos os objetos internacionais estão sujeitos à cobrança do despacho postal.
Clique aqui para saber mais

Nova Consulta

Imprimir Suspender Entrega

Acesse o aplicativo dos Correios e leia o código 2D ao lado. Você não precisará digitar o código do objeto e poderá salvar na sua lista de favoritos.

Disponível na App Store

Disponível no Google play

CAMPINAS/SP, 19 de março de 2021.

PJe Assinado eletronicamente por: ROBERTA RODRIGUES URBANO - Juntado em: 19/03/2021 22:20:52 - ba7e0de

ROBERTA RODRIGUES URBANO
Servidor

Assinado eletronicamente por: ROBERTA RODRIGUES URBANO - Juntado em: 19/03/2021 22:20:52 - ba7e0de
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A REGIAO:03773524000103
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21031922204973900000148145434?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 21031922204973900000148145434

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: **0011335-78.2019.5.15.0043** - Ação Trabalhista - Rito Ordinário
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

DESPACHO

Considerando que as partes não informaram o meio de prova que pretendem produzir, apesar de assim determinar o juízo expressamente com cominação de pena de preclusão, declaro encerrada a instrução processual.

Concedo às partes o prazo comum de 48 horas para oferecerem razões finais, se desejarem.

CAMPINAS/SP, 19 de março de 2021.

ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA
Juiz(íza) do Trabalho

RRU

Assinado eletronicamente por: ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA - Juntado em: 22/03/2021 13:00:53 - 7ae97d2
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21031922221511400000148145454?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 21031922221511400000148145454

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 7ae97d2 proferido nos autos.

DESPACHO

Considerando que as partes não informaram o meio de prova que pretendem produzir, apesar de assim determinar o juízo expressamente com cominação de pena de preclusão, declaro encerrada a instrução processual.

Concedo às partes o prazo comum de 48 horas para oferecerem razões finais, se desejarem.

CAMPINAS/SP, 19 de março de 2021.

ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA
Juiz(íza) do Trabalho

RRU

Assinado eletronicamente por: ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA - Juntado em: 22/03/2021 13:01:53 - 37cb6ea
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21032213004006400000148201645?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 21032213004006400000148201645

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: **0011335-78.2019.5.15.0043** - Ação Trabalhista - Rito Ordinário
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

Carta
9912353797/2014-DR/SPI/SP
TRT 15ª Região
Correios

Remetente: 3ª Vara do Trabalho de Campinas
Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS/SP - CEP: 13092-123

Destinatário: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME
Endereço: RUA BRUNA LAURITA MASOTI DE ALMEIDA , 232, PARQUE FLORIANOPOLIS, JAGUARIUNA/SP - CEP: 13910-268

NOTIFICAÇÃO JUDICIAL

Registro Postal: BR 50480610 0 BR
Data de Postagem:31 03 2021

Processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ATOrd
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

Fica V. Sa. notificado para:

Id 7ae97d2

A petição inicial e documentos poderão ser acessados apenas em meio eletrônico, mediante consulta ao seguinte

PJe Assinado eletronicamente por: WILLIAM ELDE SILVERIO - Juntado em: 22/03/2021 16:53:22 - 47e29a0

endereço na internet: **http://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam**, digitando no campo "número do documento" o(s) número(s) descrito(s) como chave(s) de acesso, abaixo identificado(s):

Descrição	Tipo de documento	Chave de acesso**
Intimação	Intimação	21032213004006400000148201645
Despacho	Despacho	21031922221511400000148145454
Certidão	Certidão	21031922204973900000148145434
Intimação	Intimação	21021116570374500000145517607
Intimação	Intimação	20113013120043000000142165913
Despacho	Despacho	20113010445057800000142146469
Esclarecimentos ao Laudo de Insalubridade e Periculosidade	Apresentação de Esclarecimentos ao Laudo Pericial	20112809415792200000142114324
Laudo de Insalubridade e Periculosidade	Apresentação de Laudo Pericial	20112809410635400000142114317
Intimação	Intimação	20111115035759600000140977933
Notificação entregue	Certidão	20111112293720300000140956608
Intimação	Intimação	20082012552306700000135412744
Despacho	Despacho	20082001481329500000135380099
Intimação	Intimação	20082001515540800000135380108
Intimação	Intimação	20072221330399300000133531946

Intimação	Intimação	20060113143257800000129935429
Despacho	Despacho	20052922052175800000129882772
Solicitação de habilitação	Solicitação de Habilitação	20032620532635300000126980096
Notificação DEVOLVIDA jussimara	Documento Diverso	20031117042330300000126122695
Notificação DEVOLVIDA jussimara	Certidão	20031117040301800000126122645
Notificação	Notificação	20021316163844000000124415406
Ata da Audiência	Ata da Audiência	20021113325883700000124173952
peticao intermediaria fatos novos	Manifestação	20021020433722600000124128994
Documento Diverso	Documento Diverso	20021020455265400000124129029
Contrato	Contrato	20021020460485500000124129032
Documento Diverso	Documento Diverso	20021020462334300000124129043
Prova Emprestada	Prova Emprestada	20021020463724600000124129049
Notificação	Notificação	19112114284675000000120182716
Notificação Devolvida JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME	Certidão	19111312122950100000119709547
Notificação	Notificação	19102108253629700000118128738
Intimação	Intimação	19102108253620400000118128737
Despacho	Despacho	19091212433875600000115544977
		19091116475065 40

emenda a inicial	Manifestação	0000115490790
Contrato	Contrato	1909111648588840 0000115490856
Decisão de prevenção	Decisão	1909112307350420 0000115513583
Petição Inicial	Petição Inicial	1909111611441920 0000115483758
rt	Documento Diverso	1909111616037730 0000115484552
Procuração	Procuração	1909111616091450 0000115484570
Declaração de Hipossuficiência	Declaração de Hipossuficiência	1909111616116280 0000115484578
Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)	Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)	1909111616174410 0000115484594
cnh	Documento Diverso	1909111616257960 0000115484616
Extrato de FGTS	Extrato de FGTS	1909111616310720 0000115484628
Contracheque/Recibo de Salário	Contracheque/Recibo de Salário	1909111616398250 0000115484663
Fotografia	Fotografia	1909111616436880 0000115484678
Fotografia	Fotografia	1909111616532020 0000115484705
Fotografia	Fotografia	1909111616572600 0000115484721
Fotografia	Fotografia	1909111617001690 0000115484732

CAMPINAS/SP, 22 de março de 2021.

Assinado eletronicamente por: WILLIAM ELDE SILVERIO - Juntado em: 22/03/2021 16:53:22 - 47e29a0
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21032216531277700000148247076?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 21032216531277700000148247076

Servidor

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: **0011335-78.2019.5.15.0043** - Ação Trabalhista - Rito Ordinário
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

DESPACHO

Em consulta ao site dos correios, constatou-se a devolução das intimações.

Intime-se o reclamante para apresentar o atual e completo endereço da reclamada, dentro do prazo de 10 dias, sob pena de extinção do feito.

EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA
Juiz do Trabalho Substituto

JCF

Assinado eletronicamente por: EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA - Juntado em: 27/04/2021 17:51:50 - 6f98807
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21042717035198000000150663167?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 21042717035198000000150663167

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 6f98807 proferido nos autos.

DESPACHO

Em consulta ao site dos correios, constatou-se a devolução das intimações.

Intime-se o reclamante para apresentar o atual e completo endereço da reclamada, dentro do prazo de 10 dias, sob pena de extinção do feito.

EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA
Juiz do Trabalho Substituto

JCF

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

Processo nº ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043

RODRIGO GONÇALVES REFUNDINI, já devidamente qualificado nos autos da RECLAMAÇÃO TRABALHISTA, em epígrafe, que move em face de JUSSIMARA SILVA DURANTE – ME, por seus procuradores que assinam abaixo, vem, com o devido respeito e acatamento à presença de Vossa Excelência, informar o **NOVO ENDEREÇO DA RECLAMADA**, sito à **Rua Otavio Antoniacci, nº 89, bairro Jardim Pinheiros, Jaguariúna/SP, CEP 13.910-308**.

Ressalte-se que este é o endereço residencial da proprietária, tendo em vista a reiterada manobra da reclamada de obstaculizar a regular citação, recusando-se constantemente receber as notificações da Justiça.

Com intuito de auxiliar a localização do endereço, em eventual notificação via Oficial de Justiça, juntamos foto da residência, ao qual pedimos restrição por sigilo por motivos de segurança.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Pedreira, 12 de maio de 2021.

DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA

OAB/SP 346.474

LEONARDO CAMARGO JUNIOR

OAB/SP 378.805

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: **0011335-78.2019.5.15.0043** - Ação Trabalhista - Rito Ordinário
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

DESPACHO

Reitere-se a intimação no endereço indicado pelo autor, já retificado no processo.

Em caso de devolução, fica deferida a citação por edital

ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA
Juíza do Trabalho Substituta

JCF

Assinado eletronicamente por: ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA - Juntado em: 13/05/2021 18:43:55 - 09430ac
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A REGIAO:03773524000103
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21051312251399000000151851750?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 21051312251399000000151851750

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: **0011335-78.2019.5.15.0043** - Ação Trabalhista - Rito Ordinário
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

Carta
9912353797/2014-DR/SPI/SP
TRT 15ª Região
Correios

Remetente: 3ª Vara do Trabalho de Campinas
Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS/SP - CEP: 13092-123

Destinatário:jussimara silva durante - me

Rua Otavio Antoniacci, nº 89, bairro Jardim Pinheiros, Jaguariúna/SP, CEP 13.910-308.}

NOTIFICAÇÃO JUDICIAL

Registro Postal: BR 50481321 6 BR
Data de Postagem:26 05 2021

Processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ATOrd
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

Fica V. Sa. notificado para:

Id 0c19c8c -

Assinado eletronicamente por: WILLIAM ELDE SILVERIO - Juntado em: 14/05/2021 12:38:54 - 0332afc

A petição inicial e documentos poderão ser acessados apenas em meio eletrônico, mediante consulta ao seguinte endereço na internet: **http://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam**, digitando no campo "número do documento" o(s) número (s) descrito(s) como chave(s) de acesso, abaixo identificado(s):

Descrição	Tipo de documento	Chave de acesso**
Despacho	Despacho	21051312251399000000151851750
Novo endereço da reclamada	Manifestação	21051222261961000000151818732
Fotografia da residência	Fotografia	21051222295437300000151818755
Intimação	Intimação	21042717514344900000150670655
Despacho	Despacho	21042717035198000000150663167
Intimação	Intimação	21032216531277700000148247076
Intimação	Intimação	21032213004006400000148201645
Despacho	Despacho	21031922221511400000148145454
Certidão	Certidão	21031922204973900000148145434
Intimação	Intimação	21021116570374500000145517607
Intimação	Intimação	20113013120043000000142165913
Despacho	Despacho	20113010445057800000142146469
Esclarecimentos ao Laudo de Insalubridade e Periculosidade	Apresentação de Esclarecimentos ao Laudo Pericial	20112809415792200000142114324

Laudo de Insalubridade e Periculosidade	Apresentação de Laudo Pericial	20112809410635400000142114317
Intimação	Intimação	20111115035759600000140977933
Notificação entregue	Certidão	20111112293720300000140956608
Intimação	Intimação	20082012552306700000135412744
Despacho	Despacho	20082001481329500000135380099
Intimação	Intimação	20082001515540800000135380108
Intimação	Intimação	20072221330399300000133531946
Intimação	Intimação	20060113143257800000129935429
Despacho	Despacho	20052922052175800000129882772
Solicitação de habilitação	Solicitação de Habilitação	20032620532635300000126980096
Notificação DEVOLVIDA jussimara	Documento Diverso	20031117042330300000126122695
Notificação DEVOLVIDA jussimara	Certidão	20031117040301800000126122645
Notificação	Notificação	20021316163844000000124415406
Ata da Audiência	Ata da Audiência	20021113325883700000124173952
peticao intermediaria fatos novos	Manifestação	20021020433722600000124128994
Documento Diverso	Documento Diverso	20021020455265400000124129029
Contrato	Contrato	20021020460485500000124129032
		20021020462334300

Documento Diverso	Documento Diverso	0000124129043
Prova Emprestada	Prova Emprestada	20021020463724600000124129049
Notificação	Notificação	19112114284675000000120182716
Notificação Devolvida JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME	Certidão	19111312122950100000119709547
Notificação	Notificação	19102108253629700000118128738
Intimação	Intimação	19102108253620400000118128737
Despacho	Despacho	19091212433875600000115544977
emenda a inicial	Manifestação	19091116475065400000115490790
Contrato	Contrato	19091116485888400000115490856
Decisão de prevenção	Decisão	19091123073504200000115513583
Petição Inicial	Petição Inicial	19091116114419200000115483758
rt	Documento Diverso	19091116160377300000115484552
Procuração	Procuração	19091116160914500000115484570
Declaração de Hipossuficiência	Declaração de Hipossuficiência	19091116161162800000115484578
Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)	Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)	19091116161744100000115484594
cnh	Documento Diverso	19091116162579600000115484616
Extrato de FGTS	Extrato de FGTS	19091116163107200000115484628
Contracheque/Recibo de Salário	Contracheque/Recibo de Salário	19091116163982500000115484663

Fotografia	Fotografia	19091116164368800000115484678
Fotografia	Fotografia	19091116165320200000115484705
Fotografia	Fotografia	19091116165726000000115484721
Fotografia	Fotografia	19091116170016900000115484732

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: **0011335-78.2019.5.15.0043** - Ação Trabalhista - Rito Ordinário
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

BR 504 813 216 BR



Postagem	Objeto saiu para entrega ao destinatário	Entregue
26/05/2021	02/06/2021	02/06/2021

02/06/2021 10:36 JAGUARIUNA / SP	**Objeto entregue ao destinatário**

CAMPINAS/SP, 14 de junho de 2021.

JANAINA CAMARGO FUZETTI
Diretor de Secretaria

Assinado eletronicamente por: JANAINA CAMARGO FUZETTI - Juntado em: 14/06/2021 15:13:36 - 0bd43a2
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21061415133408500000154050533?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 21061415133408500000154050533

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

SENTENÇA

RODRIGO GONCALVES REFUNDINI ajuizou reclamação trabalhista em face de JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME alegando, em síntese, que houve pagamentos "por fora", que laborou em condição insalubre sem a devida contraprestação, que as férias não foram corretamente quitadas e que sofreu danos morais.

Formulou os pedidos constantes do rol ao final da inicial.

A reclamada não apresentou defesa, embora devidamente intimada a fazê-lo.

Produzida prova pericial, foi encerrada a instrução do feito.

Inconciliados.

É O R E L A T Ó R I O

D E C I D O

DA REVELIA

Regularmente notificada, deixou a reclamada de apresentar defesa, inércia que atrai o reconhecimento da revelia e a presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial.

Diante de tal presunção, considero verdadeiras as alegações vestibulares de existência de vínculo empregatício entre as partes no período de 01/08/2014 a 01/08/2019, data do rompimento do contrato de trabalho por justa causa do empregador, na função de vidraceiro e com salário mensal de R$ 2.200,00; de pagamento parcial das verbas rescisórias por meio de dação de bens em pagamento;

PJe Assinado eletronicamente por: ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA - Juntado em: 12/07/2021 14:30:37 - e10ffed

de não concessão regular das duas últimas férias vencidas e de seu não pagamento correto; de que foi ofendido por superiores hierárquicos na realização de trabalho e de ausência de recolhimento do FGTS durante todo o contrato de trabalho.

Dessa forma, condeno a reclamada no cumprimento das seguintes obrigações: anotação do término do contrato na CTPS, o que fica autorizado a ser realizado diretamente pela secretaria da Vara; pagamento do saldo de salário de agosto de 2019; do aviso prévio indenizado, que integra o tempo de serviço para todos os efeitos legais por expressa disposição de Lei (45 dias); do décimo terceiro proporcional (8/12); das férias vencidas acrescidas de um terço (do período 2017/2018 em dobro e do período 2018/2019 de forma simples); das férias proporcionais acrescidas de um terço (1/12); da multa do artigo 477 da CLT; do FGTS, diretamente ao empregado, sobre todo o contrato de trabalho, sobre aviso prévio e décimo terceiro proporcional, não incidindo o percentual sobre as férias; bem como, pagamento da multa de 40% do FGTS.

Das verbas apuradas, deverá ser deduzido o valor de R$ 4.132,50, confessadamente recebido pelo autor.

Sobre saldo de salário, aviso prévio, décimo terceiro proporcional, férias proporcionais e multa de 40% do FGTS, **depois de deduzido o valor especificado no parágrafo anterior**, deverá incidir o acréscimo de 50%, face o que dispõe o artigo 467 consolidado.

A multa do artigo 477 da CLT incide tão somente sobre o salário-base, por expressa determinação legal.

Considerando a presunção de veracidade acerca das ofensas sofridas pelo obreiro em ambiente de trabalho, fica clara a sua exposição a danos morais, motivo pelo qual, considerando a legislação consolidada acerca dos danos extrapatrimoniais, considerando a natureza leve da lesão, condeno a ré no pagamento do valor de R$ 3.000,00, que reputo adequado à dupla finalidade da sanção, educativa e coibitiva.

Em relação às demais alegações, considerando que não há ofensa grave à honra do obreiro e que se tratam de descumprimentos contratuais, cujo pagamento é determinado na presente sentença, não há falar em condenação por danos morais.

DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

PJe Assinado eletronicamente por: ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA - Juntado em: 12/07/2021 14:30:37 - e10ffed

Do bem elaborado laudo pericial de id edd2038, extrai-se a seguinte conclusão do *expert*:

"Com base nas informações obtidas, bem como após a análise criteriosa das atividades desenvolvidas pelo reclamante, **conclui-se lhe ser atribuível a percepção do adicional de insalubridade em grau médio (20%)** nos termos dos Anexos 1 e 13 da NR-15, da Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego." Grifo no original.

Faz jus, portanto, o(a) reclamante, ao adicional de insalubridade em grau médio(20%), a ser calculado sobre o salário-mínimo vigente durante todo o pacto laboral, e os respectivos reflexos em férias e terço constitucional, décimos terceiros salários, FGTS e respectiva multa e aviso prévio.

Não há falar em reflexos nos DSRs, uma vez que se trata de verba calculada sobre valor mensal, que já os remunera.

Sucumbente no objeto da perícia, responde a reclamada pelos honorários periciais ora arbitrados em R$ 2.000,00 (dois mil reais).

JUROS E CORREÇAO MONETÁRIA

Conforme decisão do STF, na Justiça do Trabalho os créditos devem ser atualizados na fase pré-judicial pelo IPCA-E (índice de preço ao consumidor amplo especial) e, a partir da citação, pela taxa selic que já engloba juros moratórios e correção monetária, razão pela qual a sua incidência impede a aplicação de outros índices de atualização.

Devido à natureza vinculante da decisão, deve ser observada sobre as multas a taxa selic a partir da citação.

Relativamente à sucumbência, deve ser observada a mesma taxa e como data inicial da incidência a data prolação da sentença na medida em que nela foi constituído o crédito.

De se observar, quanto ao recolhimento previdenciário, que a responsabilidade é da reclamada empregadora, tanto da parcela do empregado como do empregador, conforme artigo 216, I, "a", e "b", do Dec. 3.048/99, sendo-lhe facultada, contudo, a retenção da parcela do empregado, observando o limite máximo do salário de contribuição.

PJe Assinado eletronicamente por: ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA - Juntado em: 12/07/2021 14:30:37 - e10ffed

JUSTIÇA GRATUITA

Preenchidos os requisitos legais, dentre os quais não está a assistência sindical, uma vez que considero comprovada a condição legal de percebimento de remuneração inferior a 40% do teto do RGPS, inclusive pela presumível condição de desemprego do obreiro, concedo-lhe os benefícios da justiça gratuita.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Nos termos do art. 791-A da CLT, fixo os honorários sucumbenciais no importe de 10%, a cargo da reclamada, a ser calculado sobre o valor da condenação.

A fim de evitar medidas desnecessárias nas fases de liquidação e execução, consigno que a atualização do crédito do advogado do reclamante seguirá os parâmetros estabelecidos no item relativo à correção, ou seja, observação da taxa selic, a partir da data de prolação da presente sentença, quando constituído o crédito.

Considerando a revelia da ré, não há falar em honorários recíprocos.

D I S P O S I T I V O

Diante do exposto, julgo **PROCEDENTES EM PARTE OS PEDIDOS** formulados por RODRIGO GONCALVES REFUNDINI para condenar a reclamada JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME no cumprimento das obrigações constantes da fundamentação que, nos seus termos e parâmetros, fica fazendo parte integrante deste dispositivo.

Juros e correção monetária nos termos da Lei.

Deverá a reclamada proceder ao recolhimento das contribuições previdenciárias sobre as parcelas salariais (décimo terceiro proporcional, adicional de insalubridade e respectivos reflexos nos décimos terceiros, saldo salarial), nos termos das Leis 8212/91, 8620/93 e 10.035/00, bem como, do Imposto de Renda, nos termos da Lei 8541/92 e Provimento 01/96 da Corregedoria Geral do Trabalho.

Custas pela reclamada no importe de R$ 800,00 calculadas sobre o valor ora arbitrado à condenação de R$ 40.000,00.

PJe Assinado eletronicamente por: ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA - Juntado em: 12/07/2021 14:30:37 - e10ffed

Intimem-se as partes.

Nada mais.

CAMPINAS/SP, 12 de julho de 2021.

ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA
Juíza do Trabalho Substituta

Assinado eletronicamente por: ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA - Juntado em: 12/07/2021 14:30:37 - e10ffed
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21071214001898500000156031059?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 21071214001898500000156031059

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência da Sentença ID e10ffed proferida nos autos.

SENTENÇA

RODRIGO GONCALVES REFUNDINI ajuizou reclamação trabalhista em face de JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME alegando, em síntese, que houve pagamentos "por fora", que laborou em condição insalubre sem a devida contraprestação, que as férias não foram corretamente quitadas e que sofreu danos morais.

Formulou os pedidos constantes do rol ao final da inicial.

A reclamada não apresentou defesa, embora devidamente intimada a fazê-lo.

Produzida prova pericial, foi encerrada a instrução do feito.

Inconciliados.

É O R E L A T Ó R I O

D E C I D O

DA REVELIA

Regularmente notificada, deixou a reclamada de apresentar defesa, inércia que atrai o reconhecimento da revelia e a presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial.

Diante de tal presunção, considero verdadeiras as alegações vestibulares de existência de vínculo empregatício entre as partes no período de 01/08/2014 a 01/08/2019, data do rompimento do contrato de trabalho por justa causa do empregador, na função de vidraceiro e com salário mensal de R$ 2.200,00; de

pagamento parcial das verbas rescisórias por meio de dação de bens em pagamento; de não concessão regular das duas últimas férias vencidas e de seu não pagamento correto; de que foi ofendido por superiores hierárquicos na realização de trabalho e de ausência de recolhimento do FGTS durante todo o contrato de trabalho.

Dessa forma, condeno a reclamada no cumprimento das seguintes obrigações: anotação do término do contrato na CTPS, o que fica autorizado a ser realizado diretamente pela secretaria da Vara; pagamento do saldo de salário de agosto de 2019; do aviso prévio indenizado, que integra o tempo de serviço para todos os efeitos legais por expressa disposição de Lei (45 dias); do décimo terceiro proporcional (8/12); das férias vencidas acrescidas de um terço (do período 2017/2018 em dobro e do período 2018/2019 de forma simples); das férias proporcionais acrescidas de um terço (1/12); da multa do artigo 477 da CLT; do FGTS, diretamente ao empregado, sobre todo o contrato de trabalho, sobre aviso prévio e décimo terceiro proporcional, não incidindo o percentual sobre as férias; bem como, pagamento da multa de 40% do FGTS.

Das verbas apuradas, deverá ser deduzido o valor de R$ 4.132,50, confessadamente recebido pelo autor.

Sobre saldo de salário, aviso prévio, décimo terceiro proporcional, férias proporcionais e multa de 40% do FGTS, **depois de deduzido o valor especificado no parágrafo anterior**, deverá incidir o acréscimo de 50%, face o que dispõe o artigo 467 consolidado.

A multa do artigo 477 da CLT incide tão somente sobre o salário-base, por expressa determinação legal.

Considerando a presunção de veracidade acerca das ofensas sofridas pelo obreiro em ambiente de trabalho, fica clara a sua exposição a danos morais, motivo pelo qual, considerando a legislação consolidada acerca dos danos extrapatrimoniais, considerando a natureza leve da lesão, condeno a ré no pagamento do valor de R$ 3.000,00, que reputo adequado à dupla finalidade da sanção, educativa e coibitiva.

Em relação às demais alegações, considerando que não há ofensa grave à honra do obreiro e que se tratam de descumprimentos contratuais, cujo pagamento é determinado na presente sentença, não há falar em condenação por danos morais.

DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

PJe Assinado eletronicamente por: ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA - Juntado em: 12/07/2021 14:31:37 - d0c8172

Do bem elaborado laudo pericial de id edd2038, extrai-se a seguinte conclusão do *expert*:

"Com base nas informações obtidas, bem como após a análise criteriosa das atividades desenvolvidas pelo reclamante, **conclui-se lhe ser atribuível a percepção do adicional de insalubridade em grau médio (20%)** nos termos dos Anexos 1 e 13 da NR-15, da Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego." Grifo no original.

Faz jus, portanto, o(a) reclamante, ao adicional de insalubridade em grau médio(20%), a ser calculado sobre o salário-mínimo vigente durante todo o pacto laboral, e os respectivos reflexos em férias e terço constitucional, décimos terceiros salários, FGTS e respectiva multa e aviso prévio.

Não há falar em reflexos nos DSRs, uma vez que se trata de verba calculada sobre valor mensal, que já os remunera.

Sucumbente no objeto da perícia, responde a reclamada pelos honorários periciais ora arbitrados em R$ 2.000,00 (dois mil reais).

JUROS E CORREÇAO MONETÁRIA

Conforme decisão do STF, na Justiça do Trabalho os créditos devem ser atualizados na fase pré-judicial pelo IPCA-E (índice de preço ao consumidor amplo especial) e, a partir da citação, pela taxa selic que já engloba juros moratórios e correção monetária, razão pela qual a sua incidência impede a aplicação de outros índices de atualização.

Devido à natureza vinculante da decisão, deve ser observada sobre as multas a taxa selic a partir da citação.

Relativamente à sucumbência, deve ser observada a mesma taxa e como data inicial da incidência a data prolação da sentença na medida em que nela foi constituído o crédito.

De se observar, quanto ao recolhimento previdenciário, que a responsabilidade é da reclamada empregadora, tanto da parcela do empregado como do empregador, conforme artigo 216, I, "a", e "b", do Dec. 3.048/99, sendo-lhe facultada, contudo, a retenção da parcela do empregado, observando o limite máximo do salário de contribuição.

PJe Assinado eletronicamente por: ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA - Juntado em: 12/07/2021 14:31:37 - d0c8172

JUSTIÇA GRATUITA

Preenchidos os requisitos legais, dentre os quais não está a assistência sindical, uma vez que considero comprovada a condição legal de percebimento de remuneração inferior a 40% do teto do RGPS, inclusive pela presumível condição de desemprego do obreiro, concedo-lhe os benefícios da justiça gratuita.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Nos termos do art. 791-A da CLT, fixo os honorários sucumbenciais no importe de 10%, a cargo da reclamada, a ser calculado sobre o valor da condenação.

A fim de evitar medidas desnecessárias nas fases de liquidação e execução, consigno que a atualização do crédito do advogado do reclamante seguirá os parâmetros estabelecidos no item relativo à correção, ou seja, observação da taxa selic, a partir da data de prolação da presente sentença, quando constituído o crédito.

Considerando a revelia da ré, não há falar em honorários recíprocos.

D I S P O S I T I V O

Diante do exposto, julgo **PROCEDENTES EM PARTE OS PEDIDOS** formulados por RODRIGO GONCALVES REFUNDINI para condenar a reclamada JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME no cumprimento das obrigações constantes da fundamentação que, nos seus termos e parâmetros, fica fazendo parte integrante deste dispositivo.

Juros e correção monetária nos termos da Lei.

Deverá a reclamada proceder ao recolhimento das contribuições previdenciárias sobre as parcelas salariais (décimo terceiro proporcional, adicional de insalubridade e respectivos reflexos nos décimos terceiros, saldo salarial), nos termos das Leis 8212/91, 8620/93 e 10.035/00, bem como, do Imposto de Renda, nos termos da Lei 8541/92 e Provimento 01/96 da Corregedoria Geral do Trabalho.

Custas pela reclamada no importe de R$ 800,00 calculadas sobre o valor ora arbitrado à condenação de R$ 40.000,00.

PJe Assinado eletronicamente por: ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA - Juntado em: 12/07/2021 14:31:37 - d0c8172

Intimem-se as partes.

Nada mais.

CAMPINAS/SP, 12 de julho de 2021.

ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA
Juíza do Trabalho Substituta

Assinado eletronicamente por: ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA - Juntado em: 12/07/2021 14:31:37 - d0c8172
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21071214303659000000156035504?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 21071214303659000000156035504

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

NOTIFICAÇÃO

JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME
Rua Oswaldo Tonini, 48, nova jaguariuna, MONTE ALEGRE DO SUL/SP - CEP: 13820-000

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21071214001898500000156031059?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO CARTA_SIMPLES).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

CERTIDÃO

Certifico que, em 28/07/2021, os presentes autos transitaram em julgado.

CAMPINAS/SP, 29 de julho de 2021.

JANAINA CAMARGO FUZETTI
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

DESPACHO

Transitada em julgado a sentença de mérito.

Diante da condenação imposta à reclamada, o início da liquidação dos valores condenatórios e sua posterior execução, exige a manifestação do autor, nos termos do artigo 878 da CLT.

Assim, concedo prazo de 8 dias para que o credor manifeste seu interesse no prosseguimento da ação e demais atos executórios que busquem a satisfação da dívida.

Na inércia, encaminhe-se o processo para o arquivo provisório, estando ciente, nesta oportunidade, do início da contagem da prescrição intercorrente, prevista no artigo 11-A da CLT.

CAMPINAS/SP, 29 de julho de 2021

EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA
Juiz do Trabalho Substituto

JCF

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 0be6925 proferido nos autos.

DESPACHO

Transitada em julgado a sentença de mérito.

Diante da condenação imposta à reclamada, o início da liquidação dos valores condenatórios e sua posterior execução, exige a manifestação do autor, nos termos do artigo 878 da CLT.

Assim, concedo prazo de 8 dias para que o credor manifeste seu interesse no prosseguimento da ação e demais atos executórios que busquem a satisfação da dívida.

Na inércia, encaminhe-se o processo para o arquivo provisório, estando ciente, nesta oportunidade, do início da contagem da prescrição intercorrente, prevista no artigo 11-A da CLT.

CAMPINAS/SP, 29 de julho de 2021

EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA
Juiz do Trabalho Substituto

JCF

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

Processo nº ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043

RODRIGO GONÇALVES REFUNDINI, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, que move em face de JUSSIMARA SILVA DURANTE – ME, por seus procuradores que assinam abaixo, vem, com o devido respeito e acatamento à presença de Vossa Excelência, requerer o segue.

Em atenção ao r. Despacho Id0be6925, considerando o trânsito em julgado da r. Sentença conforme Id526f104, requer o início da liquidação dos valores condenatórios e sua posterior execução, dando prosseguimento ao processo executório, nos termos do art. 878 da CLT, procedendo-se assim todos os meios legais para a satisfação do crédito, incluindo a desconsideração da personalidade jurídica do executado.

Nestes termos pede e espera deferimento.

Pedreira, 06 de agosto de 2021.

DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA

OAB/SP 346.474

LEONARDO CAMARGO JUNIOR

OAB/SP 378.805

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

Destinatário: KLEBER BURATIERO

Fica V.Sa intimado para tomar ciência que deverá apresentar laudo contábil até 10/09/2021.

Obs: em razão da indisponibilidade da aba perícias, os documentos foram compartilhados via google drive.

CAMPINAS/SP, 10 de agosto de 2021.

ANA PAULA TAKAKI
Assessor

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

DESPACHO

Considerando que a decisão exequenda é ilíquida, podendo a conta ser elaborada pelas partes, pelos órgãos auxiliares da Justiça do Trabalho, ou ainda, por perito judicial, nos termos dos §§ 3º e 6º, do art. 879, da CLT.

Considerando que a verificação de cálculos eventualmente apresentados pelas partes é de difícil realização, sendo, em geral, mais morosa do que a própria apuração dos valores devidos;

Considerando o elevado número de processos submetidos à análise do Sr. Assistente de Cálculo nesta Vara e a responsabilidade do Juízo de velar pela observância da "coisa julgada", independentemente até de impugnação dos cálculos apresentados e, finalmente;

Considerando os princípios da economia e da celeridade processual, que informam a tramitação dos feitos nesta Justiça do Trabalho, bem como a obrigação do magistrado de promover a célere finalização do processo, nos termos do art. 5º, LXXVIII, da CF, determino a elaboração dos cálculos diretamente por profissional de confiança deste Juízo.

Designo, para elaboração dos cálculos, o Sr. Perito Contábil KLEBER BURATIERO que, no prazo de 30 (trinta) dias, deverá entregar os cálculos.

Os cálculos deverão ser elaborados por meio do sistema PJe-Calc Cidadão (http://portal.trt15.jus.br/pje-calc-cidadao), conforme previsto no artigo 34 do Provimento GP-VPJ-CR nº 5/2012 (alterado recentemente pelo Provimento GP-VPJ-CR nº 1/2020).

Os cálculos atentarão para o quanto determinado na r. sentença ou no v. acórdão.

Existindo omissão na r. sentença ou no v. acórdão, o sr. Perito observará os seguintes parâmetros:

I) evolução salarial;

II) quanto ao índice de correção monetária, serão aplicados os critérios estabelecidos na ADC 58, conforme abaixo descrito:

a-) IPCA-E até a **citação** da reclamada (informação da data constará na primeira ata de audiência) e, **após a citação**, será aplicada a taxa Selic;

Na ausência de informação ou na impossibilidade de obtê-la, prevalece a presunção de entrega no prazo de 48 horas da postagem da notificação da reclamada;

b-) não serão mais apurados os juros de 1% ao mês desde a distribuição da ação;

c-) nos casos de processos transitados em julgado, cuja sentença ou acórdão estabeleceu de forma genérica o índice de correção, determinando "a correção monetária, na forma da Lei", serão aplicados os critérios da ADC 58;

III) Nas atualizações das dívidas contra a Fazenda Pública serão observados os critérios da Lei 9.494/1997 e o entendimento firmado pelo STF no julgamento do RE 870.947;

IV) Nas condenações de dano moral, aplicar-se-á a taxa Selic desde a citação da reclamada;

V) indicação das contribuições previdenciárias devidas pelo empregado e pelo empregador, observada a legislação pertinente;

VI) indicação dos valores devidos a título de imposto de renda, calculados nos termos da Instrução Normativa nº 1127 RFB de 7/02/2011 (DO-U S1, de 08.02.2011) e S. 368 do TST.

VII) exclusão da base de cálculo do IRRF das verbas que têm natureza jurídica de indenização e dos valores apurados sob as rubricas de férias não gozadas - integrais, proporcionais ou em dobro - convertidas em pecúnia, de abono pecuniário, e de adicional de um terço constitucional, quando agregado ao pagamento de férias (Solução de Divergência SRFB/CGT n.º1, de 2/01/2009).

Autoriza-se ao Sr. Perito que diligencie diretamente junto a qualquer agência da Caixa Econômica Federal, com o intuito específico de obter extratos de contas vinculadas ao FGTS em nome do (a) exequente, para fins de elaboração do laudo pericial, bastando, para tanto, a apresentação deste despacho ao responsável pela agência.

PJe Assinado eletronicamente por: EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA - Juntado em: 10/08/2021 18:43:20 - 1a11e69

Anexado o laudo pericial, intimem-se as partes para, no prazo comum de 8 (oito) dias, manifestarem-se apresentando impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão, nos termos do parágrafo 2º do artigo 879 da CLT. Havendo impugnação, retornem os autos ao perito judicial para esclarecimentos e/ou adequações no prazo de dez dias.

Importante ressaltar que os honorários periciais serão oportunamente arbitrados e, desde logo, imputados à reclamada, já que todos os ônus processuais da fase de execução são de sua responsabilidade, por força do artigo 789-A da CLT.

Em obediência aos princípios da economia e celeridade processual, deverão as partes e o perito informarem os dados bancários (beneficiário, CPF/CNPJ, banco, agência, conta), para depósito do montante devido e / ou eventuais restituições.

Após, tornem conclusos para homologação.

CAMPINAS/SP, 10 de agosto de 2021

EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA
Juiz do Trabalho Substituto

STB

Assinado eletronicamente por: EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA - Juntado em: 10/08/2021 18:43:20 - 1a11e69
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21081018373127100000158060676?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 21081018373127100000158060676

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

Destinatário: KLEBER BURATIERO

Fica V.Sa intimado para tomar ciência que foi designado como perito, devendo entregar o laudo pericial até o dia 10/09/2021.

CAMPINAS/SP, 18 de agosto de 2021.

ANA PAULA TAKAKI
Assessor

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

CAMPINAS/SP, 20 de agosto de 2021.

KLEBER BURATIERO
Perito

Assinado eletronicamente por: KLEBER BURATIERO - Juntado em: 20/08/2021 15:12:48 - 34731a9
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21082015112493100000158790804?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 21082015112493100000158790804

KLEBER BURATIERO
PERITO CONTÁBIL

EXMO. SR. DR JUIZ DA 03ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS - SP

PROCESSO N.°	**0011335-78.2019.5.15.0043**
RECLAMANTE:	**Rodrigo Gonçalves Refundini**
RECLAMADA:	**Jussimara Silva Durante – ME.**

KLEBER BURATIERO, Perito do Juízo, nomeado e compromissado nos autos da Reclamação Trabalhista em epígrafe, vem mui respeitosamente apresentar a V. Exa., o resultado do seu trabalho consistente do Laudo Pericial.

Outrossim, solicita digne-se V. Exa., de fixar sua honorária, considerando o volume e complexidade do trabalho, a qual estima em R$ 2.000,00 (Dois mil reais), corrigidos até o efetivo pagamento.

Termos em que da juntada desta, com o aludido Laudo,

Pede Deferimento.

São Paulo, 20 de Agosto de 2.021.

_____
KLEBER BURATIERO
Perito do Juízo

Rua Cantagalo, n.° 1392 – Cep. 03319-001
Vila Gomes Cardim – São Paulo - SP
Fones:(11) 2097-8692 – 2098-1468
e-mail: buratieropericias@uol.com.br

PVD

PJe Assinado eletronicamente por: KLEBER BURATIERO - Juntado em: 20/08/2021 15:12:48 - d7a17f8

KLEBER BURATIERO
PERITO CONTÁBIL

L A U D O P E R I C I A L

Reclamação Trabalhista movida por **Rodrigo Gonçalves Refundini** contra **Jussimara Silva Durante - ME**

Proc.0011335/2019- 03ª V.T. Campinas - SP

Rua Cantagalo, n.º 1392 - Cep. 03319-001
Vila Gomes Cardim - São Paulo - SP
Fones:(11) 2097-8692 - 2098-1468
e-mail: buratieropericias@uol.com.br

PVD

PJe Assinado eletronicamente por: KLEBER BURATIERO - Juntado em: 20/08/2021 15:12:48 - d7a17f8

KLEBER BURATIERO
PERITO CONTÁBIL

C O N S I D E R A Ç Õ E S I N I C I A I S

Nosso trabalho visa cumprir a r. sentença que julgou a ação **PROCEDENTE EM PARTE,** restando condenada a reclamada nos seguintes termos:

- Verbas Rescisórias e Contratuais.
- Adicional de Insalubridade.
- Reflexos de Insalubridade.
- Multa art. 467 e 477 da CLT.
- Indenização por danos morais.
- Honorários Advocatícios.

Rua Cantagalo, n.º 1392 – Cep. 03319-001
Vila Gomes Cardim – São Paulo - SP
Fones:(11) 2097-8692 – 2098-1468
e-mail: buratieropericias@uol.com.br

PJe Assinado eletronicamente por: KLEBER BURATIERO - Juntado em: 20/08/2021 15:12:48 - d7a17f8

KLEBER BURATIERO
PERITO CONTÁBIL

C O N S I D E R A Ç Õ E S F I N A I S

Finalmente, apresentamos em resumo geral, os valores apurados em benefício do reclamante, atualizados monetariamente e com juros de mora até 1° de Agosto de 2.021, no montante de **R$ 56.004,04** bem como as parcelas pertinentes ao INSS no importe de **R$ 1.239,25** ao IRRF, no valor apurado de **R$ 00,00**.

A reclamada deverá proceder ainda ao recolhimento da importância de **R$ 3.018,68** a título de descontos previdenciários cotas da empresa e Sat.

Rua Cantagalo, n.° 1392 – Cep. 03319-001
Vila Gomes Cardim – São Paulo - SP
Fones:(11) 2097-8692 – 2098-1468
e-mail: buratieropericias@uol.com.br

PVD

PJe Assinado eletronicamente por: KLEBER BURATIERO - Juntado em: 20/08/2021 15:12:48 - d7a17f8

KLEBER BURATIERO
PERITO CONTÁBIL

R E S U M O G E R A L

Valor do Principal:.....	R$	54.694,33
Valor dos Juros de Mora:.....	R$	1.309,71
Crédito Bruto:.....	**R$**	**56.004,04**
I.N.S.S. – Cota Empregado:.....	**R$**	**- 1.239,25**
I.R.R.F.:.....	**R$**	**- 00,00**
Crédito Líquido:.....	**R$**	**54.764,79**
Honorários Adv.Reclamante:.....	**R$**	**5.600,40**
I.N.S.S. – Cota Empresa:.....	**R$**	**2.624,99**
I.N.S.S. – Cota Sat:.....	**R$**	**393,69**
Total INSS empregador:.....	**R$**	**3.018,68**
Base IRRF:.....	**R$**	**15.080,36**

Quantidade meses: 67

Valores atualizados até 1° de Agosto de 2.021.

Rua Cantagalo, n.° 1392 – Cep. 03319-001
Vila Gomes Cardim – São Paulo - SP
Fones:(11) 2097-8692 – 2098-1468
e-mail: buratieropericias@uol.com.br

PVD

PJe Assinado eletronicamente por: KLEBER BURATIERO - Juntado em: 20/08/2021 15:12:48 - d7a17f8

KLEBER BURATIERO
PERITO CONTÁBIL

E N C E R R A M E N T O

Dando por concluído o presente trabalho, este Perito do Juízo, subscreve o presente laudo com 05 folhas, colocando-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

São Paulo, 20 de Agosto de 2.021.

KLEBER BURATIERO
Perito do Juízo
C.R.C. 151.584

Rua Cantagalo, n.º 1392 – Cep. 03319-001
Vila Gomes Cardim – São Paulo - SP
Fones:(11) 2097-8692 – 2098-1468
e-mail: buratieropericias@uol.com.br

PVD

PJe Assinado eletronicamente por: KLEBER BURATIERO - Juntado em: 20/08/2021 15:12:48 - d7a17f8

PJe-Calc Cidadão
Sistema de Cálculos Trabalhistas

Processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Cálculo: 419

PLANILHA DE CÁLCULO

Reclamante: **RODRIGO GONCALVES REFUNDINI**
Reclamado: **JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME**
Período do Cálculo: **01/08/2014 a 01/08/2019** Data Ajuizamento: **11/09/2019** Data Liquidação: **01/08/2021**

Resumo do Cálculo

Descrição do Bruto Devido ao Reclamante	Valor Corrigido	Juros	Total
01 - SALDO DE SALÁRIO	78,95	1,75	80,70
MULTA DO ARTIGO 467 DA CLT SOBRE 01 - SALDO DE SALÁRIO	39,47	0,87	40,34
02 -AVISO PRÉVIO	3.553,03	78,68	3.631,71
03 -13º SALÁRIO	1.579,13	34,97	1.614,10
MULTA DO ARTIGO 467 DA CLT SOBRE 03 -13º SALÁRIO	789,57	17,49	807,06
04- FÉRIAS + 1/3	9.737,91	215,65	9.953,56
MULTA DO ARTIGO 467 DA CLT SOBRE 04- FÉRIAS + 1/3	131,59	2,90	134,49
05 - MULTA DO ARTIGO 477 DA CLT	2.368,69	52,46	2.421,15
06 -INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL	3.000,00	66,44	3.066,44
07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20%	11.919,65	264,00	12.183,65
13º SALÁRIO SOBRE 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20%	1.058,52	23,44	1.081,96
AVISO PRÉVIO SOBRE 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20%	322,36	7,14	329,50
FÉRIAS + 1/3 SOBRE 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20%	1.928,84	42,72	1.971,56
FGTS 8%	14.261,25	315,83	14.577,08
MULTA SOBRE FGTS 40%	5.580,48	123,58	5.704,06
MULTA DO ARTIGO 467 DA CLT SOBRE MULTA SOBRE FGTS	2.790,25	61,79	2.852,04
VALOR JA RECEBIDO PELO RECLAMANTE	(4.445,36)	0,00	(4.445,36)
Total	**54.694,33**	**1.309,71**	**56.004,04**

Percentual de Parcelas Remuneratórias: 26,19% - Percentual de Parcelas Tributáveis: 27,60%

Descrição de Créditos e Descontos do Reclamante	Valor
VERBAS	40.168,26
FGTS	20.281,14
VALOR JA RECEBIDO PELO RECLAMANTE	(4.445,36)
Bruto Devido ao Reclamante	**56.004,04**
DEDUÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(1.239,25)
IRPF DEVIDO PELO RECLAMANTE	0,00

Descrição de Débitos do Reclamado por Credor	Valor
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	54.764,79
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE SALÁRIOS DEVIDOS	4.068,62
HONORÁRIOS LÍQUIDOS PARA DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA	5.600,40
IRPF SOBRE HONORÁRIOS PARA DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA	0,00
IRPF DEVIDO PELO RECLAMANTE	0,00
Total Devido pelo Reclamado	**64.433,81**

Cálculo liquidado por offline na versão 2.8.0 em 20/08/2021 às 10:09:48.

PJe Assinado eletronicamente por: KLEBER BURATIERO - Juntado em: 20/08/2021 15:12:48 - d7a17f8

Descrição de Créditos e Descontos do Reclamante	Valor
Total de Descontos	**(1.239,25)**
Líquido Devido ao Reclamante	**54.764,79**

Critério de Cálculo e Fundamentação Legal

1. Prazo do aviso prévio apurado segundo a Lei nº 12.506/2011.
2. Avos de férias e/ou 13º salário apurados considerando a projeção do prazo do aviso prévio.
3. Valores corrigidos pelo índice 'IPCA-E' até 21/03/2021 e pelo índice 'Sem Correção' a partir de 22/03/2021, acumulados a partir do mês subsequente ao vencimento, conforme súmula nº 381 do TST. Última taxa 'IPCA-E' relativa a 07/2021.
4. Imposto de renda apurado através da 'tabela progressiva acumulada' vigente no mês da liquidação (Art. 12-A da Lei nº 7.713/1988).
5. Sem incidência de juros até 21/03/2021; e juros SELIC (Fazenda Nacional) a partir de 22/03/2021.
6. Juros de mora sobre verbas apurados antes da dedução da contribuição social devida pelo reclamante.

PJe Assinado eletronicamente por: KLEBER BURATIERO - Juntado em: 20/08/2021 15:12:48 - d7a17f8

Processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Cálculo: 419

PLANILHA DE CÁLCULO

Reclamante: **RODRIGO GONCALVES REFUNDINI**
Reclamado: **JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME**
Período do Cálculo: **01/08/2014 a 01/08/2019** Data Ajuizamento: **11/09/2019** Data Liquidação: **01/08/2021**

Dados do Cálculo

Estado: **SP** Município: **CAMPINAS**
Regime de Trabalho: **Tempo Integral**
Maior Remuneração:
Prazo de Aviso Prévio: **Calculado**
Zerar Valor Negativo (Padrão): **Não**
Carga Horária (Padrão): **220,00**

Admissão: **01/08/2014**
Aplicar Prescrição Quinquenal: **Não**
Última Remuneração:
Projetar Aviso Prévio Indenizado: **Sim**
Considerar Feriados Estaduais: **Sim**
Sábado como Dia Útil: **Sim**

Demissão: **01/08/2019**
Aplicar Prescrição Trintenária: **Não**
Limitar Avos ao Período de Cálculo: **Não**
Considerar Feriados **Sim**

PONTOS FACULTATIVOS	
Nome	**Abrangência**
CORPUS CHRISTI	Nacional
CARNAVAL	Nacional
SEXTA-FEIRA SANTA	Nacional

Demonstrativo de Verbas

Nome: **01 - SALDO DE SALÁRIO**
Período: **01/08/2014 a 01/08/2019** Incidência(s): **FGTS / Contribuição Social / IRPF**
Comentário: **-**

((((SALARIO BASE) / 1,0000) X 1,00000000) X 1,0000)

Período Mensal	Base	Divisor	Multiplicador	Quantidade	Dobra	Devido	Pago	Diferença	Índice Correção	Valor Corrigido
01 a 01/08/2019	73,33	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	73,33	0,00	73,33	1,076675486	78,95
									Total	**78,95**

PJe Assinado eletronicamente por: KLEBER BURATIERO - Juntado em: 20/08/2021 15:12:48 - d7a17f8

Nome: **MULTA DO ARTIGO 467 DA CLT SOBRE 01 - SALDO DE SALÁRIO**

Período: **01/08/2014 a 01/08/2019** Incidência(s): **IRPF**

Comentário: **-**

((((01 - SALDO DE SALÁRIO) / 1,0000) X 0,50000000) X 1,0000)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
01 a 01/08/2019	73,33	1,0000	0,50000000	1,0000	Não	36,66	0,00	36,66	1,076675486	39,47
									Total	**39,47**

Nome: **02 -AVISO PRÉVIO**

Período: **01/08/2014 a 01/08/2019** Incidência(s): **FGTS**

Comentário: **-**

((((SALARIO BASE) / 30,0000) X 1,00000000) X APURADA)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
01 a 01/08/2019	2.200,00	30,0000	1,00000000	45,0000	Não	3.300,00	0,00	3.300,00	1,076675486	3.553,03
									Total	**3.553,03**

Nome: **03 -13º SALÁRIO**

Período: **01/08/2014 a 01/08/2019** Incidência(s): **FGTS / Contribuição Social / IRPF**

Comentário: **-**

((((SALARIO BASE) / 12,0000) X 1,00000000) X QUANTIDADE)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
01 a 01/08/2019	2.200,00	12,0000	1,00000000	8,0000	Não	1.466,67	0,00	1.466,67	1,076675486	1.579,13
									Total	**1.579,13**

Nome: **MULTA DO ARTIGO 467 DA CLT SOBRE 03 -13º SALÁRIO**

Período: **01/08/2014 a 01/08/2019** Incidência(s): **IRPF**

Comentário: **-**

((((03 -13º SALÁRIO) / 1,0000) X 0,50000000) X 1,0000)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
01 a 01/08/2019	1.466,67	1,0000	0,50000000	1,0000	Não	733,34	0,00	733,34	1,076675486	789,57
									Total	**789,57**

PJe Assinado eletronicamente por: KLEBER BURATIERO - Juntado em: 20/08/2021 15:12:48 - d7a17f8

Nome: **04- FÉRIAS + 1/3**

Período: **01/08/2014 a 01/08/2019** Incidência(s): **Não há.**

Comentário: **-**

(((SALARIO BASE) / 12,0000) X 1,33333333) X QUANTIDADE)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
01 a 01/08/2019	-	-	-	-	-	5.866,66	0,00	5.866,66	1,076675486	6.316,49
01 a 01/08/2019	2.200,00	12,0000	1,33333333	12,0000	Não	2.933,33	0,00	2.933,33	1,076675486	3.158,24
01 a 01/08/2019	2.200,00	12,0000	1,33333333	1,0000	Não	244,44	0,00	244,44	1,076675486	263,18
									Total	**9.737,91**

Nome: **MULTA DO ARTIGO 467 DA CLT SOBRE 04- FÉRIAS + 1/3**

Período: **01/08/2014 a 01/08/2019** Incidência(s): **Não há.**

Comentário: **-**

(((04- FÉRIAS + 1/3) / 1,0000) X 0,50000000) X 1,0000)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
01 a 01/08/2019	-	-	-	-	-	122,22	0,00	122,22	1,076675486	131,59
									Total	**131,59**

Nome: **05 - MULTA DO ARTIGO 477 DA CLT**

Período: **01/08/2014 a 01/08/2019** Incidência(s): **Não há.**

Comentário: **-**

(((SALARIO BASE) / 1,0000) X 1,00000000) X 1,0000)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
01 a 01/08/2019	2.200,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	2.200,00	0,00	2.200,00	1,076675486	2.368,69
									Total	**2.368,69**

Nome: **06 -INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL**

Período: **12/07/2021 a 12/07/2021** Incidência(s): **Não há.**

Comentário: **-**

Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
12 a 12/07/2021	-	-	-	-	-	3.000,00	0,00	3.000,00	1,000000000	3.000,00
									Total	**3.000,00**

PJe Assinado eletronicamente por: KLEBER BURATIERO - Juntado em: 20/08/2021 15:12:48 - d7a17f8

Nome: **07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20%**

Período: **01/08/2014 a 01/08/2019** Incidência(s): **FGTS / Contribuição Social / IRPF**

Comentário: **-**

((((SALÁRIO MÍNIMO) / 1,0000) X 0,20000000) X 1,0000)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
01 a 31/08/2014	724,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	144,80	0,00	144,80	1,420855603	205,74
01 a 30/09/2014	724,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	144,80	0,00	144,80	1,415335793	204,94
01 a 31/10/2014	724,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	144,80	0,00	144,80	1,408574635	203,96
01 a 30/11/2014	724,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	144,80	0,00	144,80	1,403242314	203,19
01 a 31/12/2014	724,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	144,80	0,00	144,80	1,392243590	201,60
01 a 31/01/2015	788,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	157,60	0,00	157,60	1,379961929	217,48
01 a 28/02/2015	788,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	157,60	0,00	157,60	1,361849333	214,63
01 a 31/03/2015	788,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	157,60	0,00	157,60	1,345169234	212,00
01 a 30/04/2015	788,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	157,60	0,00	157,60	1,330928301	209,75
01 a 31/05/2015	788,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	157,60	0,00	157,60	1,322990359	208,50
01 a 30/06/2015	788,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	157,60	0,00	157,60	1,310021150	206,46
01 a 31/07/2015	788,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	157,60	0,00	157,60	1,302337359	205,25
01 a 31/08/2015	788,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	157,60	0,00	157,60	1,296761286	204,37
01 a 30/09/2015	788,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	157,60	0,00	157,60	1,291723564	203,58
01 a 31/10/2015	788,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	157,60	0,00	157,60	1,283254087	202,24
01 a 30/11/2015	788,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	157,60	0,00	157,60	1,272438361	200,54
01 a 31/12/2015	788,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	157,60	0,00	157,60	1,257598696	198,20
01 a 31/01/2016	880,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	176,00	0,00	176,00	1,246134261	219,32
01 a 29/02/2016	880,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	176,00	0,00	176,00	1,228686907	216,25
01 a 31/03/2016	880,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	176,00	0,00	176,00	1,223426174	215,32
01 a 30/04/2016	880,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	176,00	0,00	176,00	1,217218361	214,23
01 a 31/05/2016	880,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	176,00	0,00	176,00	1,206839541	212,40
01 a 30/06/2016	880,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	176,00	0,00	176,00	1,202031415	211,56
01 a 31/07/2016	29,33	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	5,87	0,00	5,87	1,195575308	7,02
01 a 31/08/2016	880,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	176,00	0,00	176,00	1,190219321	209,48
01 a 30/09/2016	880,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	176,00	0,00	176,00	1,187488099	209,00
01 a 31/10/2016	880,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	176,00	0,00	176,00	1,185236150	208,60
01 a 30/11/2016	880,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	176,00	0,00	176,00	1,182162528	208,06
01 a 31/12/2016	880,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	176,00	0,00	176,00	1,179920678	207,67
01 a 31/01/2017	937,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	187,40	0,00	187,40	1,176274228	220,43
01 a 28/02/2017	937,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	187,40	0,00	187,40	1,169956463	219,25
01 a 31/03/2017	937,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	187,40	0,00	187,40	1,168204157	218,92
01 a 30/04/2017	937,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	187,40	0,00	187,40	1,165756069	218,46

PJe Assinado eletronicamente por: KLEBER BURATIERO - Juntado em: 20/08/2021 15:12:48 - d7a17f8

((((SALÁRIO MÍNIMO) / 1,0000) X 0,20000000) X 1,0000)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
01 a 31/05/2017	937,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	187,40	0,00	187,40	1,162964953	217,94
01 a 30/06/2017	937,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	187,40	0,00	187,40	1,161107182	217,59
01 a 31/07/2017	31,23	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	6,25	0,00	6,25	1,163200944	7,27
01 a 31/08/2017	937,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	187,40	0,00	187,40	1,159143940	217,22
01 a 30/09/2017	937,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	187,40	0,00	187,40	1,157870282	216,98
01 a 31/10/2017	937,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	187,40	0,00	187,40	1,153946863	216,25
01 a 30/11/2017	937,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	187,40	0,00	187,40	1,150266012	215,56
01 a 31/12/2017	937,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	187,40	0,00	187,40	1,146254122	214,81
01 a 31/01/2018	954,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	190,80	0,00	190,80	1,141801098	217,86
01 a 28/02/2018	954,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	190,80	0,00	190,80	1,137478679	217,03
01 a 31/03/2018	954,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	190,80	0,00	190,80	1,136342337	216,81
01 a 30/04/2018	954,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	190,80	0,00	190,80	1,133961019	216,36
01 a 31/05/2018	954,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	190,80	0,00	190,80	1,132375693	216,06
01 a 30/06/2018	954,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	190,80	0,00	190,80	1,119944311	213,69
01 a 31/07/2018	31,80	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	6,36	0,00	6,36	1,112822249	7,08
01 a 31/08/2018	954,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	190,80	0,00	190,80	1,111377458	212,05
01 a 30/09/2018	954,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	190,80	0,00	190,80	1,110378118	211,86
01 a 31/10/2018	954,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	190,80	0,00	190,80	1,103975062	210,64
01 a 30/11/2018	954,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	190,80	0,00	190,80	1,101881487	210,24
01 a 31/12/2018	954,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	190,80	0,00	190,80	1,103647323	210,58
01 a 31/01/2019	998,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	199,60	0,00	199,60	1,100346284	219,63
01 a 28/02/2019	998,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	199,60	0,00	199,60	1,096617784	218,88
01 a 31/03/2019	998,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	199,60	0,00	199,60	1,090727853	217,71
01 a 30/04/2019	998,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	199,60	0,00	199,60	1,082930752	216,15
01 a 31/05/2019	998,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	199,60	0,00	199,60	1,079153714	215,40
01 a 30/06/2019	998,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	199,60	0,00	199,60	1,078506610	215,27
01 a 31/07/2019	33,27	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	6,65	0,00	6,65	1,077536827	7,17
01 a 01/08/2019	33,27	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	6,65	0,00	6,65	1,076675486	7,16
									Total	**11.919,65**

PJe Assinado eletronicamente por: KLEBER BURATIERO - Juntado em: 20/08/2021 15:12:48 - d7a17f8

Nome: **13º SALÁRIO SOBRE 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20%**

Período: **01/08/2014 a 01/08/2019** Incidência(s): **FGTS / Contribuição Social / IRPF**

Comentário: **-**

((((07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20%) / 12,0000) X 1,00000000) X QUANTIDADE)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
20 a 20/12/2014	144,80	12,0000	1,00000000	5,0000	Não	60,33	0,00	60,33	1,392243590	83,99
20 a 20/12/2015	157,60	12,0000	1,00000000	12,0000	Não	157,60	0,00	157,60	1,257598696	198,20
20 a 20/12/2016	176,00	12,0000	1,00000000	12,0000	Não	176,00	0,00	176,00	1,179920678	207,67
20 a 20/12/2017	187,40	12,0000	1,00000000	12,0000	Não	187,40	0,00	187,40	1,146254122	214,81
20 a 20/12/2018	190,80	12,0000	1,00000000	12,0000	Não	190,80	0,00	190,80	1,103647323	210,58
01 a 01/08/2019	199,60	12,0000	1,00000000	8,0000	Não	133,07	0,00	133,07	1,076675486	143,27
									Total	**1.058,52**

Nome: **AVISO PRÉVIO SOBRE 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20%**

Período: **01/08/2014 a 01/08/2019** Incidência(s): **FGTS**

Comentário: **-**

((((07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20%) / 30,0000) X 1,00000000) X APURADA)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
01 a 01/08/2019	199,60	30,0000	1,00000000	45,0000	Não	299,40	0,00	299,40	1,076675486	322,36
									Total	**322,36**

Nome: **FÉRIAS + 1/3 SOBRE 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20%**

Período: **01/08/2014 a 01/08/2019** Incidência(s): **FGTS / Contribuição Social / IRPF**

Comentário: **-**

((((07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20%) / 12,0000) X 1,33333333) X QUANTIDADE)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
02 a 31/07/2016	176,00	12,0000	1,33333333	12,0000	Não	234,67	0,00	234,67	1,195575308	280,57
02 a 31/07/2017	187,40	12,0000	1,33333333	12,0000	Não	249,87	0,00	249,87	1,163200944	290,65
02 a 31/07/2018	190,80	12,0000	1,33333333	12,0000	Não	254,40	0,00	254,40	1,112822249	283,10
01 a 01/08/2019	-	-	-	-	-	709,68	0,00	709,68	1,076675486	764,10
01 a 01/08/2019	199,60	12,0000	1,33333333	12,0000	Não	266,13	0,00	266,13	1,076675486	286,54
01 a 01/08/2019	199,60	12,0000	1,33333333	1,0000	Não	22,18	0,00	22,18	1,076675486	23,88
									Total	**1.928,84**

PJe Assinado eletronicamente por: KLEBER BURATIERO - Juntado em: 20/08/2021 15:12:48 - d7a17f8

Demonstrativo de Juros sobre Verbas

Nome: JUROS SOBRE VERBAS

Ocorrência	Data Inicial	Total de Verbas	Contribuição Social	Previdência Privada	Capital	Taxa	Juros
08/2014	11/09/2019	205,74	0,00	0,00	205,74	2,2145 %	4,56
09/2014	11/09/2019	204,94	0,00	0,00	204,94	2,2145 %	4,54
10/2014	11/09/2019	203,96	0,00	0,00	203,96	2,2145 %	4,52
11/2014	11/09/2019	203,19	0,00	0,00	203,19	2,2145 %	4,50
12/2014	11/09/2019	285,59	0,00	0,00	285,59	2,2145 %	6,32
01/2015	11/09/2019	217,48	0,00	0,00	217,48	2,2145 %	4,82
02/2015	11/09/2019	214,63	0,00	0,00	214,63	2,2145 %	4,75
03/2015	11/09/2019	212,00	0,00	0,00	212,00	2,2145 %	4,69
04/2015	11/09/2019	209,75	0,00	0,00	209,75	2,2145 %	4,64
05/2015	11/09/2019	208,50	0,00	0,00	208,50	2,2145 %	4,62
06/2015	11/09/2019	206,46	0,00	0,00	206,46	2,2145 %	4,57
07/2015	11/09/2019	205,25	0,00	0,00	205,25	2,2145 %	4,55
08/2015	11/09/2019	204,37	0,00	0,00	204,37	2,2145 %	4,53
09/2015	11/09/2019	203,58	0,00	0,00	203,58	2,2145 %	4,51
10/2015	11/09/2019	202,24	0,00	0,00	202,24	2,2145 %	4,48
11/2015	11/09/2019	200,54	0,00	0,00	200,54	2,2145 %	4,44
12/2015	11/09/2019	396,40	0,00	0,00	396,40	2,2145 %	8,78
01/2016	11/09/2019	219,32	0,00	0,00	219,32	2,2145 %	4,86
02/2016	11/09/2019	216,25	0,00	0,00	216,25	2,2145 %	4,79
03/2016	11/09/2019	215,32	0,00	0,00	215,32	2,2145 %	4,77
04/2016	11/09/2019	214,23	0,00	0,00	214,23	2,2145 %	4,74
05/2016	11/09/2019	212,40	0,00	0,00	212,40	2,2145 %	4,70
06/2016	11/09/2019	211,56	0,00	0,00	211,56	2,2145 %	4,69
07/2016	11/09/2019	287,59	0,00	0,00	287,59	2,2145 %	6,37
08/2016	11/09/2019	209,48	0,00	0,00	209,48	2,2145 %	4,64
09/2016	11/09/2019	209,00	0,00	0,00	209,00	2,2145 %	4,63
10/2016	11/09/2019	208,60	0,00	0,00	208,60	2,2145 %	4,62
11/2016	11/09/2019	208,06	0,00	0,00	208,06	2,2145 %	4,61
12/2016	11/09/2019	415,34	0,00	0,00	415,34	2,2145 %	9,20
01/2017	11/09/2019	220,43	0,00	0,00	220,43	2,2145 %	4,88
02/2017	11/09/2019	219,25	0,00	0,00	219,25	2,2145 %	4,86
03/2017	11/09/2019	218,92	0,00	0,00	218,92	2,2145 %	4,85
04/2017	11/09/2019	218,46	0,00	0,00	218,46	2,2145 %	4,84
05/2017	11/09/2019	217,94	0,00	0,00	217,94	2,2145 %	4,83
06/2017	11/09/2019	217,59	0,00	0,00	217,59	2,2145 %	4,82

PJe Assinado eletronicamente por: KLEBER BURATIERO - Juntado em: 20/08/2021 15:12:48 - d7a17f8

Nome: JUROS SOBRE VERBAS

Ocorrência	Data Inicial	Total de Verbas	Contribuição Social	Previdência Privada	Capital	Taxa	Juros
07/2017	11/09/2019	297,92	0,00	0,00	297,92	2,2145 %	6,60
08/2017	11/09/2019	217,22	0,00	0,00	217,22	2,2145 %	4,81
09/2017	11/09/2019	216,98	0,00	0,00	216,98	2,2145 %	4,81
10/2017	11/09/2019	216,25	0,00	0,00	216,25	2,2145 %	4,79
11/2017	11/09/2019	215,56	0,00	0,00	215,56	2,2145 %	4,77
12/2017	11/09/2019	429,62	0,00	0,00	429,62	2,2145 %	9,51
01/2018	11/09/2019	217,86	0,00	0,00	217,86	2,2145 %	4,82
02/2018	11/09/2019	217,03	0,00	0,00	217,03	2,2145 %	4,81
03/2018	11/09/2019	216,81	0,00	0,00	216,81	2,2145 %	4,80
04/2018	11/09/2019	216,36	0,00	0,00	216,36	2,2145 %	4,79
05/2018	11/09/2019	216,06	0,00	0,00	216,06	2,2145 %	4,78
06/2018	11/09/2019	213,69	0,00	0,00	213,69	2,2145 %	4,73
07/2018	11/09/2019	290,18	0,00	0,00	290,18	2,2145 %	6,43
08/2018	11/09/2019	212,05	0,00	0,00	212,05	2,2145 %	4,70
09/2018	11/09/2019	211,86	0,00	0,00	211,86	2,2145 %	4,69
10/2018	11/09/2019	210,64	0,00	0,00	210,64	2,2145 %	4,66
11/2018	11/09/2019	210,24	0,00	0,00	210,24	2,2145 %	4,66
12/2018	11/09/2019	421,16	0,00	0,00	421,16	2,2145 %	9,33
01/2019	11/09/2019	219,63	0,00	0,00	219,63	2,2145 %	4,86
02/2019	11/09/2019	218,88	0,00	0,00	218,88	2,2145 %	4,85
03/2019	11/09/2019	217,71	0,00	0,00	217,71	2,2145 %	4,82
04/2019	11/09/2019	216,15	0,00	0,00	216,15	2,2145 %	4,79
05/2019	11/09/2019	215,40	0,00	0,00	215,40	2,2145 %	4,77
06/2019	11/09/2019	215,27	0,00	0,00	215,27	2,2145 %	4,77
07/2019	11/09/2019	7,17	0,00	0,00	7,17	2,2145 %	0,16
08/2019	11/09/2019	19.825,65	0,00	0,00	19.825,65	2,2145 %	439,04
07/2021	11/09/2019	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	2,2145 %	66,44
						Total	**808,51**

Demonstrativo de FGTS

Nome: FGTS 8%

Período: 08/2014 a 08/2019

Comentário: PAGAR AO RECLAMANTE

(SALARIO BASE + 01 - SALDO DE SALÁRIO + 02 -AVISO PRÉVIO + 03 -13º SALÁRIO + 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20% + 13º SALÁRIO SOBRE 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20% + AVISO PRÉVIO SOBRE 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20% + FÉRIAS + 1/3 SOBRE 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20%) X 8%

Ocorrência	Base	Alíquota	Devido	Recolhido	Diferença	Índice Correção	Valor Corrigido	Juros	Total
08/2014	2.344,80	8%	187,58	0,00	187,58	1,420855603	266,53	5,90	272,43

PJe Assinado eletronicamente por: KLEBER BURATIERO - Juntado em: 20/08/2021 15:12:48 - d7a17f8

Nome: FGTS 8%

Período: 08/2014 a 08/2019

Comentário: PAGAR AO RECLAMANTE

(SALARIO BASE + 01 - SALDO DE SALÁRIO + 02 -AVISO PRÉVIO + 03 -13º SALÁRIO + 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20% + 13º SALÁRIO SOBRE 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20% + AVISO PRÉVIO SOBRE 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20% + FÉRIAS + 1/3 SOBRE 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20%) X 8%									
Ocorrência	Base	Alíquota	Devido	Recolhido	Diferença	Índice Correção	Valor Corrigido	Juros	Total
09/2014	2.344,80	8%	187,58	0,00	187,58	1,415335793	265,49	5,88	271,37
10/2014	2.344,80	8%	187,58	0,00	187,58	1,408574635	264,23	5,85	270,08
11/2014	2.344,80	8%	187,58	0,00	187,58	1,403242314	263,23	5,83	269,06
12/2014	2.405,13	8%	192,41	0,00	192,41	1,392243590	267,88	5,93	273,81
01/2015	2.357,60	8%	188,61	0,00	188,61	1,379961929	260,27	5,76	266,03
02/2015	2.357,60	8%	188,61	0,00	188,61	1,361849333	256,86	5,69	262,55
03/2015	2.357,60	8%	188,61	0,00	188,61	1,345169234	253,71	5,62	259,33
04/2015	2.357,60	8%	188,61	0,00	188,61	1,330928301	251,02	5,56	256,58
05/2015	2.357,60	8%	188,61	0,00	188,61	1,322990359	249,53	5,53	255,06
06/2015	2.357,60	8%	188,61	0,00	188,61	1,310021150	247,08	5,47	252,55
07/2015	2.357,60	8%	188,61	0,00	188,61	1,302337359	245,63	5,44	251,07
08/2015	2.357,60	8%	188,61	0,00	188,61	1,296761286	244,58	5,42	250,00
09/2015	2.357,60	8%	188,61	0,00	188,61	1,291723564	243,63	5,40	249,03
10/2015	2.357,60	8%	188,61	0,00	188,61	1,283254087	242,03	5,36	247,39
11/2015	2.357,60	8%	188,61	0,00	188,61	1,272438361	239,99	5,31	245,30
12/2015	2.515,20	8%	201,22	0,00	201,22	1,257598696	253,05	5,60	258,65
01/2016	2.376,00	8%	190,08	0,00	190,08	1,246134261	236,87	5,25	242,12
02/2016	2.376,00	8%	190,08	0,00	190,08	1,228686907	233,55	5,17	238,72
03/2016	2.376,00	8%	190,08	0,00	190,08	1,223426174	232,55	5,15	237,70
04/2016	2.376,00	8%	190,08	0,00	190,08	1,217218361	231,37	5,12	236,49
05/2016	2.376,00	8%	190,08	0,00	190,08	1,206839541	229,40	5,08	234,48
06/2016	2.376,00	8%	190,08	0,00	190,08	1,202031415	228,48	5,06	233,54
07/2016	2.440,54	8%	195,24	0,00	195,24	1,195575308	233,43	5,17	238,60
08/2016	2.376,00	8%	190,08	0,00	190,08	1,190219321	226,24	5,01	231,25
09/2016	2.376,00	8%	190,08	0,00	190,08	1,187488099	225,72	5,00	230,72
10/2016	2.376,00	8%	190,08	0,00	190,08	1,185236150	225,29	4,99	230,28
11/2016	2.376,00	8%	190,08	0,00	190,08	1,182162528	224,71	4,98	229,69
12/2016	2.552,00	8%	204,16	0,00	204,16	1,179920678	240,89	5,33	246,22
01/2017	2.387,40	8%	190,99	0,00	190,99	1,176274228	224,66	4,98	229,64
02/2017	2.387,40	8%	190,99	0,00	190,99	1,169956463	223,45	4,95	228,40
03/2017	2.387,40	8%	190,99	0,00	190,99	1,168204157	223,12	4,94	228,06
04/2017	2.387,40	8%	190,99	0,00	190,99	1,165756069	222,65	4,93	227,58

PJe Assinado eletronicamente por: KLEBER BURATIERO - Juntado em: 20/08/2021 15:12:48 - d7a17f8

Nome: FGTS 8%

Período: 08/2014 a 08/2019

Comentário: PAGAR AO RECLAMANTE

(SALARIO BASE + 01 - SALDO DE SALÁRIO + 02 -AVISO PRÉVIO + 03 -13º SALÁRIO + 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20% + 13º SALÁRIO SOBRE 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20% + AVISO PRÉVIO SOBRE 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20% + FÉRIAS + 1/3 SOBRE 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20%) X 8%									
Ocorrência	**Base**	**Alíquota**	**Devido**	**Recolhido**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**	**Juros**	**Total**
05/2017	2.387,40	8%	190,99	0,00	190,99	1,162964953	222,12	4,92	227,04
06/2017	2.387,40	8%	190,99	0,00	190,99	1,161107182	221,76	4,91	226,67
07/2017	2.456,12	8%	196,49	0,00	196,49	1,163200944	228,56	5,06	233,62
08/2017	2.387,40	8%	190,99	0,00	190,99	1,159143940	221,39	4,90	226,29
09/2017	2.387,40	8%	190,99	0,00	190,99	1,157870282	221,14	4,90	226,04
10/2017	2.387,40	8%	190,99	0,00	190,99	1,153946863	220,39	4,88	225,27
11/2017	2.387,40	8%	190,99	0,00	190,99	1,150266012	219,69	4,87	224,56
12/2017	2.574,80	8%	205,98	0,00	205,98	1,146254122	236,11	5,23	241,34
01/2018	2.390,80	8%	191,26	0,00	191,26	1,141801098	218,39	4,84	223,23
02/2018	2.390,80	8%	191,26	0,00	191,26	1,137478679	217,56	4,82	222,38
03/2018	2.390,80	8%	191,26	0,00	191,26	1,136342337	217,34	4,81	222,15
04/2018	2.390,80	8%	191,26	0,00	191,26	1,133961019	216,89	4,80	221,69
05/2018	2.390,80	8%	191,26	0,00	191,26	1,132375693	216,58	4,80	221,38
06/2018	2.390,80	8%	191,26	0,00	191,26	1,119944311	214,21	4,74	218,95
07/2018	2.460,76	8%	196,86	0,00	196,86	1,112822249	219,07	4,85	223,92
08/2018	2.390,80	8%	191,26	0,00	191,26	1,111377458	212,57	4,71	217,28
09/2018	2.390,80	8%	191,26	0,00	191,26	1,110378118	212,38	4,70	217,08
10/2018	2.390,80	8%	191,26	0,00	191,26	1,103975062	211,15	4,68	215,83
11/2018	2.390,80	8%	191,26	0,00	191,26	1,101881487	210,75	4,67	215,42
12/2018	2.581,60	8%	206,53	0,00	206,53	1,103647323	227,93	5,05	232,98
01/2019	2.399,60	8%	191,97	0,00	191,97	1,100346284	211,23	4,68	215,91
02/2019	2.399,60	8%	191,97	0,00	191,97	1,096617784	210,52	4,66	215,18
03/2019	2.399,60	8%	191,97	0,00	191,97	1,090727853	209,38	4,64	214,02
04/2019	2.399,60	8%	191,97	0,00	191,97	1,082930752	207,89	4,60	212,49
05/2019	2.399,60	8%	191,97	0,00	191,97	1,079153714	207,16	4,59	211,75
06/2019	2.399,60	8%	191,97	0,00	191,97	1,078506610	207,04	4,58	211,62
07/2019	2.206,65	8%	176,53	0,00	176,53	1,077536827	190,22	4,21	194,43
08/2019	5.279,12	8%	422,33	0,00	422,33	1,076675486	454,71	10,07	464,78
						Total	**14.261,25**	**315,83**	**14.577,08**

Nome: MULTA DE 40% SOBRE FGTS (DEVIDO)

Comentário: PAGAR AO RECLAMANTE

PJe Assinado eletronicamente por: KLEBER BURATIERO - Juntado em: 20/08/2021 15:12:48 - d7a17f8

(FGTS (Total Devido) x 40%)							
Data Ocorrência	**Base**	**Percentual**	**Devido**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**	**Juros**	**Total**
01/08/2019	12.957,68	40%	5.183,07	1,076675486	5.580,48	123,58	5.704,06

Nome: MULTA DO ARTIGO 467 DA CLT SOBRE MULTA DE 40% SOBRE FGTS

Comentário: PARA SOMAR AO PRINCIPAL

((Multa de 40% sobre FGTS) x 0,50)							
Data Ocorrência	**Base**	**Percentual**	**Devido**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**	**Juros**	**Total**
01/08/2019	5.183,07	50%	2.591,54	1,076675486	2.790,25	61,79	2.852,04

Demonstrativo de Contribuição Social

Contribuição Social sobre Salários Devidos - Período 01/08/2014 a 12/07/2021

Nome: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SEGURADO (DESCONTAR DO PRINCIPAL)

Base(s) para Salário Pago:

Base(s) para Salário Devido: 01 - SALDO DE SALÁRIO + 03 -13º SALÁRIO + 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20% + 13º SALÁRIO SOBRE 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20% + FÉRIAS + 1/3 SOBRE 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20%

Ocorrência	Salário Pago (A)	Alíquota (B)	Teto Segurado (C)	Contribuição Social Salário Pago (D)	Salário Devido (E)	Salário de Contribuição	Alíquota (F)	Devido Segurado (G)	Índice correção	Valor corrigido
08/2014	0,00	8,00 %	482,93	0,00	144,80	144,80	8,00 %	11,58	1,420855603	16,46
09/2014	0,00	8,00 %	482,93	0,00	144,80	144,80	8,00 %	11,58	1,415335793	16,40
10/2014	0,00	8,00 %	482,93	0,00	144,80	144,80	8,00 %	11,58	1,408574635	16,32
11/2014	0,00	8,00 %	482,93	0,00	144,80	144,80	8,00 %	11,58	1,403242314	16,26
12/2014	0,00	8,00 %	482,93	0,00	144,80	144,80	8,00 %	11,58	1,392243590	16,13
12/2014	0,00	8,00 %	482,93	0,00	60,33	60,33	8,00 %	4,83	1,392243590	6,72
01/2015	0,00	8,00 %	513,01	0,00	157,60	157,60	8,00 %	12,61	1,379961929	17,40
02/2015	0,00	8,00 %	513,01	0,00	157,60	157,60	8,00 %	12,61	1,361849333	17,17
03/2015	0,00	8,00 %	513,01	0,00	157,60	157,60	8,00 %	12,61	1,345169234	16,96
04/2015	0,00	8,00 %	513,01	0,00	157,60	157,60	8,00 %	12,61	1,330928301	16,78
05/2015	0,00	8,00 %	513,01	0,00	157,60	157,60	8,00 %	12,61	1,322990359	16,68
06/2015	0,00	8,00 %	513,01	0,00	157,60	157,60	8,00 %	12,61	1,310021150	16,52
07/2015	0,00	8,00 %	513,01	0,00	157,60	157,60	8,00 %	12,61	1,302337359	16,42
08/2015	0,00	8,00 %	513,01	0,00	157,60	157,60	8,00 %	12,61	1,296761286	16,35
09/2015	0,00	8,00 %	513,01	0,00	157,60	157,60	8,00 %	12,61	1,291723564	16,29
10/2015	0,00	8,00 %	513,01	0,00	157,60	157,60	8,00 %	12,61	1,283254087	16,18
11/2015	0,00	8,00 %	513,01	0,00	157,60	157,60	8,00 %	12,61	1,272438361	16,04
12/2015	0,00	8,00 %	513,01	0,00	157,60	157,60	8,00 %	12,61	1,257598696	15,86
12/2015	0,00	8,00 %	513,01	0,00	157,60	157,60	8,00 %	12,61	1,257598696	15,86
01/2016	0,00	8,00 %	570,88	0,00	176,00	176,00	8,00 %	14,08	1,246134261	17,55

PJe Assinado eletronicamente por: KLEBER BURATIERO - Juntado em: 20/08/2021 15:12:48 - d7a17f8

Nome: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SEGURADO (DESCONTAR DO PRINCIPAL)

Base(s) para Salário Pago:	
Base(s) para Salário Devido:	01 - SALDO DE SALÁRIO + 03 -13º SALÁRIO + 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20% + 13º SALÁRIO SOBRE 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20% + FÉRIAS + 1/3 SOBRE 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20%

Ocorrência	Salário Pago (A)	Alíquota (B)	Teto Segurado (C)	Contribuição Social Salário Pago (D)	Salário Devido (E)	Salário de Contribuição	Alíquota (F)	Devido Segurado (G)	Índice correção	Valor corrigido
02/2016	0,00	8,00 %	570,88	0,00	176,00	176,00	8,00 %	14,08	1,228686907	17,30
03/2016	0,00	8,00 %	570,88	0,00	176,00	176,00	8,00 %	14,08	1,223426174	17,23
04/2016	0,00	8,00 %	570,88	0,00	176,00	176,00	8,00 %	14,08	1,217218361	17,14
05/2016	0,00	8,00 %	570,88	0,00	176,00	176,00	8,00 %	14,08	1,206839541	16,99
06/2016	0,00	8,00 %	570,88	0,00	176,00	176,00	8,00 %	14,08	1,202031415	16,92
07/2016	0,00	8,00 %	570,88	0,00	240,54	240,54	8,00 %	19,24	1,195575308	23,01
08/2016	0,00	8,00 %	570,88	0,00	176,00	176,00	8,00 %	14,08	1,190219321	16,76
09/2016	0,00	8,00 %	570,88	0,00	176,00	176,00	8,00 %	14,08	1,187488099	16,72
10/2016	0,00	8,00 %	570,88	0,00	176,00	176,00	8,00 %	14,08	1,185236150	16,69
11/2016	0,00	8,00 %	570,88	0,00	176,00	176,00	8,00 %	14,08	1,182162528	16,64
12/2016	0,00	8,00 %	570,88	0,00	176,00	176,00	8,00 %	14,08	1,179920678	16,61
12/2016	0,00	8,00 %	570,88	0,00	176,00	176,00	8,00 %	14,08	1,179920678	16,61
01/2017	0,00	8,00 %	608,44	0,00	187,40	187,40	8,00 %	14,99	1,176274228	17,63
02/2017	0,00	8,00 %	608,44	0,00	187,40	187,40	8,00 %	14,99	1,169956463	17,54
03/2017	0,00	8,00 %	608,44	0,00	187,40	187,40	8,00 %	14,99	1,168204157	17,51
04/2017	0,00	8,00 %	608,44	0,00	187,40	187,40	8,00 %	14,99	1,165756069	17,48
05/2017	0,00	8,00 %	608,44	0,00	187,40	187,40	8,00 %	14,99	1,162964953	17,44
06/2017	0,00	8,00 %	608,44	0,00	187,40	187,40	8,00 %	14,99	1,161107182	17,41
07/2017	0,00	8,00 %	608,44	0,00	256,12	256,12	8,00 %	20,49	1,163200944	23,83
08/2017	0,00	8,00 %	608,44	0,00	187,40	187,40	8,00 %	14,99	1,159143940	17,38
09/2017	0,00	8,00 %	608,44	0,00	187,40	187,40	8,00 %	14,99	1,157870282	17,36
10/2017	0,00	8,00 %	608,44	0,00	187,40	187,40	8,00 %	14,99	1,153946863	17,30
11/2017	0,00	8,00 %	608,44	0,00	187,40	187,40	8,00 %	14,99	1,150266012	17,24
12/2017	0,00	8,00 %	608,44	0,00	187,40	187,40	8,00 %	14,99	1,146254122	17,18
12/2017	0,00	8,00 %	608,44	0,00	187,40	187,40	8,00 %	14,99	1,146254122	17,18
01/2018	0,00	8,00 %	621,04	0,00	190,80	190,80	8,00 %	15,26	1,141801098	17,43
02/2018	0,00	8,00 %	621,04	0,00	190,80	190,80	8,00 %	15,26	1,137478679	17,36
03/2018	0,00	8,00 %	621,04	0,00	190,80	190,80	8,00 %	15,26	1,136342337	17,35
04/2018	0,00	8,00 %	621,04	0,00	190,80	190,80	8,00 %	15,26	1,133961019	17,31
05/2018	0,00	8,00 %	621,04	0,00	190,80	190,80	8,00 %	15,26	1,132375693	17,28
06/2018	0,00	8,00 %	621,04	0,00	190,80	190,80	8,00 %	15,26	1,119944311	17,09
07/2018	0,00	8,00 %	621,04	0,00	260,76	260,76	8,00 %	20,86	1,112822249	23,21

PJe Assinado eletronicamente por: KLEBER BURATIERO - Juntado em: 20/08/2021 15:12:48 - d7a17f8

Nome: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SEGURADO (DESCONTAR DO PRINCIPAL)

Base(s) para Salário Pago:										
Base(s) para Salário Devido:	01 - SALDO DE SALÁRIO + 03 -13º SALÁRIO + 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20% + 13º SALÁRIO SOBRE 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20% + FÉRIAS + 1/3 SOBRE 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20%									
Ocorrência	**Salário Pago (A)**	**Alíquota (B)**	**Teto Segurado (C)**	**Contribuição Social Salário Pago (D)**	**Salário Devido (E)**	**Salário de Contribuição**	**Alíquota (F)**	**Devido Segurado (G)**	**Índice correção**	**Valor corrigido**
08/2018	0,00	8,00 %	621,04	0,00	190,80	190,80	8,00 %	15,26	1,111377458	16,96
09/2018	0,00	8,00 %	621,04	0,00	190,80	190,80	8,00 %	15,26	1,110378118	16,95
10/2018	0,00	8,00 %	621,04	0,00	190,80	190,80	8,00 %	15,26	1,103975062	16,85
11/2018	0,00	8,00 %	621,04	0,00	190,80	190,80	8,00 %	15,26	1,101881487	16,82
12/2018	0,00	8,00 %	621,04	0,00	190,80	190,80	8,00 %	15,26	1,103647323	16,85
12/2018	0,00	8,00 %	621,04	0,00	190,80	190,80	8,00 %	15,26	1,103647323	16,85
01/2019	0,00	8,00 %	642,34	0,00	199,60	199,60	8,00 %	15,97	1,100346284	17,57
02/2019	0,00	8,00 %	642,34	0,00	199,60	199,60	8,00 %	15,97	1,096617784	17,51
03/2019	0,00	8,00 %	642,34	0,00	199,60	199,60	8,00 %	15,97	1,090727853	17,42
04/2019	0,00	8,00 %	642,34	0,00	199,60	199,60	8,00 %	15,97	1,082930752	17,29
05/2019	0,00	8,00 %	642,34	0,00	199,60	199,60	8,00 %	15,97	1,079153714	17,23
06/2019	0,00	8,00 %	642,34	0,00	199,60	199,60	8,00 %	15,97	1,078506610	17,22
07/2019	0,00	8,00 %	642,34	0,00	6,65	6,65	8,00 %	0,53	1,077536827	0,57
08/2019	0,00	8,00 %	642,34	0,00	79,98	79,98	8,00 %	6,40	1,076675486	6,89
08/2019	0,00	8,00 %	642,34	0,00	1.599,74	1.599,74	8,00 %	127,98	1,076675486	137,79
Observação:	**D = A x B limitado a C e G = menor valor entre (C - D) e (E x F)**								**Total**	**1.239,25**

A partir de Março/2020, na coluna Alíquota, consta a alíquota efetiva de apuração da contribuição social.

Nome: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SEGURADO (RECOLHER À PREVIDÊNCIA)

Base(s) para Salário Pago:													
Base(s) para Salário Devido:	01 - SALDO DE SALÁRIO + 03 -13º SALÁRIO + 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20% + 13º SALÁRIO SOBRE 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20% + FÉRIAS + 1/3 SOBRE 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20%												
Ocorrência	**Salário Pago (A)**	**Alíquota (B)**	**Teto Segurado (C)**	**Cont. Social Sal. Pago (D)**	**Salário Devido (E)**	**Salário de Contribuição**	**Alíquota (F)**	**Devido Segurado (G)**	**Índice correção**	**Valor corrigido**	**Juros**	**Multa**	**Total**
08/2014	0,00	8,00 %	482,93	0,00	144,80	144,80	8,00 %	11,58	1,000000000	11,58	-	-	11,58
09/2014	0,00	8,00 %	482,93	0,00	144,80	144,80	8,00 %	11,58	1,000000000	11,58	-	-	11,58
10/2014	0,00	8,00 %	482,93	0,00	144,80	144,80	8,00 %	11,58	1,000000000	11,58	-	-	11,58
11/2014	0,00	8,00 %	482,93	0,00	144,80	144,80	8,00 %	11,58	1,000000000	11,58	-	-	11,58
12/2014	0,00	8,00 %	482,93	0,00	144,80	144,80	8,00 %	11,58	1,000000000	11,58	-	-	11,58
12/2014	0,00	8,00 %	482,93	0,00	60,33	60,33	8,00 %	4,83	1,000000000	4,83	-	-	4,83
01/2015	0,00	8,00 %	513,01	0,00	157,60	157,60	8,00 %	12,61	1,000000000	12,61	-	-	12,61
02/2015	0,00	8,00 %	513,01	0,00	157,60	157,60	8,00 %	12,61	1,000000000	12,61	-	-	12,61

PJe Assinado eletronicamente por: KLEBER BURATIERO - Juntado em: 20/08/2021 15:12:48 - d7a17f8

Nome: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SEGURADO (RECOLHER À PREVIDÊNCIA)

Base(s) para Salário Pago:	
Base(s) para Salário Devido:	01 - SALDO DE SALÁRIO + 03 -13º SALÁRIO + 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20% + 13º SALÁRIO SOBRE 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20% + FÉRIAS + 1/3 SOBRE 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20%

Ocorrência	Salário Pago (A)	Alíquota (B)	Teto Segurado (C)	Cont. Social Sal. Pago (D)	Salário Devido (E)	Salário de Contribuição	Alíquota (F)	Devido Segurado (G)	Índice correção	Valor corrigido	Juros	Multa	Total
03/2015	0,00	8,00 %	513,01	0,00	157,60	157,60	8,00 %	12,61	1,000000000	12,61	-	-	12,61
04/2015	0,00	8,00 %	513,01	0,00	157,60	157,60	8,00 %	12,61	1,000000000	12,61	-	-	12,61
05/2015	0,00	8,00 %	513,01	0,00	157,60	157,60	8,00 %	12,61	1,000000000	12,61	-	-	12,61
06/2015	0,00	8,00 %	513,01	0,00	157,60	157,60	8,00 %	12,61	1,000000000	12,61	-	-	12,61
07/2015	0,00	8,00 %	513,01	0,00	157,60	157,60	8,00 %	12,61	1,000000000	12,61	-	-	12,61
08/2015	0,00	8,00 %	513,01	0,00	157,60	157,60	8,00 %	12,61	1,000000000	12,61	-	-	12,61
09/2015	0,00	8,00 %	513,01	0,00	157,60	157,60	8,00 %	12,61	1,000000000	12,61	-	-	12,61
10/2015	0,00	8,00 %	513,01	0,00	157,60	157,60	8,00 %	12,61	1,000000000	12,61	-	-	12,61
11/2015	0,00	8,00 %	513,01	0,00	157,60	157,60	8,00 %	12,61	1,000000000	12,61	-	-	12,61
12/2015	0,00	8,00 %	513,01	0,00	157,60	157,60	8,00 %	12,61	1,000000000	12,61	-	-	12,61
12/2015	0,00	8,00 %	513,01	0,00	157,60	157,60	8,00 %	12,61	1,000000000	12,61	-	-	12,61
01/2016	0,00	8,00 %	570,88	0,00	176,00	176,00	8,00 %	14,08	1,000000000	14,08	-	-	14,08
02/2016	0,00	8,00 %	570,88	0,00	176,00	176,00	8,00 %	14,08	1,000000000	14,08	-	-	14,08
03/2016	0,00	8,00 %	570,88	0,00	176,00	176,00	8,00 %	14,08	1,000000000	14,08	-	-	14,08
04/2016	0,00	8,00 %	570,88	0,00	176,00	176,00	8,00 %	14,08	1,000000000	14,08	-	-	14,08
05/2016	0,00	8,00 %	570,88	0,00	176,00	176,00	8,00 %	14,08	1,000000000	14,08	-	-	14,08
06/2016	0,00	8,00 %	570,88	0,00	176,00	176,00	8,00 %	14,08	1,000000000	14,08	-	-	14,08
07/2016	0,00	8,00 %	570,88	0,00	240,54	240,54	8,00 %	19,24	1,000000000	19,24	-	-	19,24
08/2016	0,00	8,00 %	570,88	0,00	176,00	176,00	8,00 %	14,08	1,000000000	14,08	-	-	14,08
09/2016	0,00	8,00 %	570,88	0,00	176,00	176,00	8,00 %	14,08	1,000000000	14,08	-	-	14,08
10/2016	0,00	8,00 %	570,88	0,00	176,00	176,00	8,00 %	14,08	1,000000000	14,08	-	-	14,08
11/2016	0,00	8,00 %	570,88	0,00	176,00	176,00	8,00 %	14,08	1,000000000	14,08	-	-	14,08
12/2016	0,00	8,00 %	570,88	0,00	176,00	176,00	8,00 %	14,08	1,000000000	14,08	-	-	14,08
12/2016	0,00	8,00 %	570,88	0,00	176,00	176,00	8,00 %	14,08	1,000000000	14,08	-	-	14,08
01/2017	0,00	8,00 %	608,44	0,00	187,40	187,40	8,00 %	14,99	1,000000000	14,99	-	-	14,99
02/2017	0,00	8,00 %	608,44	0,00	187,40	187,40	8,00 %	14,99	1,000000000	14,99	-	-	14,99
03/2017	0,00	8,00 %	608,44	0,00	187,40	187,40	8,00 %	14,99	1,000000000	14,99	-	-	14,99
04/2017	0,00	8,00 %	608,44	0,00	187,40	187,40	8,00 %	14,99	1,000000000	14,99	-	-	14,99
05/2017	0,00	8,00 %	608,44	0,00	187,40	187,40	8,00 %	14,99	1,000000000	14,99	-	-	14,99
06/2017	0,00	8,00 %	608,44	0,00	187,40	187,40	8,00 %	14,99	1,000000000	14,99	-	-	14,99
07/2017	0,00	8,00 %	608,44	0,00	256,12	256,12	8,00 %	20,49	1,000000000	20,49	-	-	20,49
08/2017	0,00	8,00 %	608,44	0,00	187,40	187,40	8,00 %	14,99	1,000000000	14,99	-	-	14,99

PJe Assinado eletronicamente por: KLEBER BURATIERO - Juntado em: 20/08/2021 15:12:48 - d7a17f8

Nome: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SEGURADO (RECOLHER À PREVIDÊNCIA)

Base(s) para Salário Pago:	
Base(s) para Salário Devido:	01 - SALDO DE SALÁRIO + 03 -13º SALÁRIO + 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20% + 13º SALÁRIO SOBRE 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20% + FÉRIAS + 1/3 SOBRE 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20%

Ocorrência	Salário Pago (A)	Alíquota (B)	Teto Segurado (C)	Cont. Social Sal. Pago (D)	Salário Devido (E)	Salário de Contribuição	Alíquota (F)	Devido Segurado (G)	Índice correção	Valor corrigido	Juros	Multa	Total
09/2017	0,00	8,00 %	608,44	0,00	187,40	187,40	8,00 %	14,99	1,000000000	14,99	-	-	14,99
10/2017	0,00	8,00 %	608,44	0,00	187,40	187,40	8,00 %	14,99	1,000000000	14,99	-	-	14,99
11/2017	0,00	8,00 %	608,44	0,00	187,40	187,40	8,00 %	14,99	1,000000000	14,99	-	-	14,99
12/2017	0,00	8,00 %	608,44	0,00	187,40	187,40	8,00 %	14,99	1,000000000	14,99	-	-	14,99
12/2017	0,00	8,00 %	608,44	0,00	187,40	187,40	8,00 %	14,99	1,000000000	14,99	-	-	14,99
01/2018	0,00	8,00 %	621,04	0,00	190,80	190,80	8,00 %	15,26	1,000000000	15,26	-	-	15,26
02/2018	0,00	8,00 %	621,04	0,00	190,80	190,80	8,00 %	15,26	1,000000000	15,26	-	-	15,26
03/2018	0,00	8,00 %	621,04	0,00	190,80	190,80	8,00 %	15,26	1,000000000	15,26	-	-	15,26
04/2018	0,00	8,00 %	621,04	0,00	190,80	190,80	8,00 %	15,26	1,000000000	15,26	-	-	15,26
05/2018	0,00	8,00 %	621,04	0,00	190,80	190,80	8,00 %	15,26	1,000000000	15,26	-	-	15,26
06/2018	0,00	8,00 %	621,04	0,00	190,80	190,80	8,00 %	15,26	1,000000000	15,26	-	-	15,26
07/2018	0,00	8,00 %	621,04	0,00	260,76	260,76	8,00 %	20,86	1,000000000	20,86	-	-	20,86
08/2018	0,00	8,00 %	621,04	0,00	190,80	190,80	8,00 %	15,26	1,000000000	15,26	-	-	15,26
09/2018	0,00	8,00 %	621,04	0,00	190,80	190,80	8,00 %	15,26	1,000000000	15,26	-	-	15,26
10/2018	0,00	8,00 %	621,04	0,00	190,80	190,80	8,00 %	15,26	1,000000000	15,26	-	-	15,26
11/2018	0,00	8,00 %	621,04	0,00	190,80	190,80	8,00 %	15,26	1,000000000	15,26	-	-	15,26
12/2018	0,00	8,00 %	621,04	0,00	190,80	190,80	8,00 %	15,26	1,000000000	15,26	-	-	15,26
12/2018	0,00	8,00 %	621,04	0,00	190,80	190,80	8,00 %	15,26	1,000000000	15,26	-	-	15,26
01/2019	0,00	8,00 %	642,34	0,00	199,60	199,60	8,00 %	15,97	1,000000000	15,97	-	-	15,97
02/2019	0,00	8,00 %	642,34	0,00	199,60	199,60	8,00 %	15,97	1,000000000	15,97	-	-	15,97
03/2019	0,00	8,00 %	642,34	0,00	199,60	199,60	8,00 %	15,97	1,000000000	15,97	-	-	15,97
04/2019	0,00	8,00 %	642,34	0,00	199,60	199,60	8,00 %	15,97	1,000000000	15,97	-	-	15,97
05/2019	0,00	8,00 %	642,34	0,00	199,60	199,60	8,00 %	15,97	1,000000000	15,97	-	-	15,97
06/2019	0,00	8,00 %	642,34	0,00	199,60	199,60	8,00 %	15,97	1,000000000	15,97	-	-	15,97
07/2019	0,00	8,00 %	642,34	0,00	6,65	6,65	8,00 %	0,53	1,000000000	0,53	-	-	0,53
08/2019	0,00	8,00 %	642,34	0,00	79,98	79,98	8,00 %	6,40	1,000000000	6,40	-	-	6,40
08/2019	0,00	8,00 %	642,34	0,00	1.599,74	1.599,74	8,00 %	127,98	1,000000000	127,98	-	-	127,98
Observação:	**D = A x B limitado a C**		**e**	**G = menor valor entre (C - D) e (E x F)**					**Total**	**1.049,94**	**0,00**	**0,00**	**1.049,94**

A partir de Março/2020, na coluna Alíquota, consta a alíquota efetiva de apuração da contribuição social.

PJe Assinado eletronicamente por: KLEBER BURATIERO - Juntado em: 20/08/2021 15:12:48 - d7a17f8

Nome: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL EMPRESA

Base(s) para Salário Devido:	01 - SALDO DE SALÁRIO + 03 -13º SALÁRIO + 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20% + 13º SALÁRIO SOBRE 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20% + FÉRIAS + 1/3 SOBRE 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20%							
Ocorrência	**Salário Devido (A)**	**Alíquota (B)**	**Devido Empresa (C)**	**Índice correção**	**Valor corrigido**	**Juros**	**Multa**	**Total**
08/2014	144,80	20,00 %	28,96	1,000000000	28,96	-	-	28,96
09/2014	144,80	20,00 %	28,96	1,000000000	28,96	-	-	28,96
10/2014	144,80	20,00 %	28,96	1,000000000	28,96	-	-	28,96
11/2014	144,80	20,00 %	28,96	1,000000000	28,96	-	-	28,96
12/2014	144,80	20,00 %	28,96	1,000000000	28,96	-	-	28,96
12/2014	60,33	20,00 %	12,07	1,000000000	12,07	-	-	12,07
01/2015	157,60	20,00 %	31,52	1,000000000	31,52	-	-	31,52
02/2015	157,60	20,00 %	31,52	1,000000000	31,52	-	-	31,52
03/2015	157,60	20,00 %	31,52	1,000000000	31,52	-	-	31,52
04/2015	157,60	20,00 %	31,52	1,000000000	31,52	-	-	31,52
05/2015	157,60	20,00 %	31,52	1,000000000	31,52	-	-	31,52
06/2015	157,60	20,00 %	31,52	1,000000000	31,52	-	-	31,52
07/2015	157,60	20,00 %	31,52	1,000000000	31,52	-	-	31,52
08/2015	157,60	20,00 %	31,52	1,000000000	31,52	-	-	31,52
09/2015	157,60	20,00 %	31,52	1,000000000	31,52	-	-	31,52
10/2015	157,60	20,00 %	31,52	1,000000000	31,52	-	-	31,52
11/2015	157,60	20,00 %	31,52	1,000000000	31,52	-	-	31,52
12/2015	157,60	20,00 %	31,52	1,000000000	31,52	-	-	31,52
12/2015	157,60	20,00 %	31,52	1,000000000	31,52	-	-	31,52
01/2016	176,00	20,00 %	35,20	1,000000000	35,20	-	-	35,20
02/2016	176,00	20,00 %	35,20	1,000000000	35,20	-	-	35,20
03/2016	176,00	20,00 %	35,20	1,000000000	35,20	-	-	35,20
04/2016	176,00	20,00 %	35,20	1,000000000	35,20	-	-	35,20
05/2016	176,00	20,00 %	35,20	1,000000000	35,20	-	-	35,20
06/2016	176,00	20,00 %	35,20	1,000000000	35,20	-	-	35,20
07/2016	240,54	20,00 %	48,11	1,000000000	48,11	-	-	48,11
08/2016	176,00	20,00 %	35,20	1,000000000	35,20	-	-	35,20
09/2016	176,00	20,00 %	35,20	1,000000000	35,20	-	-	35,20
10/2016	176,00	20,00 %	35,20	1,000000000	35,20	-	-	35,20
11/2016	176,00	20,00 %	35,20	1,000000000	35,20	-	-	35,20
12/2016	176,00	20,00 %	35,20	1,000000000	35,20	-	-	35,20
12/2016	176,00	20,00 %	35,20	1,000000000	35,20	-	-	35,20
01/2017	187,40	20,00 %	37,48	1,000000000	37,48	-	-	37,48
02/2017	187,40	20,00 %	37,48	1,000000000	37,48	-	-	37,48

PJe Assinado eletronicamente por: KLEBER BURATIERO - Juntado em: 20/08/2021 15:12:48 - d7a17f8

Nome: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL EMPRESA

Base(s) para Salário Devido:	01 - SALDO DE SALÁRIO + 03 -13º SALÁRIO + 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20% + 13º SALÁRIO SOBRE 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20% + FÉRIAS + 1/3 SOBRE 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20%							
Ocorrência	**Salário Devido (A)**	**Alíquota (B)**	**Devido Empresa (C)**	**Índice correção**	**Valor corrigido**	**Juros**	**Multa**	**Total**
03/2017	187,40	20,00 %	37,48	1,000000000	37,48	-	-	37,48
04/2017	187,40	20,00 %	37,48	1,000000000	37,48	-	-	37,48
05/2017	187,40	20,00 %	37,48	1,000000000	37,48	-	-	37,48
06/2017	187,40	20,00 %	37,48	1,000000000	37,48	-	-	37,48
07/2017	256,12	20,00 %	51,22	1,000000000	51,22	-	-	51,22
08/2017	187,40	20,00 %	37,48	1,000000000	37,48	-	-	37,48
09/2017	187,40	20,00 %	37,48	1,000000000	37,48	-	-	37,48
10/2017	187,40	20,00 %	37,48	1,000000000	37,48	-	-	37,48
11/2017	187,40	20,00 %	37,48	1,000000000	37,48	-	-	37,48
12/2017	187,40	20,00 %	37,48	1,000000000	37,48	-	-	37,48
12/2017	187,40	20,00 %	37,48	1,000000000	37,48	-	-	37,48
01/2018	190,80	20,00 %	38,16	1,000000000	38,16	-	-	38,16
02/2018	190,80	20,00 %	38,16	1,000000000	38,16	-	-	38,16
03/2018	190,80	20,00 %	38,16	1,000000000	38,16	-	-	38,16
04/2018	190,80	20,00 %	38,16	1,000000000	38,16	-	-	38,16
05/2018	190,80	20,00 %	38,16	1,000000000	38,16	-	-	38,16
06/2018	190,80	20,00 %	38,16	1,000000000	38,16	-	-	38,16
07/2018	260,76	20,00 %	52,15	1,000000000	52,15	-	-	52,15
08/2018	190,80	20,00 %	38,16	1,000000000	38,16	-	-	38,16
09/2018	190,80	20,00 %	38,16	1,000000000	38,16	-	-	38,16
10/2018	190,80	20,00 %	38,16	1,000000000	38,16	-	-	38,16
11/2018	190,80	20,00 %	38,16	1,000000000	38,16	-	-	38,16
12/2018	190,80	20,00 %	38,16	1,000000000	38,16	-	-	38,16
12/2018	190,80	20,00 %	38,16	1,000000000	38,16	-	-	38,16
01/2019	199,60	20,00 %	39,92	1,000000000	39,92	-	-	39,92
02/2019	199,60	20,00 %	39,92	1,000000000	39,92	-	-	39,92
03/2019	199,60	20,00 %	39,92	1,000000000	39,92	-	-	39,92
04/2019	199,60	20,00 %	39,92	1,000000000	39,92	-	-	39,92
05/2019	199,60	20,00 %	39,92	1,000000000	39,92	-	-	39,92
06/2019	199,60	20,00 %	39,92	1,000000000	39,92	-	-	39,92
07/2019	6,65	20,00 %	1,33	1,000000000	1,33	-	-	1,33
08/2019	79,98	20,00 %	16,00	1,000000000	16,00	-	-	16,00
08/2019	1.599,74	20,00 %	319,95	1,000000000	319,95	-	-	319,95
Observação:	**C = A x B**			**Total**	**2.624,99**	**0,00**	**0,00**	**2.624,99**

Cálculo liquidado por offline na versão 2.8.0 em 20/08/2021 às 10:09:48.

PJe Assinado eletronicamente por: KLEBER BURATIERO - Juntado em: 20/08/2021 15:12:48 - d7a17f8

Nome: SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO (SAT)

Base(s) para Salário Devido:	01 - SALDO DE SALÁRIO + 03 -13º SALÁRIO + 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20% + 13º SALÁRIO SOBRE 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20% + FÉRIAS + 1/3 SOBRE 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20%							
Ocorrência	**Salário Devido (A)**	**Alíquota (B)**	**Devido SAT (C)**	**Índice correção**	**Valor corrigido**	**Juros**	**Multa**	**Total**
08/2014	144,80	3,00 %	4,34	1,000000000	4,34	-	-	4,34
09/2014	144,80	3,00 %	4,34	1,000000000	4,34	-	-	4,34
10/2014	144,80	3,00 %	4,34	1,000000000	4,34	-	-	4,34
11/2014	144,80	3,00 %	4,34	1,000000000	4,34	-	-	4,34
12/2014	144,80	3,00 %	4,34	1,000000000	4,34	-	-	4,34
12/2014	60,33	3,00 %	1,81	1,000000000	1,81	-	-	1,81
01/2015	157,60	3,00 %	4,73	1,000000000	4,73	-	-	4,73
02/2015	157,60	3,00 %	4,73	1,000000000	4,73	-	-	4,73
03/2015	157,60	3,00 %	4,73	1,000000000	4,73	-	-	4,73
04/2015	157,60	3,00 %	4,73	1,000000000	4,73	-	-	4,73
05/2015	157,60	3,00 %	4,73	1,000000000	4,73	-	-	4,73
06/2015	157,60	3,00 %	4,73	1,000000000	4,73	-	-	4,73
07/2015	157,60	3,00 %	4,73	1,000000000	4,73	-	-	4,73
08/2015	157,60	3,00 %	4,73	1,000000000	4,73	-	-	4,73
09/2015	157,60	3,00 %	4,73	1,000000000	4,73	-	-	4,73
10/2015	157,60	3,00 %	4,73	1,000000000	4,73	-	-	4,73
11/2015	157,60	3,00 %	4,73	1,000000000	4,73	-	-	4,73
12/2015	157,60	3,00 %	4,73	1,000000000	4,73	-	-	4,73
12/2015	157,60	3,00 %	4,73	1,000000000	4,73	-	-	4,73
01/2016	176,00	3,00 %	5,28	1,000000000	5,28	-	-	5,28
02/2016	176,00	3,00 %	5,28	1,000000000	5,28	-	-	5,28
03/2016	176,00	3,00 %	5,28	1,000000000	5,28	-	-	5,28
04/2016	176,00	3,00 %	5,28	1,000000000	5,28	-	-	5,28
05/2016	176,00	3,00 %	5,28	1,000000000	5,28	-	-	5,28
06/2016	176,00	3,00 %	5,28	1,000000000	5,28	-	-	5,28
07/2016	240,54	3,00 %	7,22	1,000000000	7,22	-	-	7,22
08/2016	176,00	3,00 %	5,28	1,000000000	5,28	-	-	5,28
09/2016	176,00	3,00 %	5,28	1,000000000	5,28	-	-	5,28
10/2016	176,00	3,00 %	5,28	1,000000000	5,28	-	-	5,28
11/2016	176,00	3,00 %	5,28	1,000000000	5,28	-	-	5,28
12/2016	176,00	3,00 %	5,28	1,000000000	5,28	-	-	5,28
12/2016	176,00	3,00 %	5,28	1,000000000	5,28	-	-	5,28
01/2017	187,40	3,00 %	5,62	1,000000000	5,62	-	-	5,62
02/2017	187,40	3,00 %	5,62	1,000000000	5,62	-	-	5,62

PJe Assinado eletronicamente por: KLEBER BURATIERO - Juntado em: 20/08/2021 15:12:48 - d7a17f8

Nome: SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO (SAT)

Base(s) para Salário Devido:	01 - SALDO DE SALÁRIO + 03 -13º SALÁRIO + 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20% + 13º SALÁRIO SOBRE 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20% + FÉRIAS + 1/3 SOBRE 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20%							
Ocorrência	**Salário Devido (A)**	**Alíquota (B)**	**Devido SAT (C)**	**Índice correção**	**Valor corrigido**	**Juros**	**Multa**	**Total**
03/2017	187,40	3,00 %	5,62	1,000000000	5,62	-	-	5,62
04/2017	187,40	3,00 %	5,62	1,000000000	5,62	-	-	5,62
05/2017	187,40	3,00 %	5,62	1,000000000	5,62	-	-	5,62
06/2017	187,40	3,00 %	5,62	1,000000000	5,62	-	-	5,62
07/2017	256,12	3,00 %	7,68	1,000000000	7,68	-	-	7,68
08/2017	187,40	3,00 %	5,62	1,000000000	5,62	-	-	5,62
09/2017	187,40	3,00 %	5,62	1,000000000	5,62	-	-	5,62
10/2017	187,40	3,00 %	5,62	1,000000000	5,62	-	-	5,62
11/2017	187,40	3,00 %	5,62	1,000000000	5,62	-	-	5,62
12/2017	187,40	3,00 %	5,62	1,000000000	5,62	-	-	5,62
12/2017	187,40	3,00 %	5,62	1,000000000	5,62	-	-	5,62
01/2018	190,80	3,00 %	5,72	1,000000000	5,72	-	-	5,72
02/2018	190,80	3,00 %	5,72	1,000000000	5,72	-	-	5,72
03/2018	190,80	3,00 %	5,72	1,000000000	5,72	-	-	5,72
04/2018	190,80	3,00 %	5,72	1,000000000	5,72	-	-	5,72
05/2018	190,80	3,00 %	5,72	1,000000000	5,72	-	-	5,72
06/2018	190,80	3,00 %	5,72	1,000000000	5,72	-	-	5,72
07/2018	260,76	3,00 %	7,82	1,000000000	7,82	-	-	7,82
08/2018	190,80	3,00 %	5,72	1,000000000	5,72	-	-	5,72
09/2018	190,80	3,00 %	5,72	1,000000000	5,72	-	-	5,72
10/2018	190,80	3,00 %	5,72	1,000000000	5,72	-	-	5,72
11/2018	190,80	3,00 %	5,72	1,000000000	5,72	-	-	5,72
12/2018	190,80	3,00 %	5,72	1,000000000	5,72	-	-	5,72
12/2018	190,80	3,00 %	5,72	1,000000000	5,72	-	-	5,72
01/2019	199,60	3,00 %	5,99	1,000000000	5,99	-	-	5,99
02/2019	199,60	3,00 %	5,99	1,000000000	5,99	-	-	5,99
03/2019	199,60	3,00 %	5,99	1,000000000	5,99	-	-	5,99
04/2019	199,60	3,00 %	5,99	1,000000000	5,99	-	-	5,99
05/2019	199,60	3,00 %	5,99	1,000000000	5,99	-	-	5,99
06/2019	199,60	3,00 %	5,99	1,000000000	5,99	-	-	5,99
07/2019	6,65	3,00 %	0,20	1,000000000	0,20	-	-	0,20
08/2019	79,98	3,00 %	2,40	1,000000000	2,40	-	-	2,40
08/2019	1.599,74	3,00 %	47,99	1,000000000	47,99	-	-	47,99
Observação: C = A x B				**Total**	**393,69**	**0,00**	**0,00**	**393,69**

Cálculo liquidado por offline na versão 2.8.0 em 20/08/2021 às 10:09:48.

PJe Assinado eletronicamente por: KLEBER BURATIERO - Juntado em: 20/08/2021 15:12:48 - d7a17f8

Demonstrativo de Multas / Indenizações

Nome: MULTAS / INDENIZAÇÕES DEVIDAS AO RECLAMADO

Valores Informados						D = [(A x B) + C]
Ocorrência	**Descrição**	**Valor (A)**	**Índice correção (B)**	**Valor corrigido**	**Juros (C)**	**Total (D)**
11/09/2019	VALOR JA RECEBIDO PELO RECLAMANTE	4.132,50	1,075707350	4.445,36	0,00	4.445,36
					Total	**4.445,36**

Demonstrativo de Honorários

Nome: HONORÁRIOS DEVIDOS PELO RECLAMADO

Valores Calculados					C=(A x B)
Composição de Base: (Bruto) x 10,00%					
Ocorrência	**Descrição**	**Credor**	**Base (A)**	**Alíquota (B)**	**Valor (C)**
01/08/2021	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA	56.004,04	10,00 %	5.600,40
				Total	**5.600,40**

Demonstrativo de Imposto de Renda

Rendimentos Recebidos Acumuladamente Relativos a Anos-Calendário Anteriores ao do Recebimento - 01/08/2014 a 01/08/2019

Nome: TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA

01 - SALDO DE SALÁRIO + 03 -13º SALÁRIO + 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20% + 13º SALÁRIO SOBRE 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20% + FÉRIAS + 1/3 SOBRE 07 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20% + MULTA DO ARTIGO 467 DA CLT SOBRE 01 - SALDO DE SALÁRIO + MULTA DO ARTIGO 467 DA CLT SOBRE 03 -13º SALÁRIO													
Verbas	**Juros**	**Quant. de Meses**	**Contribuição Social**	**Previdência Privada**	**Pensão Alimentícia**	**Honorários**	**Dependentes**	**Aposentado > 65 anos**	**Base**	**Faixa**	**Alíquota**	**Dedução**	**Devido**
16.319,61	-	67	1.239,25	0,00	0,00	0,00	-	-	15.080,36	0,00 à 127.566,66	0,00 %	0,00	0,00
												Total Devido	**0,00**

Assinado eletronicamente por: KLEBER BURATIERO - Juntado em: 20/08/2021 15:12:48 - d7a17f8
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21082015123138800000158791083?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 21082015123138800000158791083

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

DESPACHO

Considerando o laudo contábil, intimem-se as partes para, no prazo comum de 8 dias, apresentarem impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão, nos termos do parágrafo 2º do artigo 879 da CLT.
Havendo insurgência, retornem os autos ao perito judicial para esclarecimentos e/ou adequações no prazo de dez dias.

Caso ainda não informado, deverão as partes e o perito, no mesmo prazo, indicarem os dados bancários (beneficiário, CPF/CNPJ, banco, agência, conta), para depósito do montante devido e / ou eventuais restituições.

Após, tornem conclusos para homologação.

CAMPINAS/SP, 20 de agosto de 2021

EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA
Juiz do Trabalho Substituto

JCF

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 3dbd392 proferido nos autos.

DESPACHO

Considerando o laudo contábil, intimem-se as partes para, no prazo comum de 8 dias, apresentarem impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão, nos termos do parágrafo 2º do artigo 879 da CLT.
Havendo insurgência, retornem os autos ao perito judicial para esclarecimentos e/ou adequações no prazo de dez dias.

Caso ainda não informado, deverão as partes e o perito, no mesmo prazo, indicarem os dados bancários (beneficiário, CPF/CNPJ, banco, agência, conta), para depósito do montante devido e / ou eventuais restituições.

Após, tornem conclusos para homologação.

CAMPINAS/SP, 20 de agosto de 2021

EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA
Juiz do Trabalho Substituto

JCF

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

Processo nº ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043

RODRIGO GONÇALVES REFUNDINI, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, que move em face de **JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME**, por seus procuradores que assinam abaixo, vem, com o devido respeito e acatamento à presença de Vossa Excelência, apresentar sua concordância com os cálculos contidos no laudo pericial contábil.

Nesta oportunidade, apresenta também os dados bancários para depósito do montante devido.

- Banco do Brasil

- Agência 2427-9

- Conta Corrente 85.928-1

- Titular Leonardo Camargo Junior

- CPF 263.032.388-90

Requer seja dado prosseguimento aos atos executórios para fins de homologação.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Pedreira, 03 de agosto de 2021.

DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA

OAB/SP 346.474

LEONARDO CAMARGO JUNIOR

OAB/SP 378.805

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

DECISÃO

Vistos, etc.

HOMOLOGO a conta de liquidação ofertada pelo perito, eis que em consonância com o título exequendo, com concordância do reclamante, para que produza os legais e jurídicos efeitos.

Fixo o montante condenatório em **R$66.823,12, corrigido até 01/08/2021,** atualizável no pagamento, conforme discriminação abaixo:

I-R$54.764,79, concernentes ao valor líquido do crédito trabalhista, devidamente atualizado, já descontada a contribuição previdenciária devida.

II-R$4.257,93, referentes ao valor total do crédito previdenciário, resultante da soma do valor da contribuição previdenciária a cargo do empregado no montante de **R$1.239,25** (artigo 20 da Lei 8.212/91), e do valor da contribuição previdenciária sob responsabilidade direta do empregador, no montante total de **R$3.018,68** (contribuições previstas nos incisos I e II do artigo 22 da Lei de Custeio).

III-R$5.600,40, referentes aos honorários advocatícios.

IV-R$1.400,00, referentes aos honorários periciais contábeis, ao Sr. Perito Kleber Buratiero, já corrigidos até a data do cálculo.

V-R$800,00, referentes às custas processuais, já corrigidas para a data do cálculo.

VI-A base de cálculo do imposto de renda importa em **R$15.080,36,** referente a **67 meses** de apuração de verbas tributáveis, sendo que o valor do IRRF será calculado e retido quando da liberação do crédito do reclamante de acordo com a legislação vigente à época.

Não há depósito recursal nos autos.

PJe Assinado eletronicamente por: EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA - Juntado em: 31/01/2022 18:11:10 - e8f5b43

Os recolhimentos fiscais, previdenciários e das custas processuais, quando pertinentes, deverão ser comprovados nos autos, através das guias de recolhimentos correspondentes (GPS, GRU e DARF), conforme disposto no artigo 1º do Capítulo RECO da Consolidação das Normas da Corregedoria, da Portaria CR nº 01/2019, alterada pela Portaria CR 05/2019 do E. TRT da 15ª Região. Atente-se a reclamada para a possibilidade de ser compelida a efetuar novo pagamento quando realizado de forma equivocada, conforme interpretação sistemática dos artigos 308 a 312, do Código Civil.

Intime-se a reclamada, via postal, para que efetue o pagamento do crédito trabalhista, no prazo de 15 dias, devidamente atualizado.

Faculta-se à executada, no prazo previsto no parágrafo anterior, reconhecer o crédito do exequente e efetuar o seu pagamento mediante o depósito de 30% (trinta por cento) do valor total da execução e, o restante, em até 06 parcelas mensais, acrescidas de juros e correção monetária, nos termos do art. 916 do CPC.

Decorrido o prazo acima sem o pagamento espontâneo, terá início a execução forçada, concedendo-se desde já à executada o prazo de 48 horas, sucessivos e independentemente de nova intimação, para pagar ou indicar bens suficientes à garantia do Juízo, conforme prerrogativa processual inserta no artigo 880 da CLT, sem qualquer prejuízo processual, com observância à ordem de preferência prevista no artigo 835 do CPC.

Não efetuado o pagamento, e não havendo indicação de bens em observância à gradação legal, execute-se o montante exequendo. Fica o/a executado (a) expressamente advertido (a) de que é considerado ato atentatório à dignidade da Justiça a não indicação de quais são e onde se encontram os bens sujeitos à constrição judicial e seus respectivos valores (artigo 774, inciso V e seu parágrafo único do CPC). Esclareça-se, igualmente, que o prazo para oferecimento de embargos é aquele previsto no artigo 884 da CLT, qual seja, cinco dias contados da garantia do Juízo ou da penhora de bens.

Fica dispensada a intimação da União, nos termos da Portaria 582/2013 do Ministério da Fazenda, uma vez que o valor das contribuições previdenciárias devidas é inferior a R$20.000,00.

Intime-se.

CAMPINAS/SP, 31 de janeiro de 2022.

EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA
Juiz do Trabalho Substituto

PJe Assinado eletronicamente por: EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA - Juntado em: 31/01/2022 18:11:10 - e8f5b43

APT

Assinado eletronicamente por: EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA - Juntado em: 31/01/2022 18:11:10 - e8f5b43
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22013116232710500000168570680?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 22013116232710500000168570680

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

.

é NOTIFICAÇÃO

JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME
Rua Oswaldo Tonini, 48, nova jaguariuna, MONTE ALEGRE DO SUL/SP - CEP: 13820-000

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22013116232710500000168570680?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO COM_AR).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

.

Ficam V. Sa. intimadas do despacho ID.

Id e8f5b43 - Decisão

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

Detalhes do objeto BH456360442BR

Imprimir

Data do evento	Descrição	Cidade/UF
22/02/2022 12:17	Objeto entregue ao destinatário	CAMPINAS / SP
22/02/2022 09:54	Objeto saiu para entrega ao destinatário	CAMPINAS / SP
17/02/2022 17:37	Objeto não entregue - cliente mudou-se Objeto será devolvido ao remetente	JAGUARIUNA / SP
17/02/2022 11:16	Objeto saiu para entrega ao destinatário	JAGUARIUNA / SP
16/02/2022 12:53	Objeto postado	SAO PAULO / SP

CAMPINAS/SP, 11 de março de 2022.

ANA PAULA TAKAKI
Assessor

Assinado eletronicamente por: ANA PAULA TAKAKI - Juntado em: 11/03/2022 21:55:25 - c5ebf82
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22031121504998000000171688500?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 22031121504998000000171688500

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

DESPACHO

Intime-se o reclamante para, no prazo de 5 dias, indicar meios efetivos para prosseguimento da execução, atentando-se para o disposto na Recomendação nº 2/CGJT de 2 de maio de 2011.

No silêncio, suspenda-se a execução com base no artigo 11-A da Lei 13.467/2017.

CAMPINAS/SP, 17 de março de 2022

ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA
Juíza do Trabalho Substituta

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 29d5b7a proferido nos autos.

DESPACHO

Intime-se o reclamante para, no prazo de 5 dias, indicar meios efetivos para prosseguimento da execução, atentando-se para o disposto na Recomendação nº 2/CGJT de 2 de maio de 2011.

No silêncio, suspenda-se a execução com base no artigo 11-A da Lei 13.467/2017.

CAMPINAS/SP, 17 de março de 2022

ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA
Juíza do Trabalho Substituta

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

Processo nº ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043

RODRIGO GONÇALVES REFUNDINI, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, que move em face de JUSSIMARA SILVA DURANTE – ME, por seus procuradores que assinam abaixo, vem, com o devido respeito e acatamento à presença de Vossa Excelência, requerer o segue.

Em atenção ao r. despacho Id 29d5b7a, visando dar efetividade à execução dos créditos trabalhistas, **requer a DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA da executada**, para que seja deferida a imediata inclusão dos sócios da executada no polo passivo, na condição de responsáveis solidários pelo crédito exequendo, nos termos do art. 855-A da CLT, art. 28, §5º da Lei nº 8.078/90 – CDC, bem como o art. 50 do CC, e arts. 133 a 137 do CPC.

Neste sentido, há entendimento pacífico na jurisprudência de nossos tribunais.

> **EXECUÇÃO. EMPRESA INDIVIDUAL. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. DESNECESSIDADE**. O empresário individual é a pessoa física que exerce atividade empresarial em nome próprio. Nessa situação, não há separação entre o patrimônio pessoal do empresário e o da empresa. Há, de fato, verdadeira confusão patrimonial entre o patrimônio da pessoa física e o da firma individual, conforme fora muito bem ponderado pela origem. Assim sendo, despiciendo se torna o procedimento de desconsideração da personalidade jurídica das empresas executadas, as quais, em verdade, se confundem com a pessoa física das respectivas empresárias, ora agravantes. Recurso desprovido. (TRT-15 – AP: 00113526720175150049 0011352-67.2017.5.15.0049, Relator: OLGA AINDA JOAQUIM GOMIERI, 1ª Câmara, Data de Publicação: 05/06/2020)

> **INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EMPRESA EXECUTADA. MERO INADIMPLEMENTO DO CRÉDITO DE NATUREZA TRABALHISTA, DE NATUREZA ALIMENTAR**. No

Processo do Trabalho, prevalece a aplicação da Teoria Menor da Desconsideração, prevista no § 5º do artigo 28 do CDC. Assim, basta que haja o inadimplemento para que o juiz possa determinar a desconsideração da personalidade jurídica e o consequente acesso aos bens dos sócios, visando a proteção ao hipossuficiente e à natureza do bem jurídico objeto do litígio laboral, qual seja, o crédito alimentar, independentemente de ter o sócio praticado atos com abuso de poder, desvio de finalidade, confusão patrimonial ou má-fé. Recurso do executado a que se nega provimento, no particular. (TRT-15 – AP: 00118594320175150044 0011859-43.2017.5.15.0044, Relator: ANA PAULA PELLEGRINA LOCKMANN, 5ª Câmara, Data de Publicação: 05/11/2020)

Não obstante, **requer a inclusão do Sr. ANTONIO CARLOS DURANTE, CPF 247.781.808-28,** que embora não figure como sócio formal no contrato social da empresa reclamada, este era casado com a Sra. Jussimara Laureano da Silva e era de fato e de direito o sócio proprietário e administrador do negócio, uma vez que na época dos fatos da relação de emprego, era ele quem dirigia o negócio, contratando e demitindo, administrando as finanças e a operação da vidraçaria. Portanto, evidente que figurava na condição de sócio de fato ou sócio oculto.

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. SÓCIO DE FATO. A desconsideração da personalidade, fundada na aplicação analógica do artigo 28 do Código de Defesa do Consumidor, demanda apenas o inadimplemento da obrigação, independentemente da existência ou não de qualquer tipo de ilegalidade. Assim, demonstrado nos autos a existência de sócio de fato, mostra-se legítima a sua inclusão no polo passivo da execução, quando frustradas todas as tentativas de satisfação do crédito exequendo.

(TRT-3 – APPS: 00107094720155030168 MG 0010709-47.2015.5.03.0168, Relator: Lucas Vanucci Lins, Data de Julgamento: 08/02/2022, Segunda Turma, Data de Publicação: 09/02/2022.)

AGRAVO DE PETIÇÃO. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO. RESPONSABILIDADE DO SÓCIO OCULTO. Os documentos trazidos aos autos informam que o agravante atuou como representante, responsável das atividades da empresa reclamada, tendo, inclusive, realizado transferências bancárias. Portanto, cabível o redirecionamento da execução contra o patrimônio pessoal do sócio oculto. Agravo de petição que se nega provimento.

(TRT-1 – AP: 00113796520145010010 RJ, Relator: MARCELO ANTERO DE CARVALHO, Data de Julgamento: 23/03/2022, Décima Turma, Data de Publicação: 26/03/2022)

Na época da demissão dos funcionários era o Sr. Antonio Carlos Durante quem efetivamente administrava o negócio e ele próprio foi quem demitiu o reclamante, e quem inclusive firmou acordo para pagamento parcial das verbas rescisórias.

Veja o documento acostado nestes próprios autos: Id d7a50ec, juntado em 10/02/2020, que se trata de instrumento particular de contrato para entrega de bens móveis com intuito de abater a dívida trabalhista da reclamada junto aos empregados demitidos.

Ressalte-se que estes bens estão sendo objeto de impugnação por meio de Embargos de Terceiro nos autos do processo nº 1002850-97.2020.8.26.0296, perante o Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Jaguariúna/SP. Tal documento atesta a relação que o Sr. Antonio Carlos Durante tem como efetivo proprietário e administrador da empresa reclamada.

Ademais, requer a juntada da sentença prolatada pelo Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Jaguariúna/SP, nos autos do processo nº 0002044-16.2019.8.26.0296, que trata de ação de cobrança contra a empresa Jussimara Silva Durante – ME, onde foi reconhecida a sociedade de fato entre Sr. Antonio Carlos Durante e Jussimara Silva Durante – ME, em incidente de desconsideração de personalidade jurídica, que deferiu o redirecionamento da execução em face do Sr. Antonio Carlos Durante, respondendo este solidária e ilimitadamente pelas obrigações ali determinadas.

Nos termos do art. 987 do CC, o reconhecimento da sociedade de fato dar-se-á pela comprovação da existência de relação entre os sócios, não necessariamente pela formalização do contrato.

> Art. 987. Os sócios, nas relações entre si ou com terceiros, somente por escrito podem provar a existência da sociedade, mas os terceiros podem prová-la de qualquer modo.

Não bastasse, o sócio Sr. Antonio Carlos Durante abriu outra empresa denominada ANTONIO CARLOS DURANTE – ME, CNPJ 42.309.700/0001-02, do mesmo segmento de vidraçaria, por ocasião de seu divórcio com a Sra. Jussimara Silva, dificultando a execução da dívida trabalhista. Por esta razão, diante da necessidade patente de inclusão do sócio Sr. Antonio Carlos Durante no polo passivo da ação, requer seja, ainda, deferida a desconsideração inversa da personalidade jurídica, a fim de incluir também a empresa do sócio.

> **GRUPO ECONÔMICO. SÓCIO OCULTO**. Para a caracterização de grupo econômico, é suficiente a existência de um grupo composto por coordenação, sendo desnecessária a comprovação formal do efetivo controle e hierarquia entre as empresas, bastando apenas evidências probatórias de elementos de integração interempresarial (abrangência subjetiva e nexo relacional, inclusive familiar). Ademais, caso constatado o conluio em detrimento dos credores ("consilium fraudis"), por intermédio de simulações tendentes à proteção do patrimônio executado, impõe-se o reconhecimento da existência do sócio oculto. Não é demais ponderar que a execução se realiza no interesse do credor e tem como fim a satisfação

do seu crédito da forma mais rápida e eficiente possível, principalmente em se tratando do crédito trabalhista. (TRT-10 - AP: 00020237520155100102 DF, Data de Julgamento: 22/03/2022, Data de Publicação: 25/03/2022)

Como se observa na Ficha Cadastral obtida junto à JUCESP, a nova empresa do sócio Antonio Carlos Durante foi constituída recentemente, tendo como data de início das atividades 08/06/2021, portanto, durante o curso desta reclamação trabalhista, cujo capital social aplicado na empresa foi de R$30.000,00, o que demonstra que o sócio Antonio Carlos Durante dispunha de patrimônio para investir na constituição da empresa, apesar de não ter quitado o crédito exequendo.

Os documentos que são juntados nesta oportunidade (sentença reconhecendo a sociedade de fato na Justiça Cível), em conjunto com os já juntados nestes autos (acordo para pagamento parcial das verbas rescisórias), demonstram inequivocamente a relação de sociedade entre o Sr. Antonio Carlos Durante e Jussimara Silva Durante – ME, inclusive quando aquele assume a responsabilidade de administrador ao firmar acordos em nome da empresa.

DOS PEDIDOS

Pelo exposto, requer:

I. A instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica direta e inversa, nos termos do art. 855-A da CLT;

II. A inclusão da pessoa física da sócia Sra. Jussimara Laureano da Silva, CPF 371.660.208-65, residente e domiciliada na Rua Otavio Antoniacci, nº 89, bairro Jardim Pinheiros, Jaguariúna/SP, CEP 13.910-308;

III. A inclusão do sócio de fato Sr. Antonio Carlos Durante, CPF 247.781.808-28, filho de Ângelo dos Santos Durante e Maria Aparecida Cazaroto Durante, nascido aos 23/10/1975, residente e domiciliado na Rua Nicolau Rossi, nº 135, Parque Florianópolis, na cidade de Jaguariúna /SP, CEP 13.910-276, para integrar o polo passivo desta reclamação trabalhista;

IV. A inclusão da empresa ANTONIO CARLOS DURANTE – ME, CNPJ 42.309.700/0001-02, no polo passivo desta reclamação trabalhista, como efeito da desconsideração da personalidade jurídica inversa;

V. A citação do Sr. Antonio Carlos Durante no endereço Rua Nicolau Rossi, nº 135, Parque Florianópolis, na cidade de Jaguariúna/SP, CEP 13.910-276, conforme extraídos da Ficha Cadastral da JUCESP, para que, querendo, se manifeste nos autos;

VI. Que seja dado regular prosseguimento à execução, na pessoa física dos sócios Jussimara Laureano da Silva, CPF 371.660.208-65, e Antonio Carlos Durante, CPF 247.781.808-28, e na pessoa jurídica da reclamada JUSSIMARA SILVA DURANTE – ME, CNPJ 07.587.268/0001-10, e na pessoa jurídica da empresa do sócio ANTONIO CARLOS DURANTE, CNPJ 42.309.700/0001-02;

VII. Citação dos sócios para apresentação das declarações de imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas, dos últimos 5 anos, a fim de comprovar a existência ou não de bens passíveis de execução;

VIII. Sejam utilizados todos os meios de execução próprios para identificação e bloqueio de bens em direito admitidos, como: sistema BACENJUD, SISBAJUD, penhora de bens móveis e imóveis, penhora de percentual de faturamento da empresa.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Pedreira/SP, 28 de março de 2022.

DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA

OAB/SP 346.474

LEONARDO CAMARGO JUNIOR

OAB/SP 378.805

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo

FICHA CADASTRAL COMPLETA

NESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS “EMPRESA”, “CAPITAL”, “ENDEREÇO”, “OBJETO SOCIAL” E “TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA” REFEREM-SE À SITUAÇÃO DA EMPRESA NO MOMENTO DE SUA CONSTITUIÇÃO OU AO SEU PRIMEIRO REGISTRO CADASTRADO NO SISTEMA INFORMATIZADO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS ARQUIVAMENTOS POSTERIORMENTE REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTE DOCUMENTO.

PARA EMPRESAS CONSTITUÍDAS ANTES DE 1.992, OS ARQUIVAMENTOS ANTERIORES A ESTA DATA DEVEM SER CONSULTADOS NA FICHA DE BREVE RELATO (FBR).

EMPRESA

JUSSIMARA LAUREANO DA SILVA

TIPO: EMPRESÁRIO (M.E.)

NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMISSÃO
35121131890	29/08/2005	26/03/2022 17:18:39

INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
18/08/2005	07.587.268/0001-10	

CAPITAL

R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS)

ENDEREÇO

LOGRADOURO: RUA OSVALDO TONINI	NÚMERO: 48	
BAIRRO: NOVA JAGUARIUNA	COMPLEMENTO:	
MUNICÍPIO: JAGUARIÚNA	CEP: 13820-000	UF: SP

OBJETO SOCIAL

COMERCIO VAREJISTA DE VIDROS, ESPELHOS, VITRAIS E MOLDURAS, COMERCIO VAREJISTA DE ESQUADRIAS METALICAS E DE MADEIRA, FABRICACAO DE BOX PARA BANHEIRO COM ESTRUTURA EM ACRILICO, COLOCACAO DE VIDROS, CRISTAIS E ESPELHOS.

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA

JUSSIMARA LAUREANO DA SILVA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 371.660.208-65, RG/RNE: 457561993, RESIDENTE À RUA JORGE ANTONIO CURY, 757, COLINAS DO CASTELO, JAGUARIÚNA - SP, CEP 13820-000, COMO TITULAR DA EMPRESA..

ARQUIVAMENTOS

NUM.DOC: 176.004/15-4 SESSÃO: 20/05/2015

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE JUSSIMARA SILVA DURANTE, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF 371.660.208-65, RG: 457561993 - SP (SSP), RESIDENTE À RUA OSVALDO TONINI, 48, NOVA JAGUARIUNA, JAGUARIÚNA - SP, CEP 13820-000, OCUPANDO CARGO DE EMPRESÁRIO.

Documento Gratuito
Proibida a Comercialização

Assinado eletronicamente por: LEONARDO CAMARGO JUNIOR - 28/03/2022 23:45:04 - 7c07a8e
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22032823414023400000173006808
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. 7c07a8e - Pág. 1
Número do documento: 22032823414023400000173006808

ALTERAÇÃO DO NOME EMPRESARIAL PARA JUSSIMARA SILVA DURANTE.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35121131890
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 24/03/2022

JUCESP GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO documento assinado digitalmente

Ficha Cadastral Completa. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 168821729, sábado, 26 de março de 2022 às 17:18:39.

PJe

Assinado eletronicamente por: LEONARDO CAMARGO JUNIOR - 28/03/2022 23:45:04 - 7c07a8e
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22032823414023400000173006808
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. 7c07a8e - Pág. 2
Número do documento: 22032823414023400000173006808

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE JAGUARIÚNA
FORO DE JAGUARIÚNA
1ª VARA
Rua Santo Antonio de Posse, 259, Dom Bosco - CEP 13911-016, Fone: 19-3837-5667, Jaguariuna-SP - E-mail: jaguariuna1@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0002044-16.2019.8.26.0296**
Classe - Assunto	**Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Cheque**
Requerente:	**Wd Shopping do Vidraceiro (Wd Aluminios Ltda)**
Requerido:	**Antônio Carlos Durante**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **MARCELO FORLI FORTUNA**

Vistos.

WD ALUMÍNIOS IND. COM. EXP. IMP. LTDA, ofertou o presente incidente de desconsideração da personalidade jurídica em face de ANTÔNIO CARLOS DURANTE, sócio de fato da sociedade JUSSIMARA SILVA DURANTE – ME.

Aduziu em sua inicial que a exequente busca a desconsideração, uma vez que, claramente, pode se verificar que a empresa atualmente é gerida pelo sr. Antônio Carlos Durante, uma vez que os veículos de utilização da empresa estão cadastrados em seu nome e, perante o oficial apresentou como sócio da empresa executada, mesmo que tal fato não conste expressamente de seus registros sociais.

Citado o requerido não apresentou resposta (fls. 35-37)

Eis o relato.

Fundamento e decido.

Preliminarmente, uma observação se impõe.

A desconsideração da personalidade jurídica é uma técnica por força da qual supera-se temporariamente a autonomia patrimonial da sociedade para alcançar bens dos sócios, diante do abuso da personalidade jurídica caracterizado pelo desvio de finalidade ou confusão patrimonial.

Nesse contexto, quando estamos diante de empresário individual é desnecessária a desconsideração da personalidade jurídica, uma vez que o empresário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO FORLI FORTUNA, liberado nos autos em 31/05/2020 às 19:56 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002044-16.2019.8.26.0296 e código 63E1103.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE JAGUARIÚNA
FORO DE JAGUARIÚNA
1ª VARA
Rua Santo Antonio de Posse, 259, Dom Bosco - CEP 13911-016, Fone: 19-3837-5667, Jaguariuna-SP - E-mail: jaguariuna1@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

individual responde solidaria e ilimitadamente pelas obrigações sociais.

Trazendo as lições para o caso em questão, observamos que a executada é empresária individual, o que em tese não justificaria o incidente de desconsideração.

Porém, da leitura dos fatos descritos e da fundamentação jurídica, o que o requerente pretende é o reconhecimento da sociedade de fato entre a executada e o Senhor Antonio. Nesse contexto, mesmo que não se trate propriamente de incidente de desconsideração, o que se verifica é que o presente incidente serviu para garantir o contraditório e a ampla defesa dentro do feito executivo visando o redirecionamento da execução.

Desnecessário o ajuizamento de uma ação específica para o reconhecimento da sociedade de fato. Isso porque, o incidente garante contraditório pleno, o processo principal fica suspenso, além de ser possível a produção de qualquer meio de prova admitido em direito.

Seria um ônus desnecessário e um formalismo exagerado, pois a finalidade está preservada, exigir o ajuizamento de ação específica.

Portanto, feita essa observação e considerando que o incidente cumpriu com sua função de garantir o contraditório, passo a análise do mérito no pedido.

No mérito é caso de procedência do pedido de reconhecimento de sociedade de fato com a inclusão do socio no polo passivo da execução.

O Código Civil dispõe expressamente em seu artigo 987:

> Art. 987. Os sócios, nas relações entre si ou com terceiros, somente por escrito podem provar a existência da sociedade, mas os terceiros podem prová-la de qualquer modo.

Nesse contexto, a prova da sociedade por terceiro pode ser feita por qualquer meio de prova admitida em direito.

Segundo Clóvis Beviláqua "*As sociedades, cuja existência não se prova por escrito, são sociedades de fato, que se provam pelos fatos, e não pelo instrumento de contrato.*" (Clovis Bevilaqua, in Código Civil dos Estados Unidos do Brasil, Obrigações, tomo 2., 3ª Edição, Vol. V, SP, pág. 119).

No caso em questão, o exequente demonstrou que o requerido é sócio de fato da executada.

De plano, verificamos a certidão de fls. que goza de fé pública e não foi impugnada certificando que

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO FORLI FORTUNA, liberado nos autos em 31/05/2020 às 19:56 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002044-16.2019.8.26.0296 e código 63E1103.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE JAGUARIÚNA
FORO DE JAGUARIÚNA
1ª VARA
Rua Santo Antonio de Posse, 259, Dom Bosco - CEP 13911-016, Fone: 19-3837-5667, Jaguariuna-SP - E-mail: jaguariuna1@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 296.2019/002661-9 dirigi-me a Rua Osvaldo Tonini n° 48**, e ali estando fui atendido pelo Sr Antonio Carlos Durante, sócio da Vidraçaria Durante,** que declarou que o automóvel GM/ Chevy 500 SL, ano 1988/1989, placa BNV 0817, **não está mais em sua propriedade há dois anos, não sabendo informar o endereço onde o mesmo possa ser encontrado**. Assim sendo, deixo de proceder a penhora requerida, devolvendo o presente mandado em cartório para os devidos fins

Note-se que no local estava o requerido que se autodenominou "sócio" e que não estava mais na posse do bem em questão.

Além disso, há prova ainda de que o veículo fotografado utilizado pela sociedade de fato – fls 92, encontra-se em nome do requerido conforme se verifica pela pesquisa "Renajud" de fls. 109.

É importante consignar ainda que, o requerente informou na petição de fls. 86 que a senhora Jussimara se divorciou do Senhor Antônio e que, a partir de informações dos funcionários, ele passou a administrar a empresa individual, fato esse que não foi contestado e é verossímil pelas provas produzidas.

Portanto, o pedido é procedente

Reconhecida a sociedade de fato, regulamentada como sociedade em comum pelo Código Civil, é caso de incidência da regra previstas no art. 990 que dispõe expressamente que *todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, excluído do benefício de ordem, previsto no art. 1.024, aquele que contratou pela sociedade.*

Assim, não há dúvida de que a execução deve ser redirecionada ao sócio de Fato ANTONIO CARLOS DURANTE, que responde solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais.

Do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, reconheço a sociedade de fato entre ANTÔNIO CARLOS DURANTE e JUSSIMARA SILVA DURANTE – ME. e defiro o redirecionamento da execução em face de ANTÔNIO CARLOS DURANTE, que responderá solidaria e ilimitadamente pelas obrigações sociais no caso em questão.

Deixo de condenar em honorários, pois ausente a previsão no artigo 85 §1º do CPC.

Int.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO FORLI FORTUNA, liberado nos autos em 31/05/2020 às 19:56 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002044-16.2019.8.26.0296 e código 63E1103.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE JAGUARIÚNA
FORO DE JAGUARIÚNA
1ª VARA
Rua Santo Antonio de Posse, 259, Dom Bosco - CEP 13911-016, Fone: 19-3837-5667, Jaguariuna-SP - E-mail: jaguariuna1@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

Intime-se.

Jaguariuna, 31 de maio de 2020.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO FORLI FORTUNA, liberado nos autos em 31/05/2020 às 19:56 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002044-16.2019.8.26.0296 e código 63E1103.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo

FICHA CADASTRAL COMPLETA

NESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS “EMPRESA”, “CAPITAL”, “ENDEREÇO”, “OBJETO SOCIAL” E “TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA” REFEREM-SE À SITUAÇÃO DA EMPRESA NO MOMENTO DE SUA CONSTITUIÇÃO OU AO SEU PRIMEIRO REGISTRO CADASTRADO NO SISTEMA INFORMATIZADO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS ARQUIVAMENTOS POSTERIORMENTE REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTE DOCUMENTO.

PARA EMPRESAS CONSTITUÍDAS ANTES DE 1.992, OS ARQUIVAMENTOS ANTERIORES A ESTA DATA DEVEM SER CONSULTADOS NA FICHA DE BREVE RELATO (FBR).

EMPRESA

CANCELADA

ANTONIO CARLOS DURANTE 24778180828

TIPO: EMPRESÁRIO (M.E.)

NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMISSÃO
35818940629	04/05/2016	28/03/2022 18:36:23

INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
04/05/2016	24.728.399/0001-90	

CAPITAL

R$ 1,00 (UM REAL)

ENDEREÇO

LOGRADOURO: RUA OTAVIO ANTONIACCI	NÚMERO: 89	
BAIRRO: JARDIM PINHEIRO	COMPLEMENTO:	
MUNICÍPIO: JAGUARIÚNA	CEP: 13910-308	UF: SP

OBJETO SOCIAL

SERVIÇOS DE CORTE, MONTAGEM E ASSENTAMENTEO DE VIDROS - VIDRACEIRO.

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA

ANTONIO CARLOS DURANTE, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 247.781.808-28, RG/RNE: 278049874 (SSP), RESIDENTE À RUA OTAVIO ANTONIACCI, 89, JARDIM PINHEIRO, JAGUARIÚNA - SP, CEP 13910-308, COMO TITULAR DA EMPRESA..

ARQUIVAMENTOS

NUM.DOC: 459.337/18-0 SESSÃO: 15/10/2018

DESENQUADRADO DA SITUAÇÃO MEI - 01/10/2018.

NUM.DOC: 485.771/18-4 SESSÃO: 07/11/2018

Documento Gratuito
Proibida a Comercialização

Assinado eletronicamente por: LEONARDO CAMARGO JUNIOR - 28/03/2022 23:45:05 - 7a4385b
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22032823425786900000173006848
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. 7a4385b - Pág. 1
Número do documento: 22032823425786900000173006848

ALTERAÇÃO DO NOME EMPRESARIAL PARA ANTONIO CARLOS DURANTE.
ALTERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA / OBJETO SOCIAL DA SEDE PARA A- OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUÇÃO - CNAE 4330499 B - COMÉRCIO VAREJISTA DE VIDROS – CNAE 4743100.
NUM.DOC: 616.211/21-1 SESSÃO: 03/06/2021
CANCELAMENTO DESTA, CONFORME DOCUMENTO DATADO DE: 03/06/2021.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35818940629
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 27/03/2022

JUCESP GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO documento assinado digitalmente

Ficha Cadastral Completa. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 168910007, segunda-feira, 28 de março de 2022 às 18:36:23.

Assinado eletronicamente por: LEONARDO CAMARGO JUNIOR - 28/03/2022 23:45:05 - 7a4385b
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22032823425786900000173006848
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. 7a4385b - Pág. 2
Número do documento: 22032823425786900000173006848

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo

FICHA CADASTRAL COMPLETA

NESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS “EMPRESA”, “CAPITAL”, “ENDEREÇO”, “OBJETO SOCIAL” E “TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA” REFEREM-SE À SITUAÇÃO DA EMPRESA NO MOMENTO DE SUA CONSTITUIÇÃO OU AO SEU PRIMEIRO REGISTRO CADASTRADO NO SISTEMA INFORMATIZADO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS ARQUIVAMENTOS POSTERIORMENTE REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTE DOCUMENTO.

PARA EMPRESAS CONSTITUÍDAS ANTES DE 1.992, OS ARQUIVAMENTOS ANTERIORES A ESTA DATA DEVEM SER CONSULTADOS NA FICHA DE BREVE RELATO (FBR).

EMPRESA		
ANTONIO CARLOS DURANTE		
		TIPO: EMPRESÁRIO (M.E.)
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMISSÃO
35132609915	14/06/2021	28/03/2022 18:36:53
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
08/06/2021	42.309.700/0001-02	

CAPITAL
R$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)

ENDEREÇO		
LOGRADOURO: RUA NICOLAU ROSSI	NÚMERO: 135	
BAIRRO: PARQUE FLORIANOPOLIS	COMPLEMENTO:	
MUNICÍPIO: JAGUARIÚNA	CEP: 13910-276	UF: SP

OBJETO SOCIAL
OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUÇÃO 4330499; COMÉRCIO VAREJISTA DE VIDROS 4743100;

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA
ANTONIO CARLOS DURANTE, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 247.781.808-28, RG/RNE: 278049874 - SP (SSP), RESIDENTE À RUA NICOLAU ROSSI, 135, PARQUE FLORIANOPOLIS, JAGUARIÚNA - SP, CEP 13910-276.

ARQUIVAMENTOS
NUM.DOC: 733.248/21-4 SESSÃO: 14/06/2021
REGISTRO DA DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA (ME).

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35132609915

Assinado eletronicamente por: LEONARDO CAMARGO JUNIOR - 28/03/2022 23:45:05 - def8280
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22032823431219400000173006854
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. def8280 - Pág. 1
Número do documento: 22032823431219400000173006854

DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 27/03/2022

JUCESP GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO documento assinado digitalmente

Ficha Cadastral Completa. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 168910035, segunda-feira, 28 de março de 2022 às 18:36:53.

Assinado eletronicamente por: LEONARDO CAMARGO JUNIOR - 28/03/2022 23:45:05 - def8280
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22032823431219400000173006854
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. def8280 - Pág. 2
Número do documento: 22032823431219400000173006854

JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

14/06/21

ETIQUETA PROTOCOLO
JUCESP PROTOCOLO
0.479.306/21-7
M. T. K.

CONTROLE INTERNET
029445481-1

CAPA DO REQUERIMENTO

DADOS CADASTRAIS

ATO: Constituição Normal;				
NOME EMPRESARIAL: ANTONIO CARLOS DURANTE			PORTE: ME	
LOGRADOURO: Rua Nicolau Rossi	NÚMERO: 135	COMPLEMENTO:	CEP: 13910-276	
MUNICÍPIO: Jaguariúna	UF: SP	TELEFONE: (19)38371780	EMAIL: mmassessoriaecontabilidade@gmail.com	
NÚMERO EXIGÊNCIA (S): 0	CNPJ - SEDE:	NIRE - SEDE:		
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA NOME: ANTOIO CARLOS DURANTE (Empresário) ASSINATURA: DATA: 08/06/2021			VALORES RECOLHIDOS DARE: R$ 91,05 DARF: R$,00	SEQ. DOC. 1 / 2

JUCESP SEDE Nº GUICHÊ 09 09 JUN PROTOCOLO

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO
JUCESP SEDE Nº GUICHÊ 09 09 JUN 2021 PROTOCOLO

CARIMBO DISTRIBUIÇÃO
0307 (146204)

CARIMBO ANÁLISE
JUCESP DEFERIDO 11 JUN 2021
Gerson A. Marangon Oliveira
Assessor Técnico do Registro Público
RG: 43.662.979-4

ANEXOS:

(X) DBE	( ) Documentos Pessoais
( ) Procuração	( ) Laudo de Avaliação
( ) Alvará Judicial	( ) Jornal
( ) Formal de Partilha	( ) Protocolo / Justificação
( ) Balanço Patrimonial	( ) Certidão
( ) Outros	

EXCLUSIVO SETOR DE ANÁLISE

ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO
JUCESP 14 JUN 2021 SEDE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – JUCESP NIRE EMPRESÁRIO
GISELA SIMIEMA CESCHIN SECRETÁRIA GERAL
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO
3513260991-5
JUCESP

OBSERVAÇÕES:

DOCUMENTOS NÃO RETIRADOS EM ATÉ 90 DIAS DA DISPONIBILIDADE SERÃO DESCARTADOS - ART.57, § 5º, DECRETO 1.800/96

SEM VALOR DE CERTIDÃO

Assinado eletronicamente por: LEONARDO CAMARGO JUNIOR - 28/03/2022 23:45:05 - ec025f4
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22032823433266700000173006864
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. ec025f4 - Pág. 1
Número do documento: 22032823433266700000173006864

JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Visto Conferido RG: 40.862.979

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo 2021

11.05.21

Requerimento de Empresario

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE						NIRE DA FILIAL (somente para filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas) ANTONIO CARLOS DURANTE							
NATURAL DE (cidade e sigla do estado) Jaguariúna				UF SP	NACIONALIDADE Brasileira		COR OU RAÇA Branca
ESTADO CIVIL Solteiro(a)	REGIME DE BENS (se casado)						SEXO Feminino
FILIAÇÃO (Pai) ANGELO DOS SANTOS DURANTE				FILIAÇÃO (Mãe) MARIA APARECIDA CAZAROTO DURANTE			
NASCIDO EM (data de nascimento) 23/10/1975	IDENTIDADE (número) 27804987	DÍGITO 4	DATA DE EXPEDIÇÃO 01/10/2018	ORGÃO EMISSOR SSP	UF SP	CPF (número) 247.781.808-28	
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor)							
DOMICILIADO NA (logradouro - rua, av, etc.) Rua Nicolau Rossi							NÚMERO 135
BAIRRO/DISTRITO Parque Florianopolis					CEP 13910-276		CÓDIGO DO MUNICÍPIO 5146
COMPLEMENTO							
MUNICÍPIO Jaguariúna					UF SP		PAÍS Brasil

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de São Paulo sua inscrição.

ATO(S) Constituição Normal;							
NOME EMPRESARIAL ANTONIO CARLOS DURANTE							PORTE ME
LOGRADOURO (rua, av, etc.) Rua Nicolau Rossi							NÚMERO 135
BAIRRO/DISTRITO Parque Florianopolis					CEP 13910-276		CÓDIGO DO MUNICÍPIO 5146
COMPLEMENTO							
MUNICÍPIO Jaguariúna		UF SP	PAÍS Brasil	CORREIO ELETRÔNICO (e-mail) mmassessoriaecontabilidade@gmail.com			
VALOR DO CAPITAL (R$) 30.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) TRINTA MIL REAIS						
CÓDIGO DE ATIVIDADE Atividade Principal 4330499 Atividade(s) Secundária(s) 4743100	DESCRIÇÃO DE OBJETO Outras obras de acabamento da construção 4330499; Comércio varejista de vidros 4743100;						
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 08/06/2021	NÚMERO DE INCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU FILIAL DE OUTRA UF		UF	DEPENDE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL Não		
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO ANTONIO CARLOS DURANTE	ANTONIO CARLOS DURANTE						
DATA DA ASSINATURA 08/06/2021	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente gerente procurador) ANTOIO CARLOS DURANTE (Empresário)						

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO

REGISTRO

JAGUARIÚNA - SP

CONTROLE INTERNET
029445481-1

JUCESP
14 JUN 2021

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP
NIRE EMPRESÁRIO
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO
GISELA SIMIENA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL
3513260991-5

JUCESP

JAGUARIÚNA - SP — TABE

125617
FIRMA 1
S10433AA0290407

Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos
Dr. Mathias Strugar Garriel
Av. Antonio Pinto Catão, 295 - Jardim M... - Jaguariúna - SP - CEP 13912-122 - Fone: (19) 3837-6080

...feito por semelhança. A firma indicada de:ANTONIO CARLOS DURANTE(21177) em documento SEM valor econômico, dou fé.
Selo(s):AA0290407,
Jaguariuna SP, 08/06/2021. Em testº ___ da verdade.
ADRIANA CRISTINA MACHADOLLI
Código Seg.: 4854...4848 Valor:R$ 6.77.
#VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE#

E-mail: jaguariuna@tabeliaojaguariuna.com.br

Versão VRE.Reports : 1.0.0.0

08/06/2021 13:42:06 - Página 1 de 1

SEM VALOR DE CERTIDÃO

JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo

Declaração

Eu, ANTONIO CARLOS DURANTE, portador da Cédula de Identidade nº 278049874, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF sob nº 247.781.808-28, na qualidade de titular, sócio ou responsável legal da empresa ANTONIO CARLOS DURANTE, **DECLARO** estar ciente que o **ESTABELECIMENTO** situado no(a) Rua Nicolau Rossi, 135, Parque Florianopolis, SP, Jaguariúna, CEP 13910-276, para exercer suas atividades regularmente, **DEVERÁ OBTER** parecer municipal sobre a viabilidade de instalação e funcionamento no local indicado, conforme diretrizes estabelecidas na legislação de uso e ocupação do solo, posturas municipais e restrições das áreas de proteção ambiental, nos termos do art. 24, §2º, do Decreto Estadual nº 56.660/2010, bem como **CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO INTEGRADO VÁLIDO**, obtido pelo sistema Via Rápida Empresa – Módulo de Licenciamento Estadual.

Declaro ainda estar ciente que qualquer alteração no endereço do estabelecimento, em sua atividade ou grupo de atividades, ou qualquer outra das condições determinantes à expedição do Certificado de Licenciamento Integrado, implica na perda de sua validade, assumindo, desde o momento da alteração, a obrigação de renová-lo.

Por fim, declaro estar ciente que a emissão do Certificado de Licenciamento Integrado poderá ser solicitada por representante legal devidamente habilitado, presencialmente e no ato da retirada das certidões relativas ao registro empresarial na Prefeitura, ou pelo titular, sócio, ou contabilista vinculado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) diretamente no site da Jucesp, através do módulo de licenciamento, mediante uso da respectiva certificação digital.

ANTONIO CARLOS DURANTE

RG: 278049874

ANTONIO CARLOS DURANTE

SEM VALOR DE CERTIDÃO

Assinado eletronicamente por: LEONARDO CAMARGO JUNIOR - 28/03/2022 23:45:05 - ec025f4
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22032823433266700000173006864
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. ec025f4 - Pág. 3
Número do documento: 22032823433266700000173006864

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

14 06 21

DOCUMENTO BÁSICO DE ENTRADA DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- **Junta Comercial do Estado de São Paulo**

PROTOCOLO REDESIM
SPP2130866980

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)	Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ
ANTONIO CARLOS DURANTE	********

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

101 Inscricao de primeiro estabelecimento

Número de Controle: SP83870253 - 00024778180828

03. DOCUMENTOS APRESENTADOS

☐ FCPJ ☐ QSA

04. IDENTIFICAÇÃO DO PREPOSTO

NOME DO PREPOSTO	CPF DO PREPOSTO

05. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

☐ Responsável ☐ Preposto

NOME	CPF
ANTONIO CARLOS DURANTE	**247.781.808-28**
LOCAL E DATA	ASSINATURA (com firma reconhecida)

06. RECONHECIMENTO DE FIRMA

IDENTIFICAÇÃO DO CARTÓRIO

07. RECIBO DE ENTREGA

CARIMBO COM DATA E ASSINATURA DO FUNCIONARIO DA UNIDADE CADASTRADORA

JUCESP
DEFERIDO
11 JUN 2021
Gerson A. Marangon Oliveira
Assessor Técnico do Registro Público
RG: 40.862.979-4

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018

SEM VALOR DE CERTIDÃO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (2)

DESPACHO

Infrutífera ou parcial a tentativa de penhora "on line" nas contas bancárias da executada, presume-se a sua incapacidade econômica, devendo a execução, portanto, prosseguir, inclusive, sobre o patrimônio dos sócios, tanto pela responsabilidade patrimonial que lhes impõe o artigo 790, inciso II do CPC, quanto pela despersonalização da pessoa jurídica conforme as disposições insertas nos artigos 50 do CC e artigo 28 do CDC, todos de aplicação subsidiária e supletiva, porque, na impossibilidade de forçar a sociedade a solvê-lo, seus sócios devem assumir a obrigação com sujeição de seu patrimônio pessoal, pois o risco do empreendimento lhes pertence e são solidária e ilimitadamente responsáveis pelo débito trabalhista e pelos encargos decorrentes.

A responsabilidade dos sócios subsistirá até dois anos após a averbação de sua exclusão nos atos constitutivos da executada, conforme art. 1.032, do Código Civil. Deverão responder pela execução, desta forma, caso tenham se retirado dos atos constitutivos até dois anos antes da propositura da ação, caso em que serão responsáveis independentemente da data da desconsideração da personalidade jurídica.

Determino, portanto, a inclusão da sócia Jussimara Silva Durante CPF: 371.660.208-65, no polo passivo da execução.

No mesmo ato, notifique-se o interessado da inclusão de seu nome no polo passivo, e para que, nos termos do art. 135 do CPC c/c o art. 6º da IN 39 /2016 do C. TST, manifeste-se e requeira as provas cabíveis, para que efetue o pagamento espontâneo ou garanta a execução, no prazo de 15 (quinze) dias.

Decorrido o prazo, prossigam-se com os atos executórios.

CAMPINAS/SP, 29 de março de 2022

EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (2)

NOTIFICAÇÃO

JUSSIMARA SILVA DURANTE
BRUNA LAURITA MASOTI DE ALMEIDA, 262, PARQUE FLORIANOPOLIS, JAGUARIUNA/SP - CEP: 13910-268

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22032917324271400000173101298?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO CARTA_SIMPLES).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (2)

DECISÃO

Decorrido o prazo, venham os autos conclusos para que seja realizada a consulta sobre a existência de ativos financeiros das executadas, nos termos do art. 854 do CPC, com a consequente penhora dos valores que forem encontrados em conta-corrente, poupança ou aplicações financeiras, com utilização do sistema SISBAJUD.

Sem prejuízo, incluam-se as executadas no BNDT em situação positiva.

CAMPINAS/SP, 03 de maio de 2022.

LUCAS FALASQUI CORDEIRO
Juiz do Trabalho Substituto

STB

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (2)

Certifico para os devidos fins que foi solicitado o pedido de penhora "on line", conforme extrato em anexo, sendo que a ordem de bloqueio restou insignificante e foi desbloqueada.

CAMPINAS/SP, 13 de junho de 2022.

SIMONE TERCEIRO E BARRETO
Servidor

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

SISBAJUD

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

RECIBO DE PROTOCOLAMENTO DE DESDOBRAMENTO DE BLOQUEIO DE VALORES

Dados do Bloqueio

Situação da solicitação: **Ordem judicial ainda não disponibilizada para as instituições financeiras**

As ordens judiciais protocoladas até as 19h00min dos dias úteis serão consolidadas, transformadas em arquivos de remessa e disponibilizadas simultaneamente para todas as instituições financeiras até as 23h00min do mesmo dia. As ordens judiciais protocoladas após as 19h00min ou em dias não úteis serão tratadas e disponibilizadas às instituições financeiras no arquivo de remessa do dia útil imediatamente posterior.

Número do protocolo:	20220006065538
Data/hora de protocolamento:	09/06/2022 12:36
Número do processo:	0011335-78.2019.5.15.0043
Juiz solicitante do bloqueio:	EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA
Tipo/natureza da ação:	Ação Trabalhista
CPF/CNPJ do autor/exequente da ação:	45033015869
Nome do autor/exequente da ação:	rodrigo goncalves refundini
Protocolo de bloqueio agendado?	Não
Repetição programada?	Não
Ordem sigilosa?	Não

Relação dos Réus/Executados

Réu/Executado	Total bloqueado pelo bloqueio original e reiterações
07587268: JUSSIMARA SILVA DURANTE	R$ 0,00

Respostas

BCO BRADESCO

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
09 JUN 2022 12:36	Bloqueio de Valores	EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA	R$ 75.000,00	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	09 JUN 2022 21:19

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
09 JUN 2022 12:36	Bloqueio de Valores	EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA	R$ 75.000,00	(98) Não-Resposta	-	13 JUN 2022 05:20

PJe Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - Juntado em: 13/06/2022 09:33:04 - a864d2f

Respostas

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
13 JUN 2022 09:30	Bloqueio de Valores (cancelamento)	EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA	R$ 75.000,00	Não enviada	R$ 0,00	-

BCO BRASIL

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
09 JUN 2022 12:36	Bloqueio de Valores	EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA	R$ 75.000,00	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	10 JUN 2022 19:14

Réu/Executado
37166020865: JUSSIMARA SILVA DURANTE

Total bloqueado pelo bloqueio original e reiterações
R$ 10,88

Respostas

BCO BRADESCO

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
09 JUN 2022 12:36	Bloqueio de Valores	EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA	R$ 75.000,00	(03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo.	R$ 10,88	09 JUN 2022 21:20
13 JUN 2022 09:30	Desbloqueio de Valores	EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA	R$ 10,88	Não enviada	-	-

BCO BRASIL

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
09 JUN 2022 12:36	Bloqueio de Valores	EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA	R$ 75.000,00	(00) Resposta negativa: o réu/executado não é cliente (não possui contas) ou possui apenas contas inativas, ou a instituição não é responsável sobre o registro	-	10 JUN 2022 00:09

PJe Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - Juntado em: 13/06/2022 09:33:04 - a864d2f

Respostas

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
				de titularidade, administração ou custódia dos ativos.		

Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - Juntado em: 13/06/2022 09:33:04 - a864d2f
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22061309325456000000178751890?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 22061309325456000000178751890

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (2)

DESPACHO

Ciência à parte autora do resultado da pesquisa ao SISBAJUD, manifeste-se indicando a forma como pretende prosseguir a execução, atendendo-se à Recomendação nº 2/CGJT de 2 de maio de 2011, nos termos do art. 878 da CLT.

No silêncio, suspenda-se a execução com base no art 11-A da Lei nº 13.467/2017.

CAMPINAS/SP, 13 de junho de 2022

PEDRO HENRIQUE BARBOSA SALGADO DE OLIVEIRA
Juiz do Trabalho Substituto

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (2)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 7f8821b proferido nos autos.

DESPACHO

Ciência à parte autora do resultado da pesquisa ao SISBAJUD, manifeste-se indicando a forma como pretende prosseguir a execução, atendendo-se à Recomendação nº 2/CGJT de 2 de maio de 2011, nos termos do art. 878 da CLT.

No silêncio, suspenda-se a execução com base no art 11-A da Lei nº 13.467/2017.

CAMPINAS/SP, 13 de junho de 2022

PEDRO HENRIQUE BARBOSA SALGADO DE OLIVEIRA
Juiz do Trabalho Substituto

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

Processo nº ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043

RODRIGO GONÇALVES REFUNDINI, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, que move em face de JUSSIMARA SILVA DURANTE – ME, por seus procuradores que assinam abaixo, vem, com o devido respeito e acatamento à presença de Vossa Excelência, requerer o segue.

Em atenção ao r. despacho Id 7f8821b, bem como ao disposto na Recomendação nº 2/CGJT de 2011, visando dar efetividade à execução dos créditos trabalhistas, considerando, ainda, que já houve a desconsideração da personalidade jurídica da executada, com a inclusão da sócia no polo passivo, se faz necessário estender o braço da lei para alcançar os devidos responsáveis.

Neste sentido, é de rigor **requerer a inclusão do Sr. ANTONIO CARLOS DURANTE, CPF 247.781.808-28,** que era casado com a Sra. Jussimara Laureano da Silva e, embora não figure como sócio formal no contrato social da empresa reclamada, era de fato sócio proprietário e administrador do negócio, uma vez que na época dos fatos da relação de emprego, era ele quem dirigia o negócio, contratando e demitindo, administrando as finanças e a operação da vidraçaria. Portanto, evidente que figurava na condição de sócio de fato ou sócio oculto, razão pela qual se requer sua inclusão no polo passivo desta ação.

> **DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. SÓCIO DE FATO**. A desconsideração da personalidade, fundada na aplicação analógica do artigo 28 do Código de Defesa do Consumidor, demanda apenas o inadimplemento da obrigação, independentemente da existência ou não de qualquer tipo de ilegalidade. Assim, demonstrado nos autos a existência de sócio de fato, mostra-se legítima a sua inclusão no polo passivo da execução, quando frustradas todas as tentativas de satisfação do crédito exequendo.
>
> (TRT-3 – APPS: 00107094720155030168 MG 0010709-47.2015.5.03.0168, Relator: Lucas Vanucci Lins, Data de Julgamento: 08/02/2022, Segunda Turma, Data de Publicação: 09/02/2022.)

AGRAVO DE PETIÇÃO. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO. RESPONSABILIDADE DO SÓCIO OCULTO. Os documentos trazidos aos autos informam que o agravante atuou como representante, responsável das atividades da empresa reclamada, tendo, inclusive, realizado transferências bancárias. Portanto, obrigado meu amor cabível o redirecionamento da execução contra o patrimônio pessoal do sócio oculto. Agravo de petição que se nega provimento.

(TRT-1 – AP: 00113796520145010010 RJ, Relator: MARCELO ANTERO DE CARVALHO, Data de Julgamento: 23/03/2022, Décima Turma, Data de Publicação: 26/03/2022)

AGRAVO DE PETIÇÃO DA TERCEIRA EMBARGANTE. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO. RESPONSABILIDADE. SÓCIA DE FATO. Demonstrada a vinculação da ex-sócia com a empresa executada após a retirada formal do quadro social, por meio da prática de atos em nome da pessoa jurídica perante instituição bancária, é de se manter o redirecionamento da execução. Agravo de petição ao qual se nega provimento.

(TRT-4 - AP: 00206234320215040251, Data de Julgamento: 09/06/2022, Seção Especializada em Execução)

AGRAVO DE PETIÇÃO. SÓCIO OCULTO. RESPONSABILIDADE. Os documentos anexados pelo exequente demonstram que há fortes indícios de que o sócio oculto esposo da sócia da empresa reclamada se beneficia da empresa executada, já que está presente nas tomadas de decisões e na prática de alguns atos da empresa. Dessa forma, merece provimento o apelo para julgar procedente o incidente desconsideração da personalidade jurídica; e colocá-lo no polo passivo da empresa. (Processo: AP - 0000760-85.2016.5.06.0004, Redator: Paulo Alcantara, Data de julgamento: 11/05/2022, Segunda Turma, Data da assinatura: 11/05/2022)

(TRT-6 - AP: 00007608520165060004, Data de Julgamento: 11/05/2022, Segunda Turma, Data de Publicação: 11/05/2022)

Na época da demissão dos funcionários era o Sr. Antonio Carlos Durante quem efetivamente administrava o negócio e ele próprio foi quem demitiu o reclamante, e quem inclusive firmou acordo para pagamento parcial das verbas rescisórias.

Veja o documento acostado nestes próprios autos Id d7a50ec, juntado em 10/02/2020, que se trata de instrumento particular de contrato para entrega de bens móveis com intuito de abater a dívida trabalhista da reclamada junto aos empregados demitidos.

Ressalte-se que estes bens já foram objeto de impugnação por meio de Embargos de Terceiro nos autos do processo nº 1002850-97.2020.8.26.0296, perante o Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Jaguariúna/SP, cuja sentença, que se requer a juntada nestes autos, foi

favorável ao reclamante. Tal documento atesta a relação que o Sr. Antonio Carlos Durante tem como efetivo proprietário e administrador da empresa reclamada.

Ademais, já foram juntados nesta reclamatória os seguintes documentos:

- Id ac87123: sentença prolatada pelo Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Jaguariúna /SP, nos autos do processo nº 0002044-16.2019.8.26.0296, que trata de ação de cobrança contra a empresa Jussimara Silva Durante – ME, onde foi reconhecida a sociedade de fato entre Sr. Antonio Carlos Durante e Jussimara Silva Durante – ME, em incidente de desconsideração de personalidade jurídica, que deferiu o redirecionamento da execução em face do Sr. Antonio Carlos Durante, respondendo este solidária e ilimitadamente pelas obrigações ali determinadas;

- Id 7a4385b: registro na Junta Comercial da empresa antiga do sr. Antonio Carlos Durante;

- Id def8280: registro na Junta Comercial da empresa nova do sr. Antonio Carlos Durante;

- Id ec025f4: contrato social da empresa nova do sr. Antonio Carlos Durante.

Tais documentos demonstram que o sr. Antonio Carlos Durante sempre atuou no ramo de vidraçaria, sendo a sra. Jussimara Silva apenas uma coadjuvante na sociedade.

A nova empresa do sr. Antonio Carlos Durante foi aberta em 2021, após seu divórcio com a Sra. Jussimara Silva, dificultando a execução da dívida trabalhista. Por esta razão, diante da necessidade patente de inclusão do sócio Sr. Antonio Carlos Durante no polo passivo da ação, requer seja, ainda, deferida a desconsideração inversa da personalidade jurídica, a fim de incluir também a empresa do sócio.

A desconsideração da personalidade jurídica inversa na doutrina de Fabio Ulhoa Coelho, em seu livro Curso de Direito Comercial: direito de empresa, Editora Saraiva:

> "A fraude que a desconsideração inversa coíbe é, basicamente, o desvio de bens. O devedor transfere seus bens para a pessoa jurídica sobre a qual detém absoluto controle. Desse modo, continua a usufruí-los, apesar de não serem de sua propriedade, mas da pessoa jurídica controlada. A desconsideração inversa é o afastamento do princípio da autonomia patrimonial da pessoa jurídica para responsabilizar a sociedade por obrigação do sócio".

O entendimento jurisprudencial de nossos tribunais é pacífico quanto ao cabimento da desconsideração inversa da personalidade jurídica. Neste espeque, cita-se precedentes do E. TRT15.

> TRT-15 - AP: 00018447520125150113 0001844-75.2012.5.15.0113, Relator: LAURA BITTENCOURT FERREIRA RODRIGUES, 11ª Câmara, Data de Publicação: 11/11/2021

TRT-15 - AP: 00100367820175150094 0010036-78.2017.5.15.0094, Relator: SAMUEL HUGO LIMA, 5ª Câmara, Data de Publicação: 19/11/2021

TRT-15 - AP: 01203008120075150105 0120300-81.2007.5.15.0105, Relator: ROSEMEIRE UEHARA TANAKA, 3ª Câmara, Data de Publicação: 12/12/2021

TRT-15 - AP: 00002248620115150105 0000224-86.2011.5.15.0105, Relator: ANDRE AUGUSTO ULPIANO RIZZARDO, 7ª Câmara, Data de Publicação: 02/02/2022

Nos termos do art. 987 do CC, o reconhecimento da sociedade de fato dar-se-á pela comprovação da existência de relação entre os sócios, não necessariamente pela formalização do contrato.

Art. 987. Os sócios, nas relações entre si ou com terceiros, somente por escrito podem provar a existência da sociedade, mas os terceiros podem prová-la de qualquer modo.

REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO. SÓCIO OCULTO. Havendo indícios da atuação do sócio da devedora como sócio oculto de outra empresa não integrante do título executivo, admite-se o redirecionamento da execução contra ela pela aplicação da teoria da desconsideração inversa da personalidade jurídica, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

(TRT-4 - AP: 00213082420165040381, Data de Julgamento: 10/06/2022, Seção Especializada em Execução)

GRUPO ECONÔMICO. SÓCIO OCULTO. Para a caracterização de grupo econômico, é suficiente a existência de um grupo composto por coordenação, sendo desnecessária a comprovação formal do efetivo controle e hierarquia entre as empresas, bastando apenas evidências probatórias de elementos de integração interempresarial (abrangência subjetiva e nexo relacional, inclusive familiar). Ademais, caso constatado o conluio em detrimento dos credores ("consilium fraudis"), por intermédio de simulações tendentes à proteção do patrimônio executado, impõe-se o reconhecimento da existência do sócio oculto. Não é demais ponderar que a execução se realiza no interesse do eu te amo credor e tem como fim a satisfação do seu crédito da forma mais rápida e eficiente possível,

principalmente em se tratando do crédito trabalhista. (TRT-10 - AP: 00020237520155100102 DF, Data de Julgamento: 22/03/2022, Data de Publicação: 25/03/2022)

AGRAVO DE PETIÇÃO. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO. DESCONSIDERAÇÃO INVERSA DA PERSONALIDADE JURÍDICA. A desconsideração inversa da pessoa jurídica é tratada pela doutrina como desmembramento da teoria da desconsideração, na qual a responsabilidade ocorre no sentido oposto, ou seja, os bens da sociedade respondem por atos praticados pelos seus sócios e funciona como mecanismo de inibição de abusos e fraudes que possam vir a ser cometidos pelos sócios devedores, em detrimento da satisfação do crédito trabalhista. Agravo de petição da executada a que se nega provimento.

(TRT-4 - AP: 00199008820095040301, Data de Julgamento: 28/05/2022, Seção Especializada em Execução)

Como se observa na Ficha Cadastral obtida junto à JUCESP, a nova empresa do sócio Antonio Carlos Durante foi constituída recentemente, tendo como data de início das atividades 08/06/2021, portanto, durante o curso desta reclamação trabalhista, cujo capital social aplicado na empresa foi de R$30.000,00, o que demonstra que o sócio Antonio Carlos Durante dispunha de patrimônio para investir na constituição da empresa, apesar de não ter quitado o crédito exequendo.

Os documentos que juntados (sentença reconhecendo a sociedade de fato na Justiça Cível; acordo para pagamento parcial das verbas rescisórias), demonstram inequivocamente a relação de sociedade entre o Sr. Antonio Carlos Durante e a sra. Jussimara Silva Durante, inclusive quando aquele assume a responsabilidade de administrador ao firmar acordos em nome da empresa.

Pelo exposto, e em conformidade com os art. 855-A da CLT, art. 28, §5º da Lei nº 8.078/90 – CDC, art. 50 e 987 do CC, e arts. 133 a 137 do CPC, **requer seja deferida a imediata inclusão do sr. Antonio Carlos Durante no polo passivo da demanda, bem como a Desconsideração inversa da Personalidade Jurídica para incluir também a empresa Antonio Carlos Durante – ME, CNPJ 42.309.700/0001-02**, na condição de responsáveis solidários pelo crédito em execução.

DOS PEDIDOS

Pelo exposto, requer:

I. A inclusão do sócio de fato Sr. Antonio Carlos Durante, CPF 247.781.808-28, filho de Ângelo dos Santos Durante e Maria Aparecida Cazaroto Durante, nascido aos 23/10/1975, residente e domiciliado na Rua Nicolau Rossi, nº 135, Parque Florianópolis, na cidade de Jaguariúna /SP, CEP 13.910-276, para integrar o polo passivo desta reclamação trabalhista;

II. A inclusão da empresa ANTONIO CARLOS DURANTE – ME, CNPJ 42.309.700/0001-02, situada na Rua Nicolau Rossi, nº 135, Parque Florianópolis, na cidade de Jaguariúna/SP, CEP 13.910-276, no polo passivo desta reclamação trabalhista, como efeito da desconsideração da personalidade jurídica inversa;

III. A citação do Sr. Antonio Carlos Durante no endereço Rua Nicolau Rossi, nº 135, Parque Florianópolis, na cidade de Jaguariúna/SP, CEP 13.910-276, conforme extraídos da Ficha Cadastral da JUCESP, para que, querendo, se manifeste nos autos;

IV. Que seja dado regular prosseguimento à execução, na pessoa física dos sócios Jussimara Laureano da Silva, CPF 371.660.208-65, e Antonio Carlos Durante, CPF 247.781.808-28, e na pessoa jurídica da reclamada JUSSIMARA SILVA DURANTE – ME, CNPJ 07.587.268/0001-10, e na pessoa jurídica da empresa do sócio ANTONIO CARLOS DURANTE, CNPJ 42.309.700/0001-02;

V. Citação dos sócios para apresentação das declarações de imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas, dos últimos 5 anos, a fim de comprovar a existência ou não de bens passíveis de execução;

VI. Sejam utilizados todos os meios de execução próprios para identificação e bloqueio de bens em direito admitidos, como: sistema BACENJUD, SISBAJUD, penhora de bens móveis e imóveis, penhora de percentual de faturamento da empresa.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Pedreira/SP, 15 de junho de 2022.

DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA

OAB/SP 346.474

LEONARDO CAMARGO JUNIOR

OAB/SP 378.805



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE JAGUARIÚNA
FORO DE JAGUARIÚNA
1ª VARA
RUA SANTO ANTONIO DE POSSE, 259, Jaguariuna - SP - CEP 13911-016
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº:	**1002850-97.2020.8.26.0296**
Classe - Assunto	**Embargos de Terceiro Cível - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens**
Embargante:	**Bruno Augusto Gonçalves Refundini e outros**
Embargado:	**Jussimara Silva Durante e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **MARCELO FORLI FORTUNA**

Vistos.

Trata-se de **EMBARGOS DE TERCEIRO**, com pedido liminar, ajuizado por Bruno Augusto Gonçalves Refundini, Leandro Gonçalves Camargo, José Donizete Durante, José Roberto Ferreira de Arruda, Rodrigo Gonçalves Refundini e Tiago Fernando Moreira da Silva em face de Jussimara Silva Durante. Narram na inicial que trabalharam para Antônio Carlos Durante e que na data de 01/08/2019 este fechou o seu negócio, entregando para os embargantes quatro carros (Fiat Estrada, Fiat Uno, Corsa e Celta), como forma de diminuir sua dívida trabalhista.

Nos autos da ação de usufruto dos bens de filhos menores (autos nº 1002850-97.2020.8.26.0296), ajuizada pelas menores em face de Antônio Carlos Durante, houve bloqueio do bem móvel que é de posse dos embargantes desde agosto de 2019.

Pleiteiam, em caráter liminar, a manutenção da posse.

Está acostado a fls.33/37 o instrumento particular que transmitiu os bens móveis aos embargantes.

A embargada foi citada por meio de sua patrona (fls. 68), contudo não apresentou defesa (fls. 70).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO FORLI FORTUNA, liberado nos autos em 11/06/2022 às 23:32 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002850-97.2020.8.26.0296 e código 9C63285.

Assinado eletronicamente por: LEONARDO CAMARGO JUNIOR - 15/06/2022 17:49:31 - d7e604e
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22061517482543600000179056454
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043 ID. d7e604e - Pág. 1
Número do documento: 22061517482543600000179056454

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE JAGUARIÚNA
FORO DE JAGUARIÚNA
1ª VARA
RUA SANTO ANTONIO DE POSSE, 259, Jaguariuna - SP - CEP 13911-016
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

Eis o relato.

Fundamento e decido.

Trata-se de Embargos de Terceiro no qual a parte embargante busca o reconhecimento da ilegalidade da constrição judicial em face do bem móvel descrito na inicial.

A parte embargada, citada não apresentou contestação.

No caso em questão, não se verifica qualquer indício de má-fé.

Os autores demonstraram a legítima propriedade e posse dos veículos obtidas após acordo entre as partes e o Senhor Antônio Durante, visando quitação de parte de dívida trabalhista.

Além disso, devidamente citada a parte ré não se opôs ao pedido, o que faz presumir que concorda com a ineficácia da penhora.

Portanto, procede o pedido em questão.

DO EXPOSTO, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO e acolho os embargos de terceiro opostos pelos autores, por consequência, declaro resolvido o mérito do processo, à luz do disposto no artigo 487, I do CPC, assim o fazendo para declarar a nulidade da constrição judicial que recaiu sobre os móveis indicado na inicial, determinando seja feita a exclusão da referida penhora nos autos da execução.

Considerando a concordância com o pedido sem ofertar contestação, deixo de condenar as rés em custas e honorários.

PIC

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO FORLI FORTUNA, liberado nos autos em 11/06/2022 às 23:32 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002850-97.2020.8.26.0296 e código 9C63285.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE JAGUARIÚNA
FORO DE JAGUARIÚNA
1ª VARA
RUA SANTO ANTONIO DE POSSE, 259, Jaguariuna - SP - CEP 13911-016
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

Jaguariuna, 11 de junho de 2022.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

1002850-97.2020.8.26.0296 - lauda 3

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO FORLI FORTUNA, liberado nos autos em 11/06/2022 às 23:32 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002850-97.2020.8.26.0296 e código 9C63285.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (3)

DESPACHO

Infrutífera ou parcial a tentativa de penhora "on line" nas contas bancárias da executada, presume-se a sua incapacidade econômica, devendo a execução, portanto, prosseguir sobre o patrimônio dos sócios, tanto pela responsabilidade patrimonial que lhes impõe o artigo 790, inciso II do CPC, quanto pela despersonalização da pessoa jurídica, conforme as disposições insertas nos artigos 50 do CC e artigo 28 do CDC, todos de aplicação subsidiária e supletiva no processo do trabalho, porque, na impossibilidade da sociedade solver o débito, seus sócios devem assumir a obrigação com sujeição de seu patrimônio pessoal, pois o risco do empreendimento lhes pertence e são solidária e ilimitadamente responsáveis pelo débito trabalhista e pelos encargos decorrentes.

Pois bem.

Pela cópia d ar. sentença prolatada pelo MM. Juízo Cível, fica comprovada a participação do Sr. Antônio na administração da empresa.

Fica instaurado o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, nos termos requeridos pelo exequente, com as seguintes observações:

A inclusão do sócio oculto ANOTNIO CARLOS DURANTE (CPF 247.781.808-28), no polo passivo, em observação ao artigo 10-A da CLT.

Notifique-se o interessado para manifestação, nos termos do art. 855-A da CLT, do art. 135 do CPC e do art. 6º da IN 39/2016 do C. TST, ou para, querendo, efetuar o pagamento de forma espontânea ou garantir a execução, no prazo de 15 (quinze) dias.

Decorrido o prazo, prossiga-se com os atos executórios, iniciando-se pelo convênio SISBAJUD.

CAMPINAS/SP, 20 de junho de 2022

PJe Assinado eletronicamente por: PEDRO HENRIQUE BARBOSA SALGADO DE OLIVEIRA - Juntado em: 20/06/2022 19:28:49 - 652a090

PEDRO HENRIQUE BARBOSA SALGADO DE OLIVEIRA
Juiz do Trabalho Substituto

Assinado eletronicamente por: PEDRO HENRIQUE BARBOSA SALGADO DE OLIVEIRA - Juntado em: 20/06/2022 19:28:49 - 652a090
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22062009120548000000179141202?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 22062009120548000000179141202

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (3)

NOTIFICAÇÃO

ANTONIO CARLOS DURANTE
NICOLAU ROSSI, 135, PQ FLORIANOPOLIS, JAGUARIUNA/SP - CEP: 13910-276

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22062009120548000000179141202?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO CARTA_SIMPLES).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (3)

NOTIFICAÇÃO

JUSSIMARA SILVA DURANTE
BRUNA LAURITA MASOTI DE ALMEIDA, 262, PARQUE FLORIANOPOLIS, JAGUARIUNA/SP - CEP: 13910-268

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22062009120548000000179141202?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO CARTA_SIMPLES).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (3)

DECISÃO

Decorrido o prazo, venham os autos conclusos para que seja realizada a consulta sobre a existência de ativos financeiros das executadas, nos termos do art. 854 do CPC, com a consequente penhora dos valores que forem encontrados em conta-corrente, poupança ou aplicações financeiras, com utilização do sistema SISBAJUD.

Sem prejuízo, incluam-se as executadas no BNDT em situação positiva.

CAMPINAS/SP, 15 de julho de 2022.

EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA
Juiz do Trabalho Substituto

STB

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (3)

Certifico para os devidos fins que foi solicitado o pedido de penhora "on line", conforme extrato em anexo, sendo que a ordem de bloqueio restou parcialmente positiva.

CAMPINAS/SP, 27 de julho de 2022.

SIMONE TERCEIRO E BARRETO
Servidor

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

SISBAJUD

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

RECIBO DE PROTOCOLAMENTO DE DESDOBRAMENTO DE BLOQUEIO DE VALORES

Dados do Bloqueio

Situação da solicitação: **Ordem judicial ainda não disponibilizada para as instituições financeiras**

As ordens judiciais protocoladas até as 19h00min dos dias úteis serão consolidadas, transformadas em arquivos de remessa e disponibilizadas simultaneamente para todas as instituições financeiras até as 23h00min do mesmo dia. As ordens judiciais protocoladas após as 19h00min ou em dias não úteis serão tratadas e disponibilizadas às instituições financeiras no arquivo de remessa do dia útil imediatamente posterior.

Número do protocolo:	20220007857909
Data/hora de protocolamento:	25/07/2022 17:31
Número do processo:	0011335-78.2019.5.15.0043
Juiz solicitante do bloqueio:	EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA
Tipo/natureza da ação:	Ação Trabalhista
CPF/CNPJ do autor/exequente da ação:	45033015869
Nome do autor/exequente da ação:	rodrigo goncalves refundini
Protocolo de bloqueio agendado?	Não
Repetição programada?	Não
Ordem sigilosa?	Não

Relação dos Réus/Executados

Réu/Executado	Total bloqueado pelo bloqueio original e reiterações
07587268: JUSSIMARA SILVA DURANTE	R$ 0,00

Respostas

BCO BRADESCO

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
25 JUL 2022 17:31	Bloqueio de Valores	EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA	R$ 80.000,00	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	25 JUL 2022 20:49

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
25 JUL 2022 17:31	Bloqueio de Valores	EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA	R$ 80.000,00	(98) Não-Resposta	-	27 JUL 2022 05:47

PJe Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - Juntado em: 27/07/2022 10:40:04 - c2e6ac4

Respostas

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
27 JUL 2022 10:31	Bloqueio de Valores (cancelamento)	EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA	R$ 80.000,00	Não enviada	R$ 0,00	-

BCO BRASIL

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
25 JUL 2022 17:31	Bloqueio de Valores	EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA	R$ 80.000,00	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	26 JUL 2022 19:07

Réu/Executado
24778180828: ANTONIO CARLOS DURANTE

Total bloqueado pelo bloqueio original e reiterações
R$ 61,61

Respostas

CCLA DO SUL E SUDOESTE DE MG,

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
25 JUL 2022 17:31	Bloqueio de Valores	EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA	R$ 80.000,00	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	26 JUL 2022 17:52

BCO SANTANDER

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
25 JUL 2022 17:31	Bloqueio de Valores	EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA	R$ 80.000,00	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	26 JUL 2022 05:29

BCO BRADESCO

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado

PJe Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - Juntado em: 27/07/2022 10:40:04 - c2e6ac4

Respostas

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
25 JUL 2022 17:31	Bloqueio de Valores	EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA	R$ 80.000,00	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	25 JUL 2022 20:48

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
25 JUL 2022 17:31	Bloqueio de Valores	EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA	R$ 80.000,00	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	27 JUL 2022 02:54

BCO BRASIL

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
25 JUL 2022 17:31	Bloqueio de Valores	EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA	R$ 80.000,00	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	26 JUL 2022 18:59

NU FINANCEIRA S.A. CFI

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
25 JUL 2022 17:31	Bloqueio de Valores	EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA	R$ 80.000,00	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	26 JUL 2022 10:31

NU PAGAMENTOS S.A.

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
25 JUL 2022 17:31	Bloqueio de Valores	EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA	R$ 80.000,00	(03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo.	R$ 41,61	26 JUL 2022 10:31

PJe Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - Juntado em: 27/07/2022 10:40:04 - c2e6ac4

Respostas

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
27 JUL 2022 10:31	Transferência de Valor ID: 072022000015979812	EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA	R$ 41,61	Não enviada	-	-

STONE PAGAMENTOS S.A.

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
25 JUL 2022 17:31	Bloqueio de Valores	EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA	R$ 80.000,00	(00) Resposta negativa: o réu/executado não é cliente (não possui contas) ou possui apenas contas inativas, ou a instituição não é responsável sobre o registro de titularidade, administração ou custódia dos ativos.	-	25 JUL 2022 21:16

MERCADOPAGO.COM REPRESENTACOES LTDA.

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
25 JUL 2022 17:31	Bloqueio de Valores	EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA	R$ 80.000,00	(13) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo, afetando depósito a prazo, títulos ou valores mobiliários.	R$ 20,00	26 JUL 2022 16:04
27 JUL 2022 10:31	Transferência de Valor ID: 072022000015979820	EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA	R$ 20,00	Não enviada	-	-

NU DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
25 JUL 2022 17:31	Bloqueio de Valores	EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA	R$ 80.000,00	(00) Resposta negativa: o réu/executado não é cliente (não possui contas) ou possui apenas contas inativas, ou a instituição não é responsável sobre o registro de titularidade, administração ou custódia dos ativos.	-	26 JUL 2022 10:31

PJe Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - Juntado em: 27/07/2022 10:40:04 - c2e6ac4

Réu/Executado
37166020865: JUSSIMARA SILVA DURANTE

Total bloqueado pelo bloqueio original e reiterações
R$ 11,50

Respostas

BCO BRADESCO

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
25 JUL 2022 17:31	Bloqueio de Valores	EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA	R$ 80.000,00	(03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo.	R$ 11,50	25 JUL 2022 21:02
27 JUL 2022 10:31	Transferência de Valor ID: 072022000015979839	EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA	R$ 11,50	Não enviada	-	-

BCO BRASIL

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
25 JUL 2022 17:31	Bloqueio de Valores	EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA	R$ 80.000,00	(00) Resposta negativa: o réu/executado não é cliente (não possui contas) ou possui apenas contas inativas, ou a instituição não é responsável sobre o registro de titularidade, administração ou custódia dos ativos.	-	26 JUL 2022 00:47

Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - Juntado em: 27/07/2022 10:40:04 - c2e6ac4
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22072710395164100000182068439?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 22072710395164100000182068439

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (3)

Certifico para os devidos fins que foi solicitado o pedido de penhora "on line", conforme extrato em anexo, sendo que a ordem de bloqueio restou negativa.

CAMPINAS/SP, 02 de agosto de 2022.

SIMONE TERCEIRO E BARRETO
Servidor

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

SISBAJUD

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

RECIBO DE PROTOCOLAMENTO DE DESDOBRAMENTO DE BLOQUEIO DE VALORES

Dados do Bloqueio

Situação da solicitação: **Ordem judicial ainda não disponibilizada para as instituições financeiras**

As ordens judiciais protocoladas até as 19h00min dos dias úteis serão consolidadas, transformadas em arquivos de remessa e disponibilizadas simultaneamente para todas as instituições financeiras até as 23h00min do mesmo dia. As ordens judiciais protocoladas após as 19h00min ou em dias não úteis serão tratadas e disponibilizadas às instituições financeiras no arquivo de remessa do dia útil imediatamente posterior.

Número do protocolo:	20220008112322
Data/hora de protocolamento:	29/07/2022 11:01
Número do processo:	0011335-78.2019.5.15.0043
Juiz solicitante do bloqueio:	EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA
Tipo/natureza da ação:	Ação Trabalhista
CPF/CNPJ do autor/exequente da ação:	45033015869
Nome do autor/exequente da ação:	rodrigo goncalves refundini
Protocolo de bloqueio agendado?	Não
Repetição programada?	Não
Ordem sigilosa?	Não

Relação dos Réus/Executados

Réu/Executado	Total bloqueado pelo bloqueio original e reiterações
07587268: JUSSIMARA SILVA DURANTE	R$ 0,00

Respostas

BCO BRADESCO

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
29 JUL 2022 11:01	Bloqueio de Valores	EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA	R$ 80.000,00	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	29 JUL 2022 21:56

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
29 JUL 2022 11:01	Bloqueio de Valores	EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA	R$ 80.000,00	(98) Não-Resposta	-	02 AGO 2022 05:17

PJe Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - Juntado em: 02/08/2022 15:21:48 - 07e2cae

Respostas

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
02 AGO 2022 14:04	Bloqueio de Valores (cancelamento)	EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA	R$ 80.000,00	Não enviada	R$ 0,00	-

BCO BRASIL

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
29 JUL 2022 11:01	Bloqueio de Valores	EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA	R$ 80.000,00	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	01 AGO 2022 19:03

Réu/Executado
24778180828: ANTONIO CARLOS DURANTE

Total bloqueado pelo bloqueio original e reiterações
R$ 0,00

Respostas

CCLA DO SUL E SUDOESTE DE MG,

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
29 JUL 2022 11:01	Bloqueio de Valores	EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA	R$ 80.000,00	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	01 AGO 2022 17:52

BCO SANTANDER

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
29 JUL 2022 11:01	Bloqueio de Valores	EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA	R$ 80.000,00	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	30 JUL 2022 08:43

BCO BRADESCO

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado

PJe Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - Juntado em: 02/08/2022 15:21:48 - 07e2cae

Respostas

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
29 JUL 2022 11:01	Bloqueio de Valores	EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA	R$ 80.000,00	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	29 JUL 2022 21:55

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
29 JUL 2022 11:01	Bloqueio de Valores	EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA	R$ 80.000,00	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	02 AGO 2022 03:01

BCO BRASIL

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
29 JUL 2022 11:01	Bloqueio de Valores	EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA	R$ 80.000,00	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	01 AGO 2022 19:12

NU FINANCEIRA S.A. CFI

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
29 JUL 2022 11:01	Bloqueio de Valores	EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA	R$ 80.000,00	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	01 AGO 2022 09:25

NU PAGAMENTOS S.A.

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
29 JUL 2022 11:01	Bloqueio de Valores	EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA	R$ 80.000,00	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	01 AGO 2022 09:25

PJe Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - Juntado em: 02/08/2022 15:21:48 - 07e2cae

Respostas

STONE PAGAMENTOS S.A.

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
29 JUL 2022 11:01	Bloqueio de Valores	EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA	R$ 80.000,00	(00) Resposta negativa: o réu/executado não é cliente (não possui contas) ou possui apenas contas inativas, ou a instituição não é responsável sobre o registro de titularidade, administração ou custódia dos ativos.	-	29 JUL 2022 21:19

MERCADOPAGO.COM REPRESENTACOES LTDA.

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
29 JUL 2022 11:01	Bloqueio de Valores	EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA	R$ 80.000,00	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	01 AGO 2022 16:01

NU DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
29 JUL 2022 11:01	Bloqueio de Valores	EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA	R$ 80.000,00	(00) Resposta negativa: o réu/executado não é cliente (não possui contas) ou possui apenas contas inativas, ou a instituição não é responsável sobre o registro de titularidade, administração ou custódia dos ativos.	-	29 JUL 2022 21:18

Réu/Executado
37166020865: JUSSIMARA SILVA DURANTE

Total bloqueado pelo bloqueio original e reiterações
R$ 0,00

Respostas

BCO BRADESCO

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado

PJe Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - Juntado em: 02/08/2022 15:21:48 - 07e2cae

Respostas

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
29 JUL 2022 11:01	Bloqueio de Valores	EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA	R$ 80.000,00	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	29 JUL 2022 21:54

BCO BRASIL

Data/hora protocolo	Tipo de ordem	Juiz solicitante	Valor	Resultado	Saldo bloqueado remanescente	Data/hora resultado
29 JUL 2022 11:01	Bloqueio de Valores	EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA	R$ 80.000,00	(00) Resposta negativa: o réu/executado não é cliente (não possui contas) ou possui apenas contas inativas, ou a instituição não é responsável sobre o registro de titularidade, administração ou custódia dos ativos.	-	01 AGO 2022 00:47

Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - Juntado em: 02/08/2022 15:21:48 - 07e2cae
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22080215213623800000182517323?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 22080215213623800000182517323

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (3)

DESPACHO

Expeça-se mandado padronizado de que trata o Ato GP-CR n. 10 /2018, assim como à pesquisa em outros processos em execução, para fins de verificar a possibilidade de cumulação ou eventual extinção do feito, tudo com base no poder geral de cautela atribuído ao Magistrado, para que se assegure o resultado útil do processo.

CAMPINAS/SP, 05 de agosto de 2022

EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA
Juiz do Trabalho Substituto

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (3)

Certifico a juntada de CERTIDÃO NEGATIVA de pesquisa patrimonial, realizada nos autos do processo 11.136-86.2019.5.15.0130, em 09/03/2022, relativa aos executados: Jussimara Silva Durante - ME CNPJ: 07.587.268/0001-10 e Jussimara Silva Durante CPF: 371.660.208-65.

CAMPINAS/SP, 19 de agosto de 2022.

SIMONE TERCEIRO E BARRETO
Servidor

PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
11ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0011136-86.2019.5.15.0130 - Mandado ID ab9058d
AUTOR: BRUNO AUGUSTO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (2)
DESTINATÁRIAS:
- JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME, CNPJ: 07.587.268/0001-10
- JUSSIMARA SILVA DURANTE, CPF: 371.660.208-65
Valor do débito: R$ 104.464,61, atualizado para 31/05/2021.
Justiça Gratuita concedida em 21/09/2020 ID cf4f232
Data da propositura da ação: 20/08/2019

CERTIDÃO NEGATIVA EM EXECUÇÃO

Certifico que, em cumprimento ao mandado de pesquisa básica, recebido em redistribuição, referente ao processo em epígrafe, utilizei as ferramentas tecnológicas à disposição desta Justiça Especializada e não localizei bens livres e desembaraçados, registrados em nome das executadas que pudessem garantir total ou parcialmente a execução. Certifico, ainda, que esta conclusão está fundamentada no Provimento GP CR 10/2018, assim como na parametrização local, elaborada em atendimento à Ordem de Serviço CR 03/2015. Informo que foram inseridas no sistema EXE15 as informações previstas na Ordem de Serviço CR 05/2016, assim como foi lançado no sistema trata-se de execução frustrada.

Campinas, 09 de março de 2022

ANDRELI ALEXANDRE BRUDER
Oficial de Justiça Avaliador Federal

Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - Juntado em: 19/08/2022 15:21:25 - dceb3da
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22081915210629100000183872124?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 22081915210629100000183872124

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (3)

MANDADO DE PESQUISA PATRIMONIAL BÁSICA, PENHORA E AVALIAÇÃO DE BENS

Reclamada(s): ANTONIO CARLOS DURANTE, CPF: 247.781.808-28

Endereço da(s) reclamada(s):

ANTONIO CARLOS DURANTE
AVENIDA JOSE DE SOUSA CAMPOS , 422, NOVA CAMPINAS, CAMPINAS/SP - CEP: 13092-123

Houve desconsideração da personalidade jurídica e incluídos o (s) seguinte(s) sócios, nas respectivas datas:

Em 20/06/2022: ANTONIO CARLOS DURANTE, CPF: 247.781.808-28

Reclamante(s): RODRIGO GONCALVES REFUNDINI, CPF: 450.330.158-69

Valor do débito: R$ 66.823,12 atualizado para 01/08/2021

Justiça Gratuita concedida e Isenção de emolumentos para consulta ARISP: (x) sim, em 12/07/2021, e10ffed

Data da propositura da ação: 11/09/2019 16:21:42

De ordem do(a) MM. Juiz(a) do Trabalho, EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA, prossiga-se, por meio deste MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO, que deverá ser cumprido por um(a) dos(as) oficiais de justiça avaliadores(as), na forma do Provimento GP-CR nº 10/2018, o qual deverá utilizar as ferramentas RENAJUD, ARISP, INFOJUD (incluindo DIMOB, DOI, DECRED), além de quaisquer outras ferramentas criadas para serem usadas na execução, observados os convênios firmados por este E. TRT, visando a penhora de bens, tantos quantos bastem para a garantia da dívida.

Sendo localizado(s) veículo(s) deverá ser observada a parametrização local quanto à restrição a ser lançada. Eventual penhora e avaliação deverá registrá-la no RENAJUD.

Sendo localizado imóvel penhorável em nome do executado, a penhora deverá ser efetuada e imediatamente registrada no Arisp. Se imóvel localizado na própria jurisdição procederá à avaliação e as intimações necessárias. Na hipótese de ser localizado em outra jurisdição, deverá ser emitido termo de penhora. Caso sejam localizados imóveis, eventuais emolumentos decorrentes do registro da penhora deverão ser acrescidos ao valor da execução, na forma do art. 883 da CLT.

Caso sejam localizados imóveis no Estado de São Paulo, eventuais emolumentos decorrentes do registro da penhora deverão ser recolhidos ao final ou por ocasião do registro de arrematação ou adjudicação, conforme item 1.7 do anexo II da Lei Estadual nº 11.331/2002.

Poderá, nos termos da parametrização local, o Oficial de Justiça, ainda, dirigir-se ao endereço da executada à procura de bens para satisfação da execução.

Autoriza-se, desde logo, que o(a) oficial(a) de justiça avaliador(a) se valha das prerrogativas previstas nos artigos 212, 249, 252, 253, 845 e 846, caput e § 2º, do CPC, autorizado o arrombamento e a requisição de força policial com a mera apresentação deste à autoridade policial. Havendo necessidade de remoção, nas hipóteses da parametrização, fica desde já autorizada a conclusão do ato iniciado durante o dia após as 20h, na forma do § 1º do art. 212.

Deverá o Oficial de Justiça proceder a todas as diligências necessárias para o fiel cumprimento do presente Mandado, efetivando a penhora, se necessário for, onde quer que se encontrem os bens (art. 845 do CPC), independente de nova ordem ou mandado.

PJe Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - Juntado em: 19/08/2022 15:27:35 - acdc21b

Determina-se a utilização do banco de dados existente na extranet/jurídico/execuções, especialmente para registro de bens constritos e/ou expedição de certidão de execução frustrada, com a consequente informação de insolvência do devedor.

Cumpra-se.

Este é assinado pelo(a) servidor(a) SIMONE TERCEIRO E BARRETO, de ordem do(a) MM. Juiz do Trabalho, nos termos do artigo 250, inciso VI, do CPC.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (3)

ID do mandado: {VAL $idMandado}
Destinatário: {VAL $nomeDestinatarioMandado}

CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE MANDADO

Id do Mandado: acdc21b
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043

AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI

RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (3)

Reclamada(s): ANTONIO CARLOS DURANTE, CPF: 247.781.808-28

Houve desconsideração da personalidade jurídica e incluídos o (s) seguinte(s) sócios, nas respectivas datas:20/06/2022:

ANTONIO CARLOS DURANTE, CPF: 247.781.808-28

Reclamante(s): RODRIGO GONCALVES REFUNDINI, CPF: 450.330.158-69

Valor do débito: R$ 66.823,12 atualizado para 01/08/2021

Justiça Gratuita concedida e Isenção de emolumentos para consulta ARISP: (x) sim, em 12/07/2021, e10ffed

PJe Assinado eletronicamente por: FLAVIA DE CAMARGO BARROS DE CASTRO - Juntado em: 11/10/2022 17:53:13 - f2c782f

Data da propositura da ação: 11/09/2019 16:21:42

CERTIDÃO NEGATIVA EM EXECUÇÃO

Certifico que em cumprimento ao mandado de pesquisa básica referente ao processo em epígrafe, utilizei as ferramentas tecnológicas à disposição desta Justiça Especializada e não localizei bens livres e desembaraçados, registrados em nome do devedor, que pudessem garantir total ou parcialmente a execução. Certifico, ainda, que esta conclusão está fundamentada no Provimento GP CR 10/2018, assim como na parametrização local. Informo que foram inseridas no sistema EXE15 as informações previstas na Ordem de Serviço CR 10/2018, execução frustrada.

CAMPINAS/SP, 11 de outubro de 2022.

FLAVIA DE CAMARGO BARROS DE CASTRO
Oficial de Justiça Avaliador Federal

Assinado eletronicamente por: FLAVIA DE CAMARGO BARROS DE CASTRO - Juntado em: 11/10/2022 17:53:13 - f2c782f
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22100515385736800000187626536?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 22100515385736800000187626536

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (3)

DESPACHO

Infrutífera a tentativa de penhora e exauridas as providências executórias empreendidas de ofício pelo Juízo e a requerimento das partes.As diligências do senhor oficial de Justiça em face da empresa executada e seus sócios frente aos convênios eletrônicos, nos termos do Provimento GP-CR nº 10/2018 também restaram negativas e não foram localizados bens penhoráveis para garantir a presente execução.

O juízo não vislumbra meios para prosseguir a presente execução.

A penhora livre ficou esvaziada em decorrência das ferramentas eletrônicas disponíveis e que alcançam a grande parte dos bens penhoráveis.Não há como permitir a prática de atos que apenas vão gerar despesas e que não serão úteis para a satisfação do crédito do exequente.

Aplicação dos princípios da utilidade e razoabilidade.As estatísticas da Central de Mandados de Campinas atestam que esse tipo de providência quase sempre redunda em diligências negativas.Nesse esteio e, por fim, dê-se ciência à exequente da presente deliberação e dos resultados anexados, concedendo-lhe prazo de 5 (cinco) para manifestação, ocasião em que poderá indicar meios efetivos de prosseguimentos.

No silêncio ou na apresentação de medida inócua, tornem conclusos.

CAMPINAS/SP, 17 de outubro de 2022

EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA
Juiz do Trabalho Substituto

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (3)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 5a41b0c proferido nos autos.

DESPACHO

Infrutífera a tentativa de penhora e exauridas as providências executórias empreendidas de ofício pelo Juízo e a requerimento das partes.As diligências do senhor oficial de Justiça em face da empresa executada e seus sócios frente aos convênios eletrônicos, nos termos do Provimento GP-CR nº 10/2018 também restaram negativas e não foram localizados bens penhoráveis para garantir a presente execução.

O juízo não vislumbra meios para prosseguir a presente execução.

A penhora livre ficou esvaziada em decorrência das ferramentas eletrônicas disponíveis e que alcançam a grande parte dos bens penhoráveis.Não há como permitir a prática de atos que apenas vão gerar despesas e que não serão úteis para a satisfação do crédito do exequente.

Aplicação dos princípios da utilidade e razoabilidade.As estatísticas da Central de Mandados de Campinas atestam que esse tipo de providência quase sempre redunda em diligências negativas.Nesse esteio e, por fim, dê-se ciência à exequente da presente deliberação e dos resultados anexados, concedendo-lhe prazo de 5 (cinco) para manifestação, ocasião em que poderá indicar meios efetivos de prosseguimentos.

No silêncio ou na apresentação de medida inócua, tornem conclusos.

CAMPINAS/SP, 17 de outubro de 2022

EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA
Juiz do Trabalho Substituto

Assinado eletronicamente por: EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA - Juntado em: 17/10/2022 08:58:00 - 7d7df33
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22101708570039000000188264475?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 22101708570039000000188264475

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (3)

DESPACHO

Intime-se a parte autora para indicar a forma como pretende prosseguir a execução, atentando-se à Recomendação n° 2/CGJT de 2 de maio de 2011, nos termos do art. 878 da CLT.

Na inércia, encaminhe-se o processo para o arquivo provisório, estando a parte autora ciente, nesta oportunidade, do início da contagem da prescrição intercorrente, prevista no artigo 11-A da CLT.

CAMPINAS/SP, 26 de outubro de 2022

EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA
Juiz do Trabalho Substituto

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (3)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID d375823 proferido nos autos.

DESPACHO

Intime-se a parte autora para indicar a forma como pretende prosseguir a execução, atentando-se à Recomendação n° 2/CGJT de 2 de maio de 2011, nos termos do art. 878 da CLT.

Na inércia, encaminhe-se o processo para o arquivo provisório, estando a parte autora ciente, nesta oportunidade, do início da contagem da prescrição intercorrente, prevista no artigo 11-A da CLT.

CAMPINAS/SP, 26 de outubro de 2022

EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA
Juiz do Trabalho Substituto

VILLALVA & CAMARGO
ADVOGADOS

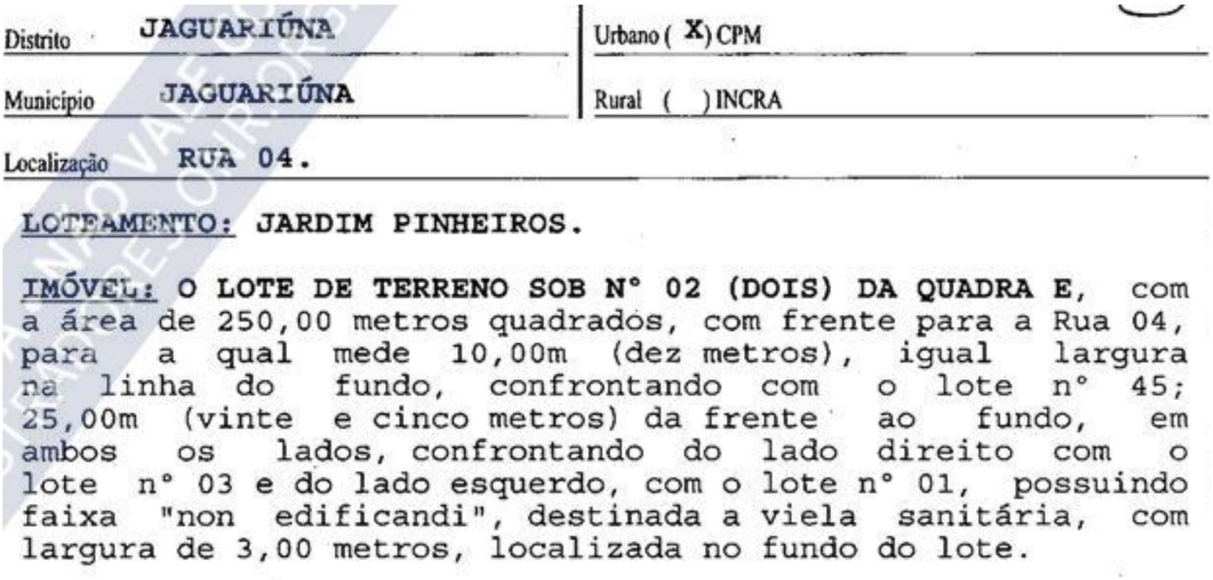
EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

Processo nº ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043

RODRIGO GONÇALVES REFUNDINI, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, por seus procuradores que esta subscrevem, vem, com o devido respeito e acatamento à presença de Vossa Excelência, requerer o segue.

Em atenção ao r. despacho Id d375823, visando dar efetividade à execução dos créditos trabalhistas, o autor promoveu, dentro de suas possibilidades, a busca por bens em nome dos executados.

Esta procura resultou êxito ao identificar um bem imóvel localizado na cidade de Jaguariúna/SP, com matrícula de nº 30.808, que segue anexada, cujo imóvel é assim caracterizado:



Distrito JAGUARIÚNA | Urbano (X) CPM

Município JAGUARIÚNA | Rural ( ) INCRA

Localização RUA 04.

LOTEAMENTO: JARDIM PINHEIROS.

IMÓVEL: O LOTE DE TERRENO SOB Nº 02 (DOIS) DA QUADRA E, com a área de 250,00 metros quadrados, com frente para a Rua 04, para a qual mede 10,00m (dez metros), igual largura na linha do fundo, confrontando com o lote nº 45; 25,00m (vinte e cinco metros) da frente ao fundo, em ambos os lados, confrontando do lado direito com o lote nº 03 e do lado esquerdo, com o lote nº 01, possuindo faixa "non edificandi", destinada a viela sanitária, com largura de 3,00 metros, localizada no fundo do lote.

PJe Assinado eletronicamente por: LEONARDO CAMARGO JUNIOR - Juntado em: 06/12/2022 19:59:22 - 838c544

A referida matrícula consta como último registro, R.04 de 29/08/2007, a venda do imóvel em questão para o Sr. Antonio Carlos Durante, CPF nº 247.781.808-28.

R.04 - Em 29 de agosto de 2007.

Ref. Prenotação nº 63.757, de 06 de agosto de 2007.

VENDA E COMPRA: Por escritura pública de venda e compra de

(continua na ficha 02)

24 de julho de 2007, lavrada no Tabelião de Notas da sede da Comarca de Jaguariúna-SP, às fls. 371/374, do Livro nº 309, os proprietários, GERALDO JOSÉ ADABO e sua mulher IVETE DOS SANTOS GOUVEIA ADABO, **VENDERAM** o imóvel pelo valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), a **ANTONIO CARLOS DURANTE**, CI-RG nº 27.804.987-4-SSP/SP, CPF nº 247.781.808-28, brasileiro, solteiro, maior, gerente administrativo, residente e domiciliado em Jaguariúna-SP, na Rua Bruna Laurita Massoti de Almeida nº 262, Bairro Parque Florianópolis. (microfilme nº 63.757).

O Escrevente Autorizado, (Valter Andre Trevizan)

A Oficiala Designada, (Filomena de Fatima Gonçalez)

C=E=R=T=I=F=I=C=O e dou fé que a presente certidão extraída em forma reprográfica é cópia autêntica da matrícula a que se refere e o imóvel a que alude tem sua situação com referência a alienações e constituições de ônus reais, integralmente noticiada na presente reprodução, extraída nos termos do § 1º, do Artigo 19, da Lei nº 6.015/73, inexistindo qualquer registro de citação de ações reais e pessoais reipersecutórias sobre o imóvel.- **CERTIFICO mais que, a partir de 16/11/2009 o Município de Jaguariúna passou a pertencer à circunscrição imobiliária da Comarca de Jaguariúna, onde esta certidão deverá ser atualizada**.- O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.- Pedreira, data e hora abaixo indicados.-

FÁBIO LUIS NIERO - ESCREVENTE AUTORIZADO

Ressalte-se que este imóvel já está sendo objeto de execução no processo nº 0000026-85.2020.8.26.0296, contra o Sr. Antonio Carlos Durante, perante o Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Jaguariúna/SP.

Desta forma, requer a inclusão deste imóvel na presente execução trabalhista, para que recaia a penhora sobre o bem mencionado.

PJe Assinado eletronicamente por: LEONARDO CAMARGO JUNIOR - Juntado em: 06/12/2022 19:59:22 - 838c544

Nada obstante, nos termos da r. decisão Id 652a090, restou determinada a desconsideração da personalidade jurídica da empresa para a inclusão do sócio oculto Sr. Antonio Carlos Durante.

É de conhecimento na comunidade de Jaguariúna/SP, que o Sr. Antonio Carlos Durante sempre foi o efetivo proprietário das empresas do ramo de vidraçaria, sobretudo a nova empresa que montou com a sua atual esposa/companheira, Sra. Joice Cristina Rodrigues CPF 461.659.968-84, e que carrega seu próprio sobrenome Vidraçaria Durante.

Trata-se de nova empresa constituída em nome de outra pessoa, mas que de fato é o próprio Sr. Antonio Carlos Durante quem administra e se reconhece como responsável e proprietário.

Entretanto, face às incansáveis manobras fiscais para omitir seu nome e sua responsabilidade sobre tais empresas, sempre foi muito difícil demonstrar com provas o vínculo dele com essas empresas.

Contudo, nova luz recaiu sobre essa obscuridade, quando o Oficial de Justiça Avaliador Federal, desta Especializada, Sr. Maurício Pereira Lima, por ordem do juízo da 8ª Vara do Trabalho de Campinas, promoveu diligência para intimação da reclamada, no processo 0011139-49.2019.5.15.0095. Este é outro dos processos contra os mesmos executados.

Eis o teor da certidão de mandado, cujo cópia se requer a juntada nestes autos.

CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE MANDADO
CENTRAL DE MANDADOS DE CAMPINAS/SP
8ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP
PROCESSO N° 0011139-49.2019.5.15.0095
MANDADO ID Nº 37a901f
DESTINATÁRIO: JUSSIMARA SILVA DURANTE-ME.
ENDEREÇO: RUA NICOLAU ROSSI, Nº 135, PARQUE FLORIANÓPOLIS, JAGUARIÚNA/SP.
CERTIDÃO
Certifico eu, Oficial de Justiça Avaliador Federal abaixo assinado e identificado, que, em cumprimento ao mandado

PJe Assinado eletronicamente por: LEONARDO CAMARGO JUNIOR - Juntado em: 06/12/2022 19:59:22 - 838c544

VILLALVA & CAMARGO ADVOGADOS

Id nº 37a901f, me dirigi no dia 20/08/2022, às 10:58 horas até a Rua Nicolau Rossi, nº 135, Parque Florianópolis, Jaguariúna/SP, onde no local fui atendido por um Sr. que se identificou como Antônio Durante, e disse ser o responsável pela empresa que atualmente funciona no local cujo nome é Vidraçaria Durante, que trabalha no ramo de vidros e acessórios. Disse que a empresa atualmente estabelecida no endereço é de propriedade de sua atual companheira, Sra. Joice Cristina, e que foi constituída neste ano. Disse também que a reclamada/destinatária era uma empresa de sua ex-esposa, que não mais é estabelecida no local, e que as empresas não se comunicam. Disse finalmente que a Sra. Jussimara reside atualmente no bairro Pinheiro em Jaguariúna, mas não sabe informar o endereço correto da mesma. Ante o acima exposto, não foi possível notificar a destinatária, e, aguardando novas determinações, devolvo o expediente. Dou fé. Campinas, 14/09/2022.**********
CAMPINAS/SP, 14 de setembro de 2022.
MAURICIO PEREIRA LIMA
Oficial de Justiça Avaliador Federal
(grifamos)

Excelência, fica latente a nefasta intenção do Sr. Antonio Carlos Durante de embair a Justiça, tentando a todo custo omitir-se da sociedade empresarial recém-constituída, sempre figurando como sócio oculto de tais empresas, mas que de fato é quem conhece do negócio e quem verdadeiramente administra a empresa.

Assim, requer seja aplicada a desconsideração da personalidade jurídica, na modalidade inversa, nos termos do art. 855-A da CLT, art. 28, §5º da Lei nº 8.078/90 – CDC, bem como o art. 50 do CC, e arts. 133 a 137 do CPC, para que seja estendida e alcançada a empresa em nome de sua atual esposa / companheira, Sra. Joice Cristina Rodrigues CPF 461.659.968-84.

PJe Assinado eletronicamente por: LEONARDO CAMARGO JUNIOR - Juntado em: 06/12/2022 19:59:22 - 838c544

Neste sentido, há entendimento pacífico na jurisprudência de nossos tribunais.

EXECUÇÃO. EMPRESA INDIVIDUAL. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. DESNECESSIDADE. O empresário individual é a pessoa física que exerce atividade empresarial em nome próprio. Nessa situação, não há separação entre o patrimônio pessoal do empresário e o da empresa. Há, de fato, verdadeira confusão patrimonial entre o patrimônio da pessoa física e o da firma individual, conforme fora muito bem ponderado pela origem. Assim sendo, despiciendo se torna o procedimento de desconsideração da personalidade jurídica das empresas executadas, as quais, em verdade, se confundem com a pessoa física das respectivas empresárias, ora agravantes. Recurso desprovido. (TRT-15 – AP: 00113526720175150049 0011352-67.2017.5.15.0049, Relator: OLGA AINDA JOAQUIM GOMIERI, 1ª Câmara, Data de Publicação: 05/06/2020)

INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EMPRESA EXECUTADA. MERO INADIMPLEMENTO DO CRÉDITO DE NATUREZA TRABALHISTA, DE NATUREZA ALIMENTAR. No Processo do Trabalho, prevalece a aplicação da Teoria Menor da Desconsideração, prevista no § 5º do artigo 28 do CDC. Assim, basta que haja o inadimplemento para que o juiz possa determinar a desconsideração da personalidade jurídica e o consequente acesso aos bens dos sócios, visando a proteção ao hipossuficiente e à natureza do bem jurídico objeto do litígio laboral, qual seja, o crédito alimentar, independentemente de ter o sócio praticado atos com abuso de poder, desvio de finalidade, confusão patrimonial ou má-fé. Recurso do executado a que se nega provimento, no particular. (TRT-15 – AP: 00118594320175150044 0011859-43.2017.5.15.0044, Relator: ANA PAULA PELLEGRINA LOCKMANN, 5ª Câmara, Data de Publicação: 05/11/2020)

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. SÓCIO DE FATO. A desconsideração da personalidade, fundada na aplicação analógica do artigo 28 do Código de Defesa do Consumidor, demanda apenas o inadimplemento da obrigação, independentemente da existência ou não de qualquer tipo de ilegalidade. Assim, demonstrado nos autos a existência de sócio de fato, mostra-se legítima a sua inclusão no polo passivo da execução, quando frustradas todas as tentativas de satisfação do crédito exequendo.

PJe Assinado eletronicamente por: LEONARDO CAMARGO JUNIOR - Juntado em: 06/12/2022 19:59:22 - 838c544

(TRT-3 – APPS: 00107094720155030168 MG 0010709-47.2015.5.03.0168, Relator: Lucas Vanucci Lins, Data de Julgamento: 08/02/2022, Segunda Turma, Data de Publicação: 09/02/2022.)

AGRAVO DE PETIÇÃO. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO. RESPONSABILIDADE DO SÓCIO OCULTO. Os documentos trazidos aos autos informam que o agravante atuou como representante, responsável das atividades da empresa reclamada, tendo, inclusive, realizado transferências bancárias. Portanto, obrigado meu amor cabível o redirecionamento da execução contra o patrimônio pessoal do sócio oculto. Agravo de petição que se nega provimento.
(TRT-1 – AP: 00113796520145010010 RJ, Relator: MARCELO ANTERO DE CARVALHO, Data de Julgamento: 23/03/2022, Décima Turma, Data de Publicação: 26/03/2022)

Nos termos do art. 987 do CC, o reconhecimento da sociedade de fato dar-se-á pela comprovação da existência de relação entre os sócios, não necessariamente pela formalização do contrato.

Art. 987. Os sócios, nas relações entre si ou com terceiros, somente por escrito podem provar a existência da sociedade, mas os terceiros podem prová-la de qualquer modo.

GRUPO ECONÔMICO. SÓCIO OCULTO. Para a caracterização de grupo econômico, é suficiente a existência de um grupo composto por coordenação, sendo desnecessária a comprovação formal do efetivo controle e hierarquia entre as empresas, bastando apenas evidências probatórias de elementos de integração interempresarial (abrangência subjetiva e nexo relacional, inclusive familiar). Ademais, caso constatado o conluio em detrimento dos credores ("consilium fraudis"), por intermédio de simulações tendentes à proteção do patrimônio executado, impõe-se o reconhecimento da existência do sócio oculto. Não é demais ponderar que a execução se realiza no interesse do eu te amo credor e tem como fim a satisfação do seu crédito da forma mais rápida e eficiente possível, principalmente em se tratando do crédito trabalhista. (TRT-10 - AP: 00020237520155100102 DF, Data de Julgamento: 22/03/2022, Data de Publicação: 25/03/2022)

PJe Assinado eletronicamente por: LEONARDO CAMARGO JUNIOR - Juntado em: 06/12/2022 19:59:22 - 838c544

VILLALVA & CAMARGO ADVOGADOS

DOS PEDIDOS

Pelo exposto, requer:

I. A penhora sobre o imóvel em nome do Sr. Antonio Carlos Durante, cuja matrícula tem o nº 30.808, anexada;

II. A instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica direta e inversa, nos termos do art. 855-A da CLT;

III. A inclusão da Sra. Joice Cristina Rodrigues, CPF 461.659.968-84, no polo passivo desta reclamação trabalhista, como efeito da desconsideração da personalidade jurídica inversa, residente à Rua João Batista de Oliveira Castro, nº 118, Parque Florianópolis, Jaguariúna/SP, CEP 13.910-284;

IV. A inclusão da empresa JOICE CRISTINA RODRIGUES – MEI, CNPJ 35.733.026/0001-23, no polo passivo desta reclamação trabalhista, como efeito da desconsideração da personalidade jurídica inversa, com sede na Rua Bruna Laurita Masoti de Almeida, nº 232, Parque Florianópolis, Jaguariúna/SP, CEP 13.910-268;

V. A inclusão da empresa JOICE CRISTINA RODRIGUES, CNPJ 48.259.981/0001-12, no polo passivo desta reclamação trabalhista, como efeito da desconsideração da personalidade jurídica inversa, com sede na Rua Nicolau Rossi, nº 135, Parque Florianópolis, Jaguariúna/SP, CEP 13.910-276;

VI. A citação do Sr. Antonio Carlos Durante no endereço Rua Nicolau Rossi, nº 135, Parque Florianópolis, na cidade de Jaguariúna/SP, CEP 13.910-276, conforme extraídos da Ficha Cadastral da JUCESP, para que, querendo, se manifeste nos autos;

VII. A penhora sobre percentual, à critério do juízo, do faturamento das empresas JOICE CRISTINA RODRIGUES, CNPJ 48.259.981/0001-12,

PJe Assinado eletronicamente por: LEONARDO CAMARGO JUNIOR - Juntado em: 06/12/2022 19:59:22 - 838c544

e JOICE CRISTINA RODRIGUES – MEI, CNPJ 35.733.026/0001-23, devendo ser alcançado todos os meios possíveis para obtenção de valores a fim de saldar a dívida trabalhista, entre eles: faturamento de notas fiscais; saldo bancário, incluindo movimentação de máquinas de cartão de crédito, entre outros;

VIII. Citação dos sócios para apresentação das declarações de imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas, dos últimos 5 anos, a fim de comprovar a existência ou não de bens passíveis de execução;

IX. Sejam utilizados todos os meios de execução próprios para identificação e bloqueio de bens em direito admitidos, como: sistema BACENJUD, SISBAJUD, penhora de bens móveis e imóveis, penhora de percentual de faturamento da empresa.

Nestes termos pede e espera deferimento.

Pedreira/SP, 07 de novembro de 2022.

DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA
OAB/SP 346.474

LEONARDO CAMARGO JUNIOR
OAB/SP 378.805

PJe
Assinado eletronicamente por: LEONARDO CAMARGO JUNIOR - Juntado em: 06/12/2022 19:59:22 - 838c544
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22110720425423600000189873762?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 22110720425423600000189873762

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

MATRÍCULA	FICHA
30.808	01

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE PEDREIRA - ESTADO DE SÃO PAULO

Pedreira, 19 de julho de 2007.

Oficial Designada,

Distrito JAGUARIÚNA | Urbano (X) CPM

Município JAGUARIÚNA | Rural ( ) INCRA

Localização RUA 04.

LOTEAMENTO: JARDIM PINHEIROS.

IMÓVEL: O LOTE DE TERRENO SOB Nº 02 (DOIS) DA QUADRA E, com a área de 250,00 metros quadrados, com frente para a Rua 04, para a qual mede 10,00m (dez metros), igual largura na linha do fundo, confrontando com o lote nº 45; 25,00m (vinte e cinco metros) da frente ao fundo, em ambos os lados, confrontando do lado direito com o lote nº 03 e do lado esquerdo, com o lote nº 01, possuindo faixa "non edificandi", destinada a viela sanitária, com largura de 3,00 metros, localizada no fundo do lote.

PROPRIETÁRIA: MASSA CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 03.025.914/0001-03, com sede em Curitiba-PR, na Avenida Sete de Setembro nº 4698, sala 1605, Bairro Batel.

REGISTRO ANTERIOR: R.09/M. 14.160 (Loteamento), em 03/01/2003, deste Oficial.
Matrícula aberta de ofício, nos termos do item 45, b, Cap.XX das Normas de Serviço da E. Corregedoria Geral da Justiça.

A Substª da Oficiala (Vera Lucia Gonçalez Belolli)

A Oficiala Designada, (Filomena de Fatima Gonçalez)

AV.01 - Em 29 de agosto de 2007.

DENOMINAÇÃO DE LOGRADOURO: Procede-se a esta averbação "ex-officio", para constar que a Rua 04, do Loteamento Jardim Pinheiros, passou a denominar-se **RUA OTÁVIO ANTONIACCI**, através da Lei Municipal nº 1.611, de 08 de agosto de 2005.

O Escrevente Autorizado, (Valter Andre Trevizan)

A Oficiala Designada, (Filomena de Fatima Gonçalez)

AV.02 - Em 29 de agosto de 2007.

CADASTRO: Procede-se esta averbação por força da escritura

(continua no verso)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VANDA HELENA GRADIM, liberado nos autos em 03/08/2022 às 23:42 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000026-85.2020.8.26.0296 e código A041AA4.

PJe Assinado eletronicamente por: LEONARDO CAMARGO JUNIOR - Juntado em: 06/12/2022 19:59:22 - 90ff0fc

MATRÍCULA 30.808 | FICHA 01 VERSO

pública de venda e compra de 28 de dezembro de 2006, lavrada no Tabelião de Notas da sede da Comarca de Jaguariúna-SP, às fls. 273/276, do Livro nº 303, e à vista de cópia autenticada do carnê de IPTU, para constar que o imóvel encontra-se atualmente cadastrado sob nº **03.0254.0520**, na Prefeitura do Município de Jaguariúna. (microfilme nº 63.756).

O Escrevente Autorizado, (Valter Andre Trevizan)

A Oficiala Designada, (Filomena de Fatima Gonçalez)

R.03 - Em 29 de agosto de 2007.

Ref. Prenotação nº 63.756, de 06 de agosto de 2007.

VENDA E COMPRA: Pela mesma escritura pública mencionada na AV.02, a proprietária, MASSA CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA, **VENDEU** o imóvel pelo valor de R$ 3.873,00 (três mil, oitocentos e setenta e três reais), a **GERALDO JOSÉ ADABO**, CI-RG nº 12.435.754-SSP/SP, CPF nº 087.523.518-23, engenheiro de alimentos, casado sob o regime de comunhão universal de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, conforme escritura de pacto antenupcial registrada sob nº 2.213, no Livro 3-Auxiliar, deste Oficial, com **IVETE DOS SANTOS GOUVEIA ADABO**, CI-RG nº 15.126.651-7-SSP/SP, CPF nº 096.856.058-07, nutricionista, brasileiros, residentes e domiciliados nesta cidade, na Rua Siqueira Campos nº 91, apartamento 84, Centro. Consta no título, que a transmitente apresentou a Certidão Negativa de Débitos-CND sob nº 164402006-14001070, expedida via Internet, em 27/11/2006, pela Previdência Social, e Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida via Internet, em 20/07/2006, pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal, código de controle nº F9AC.947A.1490.3D35. Valor tributário R$ 6.722,50. (microfilme nº 63.756).

O Escrevente Autorizado, (Valter Andre Trevizan)

A Oficiala Designada, (Filomena de Fatima Gonçalez)

R.04 - Em 29 de agosto de 2007.

Ref. Prenotação nº 63.757, de 06 de agosto de 2007.

VENDA E COMPRA: Por escritura pública de venda e compra de

(continua na ficha 02)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VANDA HELENA GRADIM, liberado nos autos em 03/08/2022 às 23:42 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000026-85.2020.8.26.0296 e código A041AA4.

PJe Assinado eletronicamente por: LEONARDO CAMARGO JUNIOR - Juntado em: 06/12/2022 19:59:22 - 90ff0fc

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

MATRÍCULA	FICHA
30.808	02

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE PEDREIRA - ESTADO DE SÃO PAULO

Pedreira, 29 de agosto de 2007.

Oficial Designada,

24 de julho de 2007, lavrada no Tabelião de Notas da sede da Comarca de Jaguariúna-SP, às fls. 371/374, do Livro nº 309, os proprietários, GERALDO JOSÉ ADABO e sua mulher IVETE DOS SANTOS GOUVEIA ADABO, **VENDERAM** o imóvel pelo valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), a **ANTONIO CARLOS DURANTE**, CI-RG nº 27.804.987-4-SSP/SP, CPF nº 247.781.808-28, brasileiro, solteiro, maior, gerente administrativo, residente e domiciliado em Jaguariúna-SP, na Rua Bruna Laurita Massoti de Almeida nº 262, Bairro Parque Florianópolis. (microfilme nº 63.757).

O Escrevente Autorizado, (Valter Andre Trevizan)

A Oficiala Designada, (Filomena de Fatima Gonçalez)

C=E=R=T=I=F=I=C=O e dou fé que a presente certidão extraída em forma reprográfica é cópia autêntica da matrícula a que se refere e o imóvel a que alude tem sua situação com referência a alienações e constituições de ônus reais, integralmente noticiada na presente reprodução, extraída nos termos do § 1º, do Artigo 19, da Lei nº 6.015/73, inexistindo qualquer registro de citação de ações reais e pessoais reipersecutórias sobre o imóvel.- **CERTIFICO mais que, a partir de 16/11/2009 o Município de Jaguariúna passou a pertencer à circunscrição imobiliária da Comarca de Jaguariúna, onde esta certidão deverá ser atualizada**.- O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.- Pedreira, data e hora abaixo indicados.-

FÁBIO LUIS NIERO - ESCREVENTE AUTORIZADO

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico https://selodigital.tjsp.jus.br

1208813C3030808C16005122E

ISENTO DE SELOS
REQUISIÇÃO
TRIB JUSTIÇA DE SP

Certidão expedida às 16:00:51 horas do dia 07/07/2022. Certidão assinada digitalmente.
Para lavratura de escrituras esta certidão é válida por 30 dias (NSCGJSP, "XVI, 15, 'c'").
Código de controle de certidão: 03080807072022
Arisp: 22070019845

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VANDA HELENA GRADIM, liberado nos autos em 03/08/2022 às 23:42.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000026-85.2020.8.26.0296 e código A041AA4.

Assinado eletronicamente por: LEONARDO CAMARGO JUNIOR - Juntado em: 06/12/2022 19:59:22 - 90ff0fc
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22110720464404400000189873824?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 22110720464404400000189873824

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo

FICHA CADASTRAL COMPLETA

NESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS “EMPRESA”, “CAPITAL”, “ENDEREÇO”, “OBJETO SOCIAL” E “TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA” REFEREM-SE À SITUAÇÃO DA EMPRESA NO MOMENTO DE SUA CONSTITUIÇÃO OU AO SEU PRIMEIRO REGISTRO CADASTRADO NO SISTEMA INFORMATIZADO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS ARQUIVAMENTOS POSTERIORMENTE REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTE DOCUMENTO.

PARA EMPRESAS CONSTITUÍDAS ANTES DE 1.992, OS ARQUIVAMENTOS ANTERIORES A ESTA DATA DEVEM SER CONSULTADOS NA FICHA DE BREVE RELATO (FBR).

EMPRESA		
JOICE CRISTINA RODRIGUES		
		TIPO: EMPRESÁRIO (M.E.)
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMISSÃO
35141646836	11/10/2022	07/11/2022 20:20:42
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
29/09/2022	48.259.981/0001-12	

CAPITAL
R$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)

ENDEREÇO		
LOGRADOURO: NICOLAU ROSSI	NÚMERO: 135	
BAIRRO: PARQUE FLORIANOPOLIS	COMPLEMENTO:	
MUNICÍPIO: JAGUARIUNA	CEP: 13910-276	UF: SP

OBJETO SOCIAL
743100 COMERCIO VAREJISTA DE VIDROS - 4789099 COMERCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS - 4330499 OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUCAO - 4744001 COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA
JOICE CRISTINA RODRIGUES, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 461.659.968-84, RG/RNE: 570331717 - SP, RESIDENTE Ã JOAO BATISTA DE OLIVEIRA CASTRO, 118, PARQUE FLORIANOPOLIS, JAGUARIÚNA - SP, CEP 13910-284.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35141646836
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 07/11/2022

Ficha Cadastral Completa. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal

PJe Assinado eletronicamente por: LEONARDO CAMARGO JUNIOR - Juntado em: 06/12/2022 19:59:22 - a5c7432

JUCESP
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
documento assinado digitalmente
www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 182721054, segunda-feira, 7 de novembro de 2022 às 20:20:42.

Assinado eletronicamente por: LEONARDO CAMARGO JUNIOR - Juntado em: 06/12/2022 19:59:22 - a5c7432
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22110720464489000000189873825?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 22110720464489000000189873825

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo

FICHA CADASTRAL COMPLETA

NESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS “EMPRESA”, “CAPITAL”, “ENDEREÇO”, “OBJETO SOCIAL” E “TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA” REFEREM-SE À SITUAÇÃO DA EMPRESA NO MOMENTO DE SUA CONSTITUIÇÃO OU AO SEU PRIMEIRO REGISTRO CADASTRADO NO SISTEMA INFORMATIZADO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS ARQUIVAMENTOS POSTERIORMENTE REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTE DOCUMENTO.

PARA EMPRESAS CONSTITUÍDAS ANTES DE 1.992, OS ARQUIVAMENTOS ANTERIORES A ESTA DATA DEVEM SER CONSULTADOS NA FICHA DE BREVE RELATO (FBR).

Ficha Informativa (relativa à situação cadastral do usuário perante o Portal MEI)

ATENÇÃO: As informações desta ficha refletem dados cadastrados por autolançamento eletrônico e são de inteira responsabilidade do Portal do Empreendedor mantido pela União Federal, disciplinado pela Lei Complementar Federal 123/2006.

EMPRESA		
CONSTITUÍDO COMO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL **JOICE CRISTINA RODRIGUES 46165996884** TIPO: EMPRESÁRIO (M.E.)		
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMISSÃO
35839870867	08/12/2019	07/11/2022 20:21:03
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
08/12/2019	35.733.026/0001-23	

CAPITAL
R$ 6.750,00 (SEIS MIL, SETECENTOS E CINQUENTA REAIS)

ENDEREÇO		
LOGRADOURO: RUA BRUNA LAURITA MASOTI DE ALMEIDA	NÚMERO: 232	
BAIRRO: PARQUE FLORIANOPOLIS	COMPLEMENTO:	
MUNICÍPIO: JAGUARIÚNA	CEP: 13910-268	UF: SP

OBJETO SOCIAL
OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUÇÃO

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA
JOICE CRISTINA RODRIGUES, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 461.659.968-84, RESIDENTE Ã SOUSA, 466, DOZE DE SETEMBRO, CAMPINAS - SP, CEP 13820-000.

Documento Gratuito
Proibida a Comercialização

PJe Assinado eletronicamente por: LEONARDO CAMARGO JUNIOR - Juntado em: 06/12/2022 19:59:22 - 8a50eea

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35839870867
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 07/11/2022

JUCESP
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
documento assinado digitalmente

Ficha Cadastral Completa. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 182721060, segunda-feira, 7 de novembro de 2022 às 20:21:03.

PJe

Assinado eletronicamente por: LEONARDO CAMARGO JUNIOR - Juntado em: 06/12/2022 19:59:22 - 8a50eea
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22110720464553600000189873826?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 22110720464553600000189873826

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário 0011139-49.2019.5.15.0095

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 20/08/2019
Valor da causa: R$ 90.780,33

Partes:

AUTOR: TIAGO FERNANDO MOREIRA DA SILVA
ADVOGADO: LEONARDO CAMARGO JUNIOR
ADVOGADO: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

PJe Assinado eletronicamente por: LEONARDO CAMARGO JUNIOR - Juntado em: 06/12/2022 19:59:22 - 4cef8c1

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ATOrd 0011139-49.2019.5.15.0095
AUTOR: TIAGO FERNANDO MOREIRA DA SILVA
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

ID do mandado: {VAL $idMandado}
Destinatário: {VAL $nomeDestinatarioMandado}

CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE MANDADO

CENTRAL DE MANDADOS DE CAMPINAS/SP

8ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

PROCESSO N° 0011139-49.2019.5.15.0095

MANDADO ID Nº 37ª901f

DESTINATÁRIO: JUSSIMARA SILVA DURANTE-ME.

ENDEREÇO: RUA NICOLAU ROSSI, Nº 135, PARQUE FLORIANÓPOLIS, JAGUARIÚNA/SP.

CERTIDÃO

Certifico eu, Oficial de Justiça Avaliador Federal abaixo assinado e identificado, que, em cumprimento ao mandado Id nº 37a901f, me dirigi no dia 20/08/2022, às 10:58 horas até a Rua Nicolau Rossi, nº 135, Parque Florianópolis, Jaguariúna/SP, onde no local fui atendido por um Sr. que se identificou como Antônio Durante, e disse ser o responsável pela empresa que atualmente funciona no local cujo nome é Vidraçaria Durante, que trabalha no ramo de vidros e acessórios. Disse que a empresa

PJe Assinado eletronicamente por: MAURICIO PEREIRA LIMA - Juntado em: 14/09/2022 15:28:31 - 7605969
PJe Assinado eletronicamente por: LEONARDO CAMARGO JUNIOR - Juntado em: 06/12/2022 19:59:22 - 4cef8c1

atualmente estabelecida no endereço é de propriedade de sua atual companheira, Sra. Joice Cristina, e que foi constituída neste ano. Disse também que a reclamada /destinatária era uma empresa de sua ex-esposa, que não mais é estabelecida no local, e que as empresas não se comunicam. Disse finalmente que a Sra. Jussimara reside atualmente no bairro Pinheiro em Jaguariúna, mas não sabe informar o endereço correto da mesma. Ante o acima exposto, não foi possível notificar a destinatária, e, aguardando novas determinações, devolvo o expediente. Dou fé. Campinas, 14/09 /2022.**********

CAMPINAS/SP, 14 de setembro de 2022.

MAURICIO PEREIRA LIMA
Oficial de Justiça Avaliador Federal

Assinado eletronicamente por: MAURICIO PEREIRA LIMA - Juntado em: 14/09/2022 15:28:31 - 7605969
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22091415282525200000185885380?instancia=1
Número do processo: 0011139-49.2019.5.15.0095
Número do documento: 22091415282525200000185885380

Assinado eletronicamente por: LEONARDO CAMARGO JUNIOR - Juntado em: 06/12/2022 19:59:22 - 4cef8c1
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22110720464582700000189873827?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 22110720464582700000189873827

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário 0011137-79.2019.5.15.0095

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 20/08/2019
Valor da causa: R$ 95.128,23

Partes:
AUTOR: LEANDRO GONCALVES CAMARGO
ADVOGADO: LEONARDO CAMARGO JUNIOR
ADVOGADO: DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

PJe Assinado eletronicamente por: LEONARDO CAMARGO JUNIOR - Juntado em: 06/12/2022 19:59:22 - ec2f7a4

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ATOrd 0011137-79.2019.5.15.0095
AUTOR: LEANDRO GONCALVES CAMARGO
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME

ID do mandado: {VAL $idMandado}
Destinatário: {VAL $nomeDestinatarioMandado}

CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE MANDADO

PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

8ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: ATOrd 0011137-79.2019.5.15.0095

Mandado ID e777980

AUTOR: LEANDRO GONCALVES CAMARGO

RÉ/DESTINATÁRIA: JUSSIMARA SILVA DURANTE ME - CNPJ 07.587.268/0001-10

ENDEREÇO: RUA NICOLAU ROSSI, 135, PQ FLORIANOPOLIS, JAGUARIUNA/SP - CEP: 13910-276

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que recebi o presente mandado para proceder a notificação da destinatária da decisão transcrita no mandado. Dirigi-me, então, aos 15 /09/2022, por volta das 10hs40min., ao endereço supra, e aí deixei de proceder a notificação pois, segundo informado, a destinatária não está estabelecida ali. No local fui atendido pela Sra. Joice Cristina Rodrigues, CPF declarado 461.659.968-84, a qual

PJe Assinado eletronicamente por: ANDRELI ALEXANDRE BRUDER - Juntado em: 16/09/2022 11:29:19 - 56ace9b
PJe Assinado eletronicamente por: LEONARDO CAMARGO JUNIOR - Juntado em: 06/12/2022 19:59:22 - ec2f7a4

disse que ali está estabelecida a empresa "*Joice Cristina Rodrigues 46165996884*", CNPJ 35.733.026/0001-23 (nome fantasia: Vidraçaria Durante). Disse que sua empresa está em atividade naquele local há aproximadamente 2 anos. Ao ser indagada a respeito da destinatária disse que ela pertence à ex-esposa de seu marido, Sr. Jussimara Silva Durante, afirmando que não tem contato com ela. Diante do exposto, devolvo respeitosamente o mandado para apreciação de Vossa Excelência, aguardando novas determinações.

CAMPINAS/SP, 16 de setembro de 2022.

ANDRELI ALEXANDRE BRUDER
Oficial de Justiça Avaliador Federal

Assinado eletronicamente por: ANDRELI ALEXANDRE BRUDER - Juntado em: 16/09/2022 11:29:19 - 56ace9b
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22091611280714600000186057792?instancia=1
Número do processo: 0011137-79.2019.5.15.0095
Número do documento: 22091611280714600000186057792

Assinado eletronicamente por: LEONARDO CAMARGO JUNIOR - Juntado em: 06/12/2022 19:59:22 - ec2f7a4
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22110720464651900000189873828?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 22110720464651900000189873828

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (4)

DESPACHO

Declaro penhorado o imóvel de matrícula 30808 de propriedade do Sr. Antonio Carlos Durante.

Expeça-se mandado de avaliação do bem.

Sem prejuízo, passo a analisar o pedido de desconsideração inversa da personalidade jurídica sob a ótico do grupo econômico familiar.

A princípio, há de se considerar que até o presente momento o Juízo não conseguiu satisfazer o débito e que a existência de diversas empresas em nome dos executados consiste um relevante indício de ocultação de patrimônio com a utilização de outros CNPJs.

Analisando-se o documento trazido pelo credor como prova emprestada de outra ação, possível identificar que o executado Antonio Carlos Durante figurava como sócio oculto na empresa que o Sr. Oficial de Justiça compareceu.

Duvidoso imaginar que as empresas sejam concorrentes, situação que indica uma provável cooperação entre as mesmas, além da comunhão de interesses, inclusive por pertencer à esposa do executado.

Assim, determino a notificação da empresa JOICE CRISTINA RODRIGUES – MEI, CNPJ 35.733.026/0001-23 para que, no prazo de 5 dias, apresente suas razões e a documentação que entender necessária para o afastamento da presunção supra, devendo estar ciente de que o ônus probatório é seu, a teor do citado artigo 818, §1°, da CLT.

Silente, caracterizado estará o grupo, devendo a execução ser contra si redirecionada independentemente de novo despacho.

Nos autos as suas razões e respectiva documentação, voltem conclusos, com urgência para decisão sobre a existência do grupo alegado.

Intime-se.

PJe Assinado eletronicamente por: CAMILA XIMENES COIMBRA - Juntado em: 07/12/2022 14:30:33 - 984fad2

CAMPINAS/SP, 07 de dezembro de 2022

CAMILA XIMENES COIMBRA
Juíza do Trabalho Substituta

Assinado eletronicamente por: CAMILA XIMENES COIMBRA - Juntado em: 07/12/2022 14:30:33 - 984fad2
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22120714083989600000191908451?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 22120714083989600000191908451

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (4)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 984fad2 proferido nos autos.

DESPACHO

Declaro penhorado o imóvel de matrícula 30808 de propriedade do Sr. Antonio Carlos Durante.

Expeça-se mandado de avaliação do bem.

Sem prejuízo, passo a analisar o pedido de desconsideração inversa da personalidade jurídica sob a ótico do grupo econômico familiar.

A princípio, há de se considerar que até o presente momento o Juízo não conseguiu satisfazer o débito e que a existência de diversas empresas em nome dos executados consiste um relevante indício de ocultação de patrimônio com a utilização de outros CNPJs.

Analisando-se o documento trazido pelo credor como prova emprestada de outra ação, possível identificar que o executado Antonio Carlos Durante figurava como sócio oculto na empresa que o Sr. Oficial de Justiça compareceu.

Duvidoso imaginar que as empresas sejam concorrentes, situação que indica uma provável cooperação entre as mesmas, além da comunhão de interesses, inclusive por pertencer à esposa do executado.

Assim, determino a notificação da empresa JOICE CRISTINA RODRIGUES – MEI, CNPJ 35.733.026/0001-23 para que, no prazo de 5 dias, apresente suas razões e a documentação que entender necessária para o afastamento da presunção supra, devendo estar ciente de que o ônus probatório é seu, a teor do citado artigo 818, §1°, da CLT.

Silente, caracterizado estará o grupo, devendo a execução ser contra si redirecionada independentemente de novo despacho.

PJe Assinado eletronicamente por: CAMILA XIMENES COIMBRA - Juntado em: 07/12/2022 14:31:33 - dd65e08

Nos autos as suas razões e respectiva documentação, voltem conclusos, com urgência para decisão sobre a existência do grupo alegado.

Intime-se.

CAMPINAS/SP, 07 de dezembro de 2022

CAMILA XIMENES COIMBRA
Juíza do Trabalho Substituta

Assinado eletronicamente por: CAMILA XIMENES COIMBRA - Juntado em: 07/12/2022 14:31:33 - dd65e08
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22120714303427700000191911891?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 22120714303427700000191911891

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (4)

MANDADO DE AVALIAÇÃO

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) do Trabalho, CAMILA XIMENES COIMBRA, MANDA ao(à) Oficial de Justiça que, à vista do presente e em seu cumprimento, **PROMOVA a avaliação do imóvel matrícula 30.808 (VIDE #id:90ff0fc).**

VALOR DO DÉBITO: R$ 64.433,81 em 08/2021.

A petição e documentos poderão ser acessados pela página eletrônica (**https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao**), digitando a(s) chave(s) abaixo:

Descrição	Tipo de documento	Chave de acesso**
Intimação	Intimação	22120714303427700000191911891
Despacho	Despacho	22120714083989600000191908451
4.4-Intimação processo Leandro	Documento Diverso	22110720464651900000189873828
4.3-Intimação processo Tiago	Documento Diverso	22110720464582700000189873827
4.2-JUCESP Ficha Cadastral Joice Cristina Rodrigues MEI	Registro na Junta Comercial	22110720464553600000189873826
4.1-JUCESP Ficha Cadastral Joice Cristina Rodrigues	Registro na Junta Comercial	22110720464489000000189873825
4.5-Matricula_30808	Documento Diverso	22110720464404400000189873824
4.1-Execução_Penhora_Rodrigo_Refundini-2022-11-07	Indicação de Bens à Penhora	22110720425423600000189873762

Intimação	Intimação	221026092338597 00000189089965
Despacho	Despacho	221026054430043 00000189082049
Intimação	Intimação	221017085700390 00000188264475
Despacho	Despacho	221017082736517 00000188262134
Certidão de Oficial de Justiça	Certidão	221005153857368 00000187626536
Mandado	Mandado	220819152724553 00000183873604
CERTIDÃO_JUSSIMARA_SILVA_DURANTE_-_ME	Documento Diverso	220819152106291 00000183872124
pesquisa patrimonial	Certidão	220819151859738 00000183871606
Despacho	Despacho	220805015335916 00000182771659
sisbajud negativo - 11.335-78.2019	Documento Diverso	220802152136238 00000182517323
sisbajud negativo	Certidão	220802152116286 00000182517259
sisbajud parcial	Certidão	220727103939364 00000182068415
sisbajud parcail 11.335-78.2019	Documento Diverso	220727103951641 00000182068439
Decisão	Decisão	220715043318398 00000181267706
Intimação	Intimação	220621141108810 00000179318596
Intimação	Intimação	220621141109107 00000179318599

Despacho	Despacho	22062009120548000000179141202
Inclusão de sócio de fato	Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica	22061517382596600000179056282
Sentença Civel - Embargos de Terceiro	Documento Diverso	22061517482543600000179056454
Intimação	Intimação	22061320181918100000178848681
Despacho	Despacho	22061309340158700000178752010
sisbajud insignificante - 11.335-78.2019	Documento Diverso	22061309325456000000178751890
sisbajud - insignificante	Certidão	22061309324286000000178751875
Decisão	Decisão	22050304580117600000175443651
Intimação	Intimação	22033117245958200000173333834
Despacho	Despacho	22032917324271400000173101298
Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica	Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica	22032823391125800000173006786
Registro na Junta Comercial Jussimara	Registro na Junta Comercial	22032823414023400000173006808
Sentença Justiça Civel	Sentença (paradigma)	22032823440310400000173006881
Registro na Junta Comercial antiga	Registro na Junta Comercial	22032823425786900000173006848
Registro na Junta Comercial recente	Registro na Junta Comercial	22032823431219400000173006854
Contrato Social Antonio Carlos		220328234332667

Durante	Contrato Social	00000173006864
Intimação	Intimação	220317213433983 00000172161995
Despacho	Despacho	220317172641310 00000172145431
Notificação entregue	Certidão	220311215049980 00000171688500
Intimação	Intimação	220212082346340 00000169573125
Intimação	Intimação	220212082346464 00000169573126
Decisão	Decisão	220131162327105 00000168570680
Manifestação reclamante	Manifestação	210903221411271 00000159880712
Intimação	Intimação	210820183113900 00000158822692
Despacho	Despacho	210820155346435 00000158799424
Laudo Completo 0011335-19	Planilha de Cálculos	210820151231388 00000158791083
Apresentação de Laudo Pericial	Apresentação de Laudo Pericial	210820151124931 00000158790804
Intimação - apresentação de laudo	Intimação	210818150646882 00000158594275
Despacho	Despacho	210810183731271 00000158060676
Intimação - apresentação de laudo	Certidão	210810135338919 00000158010164
Prosseguimento da Execução	Manifestação	210806202550170 00000157849400
		210729132522999

Intimação	Intimação	00000157239721
Despacho	Despacho	21072910315901300000157220860
Certidão de Trânsito em Julgado	Certidão de Trânsito em Julgado	21072910312137600000157220795
Intimação	Intimação	21071418495623900000156272600
Intimação	Intimação	21071214303659000000156035504
Sentença	Sentença	21071214001898500000156031059
Notificação entregue	Certidão	21061415133408500000154050533
Intimação	Intimação	21051412385020000000151951300
Despacho	Despacho	21051312251399000000151851750
Novo endereço da reclamada	Manifestação	21051222261961000000151818732
Fotografia da residência	Fotografia	21051222295437300000151818755
Intimação	Intimação	21042717514344900000150670655
Despacho	Despacho	21042717035198000000150663167
Intimação	Intimação	21032216531277700000148247076
Intimação	Intimação	21032213004006400000148201645
Despacho	Despacho	21031922221511400000148145454
		21031922204973

Certidão	Certidão	00000148145434
Intimação	Intimação	210211165703745 00000145517607
Intimação	Intimação	201130131200430 00000142165913
Despacho	Despacho	201130104450578 00000142146469
Esclarecimentos ao Laudo de Insalubridade e Periculosidade	Apresentação de Esclarecimentos ao Laudo Pericial	201128094157922 00000142114324
Laudo de Insalubridade e Periculosidade	Apresentação de Laudo Pericial	201128094106354 00000142114317
Intimação	Intimação	201111150357596 00000140977933
Notificação entregue	Certidão	201111122937203 00000140956608
Intimação	Intimação	200820125523067 00000135412744
Despacho	Despacho	200820014813295 00000135380099
Intimação	Intimação	200820015155408 00000135380108
Intimação	Intimação	200722213303993 00000133531946
Intimação	Intimação	200601131432578 00000129935429
Despacho	Despacho	200529220521758 00000129882772
Solicitação de habilitação	Solicitação de Habilitação	200326205326353 00000126980096
Notificação DEVOLVIDA jussimara	Documento Diverso	200311170423303 00000126122695

Notificação DEVOLVIDA jussimara	Certidão	20031117040301800000126122645
Notificação	Notificação	20021316163844000000124415406
Ata da Audiência	Ata da Audiência	20021113325883700000124173952
peticao intermediaria fatos novos	Manifestação	20021020433722600000124128994
Documento Diverso	Documento Diverso	20021020455265400000124129029
Contrato	Contrato	20021020460485500000124129032
Documento Diverso	Documento Diverso	20021020462334300000124129043
Prova Emprestada	Prova Emprestada	20021020463724600000124129049
Notificação	Notificação	19112114284675000000120182716
Notificação Devolvida JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME	Certidão	19111312122950100000119709547
Notificação	Notificação	19102108253629700000118128738
Intimação	Intimação	19102108253620400000118128737
Despacho	Despacho	19091212433875600000115544977
emenda a inicial	Manifestação	19091116475065400000115490790
Contrato	Contrato	19091116485888400000115490856
Decisão de prevenção	Decisão	19091123073504200000115513583

Petição Inicial	Petição Inicial	190911161144192 00000115483758
rt	Documento Diverso	190911161603773 00000115484552
Procuração	Procuração	190911161609145 00000115484570
Declaração de Hipossuficiência	Declaração de Hipossuficiência	190911161611628 00000115484578
Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)	Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)	190911161617441 00000115484594
cnh	Documento Diverso	190911161625796 00000115484616
Extrato de FGTS	Extrato de FGTS	190911161631072 00000115484628
Contracheque/Recibo de Salário	Contracheque/Recibo de Salário	190911161639825 00000115484663
Fotografia	Fotografia	190911161643688 00000115484678
Fotografia	Fotografia	190911161653202 00000115484705
Fotografia	Fotografia	190911161657260 00000115484721
Fotografia	Fotografia	190911161700169 00000115484732

Caso Vossa Senhoria não consiga consultar os documentos via *internet* e deseje acessá-los ou receber orientações, deverá comparecer a esta Unidade Judiciária, sediada no seguinte endereço: Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS/SP - CEP: 13092-123.

PARA VISUALIZAÇÃO, UTILIZAR O NAVEGADOR MOZILLA FIREFOX.

Autoriza-se, desde logo, que o(a) oficial(a) de justiça avaliador(a) se valha das prerrogativas previstas nos artigos 212, 249, 252, 253, 845 e 846, caput e § 2º, do CPC, autorizado o arrombamento e a requisição de força policial com a mera apresentação deste à autoridade policial. Havendo necessidade de remoção, nas

hipóteses da parametrização, fica desde já autorizada a conclusão do ato iniciado durante o dia após as 20h, na forma do § 1º do art. 212.

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei.

Este é assinado pelo(a) servidor(a), de ordem do(a) MM. Juiz(a) do Trabalho, nos termos do artigo 250, inciso VI, do CPC.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (4)

é NOTIFICAÇÃO

JOICE CRISTINA RODRIGUES 46165996884
BRUNA LAURITA MASOTI DE ALMEIDA, 232, PARQUE FLORIANOPOLIS, JAGUARIUNA/SP - CEP: 13910-268

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22120714083989600000191908451?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO COM_AR).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (4)

ID do mandado: {VAL $idMandado}
Destinatário: {VAL $nomeDestinatarioMandado}

CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE MANDADO

Certidão relativa ao mandado ID 8415816 e Auto de Avaliação de Imóvel seguem em anexo. Ante o exposto, devolvo, respeitosamente, o presente mandado, aguardando novas determinações.

CAMPINAS/SP, 10 de agosto de 2023.

ANDRELI ALEXANDRE BRUDER
Oficial de Justiça Avaliador Federal

Assinado eletronicamente por: ANDRELI ALEXANDRE BRUDER - Juntado em: 10/08/2023 11:15:22 - 08d1a53
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23081011133569900000208708766?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 23081011133569900000208708766

PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043 - Mandado ID 8415816
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (4)
VALOR DO DÉBITO: R$ 64.433,81, em 08/2021
Endereço: Lote de Terreno nº 02, da Quadra "E", Loteamento Jardim Pinheiros (atual rua Otávio Antoniacci, nº 89, conforme pesquisa realizada no site da Prefeitura Municipal de Jaguariúna), Jaguariúna-SP

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que recebi o presente mandado para, em seus termos, proceder a avaliação do imóvel **matrícula n. 30.808, CRI de Pedreira-SP** (*imóvel foi penhorado nestes autos aos 07/12/2022, conforme Despacho ID* 984fad2). Em consulta ao site da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, utilizando o número de cadastro 03.0254.0520, contido na Av.02 da matrícula (ID 90ff0fc), obteve-se a denominação/numeração atual do imóvel em questão, a saber, Rua Otavio Antoniacci, n. 89, Jardim Pinheiros, Jaguariúna-SP, conforme *print* abaixo:

08/08/2023, 11:31 Portal do Cidadão

Extrato de IPTU - 2023

Dados do Imóvel

Inscrição Cadastral:	03.0254.0520-001	**Código reduzido:**	11820
Endereço:	RUA OTAVIO ANTONIACCI 89 - JARDIM PINHEIROS Jaguariúna-SP		
Loteamento:	Lote:2 Quadra:E		
Valor do terreno:	43.895,00	**Área total do terreno:**	250,00
Valor da construção:	440.744,31	**Área construida:**	247,91
Valor venal excedente:	0,00	**Fração ideal:**	250,00
Valor total do imóvel:	484.639,31		

Dados do Proprietário

Nome:	ANTONIO CARLOS DURANTE
CPF/CNPJ:	247.781.808-28

Dirigi-me, então, aos 08/08/2023, por volta das 15hs10min., ao endereço supra, e aí procedi à avaliação do imóvel, conforme "*Auto de Avaliação de Imóvel*", em anexo (procedi a avaliação tomando por base o valor médio de mercado do metro quadrado dos imóveis à venda na região, anunciados em sites especializados). Trata-se de uma residência térrea onde este Oficial não foi atendido apesar de insistentes batidas de palmas. Segundo informações prestadas pela vizinha Sra. Helena Tavares, moradora da residência n. 102 (do outro lado da rua), o imóvel em questão encontra-se vazio e desocupado há vários meses. Diante do exposto, com devido respeito e acatamento, devolvo o presente mandado, submeto-o à apreciação de Vossa Excelência, aguardando novas determinações.

Campinas, 10 de agosto de 2023

ANDRELI ALEXANDRE BRUDER
Oficial de Justiça Avaliador Federal

Assinado eletronicamente por: ANDRELI ALEXANDRE BRUDER - Juntado em: 10/08/2023 11:15:22 - 923fc93
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23081011141653400000208708872?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 23081011141653400000208708872

PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043 - Mandado ID 8415816
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (4)
VALOR DO DÉBITO: R$ 64.433,81, em 08/2021
Endereço: Lote de Terreno nº 02, da Quadra "E", Loteamento Jardim Pinheiros (atual rua Otávio Antoniacci, nº 89, conforme pesquisa realizada no site da Prefeitura Municipal de Jaguariúna), Jaguariúna-SP

AUTO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEL

Aos 08 (oito) dias de agosto de 2023, por volta das 15hs10min, eu, Oficial de Justiça Avaliador Federal subscrito, em cumprimento ao r. Mandado, passado a favor de RODRIGO GONCALVES REFUNDINI contra JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (4), dirigi-me à Quadra "E", Lote de Terreno nº 02, Loteamento Jardim Pinheiros (atual Rua Otávio Antoniacci, nº 89, conforme pesquisa realizada no site da Prefeitura Municipal de Jaguariúna), Jaguariúna-SP e, depois de preenchidas as formalidades legais, **procedi à avaliação do imóvel sob matrícula 30.808, CRI de Pedreira-SP** (*imóvel foi penhorado nestes autos aos 07/12/2022, conforme Despacho ID 984fad2)*. Referido imóvel possui as seguintes características:

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

MATRÍCULA	FICHA
30.808	01

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE PEDREIRA - ESTADO DE SÃO PAULO

Pedreira, 19 de julho de 2007.

Oficial Designada,

Distrito JAGUARIÚNA | Urbano (X) CPM

Município JAGUARIÚNA | Rural ( ) INCRA

Localização RUA 04.

LOTEAMENTO: JARDIM PINHEIROS.

IMÓVEL: O LOTE DE TERRENO SOB Nº 02 (DOIS) DA QUADRA E, com a área de 250,00 metros quadrados, com frente para a Rua 04, para a qual mede 10,00m (dez metros), igual largura na linha do fundo, confrontando com o lote nº 45; 25,00m (vinte e cinco metros) da frente ao fundo, em ambos os lados, confrontando do lado direito com o lote nº 03 e do lado esquerdo, com o lote nº 01, possuindo faixa "non edificandi", destinada a viela sanitária, com largura de 3,00 metros, localizada no fundo do lote.

Fotos do Imóvel tiradas na diligência:



PJe Assinado eletronicamente por: ANDRELI ALEXANDRE BRUDER - Juntado em: 10/08/2023 11:15:22 - a47004e



Foto tirada pelo vão do portão



Assinado eletronicamente por: ANDRELI ALEXANDRE BRUDER - Juntado em: 10/08/2023 11:15:22 - a47004e

Sobre o lote há uma edificação térrea (residência), padrão médio de construção. Conforme Extrato de IPTU obtida no site da Prefeitura Municipal de Jaguariúna (número da Inscrição Estadual obtida na matrícula do imóvel, Av. 02), *print* abaixo, há, no terreno, "área construída" de 247,91m^2.

08/08/2023, 11:31 Portal do Cidadão

Extrato de IPTU - 2023

Dados do Imóvel

Inscrição Cadastral:	03.0254.0520-001	**Código reduzido:**	11820
Endereço:	RUA OTAVIO ANTONIACCI 89 - JARDIM PINHEIROS Jaguariúna-SP		
Loteamento:	Lote:2 Quadra:E		
Valor do terreno:	43.895,00	**Área total do terreno:**	250,00
Valor da construção:	440.744,31	**Área construida:**	247,91
Valor venal excedente:	0,00	**Fração ideal:**	250,00
Valor total do imóvel:	484.639,31		

Dados do Proprietário

Nome:	ANTONIO CARLOS DURANTE
CPF/CNPJ:	247.781.808-28

AVALIAÇÃO: **R$ 550.000,00 (Quinhentos e cinquenta mil de reais)**
Nada mais.

ANDRELI ALEXANDRE BRUDER
Oficial de Justiça Avaliador

Assinado eletronicamente por: ANDRELI ALEXANDRE BRUDER - Juntado em: 10/08/2023 11:15:22 - a47004e
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23081011144531200000208708928?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 23081011144531200000208708928

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (3)

DESPACHO

Ciência às partes e interessados da penhora e avaliação do bem de matrícula nº 30.808 do CRI de Pedreira/SP (ids: 923fc93 e a47004e), inclusive para fins do art. 884, CLT.

CAMPINAS/SP, 30 de maio de 2024

CAMILA XIMENES COIMBRA
Juíza do Trabalho Substituta

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (3)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 93ce3de proferido nos autos.

DESPACHO

Ciência às partes e interessados da penhora e avaliação do bem de matrícula nº 30.808 do CRI de Pedreira/SP (ids: 923fc93 e a47004e), inclusive para fins do art. 884, CLT.

CAMPINAS/SP, 30 de maio de 2024

CAMILA XIMENES COIMBRA
Juíza do Trabalho Substituta

PJe-Calc
Sistema de Cálculos Trabalhistas

Processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Cálculo: 853499

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante **RODRIGO GONCALVES REFUNDINI**
Reclamado: **JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME**
Período do Cálculo: **01/08/2014 a 01/08/2019** Data Ajuizamento: **11/09/2019** Data Liquidação: **12/07/2024**

Resumo da Atualização do Cálculo

Descrição do Saldo Devedor por Credor	Valor
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	73.608,61
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE SALÁRIOS DEVIDOS	4.068,79
HONORÁRIOS LÍQUIDOS PARA DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA	7.484,79
IRRF SOBRE HONORÁRIOS PARA DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA	0,00
HONORÁRIOS LÍQUIDOS PARA KLEBER BURATIERO	1.400,00
IRRF SOBRE HONORÁRIOS PARA KLEBER BURATIERO	0,00
IRPF DEVIDO PELO RECLAMANTE	0,00
Total Devido Pelo Reclamado	**86.562,19**

Não houve eventos no período compreendido entre a data de liquidação do cálculo e a data de liquidação da atualização.

Critério da Atualização e Fundamentação Legal

1. Valores corrigidos pelo índice 'IPCA-E' até 21/03/2021 e pelo índice 'Sem Correção' a partir de 22/03/2021, acumulados a partir do mês subsequente ao vencimento, conforme súmula nº 381 do TST. Última taxa 'IPCA-E' relativa a 03/2021.
2. Contribuições sociais sobre salários pagos com juros de mora à taxa SELIC desde a prestação do serviço (art. 43 da Lei no 8.212/1991).
3. Imposto de renda apurado através da 'tabela progressiva acumulada' vigente no mês da liquidação (Art. 12-A da Lei nº 7.713/1988).
4. Sem incidência de juros até 21/03/2021; e juros SELIC (Receita Federal) a partir de 22/03/2021.
5. Juros de mora sobre verbas apurados antes da dedução da contribuição social devida pelo reclamante.

PJe Assinado eletronicamente por: MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS - Juntado em: 12/07/2024 13:01:19 - 350e468

Processo: 0011335-78.2019.5.15.0043

Cálculo: 853499

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante **RODRIGO GONCALVES REFUNDINI**

Reclamado: **JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME**

Período do Cálculo: **01/08/2014 a 01/08/2019** Data Ajuizamento: **11/09/2019** Data Liquidação: **12/07/2024**

Demonstrativo da Atualização do Cálculo

Saldo Devedor em 12/07/2024

Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Principal Corrigido	-	-	39.297,96	1,000000000	39.297,96	0,00	39.297,96
Juros de Mora até 01/08/2021	-	-	870,30	1,000000000	870,30	0,00	870,30
Juros de Mora de 02/08/2021 até 12/07/2024	39.297,96	31,8700%	-	-	12.524,26	0,00	12.524,26
FGTS	-	-	19.841,73	1,000000000	19.841,73	0,00	19.841,73
Juros de Mora até 01/08/2021	-	-	439,41	1,000000000	439,41	0,00	439,41
Juros de Mora de 02/08/2021 até 12/07/2024	19.841,73	31,8700%	-	-	6.323,56	0,00	6.323,56
VALOR JA RECEBIDO PELO RECLAMANTE devida pelo Reclamante	-	-	(4.449,36)	1,000000000	(4.449,36)	0,00	(4.449,36)
Total Parcial					**74.847,86**	**0,00**	**74.847,86**

Descontar dos Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Desconto da Contribuição Social	-	-	1.239,25	1,000000000	1.239,25	0,00	1.239,25
Imposto de Renda devido pelo Reclamante	-	-	-	-	0,00	0,00	0,00
Total Parcial					**1.239,25**	**0,00**	**1.239,25**

Outros Débitos do Reclamado	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Contribuição Social sobre Salários Devidos	-	-	-	-	2.829,54	0,00	2.829,54
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS devidos para DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA	74.847,86	10,0000%	-	-	7.484,79	0,00	7.484,79
HONORÁRIOS PERICIAIS - CONTADOR devidos para KLEBER BURATIERO	-	-	1.400,00	1,000000000	1.400,00	0,00	1.400,00

PJe Assinado eletronicamente por: MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS - Juntado em: 12/07/2024 13:01:19 - 350e468

Total Parcial	11.714,33	0,00	11.714,33

Demonstrativo de Contribuição Social

Contribuição Social dos Salários Devidos

Contribuição Social dos Salários Devidos em: 12/07/2024 - Valor Pago: 0,00

Competência	Contrib.	Índice	Devido	Juros	Multa	Total	Valor Pago	Diferença	Juros	Multa	Total
8/2014	44,89	1,000000000	44,89	0,00	0,00	44,89	0,00	44,89	0,00	0,00	44,89
9/2014	44,89	1,000000000	44,89	0,00	0,00	44,89	0,00	44,89	0,00	0,00	44,89
10/2014	44,89	1,000000000	44,89	0,00	0,00	44,89	0,00	44,89	0,00	0,00	44,89
11/2014	44,89	1,000000000	44,89	0,00	0,00	44,89	0,00	44,89	0,00	0,00	44,89
12/2014	44,89	1,000000000	44,89	0,00	0,00	44,89	0,00	44,89	0,00	0,00	44,89
12/2014	18,70	1,000000000	18,70	0,00	0,00	18,70	0,00	18,70	0,00	0,00	18,70
1/2015	48,86	1,000000000	48,86	0,00	0,00	48,86	0,00	48,86	0,00	0,00	48,86
2/2015	48,86	1,000000000	48,86	0,00	0,00	48,86	0,00	48,86	0,00	0,00	48,86
3/2015	48,86	1,000000000	48,86	0,00	0,00	48,86	0,00	48,86	0,00	0,00	48,86
4/2015	48,86	1,000000000	48,86	0,00	0,00	48,86	0,00	48,86	0,00	0,00	48,86
5/2015	48,86	1,000000000	48,86	0,00	0,00	48,86	0,00	48,86	0,00	0,00	48,86
6/2015	48,86	1,000000000	48,86	0,00	0,00	48,86	0,00	48,86	0,00	0,00	48,86
7/2015	48,86	1,000000000	48,86	0,00	0,00	48,86	0,00	48,86	0,00	0,00	48,86
8/2015	48,86	1,000000000	48,86	0,00	0,00	48,86	0,00	48,86	0,00	0,00	48,86
9/2015	48,86	1,000000000	48,86	0,00	0,00	48,86	0,00	48,86	0,00	0,00	48,86
10/2015	48,86	1,000000000	48,86	0,00	0,00	48,86	0,00	48,86	0,00	0,00	48,86
11/2015	48,86	1,000000000	48,86	0,00	0,00	48,86	0,00	48,86	0,00	0,00	48,86
12/2015	48,86	1,000000000	48,86	0,00	0,00	48,86	0,00	48,86	0,00	0,00	48,86
12/2015	48,86	1,000000000	48,86	0,00	0,00	48,86	0,00	48,86	0,00	0,00	48,86

PJe Assinado eletronicamente por: MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS - Juntado em: 12/07/2024 13:01:19 - 350e468

1/2016	54,56	1,000000000	54,56	0,00	0,00	54,56	0,00	54,56	0,00	0,00	54,56
2/2016	54,56	1,000000000	54,56	0,00	0,00	54,56	0,00	54,56	0,00	0,00	54,56
3/2016	54,56	1,000000000	54,56	0,00	0,00	54,56	0,00	54,56	0,00	0,00	54,56
4/2016	54,56	1,000000000	54,56	0,00	0,00	54,56	0,00	54,56	0,00	0,00	54,56
5/2016	54,56	1,000000000	54,56	0,00	0,00	54,56	0,00	54,56	0,00	0,00	54,56
6/2016	54,56	1,000000000	54,56	0,00	0,00	54,56	0,00	54,56	0,00	0,00	54,56
7/2016	74,57	1,000000000	74,57	0,00	0,00	74,57	0,00	74,57	0,00	0,00	74,57
8/2016	54,56	1,000000000	54,56	0,00	0,00	54,56	0,00	54,56	0,00	0,00	54,56
9/2016	54,56	1,000000000	54,56	0,00	0,00	54,56	0,00	54,56	0,00	0,00	54,56
10/2016	54,56	1,000000000	54,56	0,00	0,00	54,56	0,00	54,56	0,00	0,00	54,56
11/2016	54,56	1,000000000	54,56	0,00	0,00	54,56	0,00	54,56	0,00	0,00	54,56
12/2016	54,56	1,000000000	54,56	0,00	0,00	54,56	0,00	54,56	0,00	0,00	54,56
12/2016	54,56	1,000000000	54,56	0,00	0,00	54,56	0,00	54,56	0,00	0,00	54,56
1/2017	58,09	1,000000000	58,09	0,00	0,00	58,09	0,00	58,09	0,00	0,00	58,09
2/2017	58,09	1,000000000	58,09	0,00	0,00	58,09	0,00	58,09	0,00	0,00	58,09
3/2017	58,09	1,000000000	58,09	0,00	0,00	58,09	0,00	58,09	0,00	0,00	58,09
4/2017	58,09	1,000000000	58,09	0,00	0,00	58,09	0,00	58,09	0,00	0,00	58,09
5/2017	58,09	1,000000000	58,09	0,00	0,00	58,09	0,00	58,09	0,00	0,00	58,09
6/2017	58,09	1,000000000	58,09	0,00	0,00	58,09	0,00	58,09	0,00	0,00	58,09
7/2017	79,40	1,000000000	79,40	0,00	0,00	79,40	0,00	79,40	0,00	0,00	79,40
8/2017	58,09	1,000000000	58,09	0,00	0,00	58,09	0,00	58,09	0,00	0,00	58,09
9/2017	58,09	1,000000000	58,09	0,00	0,00	58,09	0,00	58,09	0,00	0,00	58,09
10/2017	58,09	1,000000000	58,09	0,00	0,00	58,09	0,00	58,09	0,00	0,00	58,09
11/2017	58,09	1,000000000	58,09	0,00	0,00	58,09	0,00	58,09	0,00	0,00	58,09
12/2017	58,09	1,000000000	58,09	0,00	0,00	58,09	0,00	58,09	0,00	0,00	58,09
12/2017	58,09	1,000000000	58,09	0,00	0,00	58,09	0,00	58,09	0,00	0,00	58,09
1/2018	59,15	1,000000000	59,15	0,00	0,00	59,15	0,00	59,15	0,00	0,00	59,15
2/2018	59,15	1,000000000	59,15	0,00	0,00	59,15	0,00	59,15	0,00	0,00	59,15
3/2018	59,15	1,000000000	59,15	0,00	0,00	59,15	0,00	59,15	0,00	0,00	59,15
4/2018	59,15	1,000000000	59,15	0,00	0,00	59,15	0,00	59,15	0,00	0,00	59,15
5/2018	59,15	1,000000000	59,15	0,00	0,00	59,15	0,00	59,15	0,00	0,00	59,15
6/2018	59,15	1,000000000	59,15	0,00	0,00	59,15	0,00	59,15	0,00	0,00	59,15
7/2018	80,84	1,000000000	80,84	0,00	0,00	80,84	0,00	80,84	0,00	0,00	80,84
8/2018	59,15	1,000000000	59,15	0,00	0,00	59,15	0,00	59,15	0,00	0,00	59,15
9/2018	59,15	1,000000000	59,15	0,00	0,00	59,15	0,00	59,15	0,00	0,00	59,15
10/2018	59,15	1,000000000	59,15	0,00	0,00	59,15	0,00	59,15	0,00	0,00	59,15

PJe Assinado eletronicamente por: MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS - Juntado em: 12/07/2024 13:01:19 - 350e468

11/2018	59,15	1,000000000	59,15	0,00	0,00	59,15	0,00	59,15	0,00	0,00	59,15
12/2018	59,15	1,000000000	59,15	0,00	0,00	59,15	0,00	59,15	0,00	0,00	59,15
12/2018	59,15	1,000000000	59,15	0,00	0,00	59,15	0,00	59,15	0,00	0,00	59,15
1/2019	61,88	1,000000000	61,88	0,00	0,00	61,88	0,00	61,88	0,00	0,00	61,88
2/2019	61,88	1,000000000	61,88	0,00	0,00	61,88	0,00	61,88	0,00	0,00	61,88
3/2019	61,88	1,000000000	61,88	0,00	0,00	61,88	0,00	61,88	0,00	0,00	61,88
4/2019	61,88	1,000000000	61,88	0,00	0,00	61,88	0,00	61,88	0,00	0,00	61,88
5/2019	61,88	1,000000000	61,88	0,00	0,00	61,88	0,00	61,88	0,00	0,00	61,88
6/2019	61,88	1,000000000	61,88	0,00	0,00	61,88	0,00	61,88	0,00	0,00	61,88
7/2019	2,06	1,000000000	2,06	0,00	0,00	2,06	0,00	2,06	0,00	0,00	2,06
8/2019	24,79	1,000000000	24,79	0,00	0,00	24,79	0,00	24,79	0,00	0,00	24,79
8/2019	495,92	1,000000000	495,92	0,00	0,00	495,92	0,00	495,92	0,00	0,00	495,92
			4.068,79	**0,00**	**0,00**	**4.068,79**	**0,00**	**4.068,79**	**0,00**	**0,00**	**4.068,79**

Demonstrativo de Imposto de Renda

Imposto de Renda Devido sobre Saldo Devedor em: 12/07/2024

PJe Assinado eletronicamente por: MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS - Juntado em: 12/07/2024 13:01:19 - 350e468

Rendimentos recebidos acumuladamente relativos a ano-calendário anterior ao do recebimento - 01/08/2014 a 01/08/2019

Nome: TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA

Verbas	Juros	Quant. de Meses	Contribuição Social	Previdência Privada	Pensão Alimentícia	Honorários	Dependentes	Aposentado > 65 anos	Base	Faixa	Alíquota	Dedução	Devido
16.319,61	0,00	67,00	1.239,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.080,36	0,00 à 151.366,40	0,00	0,00	0,00
												Total Devido	**0,00**

Assinado eletronicamente por: MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS - Juntado em: 12/07/2024 13:01:19 - 350e468
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24071213011948900000234137814?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 24071213011948900000234137814

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (3)

é NOTIFICAÇÃO

ANTONIO CARLOS DURANTE
NICOLAU ROSSI, 135, PARQUE FLORIANOPOLIS, JAGUARIUNA/SP - CEP: 13910-276

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24053015354357500000230513459?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO COM_AR).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (3)

DESPACHO

Trata-se de penhora que recaiu sob o imóvel objeto da matrícula nº 30.808 do ORI de Pedreira/SP, devidamente registrada na referida matrícula e avaliado por R$ 550.000,00 em 08/08/2023 (id: a47004e), restando útil para a execução.

O executado proprietário do imóvel, os coproprietários, os credores fiduciários e terceiros interessados (fraude à execução ou doação) foram devidamente intimados para ciência da penhora, nos termos do art. 884 da CLT.

Nomeio o proprietário do imóvel, senhor ANTONIO CARLOS DURANTE como depositário fiel.

Cadastr-se o bem no sistema EXE-PJe.

Assim, julgo subsistente a penhora e determino a realização de HASTA ÚNICA através da ferramenta eletrônica dos Leilões Judiciais, na forma do provimento GP-CR 04/2019 TRT 15, a cargo dos leiloeiros oficiais sorteados.

Quem pretender arrematar os bens penhorados deverá comparecer no local, no dia oportunamente designado para a hasta, ou ofertar lances pela Internet através do site do leiloeiro sorteado, devendo para tanto efetuar cadastramento prévio. Em sendo aceito o lance o arrematante deverá recolher o sinal de 20% e a comissão do leiloeiro na data designada para a realização da hasta, para fins de lavratura do termo próprio, ficando ciente de que o saldo remanescente deverá ser pago no dia útil subsequente, sob pena de perder o sinal ofertado em favor da execução.

Compete ao leiloeiro sorteado, na forma do provimento GP-CR 04/2019, entre outras atribuições:

a) elaborar o edital e promover a ampla divulgação do leilão, por meio de material impresso para o público em geral, mala direta, publicação em jornal

de grande circulação, rede mundial de computadores, inclusive com imagens reais dos bens nesse canal de circulação, para melhor aferição de suas características (§ 1o. do artigo 3º / artigo 22 alínea "b");

b) providenciar a remoção do bem, quando determinada pelo Juiz, arcando a executada com o pagamento das despesas relativas à remoção e estadia do bem no depósito (artigo 22 alínea "a");

c) encaminhar os comprovantes de pagamento, na mesma data da sua efetivação, para a Seção de Hastas e Juízo da execução, assim como comunicar a não realização dos depósitos tempestivamente (§ 2º artigo 8º);

d) fixo o lance mínimo em 60% do valor da avaliação.

É vedado aos Srs. Depositários criarem embaraços à visitação dos bens sob sua guarda, sob pena de ofensa ao art. 77, inciso IV, do NCPC, ficando desde logo autorizado o uso de força policial, se necessário.

Compete ao Juiz ao em exercício na Seção de Hastas Públicas, conforme artigos 6o, 11o . e 7o do Provimento GP/CR 04-2019:

a- decidir os incidentes processuais que envolvam a hasta;

b- receber e apreciar petições e demais expedientes relativos aos processos em pauta;

c- fiscalizar a atividade de leiloeiro e manter a ordem no decorrer da realização da hasta, relatando à Corregedoria a ocorrência de eventuais incidentes;

d- deliberar sobre a aceitação de lances parcelados;

e- assinar, finda a hasta os autos de arrematação positivos e negativos, tornando com isso irretratável o ato.

Poderá o exequente também ARREMATAR os bens, em igualdade de condições com outros interessados, prevalecendo o maior lance, sem exibir o preço, exceto se este exceder o seu crédito (artigo 10º do provimento GP-CR 04-2019) art. 895, §§ 1º e 2º, do NCPC c/c art. 769 da CLT), respondendo pelo pagamento da comissão do leiloeiro.

Quem pretender remir a dívida, nos termos do artigo 13 da Lei nº 5.584/70 e na forma da nova redação do artigo 826 do NCPC, aqui de aplicação supletiva, por força do artigo 769 da CLT, deverá comprovar o depósito do valor integral do crédito exequendo, **incluindo aquele proveniente de reservas de numerário**

PJe Assinado eletronicamente por: CAMILA XIMENES COIMBRA - Juntado em: 11/12/2024 07:47:10 - fc01def

e demais execuções trabalhistas a que a parte esteja sujeita no âmbito deste Fórum Trabalhista de Campinas, acrescido das demais despesas processuais, tais como custas, editais, honorários periciais e outras, até a data e hora designados para a hasta pública, excepcionalmente vedado para tal finalidade o uso do protocolo integrado. Nesse caso, arcará com o pagamento do valor devido ao leiloeiro de 5% da avaliação, conforme art. 25, § 3° do Provimento GP-CR nº 04-2019.

O acordo celebrado entre as partes com desconstituição da penhora e consequente retirada do feito da pauta de hastas públicas importará no pagamento, pela executada, da comissão de 5% sobre o valor da avaliação, conforme art. 25, inciso VI, do Provimento GP-CR nº 04-2019.

Quando o leilão for realizado, no entanto suspensos os seus efeitos, o arrematante estará dispensado do depósito do sinal, devendo proceder o depósito integral no prazo de 24 horas, após notificado para tal, uma vez resolvidos os incidentes.

Os Embargos à arrematação, de acordo com o art. 903 do NCPC, não terão efeito suspensivo da venda realizada, considerando-se perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os Embargos.

Conforme dispõe o parágrafo único do art. 130 do Código Tributário Nacional CTN, nas hipóteses de arrematação judicial de bens imóveis os créditos tributários sobre eles incidentes sub-rogam-se no respectivo preço. No caso de bens móveis, observar-se-á as disposições do edital.

Nos estritos casos do art. 903 do NCPC e § 1o. e 2o. do artigo 25 do provimento GPCR , caso desfeita ou anulada a arrematação, será o leiloeiro intimado a fim de, em 48 horas, depositar nos autos a comissão recebida.

O prazo para eventuais embargos à arrematação ou adjudicação passará a fluir da data da hasta pública, independentemente de nova notificação.

A publicação do edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos.

Além do valor devido ao leiloeiro e demais despesas com a hasta pública, a executada arcará ainda com o pagamento das despesas processuais fixadas no art. 789-A, da CLT, no que for aplicável ao caso concreto.

Sem prejuízo, considerando que a certidão da matrícula do imóvel penhorado é antiga e pode estar desatualizada, protocole a secretaria, via ARISP, o pedido de certidão atualizada.

PJe Assinado eletronicamente por: CAMILA XIMENES COIMBRA - Juntado em: 11/12/2024 07:47:10 - fc01def

Para isso, considerando o caráter alimentar das verbas trabalhistas, concedo isenção dos emolumentos devidos em razão da consulta a ser realizada no sistema "Penhora Online - Arisp", com fundamento no § 5º do art. 98 do CPC.

Ciência às partes.

CAMPINAS/SP, 10 de dezembro de 2024

CAMILA XIMENES COIMBRA
Juíza do Trabalho Substituta

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (3)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID fc01def proferido nos autos.

DESPACHO

Trata-se de penhora que recaiu sob o imóvel objeto da matrícula nº 30.808 do ORI de Pedreira/SP, devidamente registrada na referida matrícula e avaliado por R$ 550.000,00 em 08/08/2023 (id: a47004e), restando útil para a execução.

O executado proprietário do imóvel, os coproprietários, os credores fiduciários e terceiros interessados (fraude à execução ou doação) foram devidamente intimados para ciência da penhora, nos termos do art. 884 da CLT.

Nomeio o proprietário do imóvel, senhor ANTONIO CARLOS DURANTE como depositário fiel.

Cadastr-se o bem no sistema EXE-PJe.

Assim, julgo subsistente a penhora e determino a realização de HASTA ÚNICA através da ferramenta eletrônica dos Leilões Judiciais, na forma do provimento GP-CR 04/2019 TRT 15, a cargo dos leiloeiros oficiais sorteados.

Quem pretender arrematar os bens penhorados deverá comparecer no local, no dia oportunamente designado para a hasta, ou ofertar lances pela Internet através do site do leiloeiro sorteado, devendo para tanto efetuar cadastramento prévio. Em sendo aceito o lance o arrematante deverá recolher o sinal de 20% e a comissão do leiloeiro na data designada para a realização da hasta, para fins de lavratura do termo próprio, ficando ciente de que o saldo remanescente deverá ser pago no dia útil subsequente, sob pena de perder o sinal ofertado em favor da execução.

Compete ao leiloeiro sorteado, na forma do provimento GP-CR 04/2019, entre outras atribuições:

a) elaborar o edital e promover a ampla divulgação do leilão, por meio de material impresso para o público em geral, mala direta, publicação em jornal de grande circulação, rede mundial de computadores, inclusive com imagens reais dos bens nesse canal de circulação, para melhor aferição de suas características (§ 1o. do artigo 3º / artigo 22 alínea "b");

b) providenciar a remoção do bem, quando determinada pelo Juiz, arcando a executada com o pagamento das despesas relativas à remoção e estadia do bem no depósito (artigo 22 alínea "a");

c) encaminhar os comprovantes de pagamento, na mesma data da sua efetivação, para a Seção de Hastas e Juízo da execução, assim como comunicar a não realização dos depósitos tempestivamente (§ 2º artigo 8º);

d) fixo o lance mínimo em 60% do valor da avaliação.

É vedado aos Srs. Depositários criarem embaraços à visitação dos bens sob sua guarda, sob pena de ofensa ao art. 77, inciso IV, do NCPC, ficando desde logo autorizado o uso de força policial, se necessário.

Compete ao Juiz ao em exercício na Seção de Hastas Públicas, conforme artigos 6o, 11o . e 7o do Provimento GP/CR 04-2019:

a- decidir os incidentes processuais que envolvam a hasta;

b- receber e apreciar petições e demais expedientes relativos aos processos em pauta;

c- fiscalizar a atividade de leiloeiro e manter a ordem no decorrer da realização da hasta, relatando à Corregedoria a ocorrência de eventuais incidentes;

d- deliberar sobre a aceitação de lances parcelados;

e- assinar, finda a hasta os autos de arrematação positivos e negativos, tornando com isso irretratável o ato.

Poderá o exequente também ARREMATAR os bens, em igualdade de condições com outros interessados, prevalecendo o maior lance, sem exibir o preço, exceto se este exceder o seu crédito (artigo 10º do provimento GP-CR 04-2019) art. 895, §§ 1º e 2º, do NCPC c/c art. 769 da CLT), respondendo pelo pagamento da comissão do leiloeiro.

PJe Assinado eletronicamente por: CAMILA XIMENES COIMBRA - Juntado em: 11/12/2024 07:48:10 - 0fe8657

Quem pretender remir a dívida, nos termos do artigo 13 da Lei nº 5.584/70 e na forma da nova redação do artigo 826 do NCPC, aqui de aplicação supletiva, por força do artigo 769 da CLT, deverá comprovar o depósito do valor integral do crédito exequendo, **incluindo aquele proveniente de reservas de numerário e demais execuções trabalhistas a que a parte esteja sujeita no âmbito deste Fórum Trabalhista de Campinas**, acrescido das demais despesas processuais, tais como custas, editais, honorários periciais e outras, até a data e hora designados para a hasta pública, excepcionalmente vedado para tal finalidade o uso do protocolo integrado. Nesse caso, arcará com o pagamento do valor devido ao leiloeiro de 5% da avaliação, conforme art. 25, § 3° do Provimento GP-CR nº 04-2019.

O acordo celebrado entre as partes com desconstituição da penhora e consequente retirada do feito da pauta de hastas públicas importará no pagamento, pela executada, da comissão de 5% sobre o valor da avaliação, conforme art. 25, inciso VI, do Provimento GP-CR nº 04-2019.

Quando o leilão for realizado, no entanto suspensos os seus efeitos, o arrematante estará dispensado do depósito do sinal, devendo proceder o depósito integral no prazo de 24 horas, após notificado para tal, uma vez resolvidos os incidentes.

Os Embargos à arrematação, de acordo com o art. 903 do NCPC, não terão efeito suspensivo da venda realizada, considerando-se perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os Embargos.

Conforme dispõe o parágrafo único do art. 130 do Código Tributário Nacional CTN, nas hipóteses de arrematação judicial de bens imóveis os créditos tributários sobre eles incidentes sub-rogam-se no respectivo preço. No caso de bens móveis, observar-se-á as disposições do edital.

Nos estritos casos do art. 903 do NCPC e § 1o. e 2o. do artigo 25 do provimento GPCR , caso desfeita ou anulada a arrematação, será o leiloeiro intimado a fim de, em 48 horas, depositar nos autos a comissão recebida.

O prazo para eventuais embargos à arrematação ou adjudicação passará a fluir da data da hasta pública, independentemente de nova notificação.

A publicação do edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos.

Além do valor devido ao leiloeiro e demais despesas com a hasta pública, a executada arcará ainda com o pagamento das despesas processuais fixadas no art. 789-A, da CLT, no que for aplicável ao caso concreto.

PJe Assinado eletronicamente por: CAMILA XIMENES COIMBRA - Juntado em: 11/12/2024 07:48:10 - 0fe8657

Sem prejuízo, considerando que a certidão da matrícula do imóvel penhorado é antiga e pode estar desatualizada, protocole a secretaria, via ARISP, o pedido de certidão atualizada.

Para isso, considerando o caráter alimentar das verbas trabalhistas, concedo isenção dos emolumentos devidos em razão da consulta a ser realizada no sistema "Penhora Online - Arisp", com fundamento no § 5º do art. 98 do CPC.

Ciência às partes.

CAMPINAS/SP, 10 de dezembro de 2024

CAMILA XIMENES COIMBRA
Juíza do Trabalho Substituta

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (3)

Protocolo de Certidões

O seu protocolo de certidão foi registrado em nosso sistema.

Tipo:	Matrícula
Nome:	OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE PEDREIRA - SP
Nº do Processo:	0011335-78.2019.5.15.0043
CPF:	247.781.808-28

Protocolo(s)	Cartório(s)
SPH25020010534D	OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE PEDREIRA - SP

CAMPINAS/SP, 10 de fevereiro de 2025.

MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS
Diretor de Secretaria

Assinado eletronicamente por: MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS - Juntado em: 10/02/2025 17:55:20 - 442dada
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25021017551593900000250945608?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 25021017551593900000250945608

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (3)

NOTIFICAÇÃO

JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME
Rua Oswaldo Tonini, 48, nova jaguariuna, MONTE ALEGRE DO SUL/SP - CEP: 13820-000

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24121015230304100000247431465?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO CARTA_SIMPLES).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (3)

NOTIFICAÇÃO

JUSSIMARA SILVA DURANTE
BRUNA LAURITA MASOTI DE ALMEIDA, 262, PARQUE FLORIANOPOLIS, JAGUARIUNA/SP - CEP: 13910-268

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24121015230304100000247431465?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO CARTA_SIMPLES).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (3)

NOTIFICAÇÃO

JOICE CRISTINA RODRIGUES 46165996884
BRUNA LAURITA MASOTI DE ALMEIDA, 232, PARQUE FLORIANOPOLIS, JAGUARIUNA/SP - CEP: 13910-268

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24121015230304100000247431465?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO CARTA_SIMPLES).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (3)

é NOTIFICAÇÃO

ANTONIO CARLOS DURANTE
NICOLAU ROSSI, 135, PARQUE FLORIANOPOLIS, JAGUARIUNA/SP - CEP: 13910-276

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24121015230304100000247431465?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO COM_AR).

Valide aqui
este documento

CNM: 120881.2.0030808-86

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

MATRÍCULA	FICHA
30.808	01

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE PEDREIRA - ESTADO DE SÃO PAULO

Pedreira, 19 de julho de 2007.

Oficial Designada,

Distrito JAGUARIÚNA | Urbano (X) CPM

Município JAGUARIÚNA | Rural ( ) INCRA

Localização RUA 04.

LOTEAMENTO: JARDIM PINHEIROS.

IMÓVEL: O LOTE DE TERRENO SOB Nº 02 (DOIS) DA QUADRA E, com a área de 250,00 metros quadrados, com frente para a Rua 04, para a qual mede 10,00m (dez metros), igual largura na linha do fundo, confrontando com o lote nº 45; 25,00m (vinte e cinco metros) da frente ao fundo, em ambos os lados, confrontando do lado direito com o lote nº 03 e do lado esquerdo, com o lote nº 01, possuindo faixa "non edificandi", destinada a viela sanitária, com largura de 3,00 metros, localizada no fundo do lote.

PROPRIETÁRIA: MASSA CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 03.025.914/0001-03, com sede em Curitiba-PR, na Avenida Sete de Setembro nº 4698, sala 1605, Bairro Batel.

REGISTRO ANTERIOR: R.09/M. 14.160 (Loteamento), em 03/01/2003, deste Oficial.
Matrícula aberta de ofício, nos termos do item 45, b, Cap.XX das Normas de Serviço da E. Corregedoria Geral da Justiça.

A Substª da Oficiala, (Vera Lucia Gonçalez Belolli)

A Oficiala Designada, (Filomena de Fatima Gonçalez)

AV.01 - Em 29 de agosto de 2007.

DENOMINAÇÃO DE LOGRADOURO: Procede-se a esta averbação "ex-officio", para constar que a Rua 04, do Loteamento Jardim Pinheiros, passou a denominar-se **RUA OTÁVIO ANTONIACCI**, através da Lei Municipal nº 1.611, de 08 de agosto de 2005.

O Escrevente Autorizado, (Valter Andre Trevizan)

A Oficiala Designada, (Filomena de Fatima Gonçalez)

AV.02 - Em 29 de agosto de 2007.

CADASTRO: Procede-se esta averbação por força da escritura

(continua no verso)

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/FKVQW-5EJYD-R7H7Y-2Q9N8

Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br

ri digital | Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar

PJe Assinado eletronicamente por: MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS - Juntado em: 14/02/2025 14:12:10 - 3d699cd

Valide aqui
este documento

CNM: 120881.2.0030808-86

MATRÍCULA	FICHA
30.808	01

VERSO

pública de venda e compra de 28 de dezembro de 2006, lavrada no Tabelião de Notas da sede da Comarca de Jaguariúna-SP, às fls. 273/276, do Livro nº 303, e à vista de cópia autenticada do carnê de IPTU, para constar que o imóvel encontra-se atualmente cadastrado sob nº **03.0254.0520**, na Prefeitura do Município de Jaguariúna. (microfilme nº 63.756).

O Escrevente Autorizado, (Valter Andre Trevizan)

A Oficiala Designada, (Filomena de Fatima Gonçalez)

R.03 - Em 29 de agosto de 2007.

Ref. Prenotação nº 63.756, de 06 de agosto de 2007.

VENDA E COMPRA: Pela mesma escritura pública mencionada na AV.02, a proprietária, MASSA CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA, **VENDEU** o imóvel pelo valor de R$ 3.873,00 (três mil, oitocentos e setenta e três reais), a **GERALDO JOSÉ ADABO**, CI-RG nº 12.435.754-SSP/SP, CPF nº 087.523.518-23, engenheiro de alimentos, casado sob o regime de comunhão universal de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, conforme escritura de pacto antenupcial registrada sob nº 2.213, no Livro 3-Auxiliar, deste Oficial, com **IVETE DOS SANTOS GOUVEIA ADABO**, CI-RG nº 15.126.651-7-SSP/SP, CPF nº 096.856.058-07, nutricionista, brasileiros, residentes e domiciliados nesta cidade, na Rua Siqueira Campos nº 91, apartamento 84, Centro. Consta no título, que a transmitente apresentou a Certidão Negativa de Débitos-CND sob nº 164402006-14001070, expedida via Internet, em 27/11/2006, pela Previdência Social, e Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida via Internet, em 20/07/2006, pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal, código de controle nº F9AC.947A.1490.3D35. Valor tributário R$ 6.722,50. (microfilme nº 63.756).

O Escrevente Autorizado, (Valter Andre Trevizan)

A Oficiala Designada, (Filomena de Fatima Gonçalez)

R.04 - Em 29 de agosto de 2007.

Ref. Prenotação nº 63.757, de 06 de agosto de 2007.

VENDA E COMPRA: Por escritura pública de venda e compra de

(continua na ficha 02)

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/FKVQW-5EJYD-R7H7Y-2Q9N8

Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br

ri digital | Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar

PJe Assinado eletronicamente por: MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS - Juntado em: 14/02/2025 14:12:10 - 3d699cd

Valide aqui
este documento

CNM: 120881.2.0030808-86

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

MATRÍCULA	FICHA
30.808	02

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE PEDREIRA - ESTADO DE SÃO PAULO

Pedreira, 29 de agosto de 2007.

Oficial Designada,

24 de julho de 2007, lavrada no Tabelião de Notas da sede da Comarca de Jaguariúna-SP, às fls. 371/374, do Livro nº 309, os proprietários, GERALDO JOSÉ ADABO e sua mulher IVETE DOS SANTOS GOUVEIA ADABO, **VENDERAM** o imóvel pelo valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), a **ANTONIO CARLOS DURANTE**, CI-RG nº 27.804.987-4-SSP/SP, CPF nº 247.781.808-28, brasileiro, solteiro, maior, gerente administrativo, residente e domiciliado em Jaguariúna-SP, na Rua Bruna Laurita Massoti de Almeida nº 262, Bairro Parque Florianópolis. (microfilme nº 63.757).

O Escrevente Autorizado, (Valter Andre Trevizan)

A Oficiala Designada, (Filomena de Fatima Gonçalez)

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/FKVQW-5EJYD-R7H7Y-2Q9N8

Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br

ri digital | Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar

PJe Assinado eletronicamente por: MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS - Juntado em: 14/02/2025 14:12:10 - 3d699cd

Valide aqui
este documento

C=E=R=T=I=F=I=C=O e dou fé que a presente certidão extraída em forma reprográfica é cópia autêntica da matrícula a que se refere e o imóvel a que alude tem sua situação com referência a alienações e constituições de ônus reais, integralmente noticiada na presente reprodução, extraída nos termos do § 1º, do Artigo 19, da Lei nº 6.015/73, inexistindo qualquer registro de citação de ações reais e pessoais reipersecutórias sobre o imóvel, podendo sua validade, autoria e integridade, serem confirmadas por meios eletrônicos, através do link ou QR code, impressos na mesma. **CERTIFICO mais que, a partir de 16/11/2009 o Município de Jaguariúna passou a pertencer à circunscrição imobiliária da Comarca de Jaguariúna, onde esta certidão deverá ser atualizada**. O **REFERIDO** é verdade e dá fé. Pedreira - SP, 13 de fevereiro de 2025.

EMOLUMENTOS	R$	0,00
ESTADO	R$	0,00
SEC. DA FAZ	R$	0,00
REG. CIVIL	R$	0,00
TRIB. JUSTIÇA	R$	0,00
IMP. MUNICIPAL	R$	0,00
MIN. PÚBLICO	R$	0,00
TOTAL	R$	**0,00**

PROTOCOLO Nº 96263

Selo Digital: 1208813C3000000010043125L

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/FKVQW-5EJYD-R7H7Y-2Q9N8

Documento gerado oficialmente pelo Registro de Imóveis via www.ridigital.org.br

ri digital | Todos os Registros de Imóveis do Brasil em um só lugar

Assinado eletronicamente por: MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS - Juntado em: 14/02/2025 14:12:10 - 3d699cd
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25021414120605900000251431932?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 25021414120605900000251431932

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043
AUTOR: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
RÉU: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (3)

Certifico, para os devidos fins, que liberei o bem penhorado no sistema EXE-Pje para inclusão em hasta pública a ser designada pela Divisão de Execução de Campinas.

CAMPINAS/SP, 14 de fevereiro de 2025.

MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
0011335-78.2019.5.15.0043
: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (3)

DESPACHO

Em complemento ao despacho de id: fc01def, determino a averbação da penhora efetuada por termo via sistema ARISP.

Considerando o caráter alimentar das verbas trabalhistas, concedo isenção dos emolumentos devidos.

Aguarde-se a designação da hasta pública.

CAMPINAS/SP, 14 de fevereiro de 2025

CAMILA XIMENES COIMBRA
Juíza do Trabalho Substituta

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
0011335-78.2019.5.15.0043
: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (3)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 53a4ab2 proferido nos autos.

DESPACHO

Em complemento ao despacho de id: fc01def, determino a averbação da penhora efetuada por termo via sistema ARISP.

Considerando o caráter alimentar das verbas trabalhistas, concedo isenção dos emolumentos devidos.

Aguarde-se a designação da hasta pública.

CAMPINAS/SP, 14 de fevereiro de 2025

CAMILA XIMENES COIMBRA
Juíza do Trabalho Substituta

VILLALVA & CAMARGO
ADVOGADOS

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

Processo nº ATOrd 0011335-78.2019.5.15.0043

RODRIGO GONÇALVES REFUNDINI, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, que move em face de **JUSSIMARA SILVA DURANTE – ME**, **JUSSIMARA SILVA DURANTE**, **ANTONIO CARLOS DURANTE** e **JOICE CRISTINA RODRIGUES**, por seus procuradores, vem, com o devido respeito e acatamento à presença de Vossa Excelência, requerer o segue.

Trata-se de requerimento para reunião de execuções trabalhistas contra o mesmo devedor.

Além deste processo em tela, que se encontra na **Assessoria de Execução III de Campinas**, que se diga é o mais adiantado da fase de execução em relação aos demais, outros quatro processos também estão em fase de execução nas Varas de Campinas/SP, todos estes patrocinados por estes patronos. São eles:

- **Processo 0011136-86.2019.5.15.0130**
  Reclamante: Bruno Augusto Gonçalves Refundini
  Processo está na **Assessoria de Execução I de Campinas**
  Tramitou na 11ª Vara do Trabalho de Campinas
  Transitado em julgado em 25/11/2020, iniciada fase de execução

- **Processo 0011166-27.2019.5.15.0129**
  Reclamante: José Roberto Ferreira de Arruda
  Processo está na **Assessoria de Execução II de Campinas**
  Tramitou na 10ª Vara do Trabalho de Campinas
  Transitado em julgado em 11/02/2021, iniciada fase de execução

PJe Documento assinado eletronicamente por LEONARDO CAMARGO JUNIOR, em 24/02/2025, às 21:28:03 - f275792

- **Processo 0011139-49.2019.5.15.0095**
  Reclamante: Tiago Fernando Moreira da Silva
  Processo está na **Assessoria de Liquidação de Campinas**
  Tramitou na 8ª Vara do Trabalho de Campinas
  Transitado em julgado em 07/06/2024, iniciada fase de execução
  Cálculos de liquidação de sentença apresentados

- **Processo 0011137-79.2019.5.15.0095**
  Reclamante: Leandro Gonçalves Camargo
  Processo está na **Assessoria de Liquidação de Campinas**
  Tramitou na 8ª Vara do Trabalho de Campinas
  Transitado em julgado em 13/11/2024, iniciada fase de execução

A reunião de execuções trabalhistas encontra previsão no art. 154 e seguintes da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral de Justiça do Trabalho, atualizada pelo Provimento nº 4/GCGJT, de 26/09/2023, bem como no Provimento GP-CR nº 007/2023 (alterado pelo Provimento GP-CR nº 10/2023 e Provimento GP-CR nº 007/2024) da Corregedoria do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

Tal procedimento também encontra esteio na Constituição Federal no art. 5º, LXXVIII (“*a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação*”.) e no art. 37, caput (“*A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:...*”).

A jurisprudência do E. TRT15 segue o entendimento.

CONSOLIDAÇÃO DAS DÍVIDAS DE DEVEDORES COMUNS. UNIFICAÇÃO DE DIVERSAS EXECUÇÕES EM UM PROCESSO-PILOTO. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO PROVENIENTE DE PROCESSOS INDIVIDUAIS EM FASE DE EXECUÇÃO DEFINITIVA. PROCEDIMENTO QUE PRESTIGIA

PJe Documento assinado eletronicamente por LEONARDO CAMARGO JUNIOR, em 24/02/2025, às 21:28:03 - f275792

OS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA E CELERIDADE PROCESSUAIS. A reunião de execuções contra os mesmos devedores é iniciativa norteada pelos princípios da celeridade e economia processuais, e encontra respaldo no art. 3º do Capítulo DISP, da Consolidação das Normas da Corregedoria Regional deste E. TRT, amparado pelo Provimento CGJT nº 01, de 9 de fevereiro de 2018, da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Assim, após a habilitação do crédito, os atos executórios, em busca do pagamento integral da dívida consolidada, serão realizados exclusivamente nos autos do processo piloto, não havendo prejuízo algum para o exequente. Recurso desprovido.
(TRT-15 - AP: 00112101020175150099 0011210-10.2017.5.15.0099, Relator.: OLGA AIDA JOAQUIM GOMIERI, 1ª Câmara, Data de Publicação: 05/06/2020)

Importante ressaltar que todos os processos acima mencionados já se encontram na fase de execução, com trânsito em julgado das sentenças, portanto, em que pese dois deles (ambos tramitaram na 8ª Vara do Trabalho de Campinas e se encontram na Assessoria de Liquidação de Campinas) ainda não estarem com os cálculos de liquidação de sentença homologados, certo é que se aguarda tão somente a identificação do valor exato da condenação, que deverá ser feito pela liquidação, porém, ambos os processos estão aptos a figurar na reunião de execuções vez que a condenação é certa e irrecorrível.

DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, requer:

a) Considerando que todos os processos acima mencionados possuem identidade de devedor, vez que todas as execuções são contra as mesmas reclamadas/devedoras, REQUER a unificação de todas as execuções existentes contra as reclamadas, cujos processos são patrocinados por estes patronos, formando-se um **PROCESSO PILOTO**;

PJe Documento assinado eletronicamente por LEONARDO CAMARGO JUNIOR, em 24/02/2025, às 21:28:03 - f275792

VILLALVA & CAMARGO
ADVOGADOS

b) A indicação do processo em tela como hábil para figurar como **PROCESSO PILOTO** refere-se à condição de ser o processo mais adiantado na fase de execução, com mandado de averbação da penhora já determinada pelo MM Juízo, inclusive já com liberação do bem penhorado para inclusão em hasta pública a ser designada pela Divisão de Execução de Campinas, razão pela qual REQUER a reunião de execuções dos processos relacionados acima;

c) A unificação visa oportunizar aos credores maior probabilidade de satisfação dos créditos trabalhistas por meio do resultado da penhora e arrematação do bem penhorado e levado à hasta pública;

d) REQUER seja o resultado da arrematação do imóvel penhorado nestes autos ser proporcionalmente destinado à quitação das execuções ora reunidas;

e) Eventualmente, caso o resultado da arrematação do imóvel não seja suficiente para a quitação de todas as execuções, REQUER sejam adotadas as medidas contidas na Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, no que concerne ao Regime Especial de Execução Forçada (REEF) e a adoção das tratativas e utilização de ferramentas especiais garantidas pelo Provimento GP-CR nº 007/2024 do E. TRT da 15ª Região.

Nestes termos pede e espera deferimento.

Pedreira/SP, 20 de fevereiro de 2025.

DANIELA DE GODOI MOREIRA VILLALVA
OAB/SP 346.474

LEONARDO CAMARGO JUNIOR
OAB/SP 378.805

Documento assinado eletronicamente por LEONARDO CAMARGO JUNIOR, em 24/02/2025, às 21:28:03 - f275792
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25022421274783900000252360413?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 25022421274783900000252360413

Estado: São Paulo

Tribunal: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15° REGIÃO

Comarca: CAMPINAS

Foro: CAMPINAS

Vara: 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

Escrivão/Diretor: JANAINA CAMARGO FUZETTI

CERTIDÃO DE PENHORA

Certifico para fins de averbação da penhora da propriedade ou de direitos sobre o(s) imóvel(is) efetuada no processo como adiante se contém:

PROCESSO

NATUREZA DO PROCESSO: EXECUÇÃO TRABALHISTA

Número de ordem: 0011335-78.2019.5.15.0043

Exequente(s)

RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
CPF: 450.330.158-69

Executado(a, os, as)

ANTONIO CARLOS DURANTE
CPF: 247.781.808-28

Terceiro(s)

Valor da dívida: R$ 86.562,19

IMÓVEIS PENHORADOS

1.

Protocolo de Penhora Online: PH000558978

Comarca: PEDREIRA

Endereço do imóvel: Lote de terreno sob nº 02 (dois) da Quadra E, com a frente para a Rua 04

Bairro: Jardim Pinheiros

Município: JAGUARIÚNA

Estado: São Paulo

Número da Matrícula: 30808

Cartório de Registro de Imóveis: OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE PEDREIRA - SP

DADOS INFORMATIVOS:

TIPO DA CONSTRIÇÃO: PENHORA

Data do auto ou termo: 07/07/2022

PJe Documento assinado eletronicamente por MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS, em 12/03/2025, às 16:11:42 - 952b25d

Percentual penhorado (%): 100,00

Percentual do proprietário ou titular de direitos sobre o imóvel (Compromissário comprador, devedor fiduciante etc.): % 100,00

Nome do proprietário ou titular de direitos sobre o imóvel: ANTONIO CARLOS DURANTE

O Proprietário ou titular de direitos sobre o imóvel é parte no processo? Sim

Nome do depositário: ANTONIO CARLOS DURANTE

Eventual necessidade de intimação de cônjuge será analisada nos autos pelo Magistrado.

EMOLUMENTOS

Beneficiário de assistência judiciária gratuita

Data da decisão: 14/02/2025

Folhas: Id 53a4ab2

ADVOGADO/SOLICITANTE

Nome: Mauricio Muciacito de Vasconcellos

Telefone para contato: (19)3232-7997

E-mail: 3aecamp.aecamp@trt15.jus.br

Número OAB:

Estado OAB:

O referido é verdade e dou fé.

Data: 12/03/2025 16:11:00

Emitido por: MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS

Cargo:

Documento eletrônico produzido conforme disposto no artigo 837 do CPC, devendo para validade e acesso no Oficial de Registro de Imóveis ser transmitido e recepcionado em meio eletrônico no site https://oficioeletronico.com.br/, cujo *download* comprova sua autoria e integridade.
Dados preenchidos em formulário eletrônico, dispensadas a qualificação completa das partes e a descrição completa do imóvel.

Documento assinado eletronicamente por MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS, em 12/03/2025, às 16:11:42 - 952b25d
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25031216113559000000253691969?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 25031216113559000000253691969

RECORRIDO	SKALA SOLUCAO EM SERVICOS - EIRELI
ADVOGADO	MARIA APARECIDA RIBEIRO LIMA(OAB: 411467/SP)
PERITO	HENRIQUE COUTINHO PEREIRA

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUDIO APARECIDO GARCIA
- HENRIQUE COUTINHO PEREIRA
- MUNICIPIO DE INDAIATUBA
- SKALA SOLUCAO EM SERVICOS - EIRELI

Processo Nº ROT-0012269-30.2023.5.15.0129

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	JULIANA BENATTI
Revisor	JULIANA BENATTI
RECORRENTE	DIOGO DIAS DE OLIVEIRA
ADVOGADO	MARCO AUGUSTO DE ARGENTON E QUEIROZ(OAB: 163741/SP)
RECORRENTE	REDE EDUCACIONAL DECISAO S.A.
ADVOGADO	JOEL FERREIRA VAZ FILHO(OAB: 169034/SP)
RECORRIDO	DIOGO DIAS DE OLIVEIRA
ADVOGADO	MARCO AUGUSTO DE ARGENTON E QUEIROZ(OAB: 163741/SP)
RECORRIDO	REDE EDUCACIONAL DECISAO S.A.
ADVOGADO	JOEL FERREIRA VAZ FILHO(OAB: 169034/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DIOGO DIAS DE OLIVEIRA
- REDE EDUCACIONAL DECISAO S.A.

Processo Nº AP-0148700-50.2005.5.15.0049

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	JULIANA BENATTI
Revisor	JULIANA BENATTI
AGRAVANTE	POLIMIX CONCRETO LTDA
ADVOGADO	CELIO AMARAL(OAB: 80931/SP)
ADVOGADO	IGOR HENRY BICUDO(OAB: 222546/SP)
AGRAVADO	ANGELO FERNANDO PORTA
ADVOGADO	GUILHERME NORI(OAB: 196470/SP)
AGRAVADO	UNIÃO FEDERAL (PGF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANGELO FERNANDO PORTA
- POLIMIX CONCRETO LTDA
- UNIÃO FEDERAL (PGF)

Os embargos de declaração eventualmente interpostos em face dos acórdãos poderão ser julgados na forma prevista no artigo 1º da Resolução Administrativa nº 21/2015, publicado no DEJT de 10 de dezembro de 2015.

DIVISÃO DE EXECUÇÃO DE CAMPINAS - TRT15

Edital

ERRATA - Edital Hasta Pública 01/2025 - Campinas

Hasta Pública nº 01/2025 - CAMPINAS

Data da Hasta: 22/05/2025 14:00

Leiloeiro: Gilberto Fortes do Amaral Filho

Endereço Eletrônico: www.grupolance.com.br

Endereço Físico: Avenida Miguel Stefano, nº 3335, Balneário Cidade Atlântica, Guarujá/SP, CEP 11.440-533.

A EXcelentíssima Juíza do Trabalho **BRUNA MÜLLER STRAVINSKI,** Coordenadora da Divisão de Execução de Campinas, na forma da Lei e nos termos do Provimento nº GP-CR nº 04/2019 e Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ-CR 05/2020, ambas com as alterações subsequentes, do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, FAZ SABER que será realizada **HASTA PÚBLICA, na modalidade EXCLUSIVAMENTE ELETRÔNICA, no dia 22 de maio de 2025**, nos termos do artigo 11 e seguintes do normativo supra.

Os lances dos bens dos processos abaixo discriminados serão recepcionados através do site **www.grupolance.com** a partir da data de publicação do edital, até o dia **22/05/2025**, observado o horário de encerramento da hasta pública, que dependerá da demanda diante da oferta.

O PREGÃO DO REPASSE será transmitido online e ao vivo pelo Leiloeiro através do seu site, a partir das **11h00** do dia **22/05/2025**, de acordo com o Regulamento das Hastas Públicas de Campinas, constante ao final deste Edital.

1: 0119800-21.2002.5.15.0095 - Assessoria de Execução III de Campinas

1.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 26231 - 1º Cartório - SAO JOSE DO RIO PARDO/SP

Descrição: Um terreno, sem benfeitorias, situado com frente para a Rua Major Pacheco, na cidade de São Sebastião da Grama, nesta comarca de São José do Rio Pardo, medindo 14,50 metros de frente, igual medida nos fundos, por 31,00 metros da frente aos fundos, de ambos os lados, confrontando com a mencionada via pública, Elias de Andrade Dias, Hélio Giacon, José Senhoras, Alexandre Taramelli e Leonídio de Andrade Dias.

Av. 03: Edificação - (...) é esta para ficar constando que no imóvel retro descrito, anteriormente ao exercício de 1966, foi edificada uma casa de morada, com a área de 211,00 metros quadrados, situada com frente para a Rua Major Pacheco, na cidade de São Sebastião da Grama, a qual recebeu o número 253"

Ônus/Observação: OBS: Lance mínimo: 75% do valor da avaliação

Ônus: R.23: Hipoteca em favor de Banco do Brasil S/A R.24: Hipoteca em favor de Banco do Brasil S/A Av.26: Penhora - processo 00009634120125150 35 (Carta Precatória Executória) - Vara do Trabalho de São José do Rio Pardo-SP

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:46:17 - 7cda065

Proprietários: CELIA MARIA DOS REIS DIAS VEIGA CELESTE
CPF: 024.654.068-09
Removido: Não
Localização: Rua Major Pacheco Número: 253 Cidade: SAO SEBASTIAO DA GRAMA UF: SP
Quantidade: 1
Percentual da Penhora: 100,00%
Valor Unitário (% Penhorado): R$ 500.000,00
Valor Total Penhorado: R$ 500.000,00
Data Avaliação: 28/07/2023
Data Penhora: 19/12/2012
Ordem da Penhora: 1
Valor do lance mínimo (75%): R$ 375.000,00
Anexo(s) do bem:
Não há anexos cadastrados para este bem

2: 0079800-96.2004.5.15.0001 - Assessoria de Execução III de Campinas
2.1 Tipo do Bem: Imóvel
Identificação: Matrícula: 33581 - 1º Cartório - CAMPINAS/SP
Descrição: Lote de terreno nº 20 da quadra "G" do loteamento Jardim Guarany, com área de 288,35 metros quadrados, de frente para a Rua Antonio Encarnação Junior.
1) Imóvel constante da matrícula 33581 do 1º CRI de Campinas, SP, consistindo no lote de terreno nº 20 da quadra G do loteamento Jardim Guarani, Rua Antônio Encarnação Júnior, 35, com área de 288,35m 2.
Observações: Sobre o terreno há um sobrado com 332,43m² de área construída, de acordo com informações do cadastro municipal. O executado informou que o terreno somente possui 250m² de terreno, pois já estava ocupado em pequena parte pela construção dos fundos, quando foi adquirido. O imóvel possui 3 pavimentos, 6 banheiros (dois na parte de baixo, um na área de lazer, e três na área superior, sendo dois deles em 2 suítes); na parte inferior há uma garagem e um depósito, além do hall de entrada. No piso médio, há uma cozinha, área de serviço, despensa, duas salas de visita e uma sala de jantar, no piso superior há quatro quartos, sendo duas suítes.
Ônus/Observação: Av.10: Penhora no processo 1011861-27.2014 (4ª Vara Cível de Campinas) Av. 11: Penhora no processo 0001425-40.2015.5.15.0118 (Vara do Trabalho de Itapira) Av. 12: Indisponibilidade no processo 00014254020125150118 (Vara do Trabalho de Itapira) Av. 13: Penhora de 50% no processo 00072118520128260114 (1º Ofício Cível da Comarca de Campinas) Av. 14: Penhora de 50% no processo 0039280-34.2017.8.26.0114 (9º Ofício Cível da Comarca de Campinas) Av. 15: Arresto de 50% no processo nº 0065347-12.2012 (1º Ofício Cível da Comarca de Campinas)
Removido: Não
Localização: Rua Antonio Encarnação Júnior Número: 35
Bairro: Jardim Guarany Cidade: CAMPINAS UF: SP
CEP: 13100216
Quantidade: 1
Percentual da Penhora: 100,00%
Valor Unitário (% Penhorado): R$ 1.330.000,00
Valor Total Penhorado: R$ 1.330.000,00
Data Avaliação: 16/09/2024
Data Penhora: 29/04/2013
Ordem da Penhora: 1
Valor do lance mínimo (50%): R$ 665.000,00
Anexo(s) do bem:
fotos do imóvel de matrícula 33581 https://pje.trt15.jus.br/exe-pje/execucao/publico/download-bem-anexo/19410

3: 0020300-98.2008.5.15.0053 - Assessoria de Execução III de Campinas
3.1 Tipo do Bem: Imóvel
Identificação: Matrícula: 63898 - 1º Cartório - TATUI/SP
Descrição: Um lote de terreno, sem benfeitorias, sob nº 08-A da quadra GG, com frente para a rua 27, no loteamento denominado Jardim Rosa Garcia, nesta cidade de Tatui-SP, com as seguintes medidas e confrontações: medindo 5,00m de frente para a referida rua, 5,00m nos fundos onde divide com o lote 19, do lado direito de quem da rua olha para o imóvel mede 25,00m da frente aos fundos e divide com o lote 08, do lado esquerdo de quem da rua olha para o imóvel, mede 25,00m da frente aos fundos e divide com o lote 09, encerrando a área total de 125,00m², existindo nos fundos do imóvel uma faixa de 3,00m de largura reservado para Viela Sanitária.
Ônus/Observação: Co Proprietária: MARIA STELLA SALVUCCI RODRIGUES **OBSERVAÇÃO**: Lance mínimo de 90% do valor da avaliação. **ÔNUS**: Av.2 - penhora no processo nº 1535/2006 - execução fiscal Av. 3 - penhora no processo nº 5.383/2005 - execução fiscal Av.4 - contrato padrão, arquivado no próprio CRI de Tatuí, constando restrições de uso do imóvel a serem observadas pelos proprietários Av.5 - penhora no processo nº 0020300-98.2008.5.15.0053.
Proprietários: PAULO EDUARDO FRANCO ABDALLA
CPF: 017.268.908-21
PEDRO HENRIQUE DELAMAIN PUPO NOGUEIRA
CPF: 024.999.548-41
Removido: Não

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:46:17 - 7cda065

Localização: Rua Vicente Manoel de Oliveira Bairro: Jardim Rosa Garcia Cidade: TATUI UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 65.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 65.000,00

Data Avaliação: 19/12/2023

Data Penhora: 03/06/2015

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (90%): R$ 58.500,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

4: 0001210-47.2010.5.15.0114 - Assessoria de Execução III de Campinas

4.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 81154 - 1º Cartório - SUMARÉ/SP

Descrição: Lote de terreno sob nº 06 da quadra 57 do loteamento denominado JARDIM MARIA ANTONIA, situado no distrito de Nova Veneza, município e comarca de Sumaré/SP, medindo 10,00 metros de frente para a rua 10; igual medida nos fundos onde confronta com o lote 37, por 25,00 metros da frente aos fundos de ambos os lados, confrontando pelo lado direito de quem da rua olha para o imóvel com o lote 05 e pelo lado esquerdo confronta com o lote 07, com a área total de 250,00 metros quadrados, existindo nos fundos viela sanitária.

Ônus/Observação: Obs. 1: consta em certidão de OJ de id: 4046bee que: "O imóvel recebeu os números 817 e 831 pela rua Nice Maria Consulin dos Reis e sendo duas casas geminadas de padrão baixo na frente e uma edícula nos fundos, imóvel de alvenaria coberto com telhas de fibrocimento. Obs. 2: há terceira co proprietário Obs. 3: lance mínimo de 90% do valor da avaliação Ônus: Av.4 - penhora no processo nº 0001210-47.2010.5.15.0114 (este) Av.5 - indisponibilidade no processo nº 0160400-17.2007.5.15.0093.

Proprietários:

JOAO BATISTA SATIRO DA SILVA

CNPJ: 68.001.353/0001-40

Removido: Não

Localização: Rua Nice Maria Consulin dos Reis Bairro, Nova Veneza Complemento, nºs 817 e 831, SUMARÉ UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 255.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 255.000,00

Data Avaliação: 19/09/2023

Data Penhora: 09/09/2015

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (90%): R$ 229.500,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

5: 0078300-34.2009.5.15.0093 - Assessoria de Execução III de Campinas

5.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 35282 - 18º Cartório - SÃO PAULO/SP

Descrição: Um terreno situado à rua F-Dois, constituído pelo Lote n. 27 da Quadra n. 3, Gleba A, da Vila Perus, no distrito de Perus, medindo 10m de frente para a referida rua, do lado esquerdo de quem estando na rua F-Dois olha para o lote; 25 m confinando com o Lote 26. do lado direito 25 m confinando com o Lote 3, todos da mesma quadra com a área de 250 m2.

Ônus/Observação: Observação: Oficial de Justiça constatou que há uma casa em regular estado de conservação construída sobre o terreno Há coproprietário (ANDERSON PEDRONI) Lance mínimo de 85% do valor da avaliação Ônus: Av.05 - penhora no processo nº 0209800-23.2006.5.15.0129 Av.06 - penhora no processo nº 1000545-45.2017.5.02.0012 (averbada por ordem do processo nº 0078300-34.2009.5.15.0093).

Proprietários:

ALAYDE ALVES PEDRONI

CPF: 100.346.998-13

Removido: Não

Localização: Rua Xavier de Castro, Número 129, VL Perus, SÃO PAULO/SP, CEP: 05208-200

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 480.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 480.000,00

Data Avaliação: 03/12/2022

Data Penhora: 31/10/2015

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (85%): R$ 408.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

6: 0012095-39.2017.5.15.0094 - Assessoria de Execução III de Campinas

6.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 106706 - 1º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Apartamento nº 75 (setenta e cinco), localizado no 7º andar ou pavimento do Edifício Habitat Cambuí, situado à Rua

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:46:17 - 7cda065

Barreto Leme nº 1.920, nesta cidade e 1ª Circunscrição Imobiliária, constituído de sala de jantar / estar, dois (2) dormitórios, cozinha com lavanderia, banheiro e varanda, com área total de 104.0275m², sendo 52,7200m² de área privativa e 51,3075m² de área comum, da qual uma área de 10,3500 m² corresponde à área comum de garagem não proporcional - com direito a uma vaga de garagem indeterminada para guarda e estacionamento de um veículo, cabendo a esse apartamento uma fração ideal de 0,953126% no terreno do edifício, terreno este designado por Lote 14, do quarteirão 605 do cadastro municipal, com a área de 1.779,70 m², descrito e caracterizado na matrícula 95.302.

Ônus/Observação: Observação: Lance mínimo de 60% do valor da execução. Há terceira co proprietária (MARIA OTILIA VIEIRA AGRESTE DOS SANTOS) Ônus: Av.2 - penhora na CP nº 0012095 -39.2017.5.15.0094 (por determinação do processo nº 0001347-32.2015.5.06.0008 - 8ª VT Recife/PE) Av.3 - penhora no processo nº 0005200-97.2008.5.02.0075 Av.4 - penhora no processo nº 0011692-49.2017.5.15.0004

Proprietários:

RODOLFO MARTINES DOS SANTOS

CPF: 184.267.308-41

Removido: Não

Localização: Rua Barreto Leme Número: 1920, Cambuí, Complemento: Ap. 75, CAMPINAS, SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 600.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 600.000,00

Data Avaliação: 20/02/2018

Data Penhora: 20/02/2018

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (60%): R$ 360.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

7: 0001928-96.2013.5.15.0095 - Assessoria de Execução III de Campinas

7.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 66540 - 1º Cartório - SUMARÉ/SP

Descrição: Lote 06, da Quadra 38 do Loteamento denominado Jardim Nova Hortolândia, Comarca de Sumaré-SP, medindo 5,00 metros de frente para a Rua 25, 14,00 metros nos fundos onde confronta com o Lote 07, por 16,00 metros da frente aos fundos do lado direito, confrontando de quem da rua olha para o imóvel da Rua 30 e pelo lado esquerdo mede 26,00 metros onde confronta com o Lote 05, medindo 14,14 metros no arco de esquina formado pelas Ruas 25 e 30, com área de 346,62 metros quadrados.

Ônus/Observação: Lance mínimo: 69% do valor da avaliação. AV.3: PENHORA - PROCESSO 0010781-92.2014.5.15.0051 AV.4: PENHORA- PROCESSO 0001928-96.2013.5.15.0095 AV.5: PENHORA PROCESSO 0010387-54.2015.5.15.0051 AV.6: PENHORA- PROCESSO 0010091-66.2014.5.15.0051 AV.7: PENHORA- PROCESSO 0010729-64.2016.5.15.0137 AV.8: INDISPONIBILIDADE - PROCESSO 0010745-47.2018.5.15.0137 AV.9: INDISPONIBILIDADE - PROCESSO 0010039-98.2017.5.15.0137 AV.10: PENHORA - PROCESSO 0011490-19.2015.5.15.0012

Proprietários:

CLAUDETE PERES DA SILVA

CPF: 137.653.898-97

Removido: Não

Localização: Rua 25, lote 06 da quadra 38 Bairro: Jardim Nova Hortolândia Cidade: HORTOLÂNDIA UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 332.684,70

Valor Total Penhorado: R$ 332.684,70

Data Avaliação: 28/09/2023

Data Penhora: 01/10/2018

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (69%): R$ 229.552,44

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

8: 0010782-36.2016.5.15.0043 - Assessoria de Execução III de Campinas

8.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 8721 - 1º Cartório - CAFELÂNDIA/SP

Descrição: Um (1) lote de terreno, de formato regular, sem qualquer benfeitoria, situado nesta cidade, distrito de Paz, município e comarca de Cafelândia, Estado de São Paulo, identificado como sendo o lote 25 (vinte e cinco) da quadra B, do Loteamento denominado JARDIM ALTO CAFEZAL, com as seguintes medidas e confrontações: - pela frente mede 10,00m (dez) metros com frente para a Avenida A, confrontando: à esquerda, 26,00 (vinte e seis) metros com o lote 24; à direita, 26,00 (vinte e seis) metros com o lote 26; e aos fundos, 10,00 (dez) metros com Constantino Fabricio Junior, perfazendo uma área de 260,00m² (duzentos e sessenta metros quadrados).

Ônus/Observação: Obs.: conforme consta no auto de penhora e avaliação de id: cf6d834 do processo nº 0010782-36.2016.5.15.0043: "Dados Municipais - consta edificação no total

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:46:17 - 7cda065

de 175,82m², certidão do valor venal em anexo; Benfeitorias - Conforme vistoria in loco e fotos em anexo, trata-se de dois imóveis edificados no mesmo terreno. Aos fundos uma residência e na frente um prédio inacabado onde funciona uma vidraçaria de propriedade dos executados que trabalham no local; Ocupação: Residem no imóvel aos fundos os executados (EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA e FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA) e sua família, razão pela qual procedi com a penhora somente do imóvel da frente, comercial que possui 124,92m², tendo em vista a proteção da lei 8009/90." Ônus: R04 - penhora no processo nº 0010782-36.2016.5.15.0043 em trâmite pela 3ª Vara do Trabalho de Campinas/SP

Proprietários:

FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA

CPF: 100.935.398-51

Removido: Não

Localização: Av. Miguel Jeronymo Guerreiro Número: 338

Bairro: Jd. Alto Cafezal Cidade: CAFELÂNDIA UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 158.600,00

Valor Total Penhorado: R$ 158.600,00

Data Avaliação: 15/02/2024

Data Penhora: 30/10/2018

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (50%): R$ 79.300,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

9: 0002800-98.2006.5.15.0114 - Assessoria de Execução III de Campinas

9.1 Tipo do Bem: Imóvel - REMIÇÃO/ACORDO

Identificação: Matrícula: 6737 - 1º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Lote de terreno n. 11 (onze), da quadra 15 (quinze), do loteamento denominado "Jardim Sant´Ana - 1ª Parte", nesta cidade o qual possui a área total de 420,00 mts 2, medindo: 12,00 mts de frente para a avenida Ester Moretzshon Camargo; mesma medida nos fundos; por 35,00 mts da frente aos fundos, de ambos os lados, confrontando na integridade, com os lotes n.s 10, 12, 25 e 26, existindo em toda a extensão dos fundos, uma viela sanitária, com a largura de 3,00 mts.

Ônus/Observação: Av.23: Penhora - processo 0002800-98.2006.5.15.0114 - 9ª Vara do Trabalho de Campinas

Proprietários:

MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL

CPF: 102.139.368-10

SÉRGIO PARREIRA SANDOVAL

CPF: 014.607.578-15

Removido: Não

Localização: Av. Esther Moretzshon Camargo Número: 686

Bairro: Vila Nogueira Cidade: CAMPINAS UF: SP

CEP: 13088-010

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 510.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 510.000,00

Data Avaliação: 24/03/2023

Data Penhora: 15/08/2019

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (50%): R$ 255.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

10: 0012380-93.2014.5.15.0043 - Divisão de Execução de Campinas

10.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 10355 - 1º Cartório - JAGUARIÚNA/SP

Descrição: DESCRIÇÃO: Imóvel Matriculado sob o nº 10.355, no Cartório de Registro de Imóveis de Jaguariúna/SP (medidas e confrontações especificadas na certidão do referido cartório, que faz parte integrante dos autos), com a seguinte descrição: UM IMÓVEL RURAL, CONSTITUÍDO PELA GLEBA DE TERRAS, DESIGNADA "B", DENOMINADA SÍTIO FRANCISCO DE ASSIS, situado neste distrito, município e comarca de Jaguariúna-SP., com a área de 139,110.00 m2. (cento e trinta e nove mil, cento e dez metros quadrados), equivalentes a 13,91,10 has (treze hectares, noventa e um ares e dez centiares) de terras. O referido imóvel rural apresenta acesso sem asfalto, topografia em desnível, com declives e aclives, estrutura de pesqueiro e haras, com edificações, na maioria de padrão simples, sendo a casa sede em padrão médio de construção, em razoável estado de conservação, no geral, que foram consideradas na avaliação.

UM IMÓVEL RURAL, CONSTITUÍDO PELA GLEBA DE TERRAS, DESIGNADA 'B', DENOMINADA SÍTIO FRANCISCO DE ASSIS, situado neste distrito, município e comarca de JAGUARIÚNA – SP, com a área de 139.110,00 m² (cento e trinta e nove mil, cento e dez metros quadrados), equivalentes a 13,91,10 has (treze hectares, noventa e um ares e dez centiares) de terras, contendo uma casa de morada e um rancho construídos de tijolos e cobertos de telhas, compreendida dentro das seguintes divisas e confrontações: inicia-se no ponto "C", assinalado em planta e cravado na vértice formado pela gleba aqui descrita, com propriedade de Francisco Carlos de

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:46:17 - 7cda065

Santis e a Gleba “A” (remanescente); daí, segue na extensão de 758,10m (setecentos e cinquenta e oito metros e dez centímetros) com rumo de 5º45’SW até o ponto “D”, situado à margem direita do Rio Camanducaia, confrontando desde o ponto “C” até o ponto “D” com propriedade de Francisco Carlos de Santis; daí segue rio acima à distância de 382,00 m (trezentos e oitenta e dois metros) até encontrar o ponto “E”, situado no vértice formado pela propriedade aqui descrita com propriedade de Antonio Carvalhal dos Santos e margem direita do rio Camanducaia; daí segue, na extensão de 625,70 m (seiscentos e vinte e cinco metros e setenta centímetros) com rumo de 3º25”NE até o ponto “F”, daí segue na extensão de 32,50m (trinta e dois metros e cinquenta centímetros) com rumo de 86º25”SW, até o ponto “G”, daí segue na extensão de 95,00 m (noventa e cinco metros) com rumo de 5º45’NE até o ponto “H”, daí segue na extensão de 73,80 m (setenta e três metros e oitenta centímetros) com rumo de 18º45’NE até o ponto “I”, daí segue na extensão de 17,60 m (dezessete metros e sessenta centímetros) com rumo de 2º25’NE até o ponto “J”, daí segue a extensão de 69,00 m (sessenta e nove metros) com rumo de 17º25’NE até o ponto “K”, confrontando desde o ponto “E” até o ponto “K”, com propriedade de Antonio Carvalhal dos Santos; daí segue a extensão de 151,00 m (cento e cinquenta e um metros) com rumo de 81º05’NE até o ponto “N”, daí segue na extensão de 100,00m (cem metros), com rumo de 87º55’ NE até o ponto “M”, daí segue na extensão de 82,00m (oitenta e dois metros) com rumo de 57º45’ NE até o ponto “C”, onde teve início esta descrição, confrontando desde o ponto “K” até o ponto “C”, com a Gleba “A” (remanescente). Identificação Cadastral: Cadastrado no INCRA sob nº 624.101.007.471-0, com os seguintes dados: denominação do imóvel rural: SÍTIO SÃO FRANCISCO DE ASSIS – área total: 13.9000 ha, indicações para a localização do imóvel rural: Estrada Municipal Jaguariúna ao bairro Jardim – município sede do imóvel rural: Jaguariúna – módulo rural: 30,2222 ha, nº módulos rurais 0,45, módulo fiscal: 10,0000 ha, nº módulos fiscais: 1,3900, fração mínima de parcelamento 2,0000 ha, área registrada 13,9000 ha, posse a justo título: 0,0000, posse por simples ocupação: 0,0000, em nome de Moacir Bagarolli Filho, nº do CCIR: 11918294091, número do imóvel na Receita Federal – NIRF: 0.327.410-1. Cadastro Nacional de Matrícula (CNM) nº 146282.2.0010355-02. Imóvel matriculado sob nº 10.355 do RGI de Jaguariúna – SP. OBS: 1) Conforme Av.05/10.355 a alienação feita pelo executado, registrada sob o nº 01 da matrícula supra, foi declarada ineficaz em decorrência da declaração de fraude à execução. 2) Conforme Auto de Avaliação, o imóvel apresenta acesso sem asfalto, topografia em desnível, com declives e aclives. 3) Conforme Auto de Reavaliação, o imóvel está localizado em área rural (Sítio São Francisco de Assis), Bairro Bom Jardim, em Jaguariúna/SP. Trata-se de um imóvel rural, sendo seu acesso através de estrada de terra. Há edificações em padrão simples de construção, em razoável estado de conservação/manutenção. O imóvel conta com muitas áreas verdes, com diversas árvores e pastos.

Ônus/Observação: Nos termos do parágrafo único do artigo 130 do Código Tributário Nacional e artigo 122 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a aquisição através de alienação judicial (expropriação), tem natureza jurídica de AQUISIÇÃO ORIGINÁRIA, ou seja, o arrematante e o bem adquirido não respondem por nenhum débito que incida sobre o bem (seja ele móvel ou imóvel), especialmente IPTU, IPVA, MULTAS E JUROS, DÉBITOS CONDOMINIAIS, que são de responsabilidade do executado, nos termos dos artigos 1.430 do Código Civil e 908, § 1º do Código de Processo Civil. Conforme já decidiu o TST (TST-RO-6626-42.2013.5.15.0000; TST REENEC E RO - 75700- 07.2009.5.05.0000; TST-ReeNec e RO-12600-56.2009.5.09.0909; TST-RXOF e ROAG - 58400-44.2005.5.06.0000; TST-RXOF e ROMS-25600-26.2006.5.06.0000). VALOR MÍNIMO: 70% (setenta por cento) da avaliação. DA ARREMATAÇÃO “COM CRÉDITOS”: Se o crédito dos exequentes for suficiente para a aquisição do bem na alienação por iniciativa particular, e os exequentes desejarem oferecer proposta de arrematação utilizando tal crédito, serão observadas as seguintes regras: a) Na hipótese de o exequente ser o único credor trabalhista com crédito habilitado nos autos da execução em que foi determinada a alienação do bem penhorado, a arrematação com a utilização dos créditos somente será deferida se, por ocasião da realização da alienação por iniciativa particular, apresentar ao Corretor responsável a certidão atualizada do seu crédito, até o dia útil imediatamente anterior à data da alienação, bem como certidão que comprove ser ele/a o único credor trabalhista com crédito habilitado nos autos em que foi determinada a alienação do bem penhorado, tendo em vista o disposto no §1º do art. 892 do Código de Processo Civil (“Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa do exequente”); b) Na hipótese de existir mais de um credor trabalhista com crédito habilitado nos autos em que foi determinada a alienação do bem penhorado, a arrematação com a utilização dos créditos somente será deferida se todos os credores trabalhistas se fizerem presentes, pessoalmente ou devidamente representados por procurador com poderes específicos para tal ato, e manifestarem o desejo de arrematar conjuntamente o bem, hipótese na qual cada

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:46:17 - 7cda065

um deles adquirirá uma parte ideal proporcional ao seu crédito, cabendo-lhes pagar proporcionalmente à comissão fixada ao Corretor Judicial. c) Na hipótese da alínea anterior, caso não haja a concordância de arrematação conjunta de todos os credores, será indeferida a arrematação por crédito. d) Na hipótese da alínea b, em que a arrematação será feita coletivamente por todos os credores trabalhistas, os interessados e/ou seus procuradores deverão informar ao Corretor responsável da aquisição coletiva naqueles exatos moldes, apresentando ao gestor nomeado as respectivas procurações e certidões atualizadas dos seus créditos, até o dia útil imediatamente anterior à data da alienação, bem como certidão que comprove serem eles/as os únicos credores trabalhistas com créditos habilitados no processo piloto.

Proprietários:

CARLOS GUEDES DE CARVALHO

CPF: 188.183.308-96

Removido: Não

Localização: Estrada Municipal Jaguariúna ao Bairro Bom Jardim, s/nº, Rua Primo Dal'Bo, Número: s/nº Bairro: Rural Complemento: - Centro Equestre/Pesqueiro Monte Bello, JAGUARIÚNA UF: SP, CEP: 13913192

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 15.000.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 15.000.000,00

Data Avaliação: 16/04/2024

Data Penhora: 04/12/2019

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (70%): R$ 10.500.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

11: 0011050-37.2016.5.15.0093 - Assessoria de Execução III de Campinas

11.1 Tipo do Bem: Veículo

Identificação: Placa: FGR3066 Renavam: 493554955 Chassi: KMHDH41EBDU555500

Descrição: VEÍCULO MARCA HYUNDAI, MODELO ELANTRA GLS, 1.8, 5 portas, PLACA: FGR3066, CHASSI: KMHDH41EBDU555500, RENAVAM 00493554955, ANO 2012 E MODELO: 2013, COR: BRANCA, DIREÇÃO: hidráulica; CÂMBIO: automático; MOTOR: gasolina, Pneus: meia vida, Pintura/ Lataria: com pequenos arranhões, em bom estado de uso e conservação.

Proprietários:

CARLOS DE JESUS ROMERO

CPF: 304.632.628-91

Removido: Não

Localização: RUA FRANCISCO FADIM Número: 520

Bairro: MORUMBI Complemento: BL. A, AP 101

Cidade: PAULINIA UF: SP

CEP: 13140-726

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 58.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 58.000,00

Data Avaliação: 31/01/2024

Data Penhora: 09/11/2020

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (50%): R$ 29.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

12: 0025600-47.2001.5.15.0001 - Assessoria de Execução III de Campinas

12.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 76047 - 1º Cartório - SÃO PAULO/SP

Descrição: Apartamento nº35 3º ou 4º andar do pavimento do EDIFÍCIO JOSÉ ADOLPHO CHAVES AMARANTE, área útil 33,84M2, área comum 14,14M2, área total construída 47,96M2 e fração ideal do terreno 12,62m2.

Ônus/Observação: Observação: lance mínimo no valor de 50% do valor da avaliação Ônus: R-3: Hipoteca em favor da Caixa Econômica Federal Av.04 - indisponibilidade - processo 482004320025150093 - 6ª Vara do Trabalho de Campinas. Av 05 - indisponibilidade - processo 00007637320135070018 - 18ª Vara do Trabalho de Fortaleza. Av.06 - penhora - processo 00025141920145020077 - 7ª Vara do Trabalho de São Paulo. Av.07 - indisponibilidade - processo 00007637320135070018 - 18ª Vara do Trabalho de Fortaleza. Av.08 - indisponibilidade - processo 01230000219975150066 - 3ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto. Av.09 - indisponibilidade - processo 01009005019975150067 - 4ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto. Av.10 - indisponibilidade - processo 00018957420135070016 - 16ª Vara do Trabalho de Fortaleza. Av.11 - indisponibilidade - processo 00358000620085050015 - 15ª Vara do Trabalho de Salvador. Av.12 - indisponibilidade - processo 01230000219975150066 - 3ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto. Av.13 - penhora - processo 0025600-47.2001.5.15.0001 - 1ª Vara do Trabalho de Campinas.

Proprietários:

SILVANA MARIA SANTOS SOARES

CPF: 106.529.238-44

Removido: Não

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:46:17 - 7cda065

Localização: Rua Barão de Iguape Número: 546

Bairro: Liberdade Complemento: apto 35 Ed. José Adolpho Chaves Amarante

Cidade: SAO PAULO UF: SP, CEP: 01507001

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 215.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 215.000,00

Data Avaliação: 28/04/2024

Data Penhora: 20/08/2021

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (50%): R$ 107.500,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

13: 0010624-57.2018.5.15.0092 - Assessoria de Execução III de Campinas

13.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 91410 - 2º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Apartamento nº 114 do 11º andar, do CONDOMÍNIO EDIFÍCIO "PARATI", situado à Rua Jorge Miranda nº 104, Centro, nesta Cidade e Comarca de Campinas, 2ª Circunscrição Imobiliária, composto de uma sala de estar e jantar, um WC, um dormitório com banheiro (suíte), cozinha e área de serviço, e com as seguintes áreas: útil de 52,4600 m², comum de 17,08517 m², total de 69,54517 m², fração ideal no terreno de 8,61218 m² ou 1,28041%.

Ônus/Observação: Observação: Lance mínimo de 75% do valor da avaliação Ônus: Av.06 - penhora no processo nº 0010624-57.2018.5.15.0092 Av.07 - indisponibilidade no processo nº 0010624-57.2018.5.15.0092 Av.08 - indisponibilidade no processo nº 0010624-57.2018.5.15.0092

Proprietários:

THAMAR SUELLY HENRRIQUE

CPF: 674.007.798-34

Removido: Não

Localização: Rua Jorge Miranda Número: 104

Bairro: Centro Complemento: Ap. 114, 11º andar

Cidade: CAMPINAS UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 300.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 300.000,00

Data Avaliação: 22/05/2023

Data Penhora: 13/09/2021

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (75%): R$ 225.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

13.2 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 30639 - 4º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Apartamento nº 707, localizado no 6º andar ou 7º pavimento, no bloco 6, do Parque Patagônia, construído com frente para a Avenida Brasília, nº 1760, situado no Município de Paulínia-SP, nesta comarca de Campinas, e 4ª Circunscrição Imobiliária, composto da seguinte forma: 02 dormitórios, escritório, banheiro, sala, cozinha, circulação, confronta sua integridade, considerando quem de dentro do apartamento, olha para o hall, pela frente com o hall social e apartamento final 5 do andar, lado direito com o apartamento final 8 do andar, lado esquerdo e fundos áreas comuns do condomínio, com a área real total de 107,64000m², área real privativa coberta de 60,77m², área real de estacionamento 12,00m², área real de uso comum de 34,87000m², e fração ideal do terreno de 0,006561783%, cabendo a essa unidade a vaga de garagem nº 50.

Ônus/Observação: Observação: Lance mínimo de 75% do valor da avaliação Ônus: Av.07 - penhora no processo nº 0010624-57.2018.5.15.0092. Av.08 - indisponibilidade no processo nº 0010624-57.2018.5.15.0092. Av.09 - indisponibilidade no processo nº 0010624-57.2018.5.15.0092.

Proprietários:

THAMAR SUELLY HENRRIQUE

CPF: 674.007.798-34

Removido: Não

Localização: Avenida Brasília Número: 1760

Complemento: Ap. 707, Bloco 6

Cidade: PAULINIA UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 275.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 275.000,00

Data Avaliação: 30/05/2023

Data Penhora: 13/09/2021

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (75%): R$ 206.250,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

Valor total do lote: R$ 575.000,00

Lance mínimo total do lote: R$ 431.250,00

14: 0010145-80.2019.5.15.0043 - Assessoria de Execução III de Campinas

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:46:17 - 7cda065

14.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 157899 - 2º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Apartamento nº 67, localizado no 6º andar, do Condomínio "EDIFÍCIO INAÍRA", situado na Rua Culto à Ciência, nº 257, nesta Comarca de Campinas/SP, 2ª Circunscrição Imobiliária, com a seguinte descrição: área privativa de 32,13m², comum de 12,7884m², área total de 44,9184m², fração ideal do terreno de 5,7220m² ou 0,8346%.

Ônus/Observação: OBSERVAÇÕES: 1) Lance mínimo no importe de 75% do valor da avaliação; 2) Há terceira co proprietário; 3) Deve ser adquirido em conjunto com o imóvel de Matrícula nº 157.900 do 2º CRI de Campinas/SP (vaga de garagem).

Proprietários:

WALTERCIDES BATISTA DA SILVEIRA

CPF: 189.079.386-87

Removido: Não

Localização: Rua Culto à Ciência Número: 257

Complemento: Ap. 67

Cidade: CAMPINAS UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 128.520,00

Valor Total Penhorado: R$ 128.520,00

Data Avaliação: 25/03/2024

Data Penhora: 02/12/2021

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (75%): R$ 96.390,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

14.2 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 157900 - 2º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Box de Estacionamento nº 06, localizado no subsolo do Condomínio "EDIFÍCIO INAÍRA", situado na Rua Culto à Ciência, nº 257, nesta Comarca de Campinas/SP, 2ª Circunscrição Imobiliária, com a seguinte descrição: área útil de 16,00m², comum de 17,5200m², total de 33,52m², fração ideal do terreno de 1,7446m² ou 0,2545%.

Ônus/Observação: OBSERVAÇÕES: 1) Lance mínimo no importe de 75% do valor da avaliação; 2) Há terceira co proprietário; 3) Deve ser adquirido em conjunto com o imóvel de Matrícula nº 157.899 do 2º CRI de Campinas/SP (apartamento).

Proprietários:

WALTERCIDES BATISTA DA SILVEIRA

CPF: 189.079.386-87

Removido: Não

Localização: Rua Culto à Ciência Número: 257

Complemento: Box de estacionamento nº 06

Cidade: CAMPINAS UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 35.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 35.000,00

Data Avaliação: 25/03/2024

Data Penhora: 02/12/2021

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (75%): R$ 26.250,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

Valor total do lote: R$ 163.520,00

Lance mínimo total do lote: R$ 122.640,00

15: 0010396-28.2019.5.15.0131 - Assessoria de Execução III de Campinas

15.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 70425 - 3º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Lote de terreno sob nº 11, da quadra 51, do loteamento denominado Novo Campos Elíseos, tendo as seguintes medidas, mais ou menos e confrontações: faz frente para a rua 48, para a qual mede 37,00ms em curva, de um lado confronta com o lote 12, onde mede 26,15ms, de outro lado com os lotes 10, 9 e 8, onde mede 25,80ms, nos fundos forma vértice, tendo a área de 350,00ms2.

Ônus/Observação: OBSERVAÇÕES ATENÇÃO: Lance mínimo de 75% do valor da avaliação. Co Proprietária: ELISABETH AMARAL DA SILVA ÔNUS: Av.02 - penhora no processo nº 00103962820195150131 em trâmite pela 12ª Vara do Trabalho de Campinas/SP.

Proprietários:

WALMIR VIDA DA SILVA

CPF: 098.995.108-15

Removido: Não

Localização: Rua Manuel Fernandes Dias Número: 170

Bairro: Jardim Novo Campos Elíseos Cidade: CAMPINAS UF: SP

CEP: 13060110

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 500.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 500.000,00

Data Avaliação: 12/12/2024

Data Penhora: 21/02/2022

Ordem da Penhora: 1

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:46:17 - 7cda065

Valor do lance mínimo (75%): R$ 375.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

16: 0000949-37.2013.5.15.0095 - Assessoria de Execução III de Campinas

16.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 10200 - 3º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Prédio, respectivo terreno e quintal, a rua Francisco Teodoro 587, medindo em seu todo 5,00m de frente, igual largura nos fundos, por 40,00m da frente aos fundos, com área de 200,00m2, confrontando com o prédio 595 de Francisco Said ou sucessores e Marta Prestes ou sucessores.

Ônus/Observação: Observação: Co-proprietário: MARIO TRENTIN, Valor do lance mínimo: 75% da avaliação Certidão de id: a420fe3 do Processo nº 0000949-37.2013.5.15.0095: "imóvel fechado e desabitado há muito tempo (aproximadamente 18 anos), existindo no terreno edificação inacabada; fachada do imóvel fechada por dois portões de metal (garagem e acesso), pintados na cor amarela, e vizinhos informam tratar-se de uma construção “embargada” por irregularidades na obra" Ônus: Av.04: Ação de Execução de Título Extrajudicial - 6ª Vara Cível da Comarca de Itapira-SP - processo 1041397-49.2015.8.26.0114 Av.05: Penhora - 6ª Vara Cível da Comarca de Itapira-SP - processo 1041397-49.2015.8.26.0114 Av. 06: Penhora - 8ª Vara do Trabalho de Campinas - processo 0000949-37.2013.5.15.0095 Av.07: Averbação Premonitória - 1ª Vara Regional de Vila Mimosa da Comarca de Campinas - processo 1000551-46.2016.8.26.0084.

Proprietários:

MARIA MADALENA PINTO CATAO TRENTIN

CPF: 099.729.678-08

Removido: Não

Localização: Rua Francisco Teodoro Número: 587

Cidade: CAMPINAS UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 420.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 420.000,00

Data Avaliação: 14/01/2025

Data Penhora: 06/05/2022

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (75%): R$ 315.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

17: 0086300-67.2002.5.15.0093 - Assessoria de Execução III de Campinas

17.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 17758 - 1º Cartório - IGUAPE/SP

Descrição: Lote de terreno sob nº 56 (cinquenta e seis), da quadra nº 5 (cinco), do loteamento denominado 'Balneários dos Meninos', situado na Ilha Comprida, neste município de Iguape, medindo 10,00m por 10,00m com a área de 270,00m², fazendo frente para a Rua 'B', confrontando do lado direito com o lote nº 55 (cinquenta e cinco), do lado esquerdo com o lote nº 57 (cinquenta e sete), e nos fundos com o lote nº 9 (nove).

Ônus/Observação: OBSERVAÇÕES: Lote está em local sem infraestrutura, desprovido de acesso à luz elétrica e água, em área de vegetação nativa, inóspita, encravado em região de proteção ambiental (APA), de difícil licenciamento para ocupação e edificação. Há terceira co proprietária; Lance mínimo de 100% do valor da avaliação ÔNUS: Ônus: Av.3 - restrição ambiental - imóvel inserido em área de proteção ambiental denominada APA da Ilha Comprida Av.4 - indisponibilidade no processo nº 02507003120035020027 Av.5 - penhora no processo nº 0086300-67.2002.5.15.0093

Proprietários:

MAURICIO MILNER

CPF: 025.379.588-53

Removido: Não

Localização: QUADRA 05, LOTE 56 Bairro: Balneario dos Meninos Cidade: ILHA COMPRIDA UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 15.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 15.000,00

Data Avaliação: 21/07/2023

Data Penhora: 29/06/2022

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (100%): R$ 15.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

17.2 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 45749 - 1º Cartório - COTIA/SP

Descrição: Unidade autônoma nº 36, do Condomínio das Graças, situado no Bairro da Graça, neste Município e Comarca de Cotia, Estado de São Paulo, que assim se descreve: com a área total de 659,50 m², medindo 15,00 metros de frente para a Passagem 01, pelo lado direito de quem da frente da passagem olha para a unidade autônoma mede 44,00 metros e confronta com a unidade autônoma nº 36, pelo lado esquerdo mede 34,00 metros e confronta

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:46:17 - 7cda065

com a unidade autônoma nº 34 e nos fundos, onde também faz frente para a Passagem 02, mede 21,50 metros, correspondente a uma fração ideal no terreno de 0,01742%.

Ônus/Observação: OBSERVAÇÕES: Há terceira co proprietária; Lance mínimo de 100% do valor da avaliação. ÔNUS: Av.03 - penhora no processo nº 0086300-67.2002.5.15.0093 Av.04 - indisponibilidade no processo nº 0086300-67.2002.5.15.0093 Av.05 - indisponibilidade no processo nº 0015700- 51.2004.5.02.0048 Av.06 - indisponibilidade no processo nº 0227000-69.2003.5.02.0433 Av.07 - indisponibilidade no processo nº 0250700-31.2003.5.02.0027

Proprietários:

MAURICIO MILNER

CPF: 025.379.588-53

Removido: Não

Localização: RUA DAS DÁLIAS Número: 13

Bairro: CONDOMINIO DAS GRAÇAS, Complemento: Ap. 36

Cidade: COTIA UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 62.916,30

Valor Total Penhorado: R$ 62.916,30

Data Avaliação: 27/06/2023

Data Penhora: 29/06/2022

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (100%): R$ 62.916,30

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

Valor total do lote: R$ 77.916,03

Valor mínimo total do lote: R$ 77.916,03

18: 0011335-78.2019.5.15.0043 - Assessoria de Execução III de Campinas

18.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 30808 - 1º Cartório - PEDREIRA/SP

Descrição: Lote de terreno sob nº 02 (dois) da Quadra E, com a área de 250,00 metros quadrados, com a frente para a Rua 04, para a qual mede 10,00m (dez metros), igual largura na linha do fundo, confrontando com o lote nº 45; 25,00m (vinte e cinco metros) da frente ao fundo, em ambos os lados, confrontando do lado direito com o lote nº 03 e do lado esquerdo com o lote nº 01, possuindo faixa "non aedificandi", destinada a viela sanitária, com largura de 3,00 metros, localizada no fundo do lote.

Ônus/Observação: Observação: Lance mínimo de 60% do valor da execução. Sobre o lote há uma edificação térrea (residencial), padrão médio de construção.

Proprietários:

ANTÔNIO CARLOS DURANTE

CPF: 247.781.808-28

Removido: Não

Localização: Rua Otávio Antoniacci Número: 89

Bairro: Jardim Pinheiros Cidade: JAGUARIÚNA UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 550.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 550.000,00

Data Avaliação: 08/08/2023

Data Penhora: 07/12/2022

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (60%): R$ 330.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

19: 0010520-46.2022.5.15.0053 - Assessoria de Execução III de Campinas

19.1 Tipo do Bem: Veículo

Identificação: Placa: AHX6489

Descrição: Veículo VW Fusca 1600, 1994, placa AHX 6489, cor prata.

Ônus/Observação: Observação: Lance mínimo de 100% do valor da avaliação

Proprietários:

FRANCISCO RODRIGUES NETO

CPF: 179.005.168-16

VANDA HELOIZA DE SYLLOS ROSA RODRIGUES

CPF: 126.567.888-03

Removido: Não

Localização: Av. ENGENHEIRO JOSÉ FRANCISCO HOMEM DE MELO Número: 1155 Cidade: CAMPINAS UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 28.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 28.000,00

Data Avaliação: 25/01/2023

Data Penhora: 25/01/2023

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (100%): R$ 28.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

20: 0011635-33.2020.5.15.0131 - Assessoria de Execução III de Campinas

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:46:17 - 7cda065

20.1 Tipo do Bem: Veículo

Identificação: Placa: FGU4734

Descrição: Veículo Marca Honda city EX CVT, placas 4734

Ônus/Observação: Veículo em bom estado e em funcionamento. Lance mínimo de 75% do valor da avaliação (0011635-33.2020.5.15.0131)

Proprietários:

DANUBIA DOMINGUES FERREIRA

CNPJ: 19.164.236/0001-91

Removido: Não

Localização: Av. dos Pioneiros Número: 450

Bairro: Parque Villa Flores Complemento: casa 25

Cidade: SUMARÉ UF: SP

CEP: 13175-668

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 62.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 62.000,00

Data Avaliação: 20/02/2024

Data Penhora: 20/02/2024

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (75%): R$ 46.500,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

21: 0010614-76.2019.5.15.0092 - Assessoria de Execução III de Campinas

21.1 Tipo do Bem: Imóvel - EXCLUÍDO

Identificação: Matrícula: 201653 - 3º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: imóvel de matrícula 201.653, do 3o CRI de Campinas, lote 27, quadra D, loteamento Jardim Santa Maria. Conforme croqui informado pela Prefeitura no site zoneamento on line, através do código cartográfico 514221850373-00000, estive no local e constatei tratar-se de terreno sem construção, situado à rua Prof. Paulo Freire, bairro Vista Alegre.

Um terreno designado por Lote 27 da Quadra 'D' do loteamento denominado Jardim Santa Maria, nesta cidade, assim descrito e caracterizado: medindo 12,00m de frente para a rua 01; 12,60m nos fundos, por 25,00m de ambos os lados confrontando com os lotes 26, 28, e 20, encerrando a área de 307,00m².

Ônus/Observação: OBSERVAÇÕES: Código cartográfico correto: 5124.6340.0335.00000 Certidão de id. 0f76761 da CP 0010614-76.2019.5.15.0092: O bairro (onde se encontra o imóvel) está situado na periferia da cidade, parcialmente urbanizado, com alto índice de violência e lotes invadidos e sem regularização. ÔNUS: Av.01 - penhora Av.03 - indisponibilidade Av.05 - arresto Av.06 a 10 - indisponibilidade Av.11 - penhora Av.12 e 13 - indisponibilidade Av.14 - penhora Av.15 - indisponibilidade Av.16 - penhora Av.17 a 21- indisponibilidade Av.22 - penhora Av.23 e 24 - indisponibilidade Av.25 - penhora Av.26 a 54 - indisponibilidade Av.55 - penhora Av.56 a 84 - indisponibilidade Av.85 - penhora Av.86 e 87 - indisponibilidade Av.88 – penhora.

Removido: Não

Localização: Rua Pedro Colombari Bairro: Bairro Vista Alegre Complemento: Em frente à esquina da Rua Lourival de Almeida Cidade: CAMPINAS UF: SP

CEP: 13055603

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 115.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 115.000,00

Data Avaliação: 04/03/2022

Data Penhora: 13/05/2024

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (50%): R$ 57.500,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

22: 0010399-24.2017.5.15.0043 - Divisão de Execução de Campinas

22.1 Tipo do Bem: Imóvel – EFEITO SUSPENSO

Identificação: Matrícula: 4835 - 1º Cartório - VINHEDO/SP

Descrição: Terreno constituído pelo Lote 11, Quadra 09, do Loteamento denominado Residencial Reserva Sapucaia II, Município de Louveira/SP, com área de 525,00 metros quadrados. Cadastro de contribuinte: 41143-41-62-06096-00011.

Proprietários:

IVONE MARIA SALES

CPF: 103.038.308-16

Removido: Não

Localização: Alameda dos Hibiscos Número: 0

Bairro: Santa Isabel Cidade: LOUVEIRA UF: SP

CEP: 13291-174

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 397.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 397.000,00

Data Avaliação: 07/06/2024

Data Penhora: 07/06/2024

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (50%): R$ 198.500,00

Anexo(s) do bem:

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:46:17 - 7cda065

Não há anexos cadastrados para este bem

23: 0010722-52.2023.5.15.0129 - Divisão de Execução de Campinas

23.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 152723 - 1º Cartório - ITANHAÉM/SP

Descrição: TERRENO, LOTE 05, QUADRA R (LADO MORRO), COM 264 METROS QUADRADOS; LOTE DE TERRENO SEM DEMARCAÇÃO, COM MATA NATIVA E SEM ACESSO; NO BAIRRO BALNEÁRIO MARTINEZ, RUA JOSÉ MARTINEZ, 0, MONGAGUÁ/SP, CEP: 11730-000.

Proprietários:

IAC DO BRASIL REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA

CNPJ: 65.408.114/0001-10

Removido: Não

Localização: RUA JOSÉ MARTINEZ Número: 0

Bairro: BALNEÁRIO MARTINEZ Complemento: LOTE 05 QUADRA R

Cidade: MONGAGUÁ UF: SP

CEP: 11730-000

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 5.475,00

Valor Total Penhorado: R$ 5.475,00

Data Avaliação: 15/10/2024

Data Penhora: 29/10/2024

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (50%): R$ 2.737,50

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

23.2 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 152724 - 1º Cartório - ITANHAÉM/SP

Descrição: TERRENO, LOTE 06, QUADRA R (LADO MORRO), COM 264 METROS QUADRADOS; LOTE DE TERRENO SEM DEMARCAÇÃO, COM MATA NATIVA E SEM ACESSO; NO BAIRRO BALNEÁRIO MARTINEZ, MONGAGUÁ/SP, CEP: 11730-000

Proprietários:

IAC DO BRASIL REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA

CNPJ: 65.408.114/0001-10

Removido: Não

Localização: RUA JOSÉ MARTINEZ Número: 0

Bairro: BALNEÁRIO MARTINEZ Complemento: LOTE 06 QUADRA R

Cidade: MONGAGUÁ UF: SP

CEP: 11730-000

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 5.475,00

Valor Total Penhorado: R$ 5.475,00

Data Avaliação: 15/10/2024

Data Penhora: 29/10/2024

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (50%): R$ 2.737,50

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

23.3 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 152725 - 1º Cartório - ITANHAÉM/SP

Descrição: TERRENO, LOTE 12, QUADRA R (LADO MORRO), COM 264 METROS QUADRADOS; LOTE DE TERRENO SEM DEMARCAÇÃO, COM MATA NATIVA E SEM ACESSO; NO BAIRRO BALNEÁRIO MARTINEZ, MONGAGUÁ/SP, CEP: 11730-000.

Proprietários:

IAC DO BRASIL REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA

CNPJ: 65.408.114/0001-10

Removido: Não

Localização: RUA JOSÉ MARTINEZ Número: 0

Bairro: BALNEÁRIO MARTINEZ Complemento: LOTE 12 QUADRA R

Cidade: MONGAGUÁ UF: SP

CEP: 11730-000

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 5.475,00

Valor Total Penhorado: R$ 5.475,00

Data Avaliação: 15/10/2024

Data Penhora: 29/10/2024

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (50%): R$ 2.737,50

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

Valor total do lote: R$ 16.425,00

Valor mínimo total do lote: R$ 8.212,50

REGULAMENTO E DISPOSIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO NA HASTA PÚBLICA UNIFICADA DA CIRCUNSCRIÇÃO DE CAMPINAS - TRT 15ª REGIÃO

1. CADASTRO PARA PARTICIPAR DO LEILÃO ELETRÔNICO:

Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:46:17 - 7cda065

1.1) Quem pretender arrematar os citados bens, deverá efetuar seu cadastro, que deverá ser feito antecipadamente no site: **www.grupolance.com.br.** O cadastro implicará a aceitação da integralidade das disposições do Provimento GP-CR Nº 04/2019, do TRT da 15ª Região, assim como das demais condições dispostas neste edital.

1.2) Após o cadastro, deverão ser encaminhados ao leiloeiro, no e-mail **contato@grupolance.com.br,** os arquivos dos seguintes documentos:

- **TERMO DE ADESÃO** assinado e com firma reconhecida em cartório ou encaminhado por arquivo eletrônico com a devida assinatura digital válida no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil), com cláusula específica de que o licitante presta as informações com veracidade, na forma da lei, sob pena de caracterização de crime, valendo o simples recebimento do e-mail como prova para este fim;
- Cópia autenticada da Carteira de identidade (RG) ou documento equivalente (carteira nacional de habilitação, documento de identidade expedido por entidades de classe ou órgãos públicos);
- Cópia autenticada do Cadastro de pessoa física (CPF);
- Original ou cópia autenticada do Comprovante de estado civil;
- Cópia autenticada dos documentos do cônjuge (RG/CPF);
- Comprovante de residência em nome do interessado;
- E-mail para intimação processual e telefone para contato.
- **Na hipótese de se tratar de pessoa jurídica:**
- Cópia autenticada do Contrato social e alterações;
- Cartão CNPJ;
- Cópia autenticada dos documentos do representante (RG/CPF);
- Comprovante de endereço em nome da empresa;

Alternativamente os documentos previstos nos itens acima podem ser enviados em arquivo eletrônico, desde que permitam a aferição de sua autenticidade pela Internet. Todos os documentos referidos deverão ser recepcionados pelo leiloeiro até a data designada para a realização do leilão eletrônico, sob pena de não ser efetivada a validação do cadastro efetuado.

É obrigação do arrematante fornecer e-mail e telefone para localização, em qualquer caso. Na omissão, o leiloeiro será responsável pela juntada aos autos dos documentos pessoais e de representação do arrematante, comprovante de pagamento das parcelas, transferência do bem e imissão de posse.

1.2.1) Alternativamente, os citados documentos, em cópias autenticadas, poderão ser encaminhados no endereço físico: Avenida Miguel Stefano, nº 3335, CEP 11.440-533, Balneário Cidade Atlântica, Guarujá-SP.

1.3) Os documentos acima discriminados deverão ser recepcionados pelo leiloeiro **até a data designada para o encerramento do leilão eletrônico, sob pena de não ser efetivada a validação do cadastro efetuado** (§3º, art. 12 do Provimento GP-CR nº 04/2019).

1.3.1) Considerando que a hasta será realizada exclusivamente na modalidade eletrônica não haverá possibilidade do cadastro presencial. Caso o participante necessite de auxílio ou estrutura para participação no leilão, poderá comparecer ao Fórum Trabalhista de Campinas, situado na Avenida José de Souza Campos, nº 422, Chácara da Barra, 8º andar, com uma hora de antecedência para que seja providenciada a estrutura e o auxílio necessários à sua participação.

1.4) O cadastro é pessoal e intransferível, sendo o interessado responsável pelo cumprimento dos prazos fixados neste edital,

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:46:17 - 7cda065

assim como pelos lances realizados com seu login e senha, sob pena de multa a ser fixada pelo Juízo responsável pela hasta.

1.5) O cadastro e a participação no leilão eletrônico constituem faculdade dos licitantes, eximindo-se o TRT da 15ª Região de eventuais problemas técnicos ou operacionais que obstem, no todo ou em parte, a efetiva participação do interessado no ato (art. 13 do Provimento GP-CR n. 04/2019).

2. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HASTA PÚBLICA:

2.1) O leilão será realizado EXCLUSIVAMENTE na modalidade eletrônica. Os bens serão anunciados no ambiente virtual do leiloeiro, no sítio eletrônico **www.grupolance.com.br** e serão vendidos um a um em caráter *ad-corpus* e no estado de conservação em que se encontram.

2.2) A hasta estará a cargo do Leiloeiro Oficial designado **Gilberto Fortes do Amaral Filho,** o qual fica responsável por:

a) divulgar a hasta com especial enfoque para na publicidade da modalidade de sua realização, exclusivamente eletrônica, em mídias eletrônicas, tais como redes sociais e portais de notícias, além da publicação do competente edital, com, no mínimo, 20 (vinte) dias úteis de antecedência, nos termos do art. 2ª do Provimento GP-CR Nº 04/2019, no site nacional www.PUBLICJUD.com.br;

b) providenciar a remoção do(s) bem(ns), quando determinada pela Juíza, fazendo jus o leiloeiro ao ressarcimento das despesas ocorridas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, bem como a armazenagem, na forma do artigo 789-A, VIII, da CLT, que serão acrescidas à execução, mesmo nas hipóteses em que depois da remoção do(s) bem(ns) sobrevier substituição da penhora, pagamento, remição, conciliação ou adjudicação.
Consoante o art. 826 e 903 do CPC/2015, a remição pode ocorrer enquanto não assinado o auto de arrematação pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, momento em que a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável.

2.3) O leiloeiro fica responsável pelo regular funcionamento do site no que diz respeito às informações lá disponibilizadas, zelando pela regularidade, transparência e regular acesso dos interessados na igualdade de oportunidade de ofertas de lances.

2.4) O usuário cadastrado terá conhecimento dos lances ofertados, por meio de informação disponibilizada pelo leiloeiro na página eletrônica, assim como de eventual proposta de parcelamento;

2.5) O usuário cadastrado poderá ofertar novo lance, que será devidamente divulgado no ambiente virtual supramencionado, propiciando a concorrência em igualdade de condições aos interessados; assim, a cada novo lance, o sistema permanecerá aberto para novo lance por mais 3 minutos, a fim de possibilitar a concorrência.

2.6) O ambiente de lances do leiloeiro deverá prever a aquisição do bem individualizado ou do lote integral, em condomínio de licitantes.

2.7) O aludido ambiente virtual do leiloeiro deve possibilitar o registro de data e hora dos lances para verificação e certificação da ordem dos lances, tanto do arrematante vencedor quanto do arrematante vencido, assim como das condições de pagamento.

3. DOS LANCES

3.1) O leilão ocorrerá conforme o seguinte cronograma:

1. **Abertura do leilão para recepção de lances:** dar-se-á a partir do dia 23/04/2025, sendo os lances recebidos no ambiente virtual disponibilizado pelo Leiloeiro Oficial.

1. **Realização do 1º Pregão:** o primeiro pregão será realizado no dia **22/05/2025, às 14h00**, com transmissão ao vivo, pelo Leiloeiro Oficial, ocasião em que serão analisados os lances já existentes. **Os lotes serão apregoados e encerrados um a um, com a declaração do lance vencedor, ou o repasse do lote para o 2º pregão.**

1. **Realização do 2º Pregão (repasse):** o segundo pregão será realizado no mesmo dia, após o encerramento do 1º pregão, depois de curto intervalo a ser definido, no ato, pelo Leiloeiro Oficial, durante a transmissão ao vivo. No repasse, os lotes serão anunciados e encerrados, um a um, com o registro dos lances, no ambiente virtual, ocasião em que poderão ser desmembrados e o pagamento poderá ser parcelado, mantendo-se o mesmo percentual de lance mínimo praticado no primeiro pregão. Por

Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:46:17 - 7cda065

ocasião do repasse, os interessados poderão fazer outras propostas exclusivamente através do site do leiloeiro, tais propostas estarão sujeitas a aprovação, no ato, pela Juíza Coordenadora da Divisão de Execução de Campinas, conforme critérios estabelecidos neste edital.

1. **Ajuste das Propostas:** durante o anúncio de cada lote, conforme item “c” acima, as propostas serão analisadas pela Juíza Coordenadora, que poderá, por intermédio do Leiloeiro Oficial, contatar as(os) licitantes para ajustarem suas propostas, caso não atendam aos critérios de aprovação. Tal período findará com a aprovação ou rejeição das propostas existentes. Poderá a Juíza Coordenadora, neste momento, adiar o encerramento de determinado lote, passando à análise e encerramento dos lotes seguintes, caso as circunstâncias exijam maior tempo para o ajuste de propostas.

1. **Encerramento do 2º Pregão:** analisadas todas as propostas e declaradas(os) as(os) vencedoras(es), será encerrado o 2º pregão.

1. **Encerramento do Leilão:** ocorrerá no mesmo dia, 22/05/2025, após o cumprimento de todas as etapas acima.

3.2) Será observado como lance mínimo a percentagem sobre o valor da avaliação definida pelo Juízo da Execução. Não existindo definição pelo Juízo da Execução do lance mínimo, esse será de 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação para bens imóveis e veículos e 50% (cinquenta por cento) para os demais bens.

3.3) Desde a data da publicação do presente Edital, o leilão eletrônico estará disponível para recepção de lances por meio do site do leiloeiro na internet **www.grupolance.com.br**, sendo certo que:

1. O leilão na forma de aquisição do lote integral, sem desmembramento e sem parcelamento, acontecerá a partir da data de publicação deste edital até o encerramento da hasta, **que tem horário marcado, podendo prorrogar a depender** da demanda de oferta e da procura;

1. A fim de garantir a plena isonomia entre os participantes, a realização dos lances deve ocorrer **exclusivamente** por meio do respectivo sítio eletrônico, através da utilização de login e senha;

1. O usuário cadastrado poderá ofertar novo lance, que será devidamente anunciado no ambiente virtual do leiloeiro, propiciando a concorrência em igualdade de condições aos interessados;

1. Os licitantes que pretenderem arrematar em condomínio deverão informar ao leiloeiro via e-mail, enviando as condições da proposta para pregão eletrônico e verbal;

1. O aludido ambiente virtual do leiloeiro deve possibilitar a comunicação com os licitantes, inclusive com registro de data e hora, para verificação e certificação da ordem dos lances, do arrematante vencedor e do arrematante vencido, assim como as condições de pagamento deste último.

3.4) Para dirimir eventuais dúvidas e questionamentos, o leiloeiro deverá manter em seu site, em local de fácil visualização, telefones e formas para contato com a equipe do leiloeiro.

3.5) Compete ao Juízo responsável pela hasta pública, na forma do artigo 7º do Provimento GP-CR Nº 04/2019, proceder ao cancelamento de qualquer oferta quando não for possível autenticar a identidade do usuário, quando houver descumprimento das condições estabelecidas no Edital ou no referido Provimento ou quando a proposta apresentar irregularidade facilmente detectável.

4) Arrematado o bem, o leiloeiro enviará ao arrematante, por mensagem eletrônica, as guias de depósito e os dados bancários para pagamento imediato do valor da arrematação e da comissão, respectivamente, observados os percentuais devidos e a forma de

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:46:17 - 7cda065

pagamentos previstos neste edital.

5) Na data da Hasta Pública, sendo a arrematação para pagamento à vista, o arrematante deverá pagar parcela correspondente a, no mínimo 20% (vinte por cento) do valor do lance, além da comissão do leiloeiro, de 5% (cinco por cento) também sobre o valor do lance, admitindo-se pagamento em moeda corrente e comprovação de transferência online ou guia de depósito.

5.1) O saldo remanescente deverá ser pago no primeiro dia útil subsequente à data da realização da hasta, diretamente na agência bancária autorizada;

5.2) A realização tempestiva dos pagamentos deve ser comprovada até 24 horas após sua efetivação, mediante envio de mensagem eletrônica do arrematante acompanhada dos documentos, para o endereço eletrônico do Leiloeiro, que a encaminhará à Central de Mandados de Campinas e ao Juízo da execução.

5.3) Cabe ao leiloeiro verificar a tempestividade dos pagamentos.

5.3.1) A não realização dos depósitos dos valores devidos no prazo fixado deverá ser comunicada imediatamente pelo leiloeiro à Central de Mandados de Campinas, informando, ainda, os 3 (três) lances subsequentes, para que seus ofertantes possam exercer o direito de opção, sem prejuízo da possibilidade de reparação de prejuízos prevista no disposto no caput do artigo 903 do Código de Processo Civil.

6) Ressalvada a hipótese do artigo 903, parágrafo 5º, do Código de Processo Civil, a desistência da arrematação ou a ausência do depósito do saldo remanescente no prazo fixado acarretará a perda, em favor da execução, do valor já pago, além da comissão destinada ao leiloeiro, voltando os bens a novo leilão, do qual não serão admitidos a participar o arrematante (art.897 do CPC).

7) O credor que não adjudicar os bens constritos perante o Juízo da Execução antes de designada data para o leilão pela Corregedoria Regional, com sorteio de leiloeiro e geração de relatório por sistema eletrônico, só poderá adquiri-los em hasta pública na condição de arrematante, com preferência na hipótese de igualar o maior lance, respondendo, porém, pelo pagamento da comissão do leiloeiro, na forma do art. 6º do Provimento GP-CR nº 04/2019.

8) Se o crédito do (s) exequente(s) for(em) suficiente(s) para a aquisição do bem na hasta e o exequente que tiver interesse na arrematação, deverá observar as seguintes regras:

a) fazer seu cadastro junto ao sítio eletrônico do leiloeiro e enviar e-mail através do endereço: **contato@grupolance.com.br**, informando que tem a intenção de exercer seu direito de preferência e encaminhando os documentos elencados no item 1.2.

b) Não haver determinação expressa no juízo da execução que impeça a arrematação nesta modalidade;

c) Na hipótese de o exequente ser o único credor trabalhista com crédito habilitado nos autos da execução em que foi determinada a alienação do bem penhorado, a arrematação com a utilização dos créditos somente será deferida se, por ocasião da realização da hasta pública, apresentar certidão atualizada do seu crédito, até o dia útil imediatamente anterior à data da hasta pública, bem como certidão que comprove ser ele/a o único credor trabalhista com crédito habilitado nos autos em que foi determinada a alienação do bem penhorado.

d) Na hipótese de existir mais de um credor trabalhista com crédito habilitado nos autos em que foi determinada a alienação do bem penhorado, a arrematação com a utilização dos créditos somente será deferida se houver petição no aludido processo (PJE) de todos os credores manifestando o desejo de arrematar conjuntamente o bem, hipótese na qual cada um deles adquirirá uma parte ideal proporcional ao seu crédito, cabendo-lhes pagar, também de forma proporcional, a comissão fixada ao leiloeiro;

e) Na hipótese da alínea anterior, caso não haja a concordância de arrematação conjunta de todos os credores, o exequente que pretender arrematar os bens estará obrigado a exibir a integralidade do preço (diferença entre seu crédito e o lance eventualmente ofertado ou, se não houver, entre o seu crédito e o valor do lance mínimo), sob pena de indeferimento do pedido de arrematação.

9) Caso o arrematante seja o próprio credor e o seu crédito seja inferior ao valor do lance mínimo, deverá ser efetuado, no prazo de 3 (três) dias, o depósito da diferença entre o valor do maior lance e do seu crédito ou da diferença entre o valor do seu crédito e o montante do lance mínimo, sob pena de tornar sem efeito a arrematação, realizando-se novo leilão à custa do exequente (§1º do art. 892 do Código de Processo Civi) ou, se for o caso, de atribuí-la ao licitante concorrente. Nesta hipótese, a comissão do leiloeiro, calculada sobre o valor do lance, deverá ser paga por ocasião do encerramento da hasta pública.

10) Exclusivamente para o repasse, o interessado que adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar proposta para

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:46:17 - 7cda065

parcelamento do pagamento da arrematação, observadas as seguintes regras:

a) Para bens imóveis: A proposta conterá oferta de pagamento de pelo menos **30%** (trinta por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado no máximo em 11 (onze) parcelas, quando se tratar de imóveis; nos casos de parcelamento de pagamento de bens imóveis, a carta de arrematação será expedida com hipoteca judiciária, que só será extinta após a integral quitação das parcelas.

b) Para bens móveis: a proposta conterá oferta de pagamento de pelo menos **30%** (trinta por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado no máximo em 11 (onze) parcelas. Nos casos de parcelamento de pagamento de bens móveis, a carta de arrematação ficará condicionada ao pagamento integral das parcelas.

b.1) Eventual antecipação de entrega da carta de arrematação deverá ser requerida ao Juízo da Execução, mediante caução idônea, ficando à decisão deste o deferimento da carta em comento;

c) Nos casos de parcelamento, será utilizado o índice SELIC (Receita Federal) para corrigir monetariamente as prestações ou outro índice que venha a substituir o fixado;

c.1) Casos excepcionais, o índice de atualização poderá ser diferenciado do constante no item "c", a depender do deferimento da Magistrada responsável pela hasta, o que deverá estar consignado no Auto de Arrematação.

d) A apresentação da proposta de parcelamento não suspende o leilão.

e) A opção pelo parcelamento deve ser efetuada no momento do lance. Em não se fazendo neste momento, presume-se que o lance foi dado à vista, não podendo posteriormente o arrematante solicitar referido parcelamento.

f) Propostas de parcelamentos em condições iguais, prevalecerá a formulada em primeiro lugar.

g) A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de parcelamento, desde que os valores das propostas sejam iguais;

h) Havendo mais de uma proposta de parcelamento será considerada a mais vantajosa aquela que contenha maior valor real, devendo, entretanto, as propostas serem analisadas pelo leiloeiro e enviadas à Juíza Coordenadora para dirimir eventual dúvida.

i) Não será aceito lance que ofereça preço inferior ao mínimo estipulado pelo juiz da execução e constante do edital.

j) Sempre que houver dúvidas na análise das propostas de pagamento por parte do leiloeiro, esse deverá realizar contato prévio com a Juíza para finalizar a arrematação.

k) A imissão na posse de bens arrematados parceladamente ficará condicionada ao pagamento total do valor do lance.

k.1.) O Juízo da Execução poderá decidir de forma distinta pela imissão da posse do bem arrematado, seguindo seu entendimento judicial.

l) Deferido o parcelamento, no caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, sendo que multa será revertida em favor do exequente;

m) O inadimplemento de uma ou mais parcelas da arrematação autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação perante o Juízo da execução;

n) Além da comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a cargo do arrematante, fará jus o (a) leiloeiro (a) ao ressarcimento das despesas ocorridas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, bem como a armazenagem, na forma do artigo 789-A, VIII, da CLT, que serão acrescidas à execução.

o) O executado ressarcirá as despesas, inclusive se, depois da remoção, sobrevier substituição da penhora, conciliação, pagamento, remição ou adjudicação. Se o valor da arrematação for superior ao crédito do exequente, as despesas poderão ser deduzidas do produto da arrematação.

p) Os bens que se enquadram na hipótese do art. 1.331 do Código Civil deverão observar as regras lá existente e, especificamente no tocante a vaga de garagem, deverá ser demonstrado no ato da

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:46:17 - 7cda065

arrematação (por e-mail enviado ao leiloeiro) a condição de condômino ou a expressa autorização para alienação a pessoa estranha ao condomínio na convenção do condomínio.

11) A alienação de bens cuja propriedade não seja apenas do devedor ou devedores, sendo o bem em parte de pessoas não executada, será realizada observando-se as regras abaixo:
11.1) Caso o interessado não seja coproprietário do bem oferecido, terá de oferecer quanto à cota-parte de propriedade da pessoa não executada lance à vista, não se admitindo quanto a essa parcela do bem qualquer tipo de parcelamento. Será admitido apenas o parcelamento da cota-parte correspondente ao devedor ou devedores da ação trabalhista, a qual seguirá as regras já previstas neste edital para tal tipo de arrematação;
11.2) Caso o(s) coproprietário(s) não executado deseje adquirir o bem, estará desobrigado de depositar o valor referente à sua cota-parte e, em optando por assim agir, também nada receberá no Juízo de Execução quando da eventual distribuição de valores em favor de outros coproprietários não devedores.
11.3) Caberá ao interessado comprovar documentalmente, no momento da hasta, a sua condição de coproprietário, bem como a de não executado, apresentando, obrigatoriamente, certidão da matrícula do imóvel atualizada (em prazo não superior a 30 dias contados da data da realização da hasta pública) e certidão emitida pela Vara do Trabalho no máximo de 10 (dez) dias contados da data da realização da hasta pública, da qual conste o nome de todos os executados do processo em que o bem está sendo alienado.

12) Não será devida a comissão ao (à) Leiloeiro (a) na hipótese de desistência de que trata o parágrafo 5º do artigo 903 do Código de Processo Civil, de anulação da arrematação ou se negativo o resultado da hasta.

12.1) Anulada ou verificada a ineficácia da arrematação ou ocorrendo a desistência prevista no parágrafo 5º do artigo 903 do Código de Processo Civil, o (a) leiloeiro (a) devolverá ao arrematante o valor recebido a título de comissão corrigido pela taxa SELIC (Receita Federal), imediatamente após o recebimento da comunicação pela Central de Mandados de Campinas.

12.2) Na hipótese de acordo ou pagamento do débito após a publicação do edital, mas antes da data de encerramento da hasta pública, o leiloeiro fará jus à comissão no montante de **2% (dois por cento) sobre o valor do ACORDO.**

13) Concretizada a arrematação, o leiloeiro procederá à expedição do Auto de Arrematação, enviando-o assinado pelo leiloeiro e pelo arrematante, à Central de Mandados de Campinas, por e-mail, para revisão e remessa à Juíza Coordenadora da Divisão de Execução de Campinas.

13.1) Caberá ao leiloeiro, ao final do certamente, remeter ao e-mail institucional da Divisão de Execução de Campinas (divisaoexecucao.campinas@trt15.jus.br) assim como ao Juízo de cada execução, em mensagens individualizadas, os documentos dos arrematantes, os comprovantes de pagamento e a devolução do auto de arrematação assinado digitalmente tanto pelo leiloeiro como pelo arrematante ou seu representante/procurador.

14) Os participantes dos leilões judiciais promovidos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, incluídos os eventuais arrematantes dos lotes oferecidos, não poderão alegar desconhecimento das condições do certame, dos encargos do bem, das condições e prazos de pagamento ou das despesas e custas relativas às Hastas Públicas.

15) Nos termos do Art. 110 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e de acordo com as Recomendações da Ata de Correição Ordinária/2020 da Central de mandados de Campinas, a arrematação em hasta pública se reveste de **natureza originária**, ficando o arrematante isento do pagamento com relação aos débitos tributários, cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens e direitos adquiridos judicialmente estejam ou não inscritos na dívida ativa, ao determinar a alienação de bem através de leilão judicial ou iniciativa particular.

Do mesmo modo, nos termos do disposto nos artigos 1.430 do Código Civil e 908, § 1º do Código de Processo Civil, por força da aquisição originária da coisa, eventuais débitos que recaiam sobre o bem até a data da hasta pública, inclusive os de natureza *propter rem* (Ex.: débitos condominiais), sub-rogam-se sobre o respectivo preço, observada a ordem de preferência.

16) As despesas de transferência do bem arrematado, tais como emolumentos de registro no Cartório de Registro de Imóveis, transferência a órgão de trânsito, entre outras, não se enquadram na previsão das alíneas antecedentes, e serão suportadas pelo arrematante.

17) Em relação às despesas incidentes sobre veículos, tais como

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:46:17 - 7cda065

IPVA e multas, não serão imputadas ao arrematante. Nestes casos o veículo será entregue livre e desembaraçado de qualquer encargo.

18) Os Embargos à arrematação, de acordo com o artigo 903 do Novo Código de Processo Civil, não terão efeito suspensivo da venda realizada, considerando-se perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos.

19) O prazo para eventuais embargos à arrematação ou adjudicação passará a fluir da data da Hasta Pública, independentemente de nova notificação.

20) Fica autorizado o(a) leiloeiro(a) ou pessoa por ele(a) expressamente designada a fazer a vistoria dos bens penhorados, podendo fotografá-los, bem como solicitar, em caráter de urgência, as respectivas certidões de regularidade nos órgãos de interesse, em especial Prefeitura, DETRAN, CIRETRAN, Cartórios de Registro de Imóveis, Cartório de Títulos e Documentos, INCRA, dentre outros que se fizerem necessários.

20.1) É vedado aos depositários criar embaraços à visitação dos bens sob sua guarda, em dias úteis, das 8h às 18h, ou por meio de serviço de agendamento de visitas, sob pena de ofensa ao artigo 77, inciso IV, do CPC, ficando, desde logo, autorizado o uso de força policial, se necessário.

20.2) O leiloeiro deverá envidar esforços para visitar e fotografar o bem, divulgando as fotos no site, disponibilizando também informações que sejam úteis quanto à localização dos lotes. A autorização para visitação do bem será enviada ao leiloeiro via e-mail, pela Central de Mandados de Campinas.

21) O leiloeiro deverá publicar o presente edital em jornal de ampla circulação local, isto é, nas cidades que constituem a área da presente da Circunscrição, a fim de respeitar o princípio da publicidade.

21.1) A divulgação dos lotes deverá ser feita também por outros meios eletrônicos a fim de ampliar o público-alvo.

22) Os casos omissos e as dúvidas quanto à aplicabilidade do Provimento GP-CR Nº 04/2019 serão resolvidos por ato conjunto da Presidência e da Corregedoria deste Tribunal, sendo as ocorrências ou problemas judiciais dirimidos pela Juíza Coordenadora da Central de Mandados de Campinas.

22) Por intermédio deste Edital, ficam intimadas as partes, respectivos patronos, em especial o(a) executado(a) e/ou sócios, inclusive cônjuges ou companheiros, bem como terceiros, suprindo eventual insucesso de qualquer outra forma legalmente estabelecida para notificação.

Publique-se.

Ciência às partes, cônjuges, credores hipotecários e fiduciários.

Oficiem-se os Juízos que determinaram averbações de ônus nos bens que estão incluídos nesta hasta, para ciência e providências que entenderem cabíveis.

Campinas, 07 de abril de 2025

BRUNA MÜLLER STRAVINSKI
JUÍZA DO TRABALHO COORDENADORA DA DIVISÃO DE EXECUÇÃO DE CAMPINAS

VARA DO TRABALHO DE TEODORO SAMPAIO

Despacho

Despacho

Processo Nº RTOrd[rt]-0014000-10.1999.5.15.0127

Processo Nº RTOrd[rt]-00140/1999-127-15-00.4

RECLAMANTE	Alcides Godoi
Advogado	Antonio Gonzaga Ribeiro Jardim(OAB: 121506SPD)
RECLAMANTE	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
RECLAMADO	Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.
Advogado	Raquel Cristina da Silva Medina(OAB:)

Ao(s) advogado(s) do(s) RECLAMADO(s): Ciência do ofício 68/2025, determinando a transferência de valores para o processo 0101077-90.2017.5.01.0038, da 38ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ. -

Despacho

Processo Nº RTOrd[rt]-0080800-83.2000.5.15.0127

Processo Nº RTOrd[rt]-00808/2000-127-15-00.9

RECLAMANTE	Salvador Pereira de Lima
Advogado	Antonio Gonzaga Ribeiro Jardim(OAB: 121506SPD)
RECLAMANTE	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
RECLAMADO	Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.
Advogado	Raquel Cristina da Silva Medina(OAB:)

Ao(s) advogado(s) do(s) RECLAMADO(s): Ciência do ofício

Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:46:17 - 7cda065
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25040909461323700000256387614?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 25040909461323700000256387614

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE PEDREIRA/SP
Rua Dr. Moacyr Amaral n° 91 - Vila São José - CEP: 13925-024.
Tel: (19) 3893-6755 - WhatsApp: (19) 97128-2686 - Atendimento: das 9h às 16h de segunda a sexta-feira
Moacyr Petrocelli de Ávila Ribeiro – Registrador

NOTA DE DEVOLUÇÃO

12699

Protocolo	110796	11/03/2025 11:43:01	**Vencimento**	08/04/2025
Apresentante	VARA CENTRAL DA COMARCA DE AGUDOS			
Interessado	LUCIANA DANTAS CORDEIRO ALVES			
Título/Documento	CERTIDÃO DE PENHORA			

Conforme matrícula nº 27.420 deste Oficial, o imóvel está situado no Município de Jaguariúna/SP, sendo o Oficial de Registro de Imóveis de Jaguariúna/SP competente para prática de qualquer ato de registro/averbação, nos termos do art. 169 da Lei 6.015/1973.

Pedreira-SP, 18 de Março de 2025.

_____

Marcelo Cesar Sanchez
Oficial Substituto

MARCELO CESAR SANCHEZ:34523926867 Assinado de forma digital por MARCELO CESAR SANCHEZ:34523926867 Dados: 2025.03.18 13:22:51 -03'00'

Valor retido da prenotação:	R$0,00	Declaro haver recebido em ___ / ___ / _____, o valor de R$ 0, juntamente a 1ª via desta Nota de Devolução:
Outras Despesas:	R$0	
Valor total:	R$0	Nome: _____
Depósito prévio:	R$0,00	
Saldo:	R$0	CPF ou RG: _____

1. Não se conformando com as exigências, o interessado, de acordo com o artigo 198 da Lei nº 6.015/73, poderá requerer a suscitação de Dúvida.
2. A Prenotação do título garante a sua prioridade durante 20 dias úteis, que será cancelada ao final do prazo, se as exigências não forem cumpridas.
3. A presente exigência é feita à vista dos documentos apresentados, sem prejuízo de outras, quando, em decorrência do atendimento desta, importar na apresentação de novos documentos.

Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:57:41 - 72495c0
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25040909573740200000256389653?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 25040909573740200000256389653

Estado: São Paulo

Tribunal: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15° REGIÃO

Comarca: CAMPINAS

Foro: CAMPINAS

Vara: 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

Escrivão/Diretor: JANAINA CAMARGO FUZETTI

CERTIDÃO DE PENHORA

Certifico para fins de averbação da penhora da propriedade ou de direitos sobre o(s) imóvel(is) efetuada no processo como adiante se contém:

PROCESSO

NATUREZA DO PROCESSO: EXECUÇÃO TRABALHISTA

Número de ordem: 0011335-78.2019.5.15.0043

Exequente(s)

RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
CPF: 450.330.158-69

Executado(a, os, as)

ANTONIO CARLOS DURANTE
CPF: 247.781.808-28

Terceiro(s)

Valor da dívida: R$ 86.562,19

IMÓVEIS PENHORADOS

1.

Protocolo de Penhora Online: PH000559916

Comarca: JAGUARIÚNA

Endereço do imóvel: Lote de terreno sob nº 02 (dois) da Quadra E, com a frente para a Rua 04

Bairro: Jardim Pinheiros

Município: JAGUARIÚNA

Estado: São Paulo

Número da Matrícula: 30808

Cartório de Registro de Imóveis: OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE JAGUARIUNA - SP

DADOS INFORMATIVOS:

TIPO DA CONSTRIÇÃO: PENHORA

Data do auto ou termo: 07/07/2022

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 10:00:35 - 0493213

Percentual penhorado (%): 100,00

Percentual do proprietário ou titular de direitos sobre o imóvel (Compromissário comprador, devedor fiduciante etc.): % 100,00

Nome do proprietário ou titular de direitos sobre o imóvel: ANTONIO CARLOS DURANTE

O Proprietário ou titular de direitos sobre o imóvel é parte no processo? Sim

Nome do depositário: ANTONIO CARLOS DURANTE

Eventual necessidade de intimação de cônjuge será analisada nos autos pelo Magistrado.

EMOLUMENTOS

Beneficiário de assistência judiciária gratuita

Data da decisão: 14/02/2025

Folhas: Id 53a4ab2

ADVOGADO/SOLICITANTE

Nome: Mauricio Muciacito de Vasconcellos

Telefone para contato: (19)3232-7997

E-mail: 3aecamp.aecamp@trt15.jus.br

Número OAB:

Estado OAB:

O referido é verdade e dou fé.

Data: 18/03/2025 16:04:07

Emitido por: MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS

Cargo:

Documento eletrônico produzido conforme disposto no artigo 837 do CPC, devendo para validade e acesso no Oficial de Registro de Imóveis ser transmitido e recepcionado em meio eletrônico no site https://oficioeletronico.com.br/, cujo *download* comprova sua autoria e integridade.
Dados preenchidos em formulário eletrônico, dispensadas a qualificação completa das partes e a descrição completa do imóvel.

Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 10:00:35 - 0493213
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25040909582279700000256389766?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 25040909582279700000256389766

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS

CNPJ: *11.236.613/0001-49*
Rua Tomaz Jasso, 1288 - Jaguariúna-SP - 13917-144
Telefone: (19) 3867-4284 / 3867-0615 - Expediente das *09:00h às 16:00h*

CARLOS ALBERTO SASS SILVA
Oficial

NOTA DE EXIGÊNCIA

Protocolo.....: 62.870 - Datado de: 18/03/2025 **Folha (1/1)**
Documento....: Penhora Online - Execução Trabalhista
Adquirente.....: ANTONIO CARLOS DURANTE
Transmitente.: RODRIGO GONÇALVES REFUNDINI

A certidão de penhora emitida em 18/03/2025 por Mauricio Muciacito de Vasconcellos, da 3ª Vara do Trabalho de Campinas-SP, nos autos da ação de Execução Trabalhista, processo nº 0011335-78.2019.5.15.0043, por ora, não poderá ser atendido pelo motivo seguinte:

O campo "Cartório de Registro de Imóveis" da certidão ora devolvida deverá ser retificado para constar que a matrícula nº 30.808 pertence ao Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Pedreira-SP, e não como constou.

Ademais, considerando que o imóvel que se pretende averbar a constrição ainda se encontra matriculado na comarca anterior, apresentar a certidão da matrícula nº 30.808 expedida há menos de 30 (trinta) dias por aquele Oficial.

Obs.: O título estará sujeito à nova análise.

Jaguariúna-SP, 21 de março de 2025.

CARLOS ALBERTO SASS SILVA
Oficial

IMPORTANTE:

Art. 198 da Lei 6.015/73. "Havendo exigência a ser satisfeita, o Oficial indica-la-á por escrito. Não se conformando o apresentante com a exigência do Oficial, ou não a podendo satisfazer, será o título, A SEU REQUERIMENTO e com a DECLARAÇÃO DE DÚVIDA, remetido ao Juízo competente para dirimí-la."
Art. 205 da Lei 6.015/73 - "Cessarão automaticamente os efeitos da prenotação, se decorridos trinta (30) dias do seu lançamento no Protocolo, o título não tiver sido registrado por omissão do interessado em atender às exigências legais." **Prazo final do protocolo:15/04/2025**
É INDISPENSÁVEL A APRESENTAÇÃO DESTE PARA O REINGRESSO DOS DOCUMENTOS.

Ciente em: ____/____/_____ _____
(nome legível e documento de identificação)

Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 10:02:09 - 98c3b13
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25040910020522900000256390346?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 25040910020522900000256390346

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
0011335-78.2019.5.15.0043
: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (3)

DESPACHO

Ciência às partes, coproprietários e terceiros interessados, se houver, do Edital de Hasta Pública 01/2025, disponibilizado no DEJT n. 4198/2025 em 7 /4/2025, a ser realizada na modalidade eletrônica, em **22/5/2025**.

No silêncio, aguarde-se a realização do certame.

Intimem-se.

CAMPINAS/SP, 09 de abril de 2025

CAMILA XIMENES COIMBRA
Juíza do Trabalho Substituta

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
0011335-78.2019.5.15.0043
: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (3)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID e06f53a proferido nos autos.

DESPACHO

Ciência às partes, coproprietários e terceiros interessados, se houver, do Edital de Hasta Pública 01/2025, disponibilizado no DEJT n. 4198/2025 em 7 /4/2025, a ser realizada na modalidade eletrônica, em **22/5/2025**.

No silêncio, aguarde-se a realização do certame.

Intimem-se.

CAMPINAS/SP, 09 de abril de 2025

CAMILA XIMENES COIMBRA
Juíza do Trabalho Substituta

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: 0011335-78.2019.5.15.0043
: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (3)

é NOTIFICAÇÃO

ANTONIO CARLOS DURANTE
NICOLAU ROSSI, 135, PARQUE FLORIANOPOLIS, JAGUARIUNA/SP - CEP: 13910-276

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25040909471151300000256387815?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO COM_AR).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: 0011335-78.2019.5.15.0043
: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (3)

NOTIFICAÇÃO

JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME
Rua Oswaldo Tonini, 48, nova jaguariuna, MONTE ALEGRE DO SUL/SP - CEP: 13820-000

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25040909471151300000256387815?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO CARTA_SIMPLES).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: 0011335-78.2019.5.15.0043
: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (3)

NOTIFICAÇÃO

JUSSIMARA SILVA DURANTE
BRUNA LAURITA MASOTI DE ALMEIDA, 262, PARQUE FLORIANOPOLIS, JAGUARIUNA/SP - CEP: 13910-268

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25040909471151300000256387815?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO CARTA_SIMPLES).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: 0011335-78.2019.5.15.0043
: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (3)

NOTIFICAÇÃO

JOICE CRISTINA RODRIGUES 46165996884
BRUNA LAURITA MASOTI DE ALMEIDA, 232, PARQUE FLORIANOPOLIS, JAGUARIUNA/SP - CEP: 13910-268

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25040909471151300000256387815?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO CARTA_SIMPLES).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
0011335-78.2019.5.15.0043
: RODRIGO GONCALVES REFUNDINI
: JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME E OUTROS (3)

DESPACHO

Verifico que não procedida o registro da penhora na matrícula n. 30.808 do CRI de Pedreira/SP.

Em 12/03/2025, houve uma primeira tentativa de registro junto ao CRI de Pedreira, que retornou com a nota de exigência juntada sob Id 72495c0, com a justificativa de que o CRI de Jaguariúna seria competente para averbação.

Em 18/03/2025, foi emitida nova certidão de penhora junto ao Arisp, para averbação junto ao CRI de Jaguariúna, que também retornou com a nota de devolução juntada em Id 98c3b13 e, "considerando que o imóvel que se pretende averbar a constrição ainda se encontra matriculado na comarca anterior", exigindo a apresentação da certidão de matrícula n. 30.808 "expedida há menos de 30 (trinta) dias por aquele Oficial".

Tendo em vista a recusa de ambos os Oficiais de Registro de Imóveis em proceder à averbação da penhora via Arisp, e em face da proximidade da hasta pública designada, oficie-se ao CRI de Jaguaríuna para que proceda à averbação da penhora de 100% do imóvel matrícula n. 30808, do CRI de Pedreira-SP, de propriedade de ANTONIO CARLOS DURANTE, CPF: 247.781.808-28, localizado em Lote de terreno sob nº 02 (dois) da Quadra E, com a frente para a Rua 04, Bairro: Jardim Pinheiros, Município: JAGUARIÚNA-SP, segundo termo de penhora emitido em 07/07 /2022, tendo sido nomeado depositário o executado ANTONIO CARLOS DURANTE, CPF: 247.781.808-28.

É para constar que o exequente é beneficiário de assistência judiciária gratuita (Data da decisão: 14/02/2025 - Folhas: Id 53a4ab2).

Por medida de economia e celeridade processual, concedo FORÇA DE OFÍCIO a este despacho, a ser encaminhado via malote digital ao CRI de Jaguariúna-SP, devidamente acompanhado da matrícula acostada sob Id 3d699cd, para cumprimento das providências acima, sob pena de desobediência.

Cumpra-se, com urgência.

PJe Documento assinado eletronicamente por CAMILA XIMENES COIMBRA, em 11/04/2025, às 14:15:58 - 14575f2

CAMPINAS/SP, 11 de abril de 2025

CAMILA XIMENES COIMBRA
Juíza do Trabalho Substituta

Documento assinado eletronicamente por CAMILA XIMENES COIMBRA, em 11/04/2025, às 14:15:58 - 14575f2
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25041110431147900000256649629?instancia=1
Número do processo: 0011335-78.2019.5.15.0043
Número do documento: 25041110431147900000256649629

SUMÁRIO

Documentos			
Id.	**Data da Assinatura**	**Documento**	**Tipo**
8a86fa4	11/09/2019 16:17	Petição Inicial	Petição Inicial
34dc812	11/09/2019 16:17	rt	Documento Diverso
f634e29	11/09/2019 16:17	Procuração	Procuração
ff7960e	11/09/2019 16:17	Declaração de Hipossuficiência	Declaração de Hipossuficiência
ae4b587	11/09/2019 16:17	Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)	Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)
e654862	11/09/2019 16:17	cnh	Documento Diverso
4d5863c	11/09/2019 16:17	Extrato de FGTS	Extrato de FGTS
6e975a5	11/09/2019 16:17	Contracheque/Recibo de Salário	Contracheque/Recibo de Salário
5dac21d	11/09/2019 16:17	Fotografia	Fotografia
992d391	11/09/2019 16:17	Fotografia	Fotografia
6b69895	11/09/2019 16:17	Fotografia	Fotografia
4cb8ede	11/09/2019 16:17	Fotografia	Fotografia
1515b8d	11/09/2019 23:09	Decisão de prevenção	Decisão
2a3b055	12/09/2019 11:10	emenda a inicial	Manifestação
45e2e6d	12/09/2019 11:10	Contrato	Contrato
85bef33	12/09/2019 21:43	Despacho	Despacho
5a1efd0	21/10/2019 08:25	Intimação	Intimação
2180a80	21/10/2019 08:25	Notificação	Notificação
dc6bf68	13/11/2019 12:12	Notificação Devolvida JUSSIMARA SILVA DURANTE - ME	Certidão
8449482	21/11/2019 14:28	Notificação	Notificação
05367bc	10/02/2020 20:46	peticao intermediaria fatos novos	Manifestação
bbe065c	10/02/2020 20:46	Documento Diverso	Documento Diverso
d7a50ec	10/02/2020 20:46	Contrato	Contrato
70ee355	10/02/2020 20:46	Documento Diverso	Documento Diverso
cefdc70	10/02/2020 20:46	Prova Emprestada	Prova Emprestada
4e6d05a	11/02/2020 16:58	Ata da Audiência	Ata da Audiência
38f1324	13/02/2020 16:16	Notificação	Notificação
6950463	11/03/2020 17:04	Notificação DEVOLVIDA jussimara	Certidão
d61916f	11/03/2020 17:04	Notificação DEVOLVIDA jussimara	Documento Diverso
b14be5b	26/03/2020 20:53	Solicitação de habilitação	Solicitação de Habilitação
87a7112	01/06/2020 13:14	Despacho	Despacho
07555f9	01/06/2020 13:15	Intimação	Intimação

a5aa2e9	22/07/2020 21:33	Intimação	Intimação
df2d869	20/08/2020 01:51	Intimação	Intimação
14a15c0	20/08/2020 12:55	Despacho	Despacho
de50770	20/08/2020 12:56	Intimação	Intimação
9c98fb6	11/11/2020 12:29	Notificação entregue	Certidão
c1d15c9	11/11/2020 15:04	Intimação	Intimação
edd2038	28/11/2020 09:41	Laudo de Insalubridade e Periculosidade	Apresentação de Laudo Pericial
39577a6	28/11/2020 09:41	Esclarecimentos ao Laudo de Insalubridade e Periculosidade	Apresentação de Esclarecimentos ao Laudo Pericial
0c19c8c	30/11/2020 13:12	Despacho	Despacho
4bf7422	30/11/2020 13:13	Intimação	Intimação
7501afd	11/02/2021 16:57	Intimação	Intimação
ba7e0de	19/03/2021 22:20	Certidão	Certidão
7ae97d2	22/03/2021 13:00	Despacho	Despacho
37cb6ea	22/03/2021 13:01	Intimação	Intimação
47e29a0	22/03/2021 16:53	Intimação	Intimação
6f98807	27/04/2021 17:51	Despacho	Despacho
be0f715	27/04/2021 17:52	Intimação	Intimação
cf046a0	12/05/2021 22:30	Novo endereço da reclamada	Manifestação
09430ac	13/05/2021 18:43	Despacho	Despacho
0332afc	14/05/2021 12:38	Intimação	Intimação
0bd43a2	14/06/2021 15:13	Notificação entregue	Certidão
e10ffed	12/07/2021 14:30	Sentença	Sentença
d0c8172	12/07/2021 14:31	Intimação	Intimação
1465e2d	14/07/2021 18:50	Intimação	Intimação
526f104	29/07/2021 10:31	Certidão de Trânsito em Julgado	Certidão de Trânsito em Julgado
0be6925	29/07/2021 13:25	Despacho	Despacho
4abe286	29/07/2021 13:26	Intimação	Intimação
97a8cd5	06/08/2021 20:25	Prosseguimento da Execução	Manifestação
304dae5	10/08/2021 13:54	Intimação - apresentação de laudo	Certidão
1a11e69	10/08/2021 18:43	Despacho	Despacho
bbac918	18/08/2021 15:06	Intimação - apresentação de laudo	Intimação
34731a9	20/08/2021 15:12	Apresentação de Laudo Pericial	Apresentação de Laudo Pericial
d7a17f8	20/08/2021 15:12	Laudo Completo 0011335-19	Planilha de Cálculos
3dbd392	20/08/2021 18:31	Despacho	Despacho
c475829	20/08/2021 18:32	Intimação	Intimação
6356e07	03/09/2021 22:14	Manifestação reclamante	Manifestação

e8f5b43	31/01/2022 18:11	Decisão	Decisão
488258c	12/02/2022 08:32	Intimação	Intimação
addf4ba	12/02/2022 08:32	Intimação	Intimação
c5ebf82	11/03/2022 21:55	Notificação entregue	Certidão
29d5b7a	17/03/2022 21:34	Despacho	Despacho
05ddd52	17/03/2022 21:35	Intimação	Intimação
815f4ee	28/03/2022 23:45	Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica	Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica
7c07a8e	28/03/2022 23:45	Registro na Junta Comercial Jussimara	Registro na Junta Comercial
ac87123	28/03/2022 23:45	Sentença Justiça Civel	Sentença (paradigma)
7a4385b	28/03/2022 23:45	Registro na Junta Comercial antiga	Registro na Junta Comercial
def8280	28/03/2022 23:45	Registro na Junta Comercial recente	Registro na Junta Comercial
ec025f4	28/03/2022 23:45	Contrato Social Antonio Carlos Durante	Contrato Social
d17af91	30/03/2022 18:06	Despacho	Despacho
149582c	31/03/2022 17:25	Intimação	Intimação
32ad5e8	04/05/2022 16:44	Decisão	Decisão
6d67b7e	13/06/2022 09:33	sisbajud - insignificante	Certidão
a864d2f	13/06/2022 09:33	sisbajud insignificante - 11.335-78.2019	Documento Diverso
7f8821b	13/06/2022 20:18	Despacho	Despacho
f97c6db	13/06/2022 20:19	Intimação	Intimação
3b335cc	15/06/2022 17:49	Inclusão de sócio de fato	Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica
d7e604e	15/06/2022 17:49	Sentença Civel - Embargos de Terceiro	Documento Diverso
652a090	20/06/2022 19:28	Despacho	Despacho
b7dca82	21/06/2022 14:11	Intimação	Intimação
b084510	21/06/2022 14:11	Intimação	Intimação
e8887a1	15/07/2022 09:00	Decisão	Decisão
ce7ba66	27/07/2022 10:40	sisbajud parcial	Certidão
c2e6ac4	27/07/2022 10:40	sisbajud parcail 11.335-78.2019	Documento Diverso
242be13	02/08/2022 15:21	sisbajud negativo	Certidão
07e2cae	02/08/2022 15:21	sisbajud negativo - 11.335-78.2019	Documento Diverso
8ef0c58	05/08/2022 13:01	Despacho	Despacho
12d437e	19/08/2022 15:21	pesquisa patrimonial	Certidão
dceb3da	19/08/2022 15:21	CERTIDÃO_JUSSIMARA_SILVA_DURANTE_-_ME	Documento Diverso
acdc21b	19/08/2022 15:27	Mandado	Mandado
f2c782f	11/10/2022 17:53	Certidão de Oficial de Justiça	Certidão
5a41b0c	17/10/2022 08:57	Despacho	Despacho

7d7df33	17/10/2022 08:58	Intimação	Intimação
d375823	26/10/2022 09:23	Despacho	Despacho
e89b1dd	26/10/2022 09:24	Intimação	Intimação
838c544	06/12/2022 19:59	4.1-Execução_Penhora_Rodrigo_Refundini-2022-11-07	Indicação de Bens à Penhora
90ff0fc	06/12/2022 19:59	4.5-Matricula_30808	Documento Diverso
a5c7432	06/12/2022 19:59	4.1-JUCESP Ficha Cadastral Joice Cristina Rodrigues	Registro na Junta Comercial
8a50eea	06/12/2022 19:59	4.2-JUCESP Ficha Cadastral Joice Cristina Rodrigues MEI	Registro na Junta Comercial
4cef8c1	06/12/2022 19:59	4.3-Intimação processo Tiago	Documento Diverso
ec2f7a4	06/12/2022 19:59	4.4-Intimação processo Leandro	Documento Diverso
984fad2	07/12/2022 14:30	Despacho	Despacho
dd65e08	07/12/2022 14:31	Intimação	Intimação
8415816	19/06/2023 15:49	Mandado	Mandado
14dfbcb	19/06/2023 15:51	Intimação	Intimação
08d1a53	10/08/2023 11:15	Certidão de Oficial de Justiça	Certidão
923fc93	10/08/2023 11:15	CERTIDÃO_avaliação matr. 30.808 CRI Pedreira	Documento Diverso
a47004e	10/08/2023 11:15	AUTO_AVALIAÇÃO_IMÓVEL matr. 30.808 CRI Pedreira	Documento Diverso
93ce3de	03/06/2024 07:53	Despacho	Despacho
1b2686c	03/06/2024 07:54	Intimação	Intimação
350e468	12/07/2024 13:01	Atualização	Planilha de Atualização de Cálculos
11c1902	12/07/2024 13:13	Intimação	Intimação
fc01def	11/12/2024 07:47	Despacho	Despacho
0fe8657	11/12/2024 07:48	Intimação	Intimação
442dada	10/02/2025 17:55	Solicitação de matrícula ARISP	Certidão
3cb7d14	10/02/2025 17:56	Intimação	Intimação
491f7ae	10/02/2025 17:56	Intimação	Intimação
2b71ea4	10/02/2025 17:56	Intimação	Intimação
5dbf932	10/02/2025 17:57	Intimação	Intimação
3d699cd	14/02/2025 14:12	Matrícula nº 30.808 do CRI de Pedreira/SP	Certidão
f611dd7	14/02/2025 14:21	Liberação no sistema EXE-PJe	Certidão
53a4ab2	17/02/2025 10:38	Despacho	Despacho
79b34f2	17/02/2025 10:39	Intimação	Intimação
f275792	24/02/2025 21:28	Pedido de reunião de execuções	Manifestação
952b25d	12/03/2025 16:11	Certidão de penhora	Certidão
7cda065	09/04/2025 09:46	Edital de Hasta Pública 01/2025	Documento Diverso
72495c0	09/04/2025 09:57	nota de devolução - CRI de Pedreira	Certidão
0493213	09/04/2025 10:00	Penhora - CRI de Jaguariúna	Certidão

98c3b13	09/04/2025 10:02	nota de exigência - CRI de Jaguariúna	Certidão
e06f53a	09/04/2025 10:09	Despacho	Despacho
7989a23	09/04/2025 10:10	Intimação	Intimação
d23ec42	11/04/2025 10:37	Intimação	Intimação
eac858f	11/04/2025 10:37	Intimação	Intimação
ceaae29	11/04/2025 10:37	Intimação	Intimação
dced2e1	11/04/2025 10:37	Intimação	Intimação
14575f2	11/04/2025 14:15	Despacho	Despacho